



# JORNAL DO MUNICÍPIO

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ

Órgão Oficial do Município de Itajaí - Ano XXII - Edição Extra 2863 - 16 de outubro de 2024

### ATOS DO COMDICA



CONSELHO MUNICIPAL DOS  
DIREITOS DA  
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
ITAJAÍ - SC

RESOLUÇÃO 041/2024/COMDICA, DE 01 DE OUTUBRO DE 2024.

#### APROVA OBJETOS PARA NOVAS PARCERIAS ATRAVÉS DE RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA do município de Itajaí, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei 8069/90 e, Lei Municipal 3353/98 e suas alterações, considerando a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 01 de outubro de 2024;

#### RESOLVE:

Art.1º. Ficam aprovados os seguintes objetos para novas parcerias da Secretaria de Promoção da Cidadania com recursos do Fundo Municipal de Atendimento à Criança e ao Adolescente:

- I- Serviço para crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social, através de oficinas de esporte, cultura e informática, na faixa etária de 04 (quatro) a 17 (dezessete) anos 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias, residentes e/ou domiciliados no bairro Murta e suas adjacências - para 120 (cento e vinte) vagas, pelo período de 11 (onze) meses, com vigência a partir de 03 de fevereiro de 2025. Valor Estimado: R\$ 269.800,00 (duzentos e sessenta e nove mil e oitocentos reais);
- II- Serviço presencial de práticas biopsicossociais, com ênfase na clínica ampliada para portadores de Síndrome de Down, na faixa etária de 00 (zero) a 17 (dezessete) anos 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias, residentes e/ou domiciliados em todos os bairros de Itajaí/SC, para 40 (quarenta) vagas, pelo período de 10 (dez) meses, com vigência a partir de 03 de março de 2025. Valor Estimado: R\$ 244.900,00 (duzentos e quarenta e quatro mil e novecentos reais);



CONSELHO MUNICIPAL DOS  
DIREITOS DA  
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
ITAJAÍ - SC

- III- Serviço de qualificação profissional, empoderamento juvenil e cidadania, para adolescentes, faixa etária de 14 (catorze) a 17 (dezessete) anos 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias, residentes e/ou domiciliados no bairro São Vicente e suas adjacências, para 50 (cinquenta) vagas, pelo período de 11 (onze) meses, com vigência a partir de 03 de fevereiro de 2025. Valor Estimado: R\$ 260.800,00 (duzentos e sessenta mil e oitocentos reais);
- IV- Serviço de qualificação profissional e desenvolvimento das competências ao mundo do trabalho, para adolescentes na faixa etária de 14 (catorze) a 17 (dezessete) anos 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias, residentes e/ou domiciliados nos bairros: Salseiros, Espinheiros, Cordeiros, Murta, São João e Zona Rural, para 50 (cinquenta) vagas, pelo período de 11 (onze) meses, com vigência a partir de 03 de fevereiro de 2025. Valor Estimado: R\$ 273.000,00 (duzentos e setenta e três mil reais);
- V- Serviço de acompanhamento técnico do desenvolvimento infantil, para crianças com deficiências, em situação de risco e vulnerabilidade biopsicossocial, faixa etária de 00 (zero) a 06 (seis) anos, residentes e/ou domiciliados em todos os bairros de Itajaí/SC, para 100 (cem) vagas, pelo período de 11 (onze) meses, com vigência a partir de 03 de fevereiro de 2025. Valor Estimado: R\$ 466.200,00 (quatrocentos e sessenta e seis mil e duzentos reais);
- VI- Serviço especializado para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, com ênfase no tratamento e pós tratamento oncológico, para 30 (trinta) vagas, pelo período de 11 (onze) meses, com vigência a partir de 03 de fevereiro de 2025. Valor Estimado: R\$ 277.200,00 (duzentos e setenta e sete mil e duzentos reais);

VII- Serviço de atendimento especializado para crianças e adolescentes com sequelas de lesão cerebral, através da metodologia em Educação Conduitiva, faixa etária de 00 (zero) a 17 (dezessete) anos, residentes e/ou domiciliados em todos os bairros de Itajaí/SC, para 20 (vinte) vagas e, formação especializada aos profissionais que atuam nas práticas de educação Conduitiva, para 10 (dez) vagas, pelo período de 11 (onze) meses, com vigência a partir de 03 de fevereiro de 2025. Valor Estimado: R\$ 277.200,00 (duzentos e setenta e sete mil reais);

VIII- Serviço multidisciplinar, especializado para crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social, com diagnóstico de Transtorno Autista, na faixa etária de 00 (zero) a 17 (dezessete) anos 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias, residentes e/ou domiciliados em todos os bairros de Itajaí/SC, para 150 (cento e cinquenta) vagas, pelo período de 11 (onze) meses, durante o exercício de 03 de fevereiro de 2025. Valor Estimado: R\$ 656.300,00 (seiscentos e cinquenta e seis mil e trezentos reais);



CONSELHO MUNICIPAL DOS  
DIREITOS DA  
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
ITAJAÍ - SC

IX- Serviço de Capacitação, Orientação e Acompanhamento de crianças e adolescentes em família substituta, incluindo a pré e pós adoção, para faixa etária de 00 (zero) a 17 (dezessete) anos 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias, para 50 (cinquenta) vagas, pelo período de 10 (dez) meses, com vigência a partir de 03 de março de 2025. Valor Estimado: R\$ 171.000,00 (cento e setenta e um mil reais);

X- Serviço de Desenvolvimento de aspectos psicomotores e cognitivos através da Equoterapia, para crianças e adolescentes com deficiências na faixa etária de 02 (dois) a 17 (dezessete) anos 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias, residentes e/ou domiciliados em todos os bairros de Itajaí/SC, para 80 (oitenta) vagas, pelo período de 10 (dez) meses, a partir de 03 de março de 2025. Valor Estimado: R\$ 403.200,00 (quatrocentos e três mil e duzentos reais);

Art.2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário do Conselho, em 01 de outubro de 2024

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CONSELHO MUNICIPAL DOS  
DIREITOS DA  
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
ITAJAÍ - SC

RESOLUÇÃO 042/2024/COMDICA, DE 15 DE OUTUBRO DE 2024.

#### APROVA OBJETOS PARA NOVAS PARCERIAS ATRAVÉS DE RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA do município de Itajaí, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei 8069/90 e, Lei Municipal 3353/98 e suas alterações, considerando a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 15 de outubro de 2024;

#### RESOLVE:

Art.1º. Ficam aprovados os seguintes objetos para novas parcerias da Secretaria de Promoção da Cidadania com recursos do Fundo Municipal de Atendimento à Criança e ao Adolescente:





I- Serviço de prática esportiva na modalidade Futebol, para crianças e adolescentes em risco e vulnerabilidade social, faixa etária de 06 (seis) a 17 (dezessete) anos 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias, residentes e/ou domiciliados no bairro Santa Regina e suas adjacências, para 180 (cento e oitenta) vagas, pelo período de 10 (dez) meses, a partir de 03 de março de 2025. Valor Estimado: R\$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais);

II- Serviço de prática esportiva na modalidade Voleibol, para adolescentes de faixa etária de 12 (doze) a 17 (dezessete) anos 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias, residentes e/ou domiciliados em todos os bairros de Itajaí, em risco e vulnerabilidade social, para 150 (cento e cinquenta) vagas, pelo período de 10 (dez) meses, com vigência a partir de 03 de março de 2025.



CONSELHO MUNICIPAL DOS  
DIREITOS DA  
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
ITAJAÍ – SC

Valor Estimado: R\$ 337.500,00 (trezentos e trinta e sete mil e quinhentos reais);

III- Serviço de Prática esportiva, na modalidade grappling nas escolas rurais, para crianças e adolescentes na faixa etária de 05(cinco) a 17(dezessete) anos, 11(onze) meses e 29(vinte e nove) dias, residentes e/ou domiciliados nos bairros Limoeiro, Brilhante, Canhanduba, Murta e Itaipava, para 120(cento e vinte) vagas, pelo período de 10 (dez) meses, com exercício a partir de 03 de março de 2025. Valor Estimado: R\$ 218.400,00 (duzentos e dezoito mil e quatrocentos reais);

IV- Serviço de Práticas esportiva, na modalidade Judô, para crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social, faixa etária de 06 (seis) anos a 17(dezessete) anos 11 (onze) meses e 29(vinte e nove) dias, residentes e/ou domiciliados em todos os bairros de Itajaí, para 240 (duzentos e quarenta) vagas, no período de 10 (dez) meses, com exercício a partir de 03 de março de 2025. Valor Estimado: R\$ 357.000,00 (trezentos e cinquenta e sete mil reais);

V- Serviço de Prática esportiva, na modalidade aquática, para crianças e adolescentes, faixa etária de 04 (quatro) a 16 (dezesseis) anos, com ou sem deficiências, residentes e/ou domiciliados nos bairros: São Vicente, Cordeiros, Cidade Nova e Zona Rural – Itajaí/SC, para 200 (duzentas) vagas, pelo período de 10 (dez) meses, com exercício a partir de 03 de março de 2025. Valor Estimado: R\$268.800,00 (duzentos e sessenta e oito mil e oitocentos reais);

VI- Serviço de Prática esportiva, na modalidade aquática, para crianças e adolescentes, faixa etária de 01(um) a 15(quinze) anos, com ou sem deficiências, residentes e/ou domiciliados nos bairros: São João, São Judas, Cordeiros, Imarui, Barra do Rio, Vila Operária e Dom Bosco, para 200 (duzentas) vagas, pelo período de 10 (dez) meses, com exercício a partir de 03 de março de 2025. Valor Estimado: R\$268.800,00 (duzentos e sessenta e oito mil e oitocentos reais);

Assinado digitalmente



CONSELHO MUNICIPAL DOS  
DIREITOS DA  
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
ITAJAÍ – SC

VII- Serviço de Prática esportiva, na modalidade aquática, para crianças e adolescentes, faixa etária de 01(um) a 15(quinze) anos, com ou sem deficiências, residentes e/ou domiciliados nos bairros: Nossa Senhora das Graças, Carvalho, Ressacada e Centro de Itajaí/SC, para 200 (duzentas) vagas, pelo período de 10 (dez) meses, com exercício a partir de 03 de março de 2025. Valor Estimado: R\$268.800,00 (duzentos e sessenta e oito mil e oitocentos reais);

VIII- Serviço de Prática esportiva, na modalidade Taekwondo, para crianças e adolescentes, na faixa etária de 05(cinco) a 17(dezessete) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias, residentes e/ou domiciliados preferencialmente no bairro Santa Regina e suas adjacências, para 120(cento e vinte) vagas, pelo período de 10 (dez) meses, com vigência a partir de 03 de março de 2025. Valor Estimado: R\$ 189.000,00 (cento e oitenta e nove mil reais);

Art.2º. Esta Resolução entra em vigor, na data de sua publicação.

Plenário do Conselho, em 15 de outubro de 2024

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itajaí

## ATOS DA CVI

PORTARIA Nº 232/2024

EXONERA SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Itajaí, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 25, incisos II, X e XXVIII, do Regimento Interno da Câmara, resolve:

EXONERAR ÉVERTON DA VEIGA, matrícula nº 3991, do cargo de provimento em comissão de “Diretor de Atendimento à Cidadania”, nível AS2, a contar de 15 de outubro de 2024.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE.

Itajaí, 11 de outubro de 2024.

Ver. MARCELO WERNER  
Presidente.

PORTARIA Nº 233/2024

EXONERA SERVIDORA QUE ESPECIFICA.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Itajaí, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 25, incisos II, X e XXVIII, do Regimento Interno da Câmara, resolve:

EXONERAR DANIELE ARAÚJO AMÂNCIO, matrícula nº 3990, do cargo de pro-





vimento em comissão de “Assessor de Gabinete do Presidente”, nível AS1-B, a contar de 15 de outubro de 2024.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Itajaí, 11 de outubro de 2024.

Ver. MARCELO WERNER  
Presidente.

PORTARIA Nº 234/2024

NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Itajaí, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 25, incisos II, X e XXVIII, do Regimento Interno da Câmara, resolve:

Art. 1º NOMEAR SANDRO APARECIDO DA SILVA ANDRADE, para o cargo de provimento em comissão de “Diretor de Atendimento à Cidadania”, nível AS2.

Art. 2º A nomeação terá efeitos após a publicação da presente Portaria, assinatura do Termo de Posse e remessa dos dados e informações ao TCE / SC, por intermédio do e-SFINGE on-line.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Itajaí, 11 de outubro de 2024.

Ver. MARCELO WERNER  
Presidente.

PORTARIA Nº 235/2024

NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Itajaí, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 25, incisos II, X e XXVIII, do Regimento Interno da Câmara, resolve:

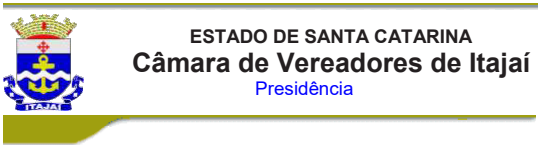
Art. 1º NOMEAR DIEGO APARECIDO AMÂNCIO, para o cargo de provimento em comissão de “Assessor de Gabinete do Presidente”, nível AS1-B.

Art. 2º A nomeação terá efeitos após a publicação da presente Portaria, assinatura do Termo de Posse e remessa dos dados e informações ao TCE / SC, por intermédio do e-SFINGE on-line.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Itajaí, 11 de outubro de 2024.

Ver. MARCELO WERNER  
Presidente.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**Câmara de Vereadores de Itajaí**  
Presidência

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2024**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2024**

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

Adjudico e homologo os atos praticados pela Pregoeira, quanto ao **Processo Licitatório nº 21/2024**, referente ao **Pregão Eletrônico nº 11/2024**, cujo objeto consiste no “Contratação de empresa no ramo jornalístico para divulgação dos atos oficiais da Câmara de Vereadores de Itajaí – CVI, em jornal eletrônico de grande circulação regional e/ou estadual, através do Sistema de Registro de Preços – SRP.”, em favor da empresa a seguir indicada, para que produzam os efeitos legais nos termos do inciso IV do artigo 71 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021:

V&T MÍDIA ON LINE LTDA. (CNPJ nº 08.950.853/0001-04)					
Item	Qtde.	Und.	Especificação do serviço	Valor Unitário	Valor Total Mensal
01	178,5	Centímetro/coluna	Serviço de divulgação de avisos de licitação e demais atos, em consonância com o que dispõe o §1º do artigo 54 da Lei nº 14.133/2021.	R\$ 1,70	R\$ 303,45
Valor total registrado (ANUAL)					R\$ 303,45

Itajaí (SC), 15 de outubro de 2024.

Ver. **MARCELO WERNER**  
PRESIDENTE  
Câmara de Vereadores de Itajaí

PORTARIA Nº 236/2024

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, A SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O Secretário de Administração e Finanças e o Diretor Administrativo e de Finanças, Orçamento e Contabilidade da Câmara de Vereadores de Itajaí, por delegação do Senhor Presidente, Ver. Marcelo Werner, concedida através da Portaria nº 065, de 18 de janeiro de 2021 e, em conformidade com o Art. 9º da Lei Complementar nº 180, de 17 de dezembro de 2010, resolvem:

CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, ao servidor TIAGO DE OLIVEIRA CESA, matrícula nº 125, ocupante do cargo de provimento efetivo de “Assessor Legislativo”, no dia 25.09.2024, conforme Comunicado de Decisão da Supervisão de Perícia Médica de Itajaí.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Itajaí, 14 de outubro de 2024.

JORGE LUÍS ANDRADE  
Secretário de Administração e Finanças

ORLI CALBUSCH  
Diretor Administrativo e de Finanças, Orçamento e Contabilidade

Câmara de Vereadores de Itajaí

AVISO DE LICITAÇÃO

Registro no TCE nº F3E161F46B1584082A4ABF59085BC263371A65CB

UASG nº 926851 – Processo PNCP nº 90027/2024

A Câmara de Vereadores de Itajaí, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, e em conformidade com o Decreto Legislativo nº 713/2023, Lei nº 14.133/2021 (e outras vigentes), que se encontra aberto o Processo Licitatório nº 27/2024, na modalidade “Pregão” sob a forma “Eletrônica” nº 17/2024”, do tipo “menor preço global”, destinado ao recebimento de propostas para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de LIMPEZA e MANUTENÇÃO PREDITIVA, PREVENTIVA e CORRETIVA de Usina Fotovoltaica de 16840kWp, com 526 (quinhentos e vinte e seis) módulos fotovoltaicos instalados no telhado e estacionamento do edifício da Câmara de Vereadores de Itajaí. Poderão participar do certame interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil até as 09h00 do dia 05/11/2024. A íntegra do Edital encontra-se igualmente à disposição no site da Câmara de Vereadores de Itajaí (www.cvi.sc.gov.br), link “Licitações”.

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

JORGE LUIS ANDRADE  
Secretário de administração e Finanças

## EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 33/2024

Contratada: Ribeiro Apoio Administrativo e Comércio Ltda. (CNPJ: 25.040.889/0001-61)

Única Sócia: Luciana Ribeiro dos Santos

Objeto: “Contratação de pessoa jurídica especializada na locação de terminal de atendimento touch screen com sistema de geração de senhas, impressora e suporte técnico, conforme condições e quantidades estabelecidas no Termo de Referência”.

Valor total: R\$ 15.779,00 (quinze mil setecentos e setenta e nove reais).

Prazo de execução: 12 (doze) meses.

Prazo de vigência: 15 (quinze) meses.

Fundamento legal: De acordo com a Lei nº 14.133/2021.

Data de assinatura: 04/10/2024.

## EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATO nº 09/2021 – Sexto Termo Aditivo

Contratada: MISERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA. (CNPJ: 79.391.157/0001-45)

Sócios: Josiane Rode Goetten de Lima

Jorge Vladimir de Barros

Objeto: Prorrogação de prazo do Contrato de prestação de serviços de conservação e manutenção predial corretiva, nas instalações do prédio da Câmara de Vereadores de Itajaí.

Valor total: R\$ 133.502,16 (cento e três mil, quinhentos e dois reais e dezesseis centavos).

Vigência: até 21.10.2025

Funcionários Contratados: Oficial de Manutenção Predial – 02 (dois) postos

Fundamento legal: Cláusula Terceira do Contrato e art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

Data de assinatura: 14/10/2024.

REGINA RUSSI DA SILVA

Diretora de Licitações, Contratos e Compras Interina

## EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 24/2023 – Primeiro Termo Aditivo

Contratada: TÁTTICAS PUBLICIDADE E PROPAGANDA.  
(CNPJ: 05.432.749/0001-69)

Sócios: Franciele Chiapetti

Sophia Chiapetti da Cunha

Objeto: Prorrogação do contrato de Prestação de serviços de publicidade, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo estudo, planejamento, conceituação, concepção, criação, execução interna, intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao princípio da publicidade e ao direito à informação, de difundir ideias, princípios, iniciativas ou instituições ou de informar o público em geral.

Valor total do Termo Aditivo: R\$ 1.500,00 (um milhão e quinhentos mil reais)

Vigência: 22/10/2024 até 21/10/2025.

Fundamento legal: Artigo 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 e Cláusula Sexta do instrumento contratual.

Data de assinatura: 14/10/2024.

REGINA RUSSI DA SILVA

Diretora de Licitações, Contratos e Compras Interina

# ATOS DA SUPERINTENDÊNCIA DAS FUNDAÇÕES

## FUNDAÇÃO CULTURAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ - FUNDAÇÃO CULTURAL DE ITAJAÍ  
CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DE ITAJAÍ CARLINHOS NIEHUES | EDITAL Nº 12/2024

EDITAL DE ABERTURA DE VAGAS PARA INGRESSO DE ALUNOS NO CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DE ITAJAÍ CARLINHOS NIEHUES – PROCESSO SELETIVO 2025

### 1. ABERTURA

1.1 A Prefeitura de Itajaí e a Fundação Cultural de Itajaí tomam pública a abertura de inscrição ao Processo Seletivo 2025 para ingresso de alunos no Conservatório de Música de Itajaí Carlinhos Niehues, conforme Lei Municipal nº 4.829 de 20/06/2007, para o ano letivo de 2025.

### 2. PÚBLICO-ALVO E CURSOS OFERECIDOS

2.1 Músicos que atendam aos pré-requisitos de conhecimento básico mínimo em teoria musical e em seu instrumento, conforme descritos no presente edital no item 5.1.

2.2 O Conservatório de Música Popular de Itajaí Carlinhos Niehues oferece cursos para os seguintes instrumentos: **acordeon, bateria, canto, clarinete, contrabaixo acústico, contrabaixo elétrico, flauta transversal, guitarra, percussão, piano, saxofone, trombone, trompete, violão, viola de arco, violino e violoncelo**, proporcionando habilitação e qualificação profissional, por meio de uma matriz curricular própria composta por disciplinas agrupadas em seis semestres (três anos), de acordo com o projeto pedagógico aprovado, disponível no link: <https://conservatorio.itajai.sc.gov.br/projeto-pedagogico>

### 3. INSCRIÇÃO

#### 3.1 - Critérios

3.1.1 Será aceita somente 01 (uma) inscrição por candidato. Em caso de duplicidade de inscrição será considerada a última inscrição cadastrada observando dia e horário e o prazo limite para a inscrição.

3.1.2 Não serão aceitas inscrições de candidatos que já são alunos do Conservatório.

3.1.3 Não serão aceitas inscrições de ex-alunos do Conservatório que anularam sua matrícula por falta ou desistência sem aviso prévio, dentro do período que ele estaria frequentando o curso. Casos excepcionais poderão ser analisados pela direção e pelo conselho deliberativo do conservatório mediante requerimento no endereço <https://conservatorio.itajai.sc.gov.br/requerimentos>

#### 3.2 Efetivação

3.2.1 Para realizar a inscrição e participar do Processo Seletivo 2025 o candidato deverá preencher a ficha de inscrição online disponível na página <https://conservatorio.itajai.sc.gov.br/processo-seletivo> ou QR Code ao lado. Ao término da inscrição o candidato receberá a confirmação via e-mail cadastrado.



3.2.2 O candidato que esteja em fase de conclusão do ensino fundamental, deverá apresentar Certificado de Conclusão atestando tal condição no ato da matrícula, se aprovado neste processo seletivo, em caso de não apresentação da documentação necessária, dar-se-á a chamada ao candidato subsequente.

3.2.4 O candidato menor de 18 anos deverá apresentar autorização dos pais ou responsáveis para participar deste processo seletivo por meio de anexo de documento (conforme modelo disponibilizado) na ficha de inscrição online.

3.2.5 A publicação das inscrições deferidas e a convocatória para a realização da Prova Teórica será no dia **25/11/2024**.



### 3.2 – Período de inscrições

3.2.1 As inscrições serão recebidas até **20/11/2023**, a qualquer horário, via preenchimento de ficha de inscrição online disponível em <http://conservatorio.itajai.sc.gov.br/inscricao-2024> conforme orientações no item 3.1. Em hipótese alguma, será efetivada inscrição com data posterior ao dia **20/11/2024**.

### 3.3 - Candidato com necessidades especiais

3.3.1 O candidato que possuir necessidades especiais e que necessitar de atendimento diferenciado para realização das provas deverá declarar tal condição na ficha de inscrição online. Conforme o disposto no Art. 27 do Decreto nº 3298/99, serão providenciadas adaptações e os apoios necessários para a realização das Provas, conforme as características de sua necessidade.

### 3.5 - Correção nos dados cadastrais

3.5.1 A correção nos dados cadastrais deverá ser solicitada em caso de aprovação, no momento da matrícula.

### 4. VAGAS

4.1 São oferecidas 09 (nove) vagas para cada um dos cursos, dividido em três vagas por turno.

4.2 As vagas serão preenchidas pelos candidatos que obtiverem a melhor nota na prova prática, conforme o item 5.1, de acordo com o turno escolhido de cada candidato.

4.2.1 O turno é escolhido pelo candidato na hora da inscrição do processo seletivo e não será permitida troca de turno posteriormente. Casos excepcionais serão analisados pela direção do Conservatório.

4.1.2 Em casos de desistência da vaga, remanejamento, abandono ou que se enquadrem nos itens 4.1.3 e 9.2.2 serão chamados os candidatos suplentes obedecendo à ordem da classificação geral para cada curso e turno.

4.1.3 O aluno aprovado neste processo seletivo, depois de matriculado, deverá comparecer às aulas nas duas primeiras semanas do primeiro semestre letivo, e em caso de não comparecimento, sem justificativa antecipadamente comprovada, perderá o direito à vaga, e abrir-se-á chamada do aluno suplente neste processo seletivo.

4.1.4 Consideram-se para efeito de justificativa do item 4.1.3 os seguintes casos:

- I – Incapacidade física por doença ou acidente;
- II – Participação em atividades artísticas;
- III – Falecimento na família (em até segundo grau);
- IV – Casamento do candidato;
- V – Motivos de força maior, a serem analisados pelo conselho pedagógico.

4.1.4 Este edital reserva 1/3 das vagas por turno e por curso para moradores do município de Itajaí, que tenham sido considerados aptos com base em sua nota final no processo seletivo conforme os itens 5.1.1 e 5.1.2, vide art. 1º da Lei Municipal n. 4.829/2007.

### QUADRO DE VAGAS

CURSO	TUNO	VAGAS	TURNO	VAGAS	TURNO	VAGAS	VAGAS
ACORDEON	Matutino	3	Vespertino	3	Noturno	3	09
BATERIA	Matutino	3	Vespertino	3	Noturno	3	09
CANTO	Matutino	3	Vespertino	3	Noturno	3	09





CLARINETE	Matutino	3	Vespertino	3	Noturno	3	09
CONTRABAIXO ACÚSTICO	Matutino	3	Vespertino	3	Noturno	3	09
CONTRABAIXO ELÉTRICO	Matutino	3	Vespertino	3	Noturno	3	09
FLAUTA TRANSVERSAL	Matutino	3	Vespertino	3	Noturno	3	09
GUIARRA	Matutino	3	Vespertino	3	Noturno	3	09
PERCUSSÃO	Matutino	3	Vespertino	3	Noturno	3	09
PIANO	Matutino	3	Vespertino	3	Noturno	3	09
SAXOFONE	Matutino	3	Vespertino	3	Noturno	3	09
TROMBONE	Matutino	3	Vespertino	3	Noturno	3	09
TROMPETE	Matutino	3	Vespertino	3	Noturno	3	09



VIOLÃO	Matutino	3	Vespertino	3	Noturno	3	09
VIOLA DE ARCO	Matutino	3	Vespertino	3	Noturno	3	09
VIOLINO	Matutino	3	Vespertino	3	Noturno	3	09
VIOLONCELO	Matutino	3	Vespertino	3	Noturno	3	09
						<b>Total de vagas =</b>	<b>153</b>

## 5. DAS PROVAS

5.1 As avaliações deste processo seletivo acontecerão em 02 (duas) etapas eliminatórias, e constitui-se de 02 (duas) provas, prova escrita de Teoria Musical e Prova Prática.

### 5.1.1 Prova escrita de Teoria Musical

5.1.1.1 Na prova de teoria musical o candidato será avaliado quanto a conhecimentos sobre conceitos básicos da música e a aplicação desses conceitos.

5.1.1.2 A prova de teoria musical abrange os seguintes conteúdos: leitura nas claves de sol e fá; valores rítmicos (figuras e pausas); regras de notação e grafia musical; compassos simples e compostos; unidades de tempo e de compasso; escalas: maior e menor; ciclo de quintas; escalas relativas; intervalos; inversão de intervalos; tríades; sinais de andamento, dinâmica e expressão; sinais de repetição.

5.1.1.3 A prova de teoria musical é uma avaliação teórica escrita com pontuação de 0 a 10,0

5.1.1.4 A nota mínima exigida na prova de teoria musical é 6,0. Somente estarão aptos a realizar a segunda etapa do processo seletivo, que é a Prova Prática, os que obtiverem a nota mínima exigida. Os candidatos que não obtiverem a nota mínima exigida na prova de teoria musical serão automaticamente eliminados deste processo seletivo.

### 5.1.2 Prova Prática

5.1.2.1 A prova prática deverá ser executada no instrumento ou voz, conforme inscrição, na qual será avaliado o desempenho técnico-interpretativo do candidato, devendo este apresentar:

- Uma peça de livre escolha com duração máxima de 3 (três) minutos;
- Uma peça de confronto<sup>1</sup> que será disponibilizada até o dia 14/10/2024;
- Leitura à primeira vista de partitura para instrumentos melódicos (sax, flauta, trombone, trompete, viola, violino e violoncelo) e rítmicos (Bateria e Percussão); leitura de partituras e cifras para instrumentos harmônicos (violão, guitarra, piano, contrabaixo acústico e elétrico e acordeão); Solfejo melódico para candidatos ao curso de canto;

5.1.2.2 É de responsabilidade do candidato, para realização da Prova Prática providenciar tanto o instrumento (exceto piano e bateria) quanto o acompanhador (no caso do canto), ou acompanhar a si mesmo, se for o caso.

5.1.2.3 A prova prática é uma avaliação com pontuação de 0 a 10,0

5.1.2.4 A nota mínima exigida na prova prática é 6,0. Os candidatos que não obtiverem a nota mínima exigida na prova prática serão automaticamente eliminados deste processo seletivo.

5.1.2.5 A nota da prova prática será obtida através da média aritmética entre as notas atribuídas para cada etapa do item 5.1.2.1;

5.1.3 Será eliminado do Processo Seletivo o candidato que:

- Deixar de realizar qualquer uma das provas;
- Não atingir nota mínima igual a 6,0 na prova de teoria musical e prova prática;
- Não comparecer ao horário marcado para realização das provas;
- Não apresentar documento de identificação no dia das provas;

5.1.4 A ordem de classificação final será exclusivamente pela nota da prova prática;

<sup>1</sup> **Peça de Confronto:** Peça divulgada dentro do prazo do processo seletivo, para que os candidatos executem uma peça de mesmo nível e em iguais condições, a fim de avaliar seus conhecimentos práticos quanto à execução instrumental ou vocal;



## 5.2 - Indicação da data, local e horário das Provas

5.2.1 A Prova Teórica será realizada no dia **01 de dezembro de 2024**, domingo, das **9h30 às 11h30**, na Escola de Ensino Médio Victor Meirelles, localizada na Rua Gil Stein Ferreira, 318, Centro, Itajaí, SC, CEP 88301-210.

5.2.2 As Provas Práticas serão realizadas durante os dias **09, 10 e 11 de dezembro de 2024**. O local e o horário específico da cada prova prática será divulgado no dia **04/12/2024**, baseado cronograma de horários para cada instrumento elencados no item 5.2.3.

5.2.3 Cada candidato realizará a Prova Prática no respectivo turno de inscrição neste processo seletivo conforme cronograma abaixo:

Cronograma de Aplicação de Provas Práticas Processo Seletivo 2025 Conservatório de Música de Itajaí			
	09 de dezembro – segunda-feira	10 de dezembro – terça-feira	11 de dezembro - quarta-feira
<b>Matutino</b> (a partir das 8h – o horário individual de cada candidato será divulgado no dia 04/12/2024)	Canto, bateria, percussão, contrabaixo elétrico, contrabaixo acústico, viola, violino,	Guitarra, violão, Piano,	Guitarra, Acordeon, Saxofone, Trombone, Flauta, Trompete e Clarinete, violoncelo
<b>Vespertino</b> (a partir das 13h30 – o horário individual de cada candidato será divulgado no dia 04/12/2024)	Canto, bateria, percussão, contrabaixo elétrico, contrabaixo acústico, viola, violino,	Guitarra, Violão, Piano,	Guitarra, Acordeon, Saxofone, Trombone, Flauta, Trompete e Clarinete, violoncelo,
<b>Noturno</b> (a partir das 18h30 – o horário individual de cada candidato será divulgado no dia 04/12/2024)	Canto, bateria, percussão, contrabaixo elétrico, contrabaixo acústico, viola, violino,	Guitarra, Violão, Piano,	Guitarra, Acordeon, Saxofone, Trombone, Flauta, Trompete e Clarinete, violoncelo,

## 5.3 Calendário de provas e instruções

Data	Horário	Provas	Duração
01/12/2024	09h30 às 11h30	<b>PROVA DE TEORIA MUSICAL</b> Escola de Ensino Médio Victor Meirelles – Rua Gil Stein Ferreira, 318, Centro, Itajaí, SC, CEP 88301-210.	2h
conforme item 5.2.3	conforme item 5.2.3	<b>PROVA PRÁTICA</b> LOCAL SERÁ DIVULGADO NO DIA 04/12/2024	15 min

5.3.1 Desde já ficam os candidatos convocados a comparecer, preferencialmente com no mínimo 15 minutos de antecedência aos locais de realização das provas. O candidato terá até 2 horas para completar a Prova de Teoria Musical, sendo a duração mínima de 30 min. Não será permitida a realização das provas ao candidato que comparecer após o horário marcado.

5.3.2 Desde já ficam convocados os candidatos aprovados na prova de teoria musical a comparecer no horário de chamada exata para realização de sua prova prática, a ser divulgado até o dia **04/12/2024** no site do Conservatório e nos murais da instituição. Cada candidato terá 15 minutos para efetuar sua prova prática, individualmente, assistido por uma Banca Examinadora formada por no mínimo dois professores do Conservatório. Não será permitida a realização da Prova Prática ao candidato que não estiver presente no horário marcado. A decisão da Banca Examinadora é soberana, juntamente com o Conselho Deliberativo do Conservatório de Itajaí, incumbidos de dirimir sobre quaisquer casos extremos que venham a ocorrer na realização das provas deste processo seletivo.

**5.3.3 É de responsabilidade do candidato conhecer com antecedência o local e horário de realização das provas.**

5.3.4 Os resultados do presente Processo Seletivo são válidos exclusivamente para ingresso no primeiro semestre de 2025.



5.3.5 Os casos omissos serão avaliados pelo Conselho Deliberativo do Conservatório de Itajaí.

5.3.6 Para todas as provas, o candidato deverá comparecer ao respectivo local, preferencialmente com no mínimo 15 minutos de antecedência, munido do documento de identidade que originou sua inscrição, caneta esferográfica azul ou preta, lápis e borracha.

5.3.6.1 Para prestar as provas o candidato terá de apresentar o documento físico de identificação com foto, original, como meio de atestar a autenticidade e a identidade do candidato. São considerados, para fins de documentação, os seguintes documentos: Carteira ou Cédula de identidade expedida por Secretaria de Segurança Pública dos Estados, Forças Armadas ou Polícias Militares, Carteira Nacional de Habilitação (desde que com fotografia e assinatura), Passaporte, Carteira Expedida por Ordens ou Conselhos criados por Lei Federal e controladores do exercício profissional, desde que contenha fotografia e número do documento de identificação que lhe deu origem.

5.3.7 Durante a aplicação das provas, telefone celular, Pager e aparelhados deverão permanecer desligados. Não serão permitidas consultas de qualquer natureza, bem como o porte ou uso de telefone celular, pager, fones de ouvido ou quaisquer outros aparelhos eletrônicos e/ou similares nas dependências do local de prova.

5.3.8 Os candidatos com necessidades especiais deverão solicitar atendimento especial, conforme item 3.3.

5.3.9 Será excluído do Processo Seletivo o candidato que:

- for descortês com qualquer dos examinadores, coordenadores, fiscais ou autoridades presentes;
- for surpreendido, em ato flagrante, durante a realização das provas, comunicando-se com outro candidato, bem como se utilizando de consultas usando ou mantendo ligado durante a realização das provas: Pager, telefone celular ou qualquer outro material ou equipamento não permitidos;
- utilizar quaisquer recursos ilícitos ou fraudulentos, em qualquer etapa de sua realização.

5.3.10 O candidato, ao término da prova de teoria musical, entregará ao fiscal da sala a folha de Prova;

5.3.11 Na Prova de Teoria Musical, os três últimos candidatos deverão se retirar da sala ao mesmo tempo.

5.3.12 O candidato não poderá ausentar-se da sala durante as provas, a não ser momentaneamente, em casos específicos, e na companhia de um Fiscal de Provas.

5.3.13 Não será permitida a presença de acompanhante do candidato, ou de pessoas estranhas ao Processo Seletivo nas dependências dos locais de aplicação das provas.

5.3.14 Durante a realização da prova de teoria musical o candidato só poderá manter consigo e, em lugar visível, os seguintes objetos: caneta, lápis, borracha, documento de identidade;

5.3.15 Não será permitido ao candidato ingerir alimento de qualquer natureza durante a realização das provas. Em caso de necessidade (saúde) o candidato deverá comunicar o fato ao Fiscal da sala ANTES do início da prova, para ser orientado de como proceder. A Fundação Cultural de Itajaí não se responsabiliza por quaisquer objetos, de valor ou não, trazidos pelo candidato. Aparelhos eletrônicos (pager, telefone celular, etc) devem ser obrigatoriamente depositados, no local indicado pelo fiscal, desligados.

5.3.16 Não será permitido fumar nas dependências do prédio em que as provas estão sendo realizadas.

## 6. DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

7.1 A divulgação dos resultados do Processo Seletivo para ingresso no Conservatório de Música Popular de Itajaí Carlinhos Niehues será feita mediante lista afixada nas dependências do Conservatório e no site do Conservatório <https://conservatorio.itajaí.sc.gov.br/listas-e-chamadas-seletivo-2025> a partir do dia **20/12/2024**.

## 7. CALENDÁRIO GERAL DAS DATAS PROCECESSO SELETIVO 2025

DATA	EVENTO	LOCAL
de 14/10/2024 a 22/11/2024	Inscrições para o Processo Seletivo	Site do Conservatório <a href="https://conservatorio.itajaí.sc.gov.br/processo-seletivo">https://conservatorio.itajaí.sc.gov.br/processo-seletivo</a>
14/10/2024	Divulgação da Peça de Confronto da avaliação prática	Será divulgado no site do Conservatório



25/11/2024	Publicação das inscrições deferidas e a convocatória para a realização da Prova Teórica	Será fixado em mural no Conservatório e no site do Conservatório
01/12/2024 (domingo), das 09h30 às 11h30	Prova de Teoria Musical	Conforme item 5.2 do edital
04/12/2024	Resultado dos aprovados na Prova Teórica e convocação para a Prova Prática	Será afixado em mural no Conservatório e no site do Conservatório
09, 10 e 11 de dezembro/2024	Prova Prática	Programação específica de cada instrumento a ser divulgado no edital do processo seletivo item 5.2
20/12/2024	Divulgação dos aprovados em 1ª Chamada	Será afixado em mural no Conservatório e no site do Conservatório

## 8. ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E MATRÍCULA

### 8.1. Documentação Obrigatória e Confirmação da Matrícula

O candidato selecionado deverá efetuar sua matrícula conforme prazo descrito no item 7 do Edital, na Secretaria do Conservatório De Música Popular De Itajaí Carlinhos Niehues, situado na rua Hercílio Luz, 655, Centro, com a seguinte documentação obrigatória:

8.1.1. Cópia do Certificado de Conclusão do Ensino Fundamental/Médio/Superior ou Histórico Escolar referente ao curso concluído.

8.1.2. Cópia do CPF.

8.1.3. Cópia do documento de identidade atualizado.

8.1.4. Se estrangeiro, cópia do documento de identidade de estrangeiro, devidamente atualizado.

8.1.5. Em caso de mudança do nome, será imprescindível a cópia do respectivo documento (certidão).

8.1.6. A matrícula poderá ser efetuada pelo aluno ou representante, que deverá estar munido de toda a documentação e do documento de identidade de ambos.

8.1.7. Alunos menores de 18 anos deverão estar acompanhados do responsável legal com os respectivos documentos de identidade.

8.1.8 Uma fotografia 3x4

## 9.2. Garantia de Vaga

**9.2.1. A vaga será garantida mediante a efetivação da matrícula e entrega da documentação obrigatória no prazo estabelecido a ser divulgado**

9.2.2 Os candidatos aprovados que não efetuarem sua matrícula serão automaticamente desclassificados. Sua vaga será destinada ao próximo candidato com melhor classificação na lista de aprovados. Este candidato terá o prazo de 01 (um) dia útil, após o comunicado, para efetuar sua matrícula junto à Secretaria do Conservatório.

9.2.3. O aluno matriculado deverá cursar todas as disciplinas propostas na ementa do Curso

## 9.3. Normas Específicas do Curso

Todas as regras do curso serão disponibilizadas quando o aluno ingressar no curso por meio do Regimento Interno do Conservatório disponível no site do Conservatório.

## 10. SOBRE O CONSERVATÓRIO

10.1 Criado por meio da Lei Municipal nº 4.829 de vinte de junho de 2007, e órgão ligado à Fundação Cultural de Itajaí, o Conservatório de Música Popular de Itajaí Carlinhos Niehues é uma escola pública de formação profissional em música. O Conservatório oferece cursos com duração de três anos em quinze opções de instrumentos musicais: acordeon, piano, violão, contrabaixo, contrabaixo acústico, guitarra, bateria, percussão,



canto, saxofone, flauta, trompete e trombone, violino, viola e violoncelo. Além do instrumento específico o aluno estuda também as disciplinas prática-teóricas como: teoria musical, harmonia, rítmica, tecnologia em música, prática de conjunto, canto coral, arranjo e apreciação totalizando 864 horas de formação. Os alunos são contemplados com uma bolsa de estudos subsidiada pelo Município de Itajaí, por meio da Fundação Cultural.

Para ingressar em um dos cursos é preciso realizar o processo seletivo que acontece anualmente e em duas etapas: prova teórica e prova prática. As aulas são oferecidas nos turnos matutino, vespertino e noturno, com três vagas de cada instrumento por turno. Após aprovado no processo seletivo o aluno frequentará as aulas no turno escolhido.

O Conservatório conta com uma equipe de professores habilitados com experiência musical comprovada que participam ativamente do cenário da música no estado de Santa Catarina por todo Brasil e exterior.

O aluno formado no Conservatório de Música Popular de Itajaí estará habilitado para ingressar no mercado de trabalho atuando na área de performance musical em diferentes seguimentos

O Conservatório de Música de Itajaí Carlinhos Niehues fica localizado junto à Casa da Cultura Dide Brandão.

Rua Hercílio Luz, 655, centro, - Prédio Histórico em Itajaí/SC.

Email: [cmpconservatorio@gmail.com](mailto:cmpconservatorio@gmail.com)

Site: [www.conservatorio.itajai.sc.gov.br](http://www.conservatorio.itajai.sc.gov.br)

Itajaí, 14 de outubro de 2024.

**Normélio Pedro Weber**

Superintendente Administrativo das Fundações

**Vanderlei Lazzarotti**

Diretor Executivo da Fundação Cultural de Itajaí

**Eliezer Patissi**

Diretor do Conservatório de Música Popular de Itajaí Carlinhos Niehues

Apoio:



Realização:



## SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA DAS FUNDAÇÕES FUNDAÇÃO CULTURAL DE ITAJAÍ

### ERRATA EDITAL 009/2024

A Superintendência Administrativa das Fundações, por seu Superintendente no uso de suas atribuições representando a Fundação Cultural de Itajaí, torna pública a errata do Edital nº 009/2024, com publicado no jornal do Município, em 02 de outubro de 2024, Edição nº 2857, páginas 07 e 08, publicado no site, conforme segue:

#### Onde se lê:

#### 7. DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

7.1 A seleção da obra será feita pelo Conselho Deliberativo da Fundação Cultural de Itajaí.

#### Leia-se

#### 7. DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

7.1 A seleção da obra será feita por meio de pareceristas do Edital 009/2023 e os casos omissos pelo Conselho Deliberativo da Fundação Cultural de Itajaí.

Os demais itens do edital permanecem inalterados.

Itajaí, 14 de outubro de 2024.

**VANDERLEI LAZZAROTTI**

Diretor Executivo da Fundação Cultural de Itajaí

**NORMÉLIO PEDRO WEBER**

Superintendente Administrativo das Fundações de Itajaí

## ATOS DO INIS

Instituto Itajaí Sustentável - INIS

Extrato do Contrato: 301/2022 INIS - 003

Nome: Instituto Itajaí Sustentável - INIS

Empresa: CUSTÓDIO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 10.630.314/0001-21

Fundamento Legal: Nos termos da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: Constitui objeto deste aditivo, a renovação do contrato, pelo período de

24/10/2024 a 23/10/2025. O valor mensal do contrato será reajustado para R\$

11.478,22 (onze mil quatrocentos e setenta e oito reais e vinte e dois centavos), totalizando para o período proposto a importância de R\$ 137.738,64 (cento e trinta e sete mil setecentos e trinta e oito reais e sessenta e quatro centavos)

Data Assinatura: 15/10/2024

Vigência: 24/10/2024 a 23/10/2025

Valor: R\$ 137.738,64 (cento e trinta e sete mil setecentos e trinta e oito reais e sessenta e quatro centavos).

e-DOC A53E5F8B  
Proc 283963/2024-e

## Município de Itajaí

INIS-Diretoria de Licenciamento e Fiscalização  
Ambiental - Gerência de Fiscalização



OFÍCIO 188/2024

Itajaí, 17 de Setembro de 2024.

Auto de Infração nº 1259

Interessado: Sônia Maria Maçaneiro

À Sônia Maria Maçaneiro,

O Instituto Itajaí Sustentável - INIS vem informar a Vossa Senhoria que o Auto de Infração em epígrafe será incluído na pauta de Audiência de Conciliação, e solicitamos vossa presença.

Data: 10/12/2024

Horário: 14:00

Local: Sede do INIS - Avenida Vereador Abrahão João Francisco, nº 2600 - Dom Bosco, Itajaí.

Informa-se que, no momento da audiência de conciliação, serão ofertadas ao autuado as seguintes opções de parcelamento, nos moldes da Política Municipal de Meio Ambiente:

#### Art. 81. Com relação à multa simples, admitir-se-á, na conciliação:

**I - o pagamento em 01 (uma) única parcela com desconto de 30% (trinta por cento) sobre o valor consolidado do auto de infração;**

**II - o pagamento em 02 (duas) parcelas com desconto de 20% (vinte por cento) sobre o valor consolidado do auto de infração;**

**III - o pagamento em 03 (três) parcelas com desconto de 10% (dez por cento) sobre o valor consolidado do auto de infração;**

**IV - o parcelamento em até 10 (dez) vezes, sem desconto, para valores de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);**

**V - o parcelamento em até 20 (vinte) vezes, sem desconto, para valores entre R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) até R\$ 100.000,00 (cem mil reais);**

**VI - para valores acima de R\$ 100.000,00 (cem mil reais):**

**a) o parcelamento em até 30 (trinta) vezes, sem desconto, quando o autuado for pessoa física, microempreendedor individual, empresa de pequeno porte ou microempresa;**

**b) o parcelamento em até 3 (três) vezes, sem desconto, nos demais casos.**

Documento assinado digitalmente. Para verificar, acesse <http://sipe.itajai.sc.gov.br?ta=autenticidade> e informe o e-DOC A53E5F8B

e-DOC A53E5F8B  
Proc 283963/2024-e

No mais, destaca-se que: o pagamento da única parcela com desconto ou da primeira parcela, nos demais casos, deverá ocorrer no prazo máximo de 3 dias da data da realização da conciliação; a adesão a quaisquer modalidades de pagamento ou parcelamento implica confissão do débito com o reconhecimento irrefutável da quantia como líquida, certa e exigível; subsistindo a obrigação de promover a recuperação ambiental, o encerramento do processo pelo cumprimento da proposta de conciliação não exime o autuado da obrigação de reparar o dano ambiental.

Nesta senda, concedemos o PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS ÚTEIS, a contar da data de execução da Audiência, para que, querendo, apresente DEFESA ADMINISTRATIVA.

Este ofício não substitui ou exclui as demais exigências estabelecidas pela Legislação Municipal, Estadual e Federal.

Atenciosamente,

Edson Panca  
Gerente de Fiscalização  
Portaria nº 065/2021  
[ASSINADO DIGITALMENTE]

Mario Cesar Angelo  
Diretor Presidente  
Portaria nº 0725/2022  
[ASSINADO DIGITALMENTE]





# JORNAL DO MUNICÍPIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ  
INSTITUTO ITAJAÍ SUSTENTÁVEL - INIS  
Av. Vereador Abrahão João Francisco, 2600, Dom Bosco, Itajaí,  
SC CEP 88307-300 Fone: 47 3348-8031  
www.inis.itajai.sc.gov.br



e-DOC F9064F0E  
Proc 268417/2024-e



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ  
INSTITUTO ITAJAÍ SUSTENTÁVEL - INIS  
Av. Vereador Abrahão João Francisco, 2600, Dom Bosco, Itajaí,  
SC CEP 88307-300 Fone: 47 3348-8031  
www.inis.itajai.sc.gov.br



e-DOC 98AF7326  
Proc 224886/2024-e

## NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL

1554

01-NOME COMPLETO <b>KUNG GUINHOS TRANSPORTE E ASSISTÊNCIA LTDA</b>	02-CPF/CNPJ <b>45.234.921/0001-57</b>
03-C-IDENT. / TÍTULO DE ELEITOR / C. PROFISSIONAL/PASSAPORTE <b>-</b>	04-TELEFONE <b>(41) 3341-1146</b>
05-ENDEREÇO <b>RUA JOSÉ LOPES, Nº 1497, APT. 103</b>	06-BAIRRO <b>CORDEIROS</b>
08-ENDEREÇO DA OCORRÊNCIA <b>RUA ALVARO BERALDI, Nº 350</b>	09-BAIRRO DA OCORRÊNCIA <b>CANHANDUVA</b>
10-MUNICÍPIO/UF <b>ITAJAÍ/SC</b>	11-DESCRIÇÃO DA NOTIFICAÇÃO <b>FICA A EMPRESA ACIMA QUALIFICADA NOTIFICADA A APRESENTAR EM UM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS: 1) MATÉRIA ATUALIZADA DO IMÓVEL COM INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA Nº 204.096.01.0130, LOCALIZADO NO ENDEREÇO DA OCORRÊNCIA DESCRITO ACIMA, ONDE FOI OBSERVADA OBRATAÇÃO E ESPERA DA EMPRESA KUNG GUINHOS; 2) OU CONTRATO DE LOCAÇÃO DO IMÓVEL; 3) OU OUTRO DOCUMENTO QUE COMPROVE E INDIQUE O PROPRIETÁRIO, E/OU RESPONSÁVEL PELA IMÓVEL. SEGUER ANEXO O PARECER DE FISCALIZAÇÃO Nº 019/2024 PARA CONHECIMENTO.</b>
COORDENADAS DO LOCAL DA NOTIFICAÇÃO <b>UTM 22J 729.090; 7.018.246 (SIRGAS-2000)</b>	
12-DATA DA NOTIFICAÇÃO <b>30/08/2024</b>	13-HORA <b>18:00h</b>
14-PRAZO PARA ATENDIMENTO DA NOTIFICAÇÃO <b>15 (QUINZE) DIAS</b>	
O NOTIFICADO DEVERÁ COMPARECER À SEDE DO INSTITUTO ITAJAÍ SUSTENTÁVEL, NO PRAZO DETERMINADO ACIMA, A CONTAR DA DATA DA EMISSÃO DESTA NOTIFICAÇÃO, PARA ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS SUPRACITADAS. O NÃO COMPARECIMENTO PODERÁ CONSTITUIR CRIME EM DESOBEDIÊNCIA AO ARTIGO 330 DO CÓDIGO PENAL, E PODERÁ SUBJETAR O NOTIFICADO À APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL.	
15-ASSINATURA DO NOTIFICADO <b>Carolina Moreira da Silva</b> Analista e Fiscal Ambiental - INIS Portaria nº 1570/10	16-ASSINATURA E CARIMBO DO AGENTE NOTIFICANTE <b>Carolina Moreira da Silva</b> Analista e Fiscal Ambiental - INIS Portaria nº 1570/10
NOME LEGÍVEL <b>Carolina Moreira da Silva</b>	17-PESSOA RESPONSÁVEL CASO O NOTIFICADO NÃO ESTEJA PRESENTE (NOME COMPLETO) <b>-</b>
18-CPF / C-IDENT. / TÍTULO DE ELEITOR / C. PROFISSIONAL/PASSAPORTE <b>-</b>	19-ENDEREÇO <b>-</b>
20-BAIRRO / DISTRITO <b>-</b>	21-MUNICÍPIO / CIDADE/UF <b>-</b>
O Notificado recusou-se a dar ciência do presente auto de infração, fato esse que, conforme dispõe o parágrafo 2º do artigo 96 do Decreto Federal nº 6.514/08, certificam as seguintes testemunhas: <b>X</b> O Notificado evadiu-se / estava ausente no momento da lavratura do auto de infração, fato esse que, conforme dispõe o parágrafo 3º do artigo 96 do Decreto Federal nº 6.514/08, certificam as seguintes testemunhas: NOME: <b>Carolina Moreira da Silva</b> CPF: <b>089.279.231-60</b> TELEFONE: <b>(47) 3348-8031</b> ASSINATURA: <b>Carolina Moreira da Silva</b> NOME: <b>Carolina Moreira da Silva</b> CPF: <b>089.279.231-60</b> TELEFONE: <b>(47) 3348-8031</b> ASSINATURA: <b>Carolina Moreira da Silva</b>	

1ª VIA - NOTIFICADO (BRANCA);

2ª VIA - PROCESSO (AMARELA);

3ª VIA - UNIDADE EMITENTE (AZUL)

Documento assinado digitalmente. Para verificar, acesse <http://sipe.itajai.sc.gov.br?ta=autenticidade> e informe o e-DOC F9064F0E



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ  
INSTITUTO ITAJAÍ SUSTENTÁVEL - INIS  
Av. Vereador Abrahão João Francisco, 2600, Dom Bosco, Itajaí,  
SC CEP 88307-300 Fone: 47 3348-8031  
www.inis.itajai.sc.gov.br



e-DOC F176D6D1  
Proc 281979/2024-e

## NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL

1557

01-NOME COMPLETO <b>MÁRIO MOACIR POLHEM</b>	02-CPF/CNPJ <b>049.315.279-22</b>
03-C-IDENT. / TÍTULO DE ELEITOR / C. PROFISSIONAL/PASSAPORTE <b>-</b>	04-TELEFONE <b>(47) 99954-5347</b>
05-ENDEREÇO <b>RUA REINOLDO POLHEM, Nº 113</b>	06-BAIRRO <b>BELENTE II</b>
08-ENDEREÇO DA OCORRÊNCIA <b>RUA RODOLFO GILARDI, S/N, ESQUINA C/R REINOLDO POLHEM</b>	09-BAIRRO DA OCORRÊNCIA <b>BELENTE II</b>
10-MUNICÍPIO/UF <b>ITAJAÍ/SC</b>	11-DESCRIÇÃO DA NOTIFICAÇÃO <b>EM UM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS FICA O RESPONSÁVEL PELA IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA RODOLFO GILARDI, ESQUINA COM A RUA REINOLDO POLHEM, A REPARAR A UNIDADE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS LÁ DEPOSITADOS. ADICIONAR QUE A ATIVIDADE DE DESTAQUE DE SUCATA, TRIAGEM E RECONHECIMENTO DE RESÍDUOS DEVERÁ OCORRER SEPRANTE NO IMÓVEL OBJETO DA LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO Nº 7013/2023/INIS. CASO O RESPONSÁVEL DESEJE AMPLAR SUA ATIVIDADE DEVERÁ SER RECEBIDO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL.</b>
COORDENADAS DO LOCAL DA NOTIFICAÇÃO <b>UTM 22J 718.250; 7.004.453 (SIRGAS 2000)</b>	
12-DATA DA NOTIFICAÇÃO <b>13/09/2024</b>	13-HORA <b>17:45h</b>
14-PRAZO PARA ATENDIMENTO DA NOTIFICAÇÃO <b>15 (QUINZE) DIAS</b>	
O NOTIFICADO DEVERÁ COMPARECER À SEDE DO INSTITUTO ITAJAÍ SUSTENTÁVEL, NO PRAZO DETERMINADO ACIMA, A CONTAR DA DATA DA EMISSÃO DESTA NOTIFICAÇÃO, PARA ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS SUPRACITADAS. O NÃO COMPARECIMENTO PODERÁ CONSTITUIR CRIME EM DESOBEDIÊNCIA AO ARTIGO 330 DO CÓDIGO PENAL, E PODERÁ SUBJETAR O NOTIFICADO À APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL.	
15-ASSINATURA DO NOTIFICADO <b>Carolina Moreira da Silva</b> Analista e Fiscal Ambiental - INIS Portaria nº 1570/10	16-ASSINATURA E CARIMBO DO AGENTE NOTIFICANTE <b>Carolina Moreira da Silva</b> Analista e Fiscal Ambiental - INIS Portaria nº 1570/10
NOME LEGÍVEL <b>Carolina Moreira da Silva</b>	17-PESSOA RESPONSÁVEL CASO O NOTIFICADO NÃO ESTEJA PRESENTE (NOME COMPLETO) <b>-</b>
18-CPF / C-IDENT. / TÍTULO DE ELEITOR / C. PROFISSIONAL/PASSAPORTE <b>-</b>	19-ENDEREÇO <b>-</b>
20-BAIRRO / DISTRITO <b>-</b>	21-MUNICÍPIO / CIDADE/UF <b>-</b>
O Notificado recusou-se a dar ciência do presente auto de infração, fato esse que, conforme dispõe o parágrafo 2º do artigo 96 do Decreto Federal nº 6.514/08, certificam as seguintes testemunhas: <b>X</b> O Notificado evadiu-se / estava ausente no momento da lavratura do auto de infração, fato esse que, conforme dispõe o parágrafo 3º do artigo 96 do Decreto Federal nº 6.514/08, certificam as seguintes testemunhas: NOME: <b>Carolina Moreira da Silva</b> CPF: <b>089.279.231-60</b> TELEFONE: <b>(47) 3348-8031</b> ASSINATURA: <b>Carolina Moreira da Silva</b> NOME: <b>Carolina Moreira da Silva</b> CPF: <b>089.279.231-60</b> TELEFONE: <b>(47) 3348-8031</b> ASSINATURA: <b>Carolina Moreira da Silva</b>	

1ª VIA - NOTIFICADO (BRANCA);

2ª VIA - PROCESSO (AMARELA);

3ª VIA - UNIDADE EMITENTE (AZUL)

Documento assinado digitalmente. Para verificar, acesse <http://sipe.itajai.sc.gov.br?ta=autenticidade> e informe o e-DOC F176D6D1

## AUTO DE INFRAÇÃO

1253

CONFORME ARTIGO 70 DA LEI FEDERAL Nº 9.605/98 FOI CONSTATADA INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA E, CONFORME ARTIGO 3º DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08, FORAM IMPOSTAS AS SEGUINTES SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	
<input type="checkbox"/> ADVERTÊNCIA <input type="checkbox"/> DESTRUIÇÃO/INUTILIZAÇÃO <input type="checkbox"/> EMBARGO	<input checked="" type="checkbox"/> MULTA SIMPLES <input type="checkbox"/> MULTA DIÁRIA <input type="checkbox"/> SUSPENSÃO DE VENDA/FABRICAÇÃO/ATIVIDADES
<input type="checkbox"/> DEMOLIÇÃO <input type="checkbox"/> APREENSÃO	
01-CPF/CNPJ <b>111.414.419-22</b>	02-C-IDENT. / TÍTULO DE ELEITOR / C. PROFISSIONAL/PASSAPORTE <b>-</b>
03-NOME COMPLETO DO AUTUADO <b>Paula Damazio Kute</b>	04-TELEFONE <b>(47) 99421-1360</b>
05-ENDEREÇO <b>Av. Paulo Cândido da Silva, 240</b>	06-BAIRRO <b>Santa Regina</b>
08-ENDEREÇO DA INFRAÇÃO <b>Av. Paulo Cândido da Silva, 240</b>	09-BAIRRO DA INFRAÇÃO <b>Santa Regina</b>
10-MUNICÍPIO / CIDADE <b>ITAJAÍ-SC</b>	11-DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO <b>Praticar ato de mau-tratos contra uma cadela, conforme Relatório de Vistoria n. 06/2024</b>
Gravidade de Violência: Grau II	
INFRAÇÃO DE ACORDO COM O:	
12-ART. 24 <b>-</b>	13-ART. 24 <b>-</b>
14-ART. 24 <b>-</b>	15-ART. 24 <b>-</b>
16-ART. 24 <b>-</b>	17-ART. 24 <b>-</b>
18-ART. 24 <b>-</b>	19-ART. 24 <b>-</b>
20-ART. 24 <b>-</b>	21-ART. 24 <b>-</b>
22-ART. 24 <b>-</b>	23-ART. 24 <b>-</b>
24-ART. 24 <b>-</b>	25-ART. 24 <b>-</b>
26-ART. 24 <b>-</b>	27-ART. 24 <b>-</b>
28-ART. 24 <b>-</b>	29-ART. 24 <b>-</b>
30-ART. 24 <b>-</b>	31-ART. 24 <b>-</b>
32-ART. 24 <b>-</b>	33-ART. 24 <b>-</b>
34-ART. 24 <b>-</b>	35-ART. 24 <b>-</b>
36-ART. 24 <b>-</b>	37-ART. 24 <b>-</b>
38-ART. 24 <b>-</b>	39-ART. 24 <b>-</b>
40-ART. 24 <b>-</b>	41-ART. 24 <b>-</b>
42-ART. 24 <b>-</b>	43-ART. 24 <b>-</b>
44-ART. 24 <b>-</b>	45-ART. 24 <b>-</b>
46-ART. 24 <b>-</b>	47-ART. 24 <b>-</b>
48-ART. 24 <b>-</b>	49-ART. 24 <b>-</b>
50-ART. 24 <b>-</b>	51-ART. 24 <b>-</b>
52-ART. 24 <b>-</b>	53-ART. 24 <b>-</b>
54-ART. 24 <b>-</b>	55-ART. 24 <b>-</b>
56-ART. 24 <b>-</b>	57-ART. 24 <b>-</b>
58-ART. 24 <b>-</b>	59-ART. 24 <b>-</b>
60-ART. 24 <b>-</b>	61-ART. 24 <b>-</b>
62-ART. 24 <b>-</b>	63-ART. 24 <b>-</b>
64-ART. 24 <b>-</b>	65-ART. 24 <b>-</b>
66-ART. 24 <b>-</b>	67-ART. 24 <b>-</b>
68-ART. 24 <b>-</b>	69-ART. 24 <b>-</b>
70-ART. 24 <b>-</b>	71-ART. 24 <b>-</b>
72-ART. 24 <b>-</b>	73-ART. 24 <b>-</b>
74-ART. 24 <b>-</b>	75-ART. 24 <b>-</b>
76-ART. 24 <b>-</b>	77-ART. 24 <b>-</b>
78-ART. 24 <b>-</b>	79-ART. 24 <b>-</b>
80-ART. 24 <b>-</b>	81-ART. 24 <b>-</b>
82-ART. 24 <b>-</b>	83-ART. 24 <b>-</b>
84-ART. 24 <b>-</b>	85-ART. 24 <b>-</b>
86-ART. 24 <b>-</b>	87-ART. 24 <b>-</b>
88-ART. 24 <b>-</b>	89-ART. 24 <b>-</b>
90-ART. 24 <b>-</b>	91-ART. 24 <b>-</b>
92-ART. 24 <b>-</b>	93-ART. 24 <b>-</b>
94-ART. 24 <b>-</b>	95-ART. 24 <b>-</b>
96-ART. 24 <b>-</b>	97-ART. 24 <b>-</b>
98-ART. 24 <b>-</b>	99-ART. 24 <b>-</b>
100-ART. 24 <b>-</b>	101-ART. 24 <b>-</b>
102-ART. 24 <b>-</b>	103-ART. 24 <b>-</b>
104-ART. 24 <b>-</b>	105-ART. 24 <b>-</b>
106-ART. 24 <b>-</b>	107-ART. 24 <b>-</b>
108-ART. 24 <b>-</b>	109-ART. 24 <b>-</b>
110-ART. 24 <b>-</b>	111-ART. 24 <b>-</b>
112-ART. 24 <b>-</b>	113-ART. 24 <b>-</b>
114-ART. 24 <b>-</b>	115-ART. 24 <b>-</b>
116-ART. 24 <b>-</b>	117-ART. 24 <b>-</b>
118-ART. 24 <b>-</b>	119-ART. 24 <b>-</b>
120-ART. 24 <b>-</b>	121-ART. 24 <b>-</b>
122-ART. 24 <b>-</b>	123-ART. 24 <b>-</b>
124-ART. 24 <b>-</b>	125-ART. 24 <b>-</b>
126-ART. 24 <b>-</b>	127-ART. 24 <b>-</b>
128-ART. 24 <b>-</b>	129-ART. 24 <b>-</b>
130-ART. 24 <b>-</b>	131-ART. 24 <b>-</b>
132-ART. 24 <b>-</b>	133-ART. 24 <b>-</b>
134-ART. 24 <b>-</b>	135-ART. 24 <b>-</b>
136-ART. 24 <b>-</b>	137-ART. 24 <b>-</b>
138-ART. 24 <b>-</b>	139-ART. 24 <b>-</b>
140-ART. 24 <b>-</b>	141-ART. 24 <b>-</b>
142-ART. 24 <b>-</b>	143-ART. 24 <b>-</b>
144-ART. 24 <b>-</b>	145-ART. 24 <b>-</b>
146-ART. 24 <b>-</b>	147-ART. 24 <b>-</b>
148-ART. 24 <b>-</b>	149-ART. 24 <b>-</b>
150-ART. 24 <b>-</b>	151-ART. 24 <b>-</b>
152-ART. 24 <b>-</b>	153-ART. 24 <b>-</b>
154-ART. 24 <b>-</b>	155-ART. 24 <b>-</b>
156-ART. 24 <b>-</b>	157-ART. 24 <b>-</b>
158-ART. 24 <b>-</b>	159-ART. 24 <b>-</b>
160-ART. 24 <b>-</b>	161-ART. 24 <b>-</b>
162-ART. 24 <b>-</b>	163-ART. 24 <b>-</b>
164-ART. 24 <b>-</b>	165-ART. 24 <b>-</b>
166-ART. 24 <b>-</b>	167-ART. 24 <b>-</b>
168-ART. 24 <b>-</b>	169-ART. 24 <b>-</b>
170-ART. 24 <b>-</b>	171-ART. 24 <b>-</b>
172-ART. 24 <b>-</b>	173-ART. 24 <b>-</b>
174-ART. 24 <b>-</b>	175-ART. 24 <b>-</b>
176-ART. 24 <b>-</b>	177-ART. 24 <b>-</b>
178-ART. 24 <b>-</b>	179-ART. 24 <b>-</b>
180-ART. 24 <b>-</b>	181-ART. 24 <b>-</b>
182-ART. 24 <b>-</b>	183-ART. 24 <b>-</b>
184-ART. 24 <b>-</b>	185-ART. 24 <b>-</b>
186-ART. 24 <b>-</b>	187-ART. 24 <b>-</b>
188-ART. 24 <b>-</b>	189-ART. 24 <b>-</b>
190-ART. 24 <b>-</b>	191-ART. 24 <b>-</b>
192-ART. 24 <b>-</b>	193-ART. 24 <b>-</b>
194-ART. 24 <b>-</b>	195-ART. 24 <b>-</b>
196-ART. 24 <b>-</b>	197-ART. 24 <b>-</b>
198-ART. 24 <b>-</b>	199-ART. 24 <b>-</b>
200-ART. 24 <b>-</b>	201-ART. 24 <b>-</b>
202-ART. 24 <b>-</b>	203-ART. 24 <b>-</b>
204-ART. 24 <b>-</b>	205-ART. 24 <b>-</b>
206-ART. 24 <b>-</b>	207-ART. 24 <b>-</b>
208-ART. 24 <b>-</b>	209-ART. 24 <b>-</b>
210-ART. 24 <b>-</b>	211-ART. 24 <b>-</b>
212-ART. 24 <b>-</b>	213-ART. 24 <b>-</b>
214-ART. 24 <b>-</b>	215-ART. 24 <b>-</b>
216-ART. 24 <b>-</b>	217-ART. 24 <b>-</b>
218-ART. 24 <b>-</b>	219-ART. 24 <b>-</b>
220-ART. 24 <b>-</b>	221-ART. 24 <b>-</b>
222-ART. 24 <b>-</b>	223-ART. 24 <b>-</b>
224-ART. 24 <b>-</b>	225-ART. 24 <b>-</b>
226-ART. 24 <b>-</b>	227-ART. 24 <b>-</b>
228-ART. 24 <b>-</b>	229-ART. 24 <b>-</b>
230-ART. 24 <b>-</b>	231-ART. 24 <b>-</b>
232-ART. 24 <b>-</b>	233-ART. 24 <b>-</b>
234-ART. 24 <b>-</b>	235-ART. 24 <b>-</b>
236-ART. 24 <b>-</b>	237-ART. 24 <b>-</b>
238-ART. 24 <b>-</b>	239-ART. 24 <b>-</b>
240-ART. 24 <b>-</b>	241-ART. 24 <b>-</b>
242-ART. 24 <b>-</b>	243-ART. 24 <b>-</b>
244-ART. 24 <b>-</b>	245-ART. 24 <b>-</b>
246-ART. 24 <b>-</b>	247-ART. 24 <b>-</b>
248-ART. 24 <b>-</b>	249-ART. 24 <b>-</b>
250-ART. 24 <b>-</b>	251-ART. 24 <b>-</b>
252-ART. 24 <b>-</b>	253-ART. 24 <b>-</b>
254-ART. 24 <b>-</b>	255-ART. 24 <b>-</b>
256-ART. 24 <b>-</b>	257-ART. 24 <b>-</b>
258-ART. 24 <b>-</b>	259-ART. 24 <b>-</b>
260-ART. 24 <b>-</b>	261-ART. 24 <b>-</b>
262-ART. 24 <b>-</b>	263-ART. 24 <b>-</b>
264-ART. 24 <b>-</b>	265-ART. 24 <b>-</b>
266-ART. 24 <b>-</b>	267-ART. 24 <b>-</b>
268-ART. 24 <b>-</b>	269-ART. 24 <b>-</b>
270-ART. 24 <b>-</b>	271-ART. 24 <b>-</b>
272-ART. 24 <b>-</b>	273-ART. 24 <b>-</b>
274-ART. 24 <b>-</b>	275-ART. 24 <b>-</b>
276-ART. 24 <b>-</b>	277-ART. 24 <b>-</b>
278-ART. 24 <b>-</b>	279-ART. 24 <b>-</b>
280-ART. 24 <b>-</b>	281-ART. 24 <b>-</b>
282-ART. 24 <b>-</b>	283-ART. 24 <b>-</b>
284-ART. 24 <b>-</b>	285-ART. 24 <b>-</b>
286-ART. 24 <b>-</b>	287-ART. 24 <b>-</b>
288-ART. 24 <b>-</b>	289-ART. 24 <b>-</b>
290-ART. 24 <b>-</b>	291-ART. 24 <b>-</b>
292-ART. 24 <b>-</b>	293-ART. 24 <b>-</b>
294-ART. 24 <b>-</b>	295-ART. 24 <b>-</b>
296-ART. 24 <b>-</b>	297-ART. 24 <b>-</b>
298-ART. 24 <b>-</b>	299-ART. 24 <b>-</b>
300-ART. 24 <b>-</b>	301-ART. 24 <b>-</b>
302-ART. 24 <b>-</b>	303-ART. 24 <b>-</b>
304-ART. 24 <b>-</b>	305-ART. 24 <b>-</b>
306-ART. 24 <b>-</b>	307-ART. 24 <b>-</b>
308-ART. 24 <b>-</b>	309-ART. 24 <b>-</b>
310-ART. 24 <b>-</b>	311-ART. 24 <b>-</b>
312-ART. 24 <b>-</b>	313-ART. 24 <b>-</b>
314-ART. 24 <b>-</b>	315-ART. 24 <b>-</b>
316-ART. 24 <b>-</b>	317-ART. 24 <b>-</b>
318-ART. 24 <b>-</b>	319-ART. 24 <b>-</b>
320-ART. 24 <b>-</b>	321-ART. 24 <b>-</b>
322-ART. 24 <b>-</b>	323-ART. 24 <b>-</b>
324-ART. 24 <b>-</b>	325-ART. 24 <b>-</b>
326-ART. 24 <b>-</b>	327-ART. 24 <b>-</b>
328-ART. 24 <b>-</b>	329-ART. 24 <b>-</b>
330-ART. 24 <b>-</b>	331-ART. 24 <b>-</b>
332-ART. 24 <b>-</b>	333-ART. 24 <b>-</b>
334-ART. 24 <b>-</b>	335-ART. 24 <b>-</b>
336-ART. 24 <b>-</b>	337-ART. 24 <b>-</b>
338-ART. 24 <b>-</b>	339-ART. 24 <b>-</b>
340-ART. 24 <b>-</b>	341-ART. 24 <b>-</b>
342-ART. 24 <b>-</b>	343-ART. 24 <b>-</b>
344-ART. 24 <b>-</b>	345-ART. 24 <b>-</b>
346-ART. 24 <b>-</b>	347-ART. 24 <b>-</b>
348-ART. 24 <b>-</b>	349-ART. 24 <b>-</b>
35	

## ATOS DO IPI

PORTARIA Nº 266/2024

A Diretora Presidente do Instituto de Previdência de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, alínea “i”, da Lei nº 3742/02, considerando o disposto nos artigos 4º, §9º, artigo 10, §7º c/c artigo 36, inciso II, da Emenda Constitucional nº 103/19, RESOLVE conceder APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, com proventos integrais, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, ao servidor MARIO SILVIO AZEVEDO, matrícula nº 55401 ocupante do cargo de Técnico em Atividades Administrativas, Categoria “5”, Faixa “I”, Padrão “J” de vencimentos, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

MARIA ELISABETH BITTENCOURT  
Diretora Presidente  
Instituto de Previdência de Itajaí



### PORTARIA Nº 268/2024

A Diretora Presidente do Instituto de Previdência de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 3º, alínea “i”, da Lei 3.742/2002, considerando o art. 40 da Lei Complementar nº 217/2013, e em conformidade com o artigo 1º, da Lei nº 2.791, de 05 de janeiro de 1993, com nova redação dada pelo artigo 4º, da Lei nº 3.773, de 04 de julho de 2002, resolve **CONCEDER “LICENÇA-PRÊMIO”** ao servidor **VITOR PAUL WOYAKEWICZ**, matrícula nº 03, ocupante do cargo de provimento efetivo de **PROCURADOR AUTÁRQUICO**, referente ao **QUINQUÊNIO 2018/2024**, considerando o período aquisitivo de 18/02/2018 a 22/09/2024, conforme a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, pelo período de 03 (três) meses, com conversão em abono pecuniário de 1/3 (um terço), de 01 de novembro de 2024 a 30 de dezembro de 2024.

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

MARIA ELISABETH BITTENCOURT:351  
23478949  
Assinado de forma digital por MARIA ELISABETH BITTENCOURT:35123478949  
Dados: 2024.10.15 17:49:07 -03'00'  
MARIA ELISABETH BITTENCOURT  
Diretora Presidente do  
Instituto de Previdência de Itajaí



### PORTARIA Nº 260/2024

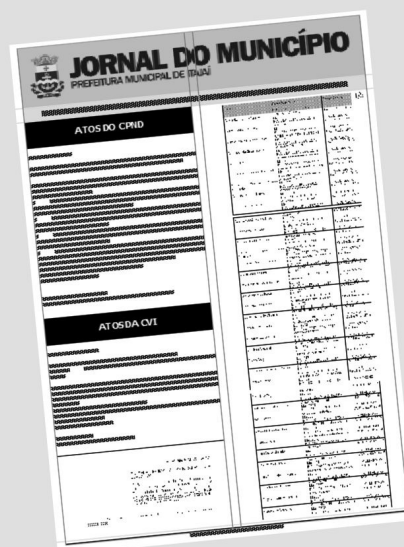
A Diretora Presidente do Instituto de Previdência de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 3º, inciso “i”, da Lei 3.742/2002, resolve **CONCEDER “LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”**, nos termos do artigo 8º, da Lei Complementar 180 de 17 de dezembro de 2010, a servidora abaixo relacionada:

NOME DO SERVIDOR	MAT	CARGO	Nº DIAS	PERÍODO
CLARICE FATIMA JULIANI	14	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	15	18/09/2024 A 02/10/2024

Itajaí, 08 de outubro de 2024.

MARIA ELISABETH BITTENCOURT  
Diretora Presidente do  
Instituto de Previdência de Itajaí

## O NOSSO JORNAL!







## ATOS DA SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ  
SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE ITAJAÍ (SPI)  
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO 007/24 - OBJETO: Fornecimento de Equipamento de Proteção Individual – EPI, para à Superintendência do Porto de Itajaí, em atendimento as normas de saúde e segurança do trabalho, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. EDITAL: Os interessados poderão ler e obter o Edital completo no site do Porto de Itajaí, endereço: <https://www.porto-itajai.com.br/licitacoes> e no Ambiente eletrônico no Portal de Compras do Governo Federal: <https://www.gov.br/compras/pt-br>. SESSÃO DE ABERTURA: 30/10/2024, às 14h00min no <https://www.gov.br/compras/pt-br>. Código UASG: 458763. CÓDIGO DE REGISTRO TCE-SC: 754C71B7AB1FDABB2C983637AEF0A14719C51251  
Fábio da Veiga  
Superintendente

## ATOS DA PROCURADORIA

DECRETO Nº 13.394, DE 11 DE OUTUBRO DE 2024.

### DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO.

O Prefeito de Itajaí, no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 47, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Itajaí, e o art. 5º, alínea “i” e art. 6º, ambos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e considerando o teor do processo administrativo nº 286725/2024-e,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, amigável ou judicial, as seguintes áreas:

I - O imóvel constituído de terras e benfeitorias com as seguintes coordenadas: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice V01, de coordenadas N 7.020.760,337m e E 729.853,477m, deste segue sentido Sul/Norte, com azimute de 5º17'50” e distância de 25,25m, confrontando com Rua Otto Hoier, até o vértice V02, de coordenadas N 7.020.785,482m e E 729.855,809m, deste segue sentido Oeste/Leste com azimute de 94º25'08” e distância de 18,32m, confrontando com terras de Nabucodonosor Pinto Carneiro, CPF nº 914.736.089-53, Cadastro nº 794518, até o vértice V03, de coordenadas N 7.020.784,071m e E 729.874,069m, deste segue com azimute de 94º31'52” e distância de 3,79m, confrontando com terras de Nabucodonosor Pinto Carneiro, CPF nº 914.736.089-53, Cadastro nº 794518, até o vértice V04, de coordenadas N 7.020.783,771m e E 729.877,851m, deste segue sentido Norte/Sul, com azimute de 185º49'58” e distância de 25,59m, confrontando com terras de Cintia Jordana Meneghini, CPF nº 962.247.030-00, Cadastro nº 799458, até o vértice V05, de coordenadas N 7.020.758,318m e E 729.875,251m, deste segue sentido Leste/Oeste, com azimute de 275º17'52” e distância de 21,87m, confrontando com Rua Max Hoier, até o vértice V01, de coordenadas N 7.020.760,337m e E 729.853,477m, ponto inicial da descrição deste perímetro, em posse de João Max Hoier, inscrito sob o CPF nº 381.583.619-00;

II - O imóvel constituído de terras e benfeitorias com as seguintes coordenadas: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice V01, de coordenadas N 7.020.785,515m e E 729.855,847m, deste segue sentido Sul/Norte com azimute de 3º45'57” e distância de 12,96m, confrontando com Rua Otto Hoier, até o vértice V02, de coordenadas N 7.020.798,447m e E 729.856,698m, deste segue sentido Oeste/Leste, com azimute de 94º33'59” e distância de 30,64m, confrontando com terras do MUNICÍPIO DE ITAJAÍ, Cadastro nº 794518, até o vértice V03, de coordenadas N 7.020.796,007m e E 729.887,244m, deste segue sentido Norte/Sul, com azimute de 182º15'31” e distância de 5,08m, com terras do MUNICÍPIO DE ITAJAÍ, Cadastro nº 794518, até o vértice V04, de coordenadas N 7.020.790,929m e E 729.887,044m, deste segue com azimute de 181º20'56” e distância de 7,87m, confrontando com terras de SHIRLEY MARIA STUART VOGEL, CPF nº 031.641.629-01, Cadastro nº 918726, até o vértice V05, de coordenadas N 7.020.783,057m e E 729.886,859m, deste segue sentido Leste/Oeste, com azimute de 274º31'52” e distância de 9,04m, confrontando com terras de CINTIA JORDANA MENEGHINI, CPF nº 962.247.030-00, Cadastro nº 799458, até o vértice V06, de coordenadas N 7.020.783,771m e E 729.877,851m, deste segue com azimute de 274º31'52” e distância de 22,07m, confrontando com terras de JOAO MAX HOIER, CPF nº 381.583.619-00, Cadastro nº 900467, até o vértice V01, de coordenadas N 7.020.785,515m e E 729.855,847m, em posse de

Nabucodonosor Pinto Carneiro, inscrito sob o CPF nº 914.736.089-53.

§1º As áreas mencionadas nos incisos I e II deste artigo estão compreendidas entre as matrículas nº 1604 a 1611, do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Itajaí, de propriedade de Erwin Kummer, e outros.

§2º As áreas mencionadas nos incisos I e II deste artigo serão destinadas para a construção de ponte sobre o Rio Itajaí-Mirim, na interseção da rua Sidney Schulze com a rua Otto Hoier.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da desapropriação correrão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente à época dos respectivos dispêndios.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 11 de outubro de 2024.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI  
Prefeito Municipal

GASPAR LAUS  
Procurador-Geral do Município

LEI Nº 7.695, DE 15 DE OUTUBRO DE 2024.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2025.

PREFEITO MUNICIPAL DE ITAJAÍ. Faço saber que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Município de Itajaí, para o exercício de 2025, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º da Constituição Federal, às normas estabelecidas na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e suas alterações, e na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, compreendendo:

I - as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;

II - as metas fiscais e os riscos fiscais;

III - a estrutura e organização do orçamento;

IV - as diretrizes para a elaboração e execução do orçamento do Município e suas alterações;

V - as disposições relativas às transferências;

VI - as alterações e a execução da Lei Orçamentária;

VII - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;

VIII - as disposições relativas à arrecadação e alterações na legislação tributária; e

IX - as disposições gerais.

#### CAPÍTULO I

#### METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2025 são as especificadas neste artigo e no documento “Anexo de Metas e Prioridades para 2025”, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2025, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Parágrafo único. As metas elencadas no anexo mencionado no caput estão de acordo com as constantes na Lei Municipal nº 7.294, de 02 de agosto de 2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Itajaí para o período de 2022 a 2025.

Art. 3º Na elaboração da proposta orçamentária para 2025, o Poder Executivo Municipal poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas no “Demonstrativo Planilha de Meta e Prioridade”, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

Art. 4º Em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 165 da Constituição Federal e na Lei Complementar Federal nº 101/2000, integram esta Lei os seguintes anexos:

Tabela 1 - Demonstrativos dos Riscos Fiscais e Providências;

Tabela 2 - Metas Anuais;

Tabela 3 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

Tabela 4 - Metas Fiscais Anuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores; Tabela 5 - Evolução do Patrimônio Líquido;

Tabela 6 - Origem e Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos;

Tabela 7 - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS;

Tabela 8 - Projeção Atuarial do RPPS;

Tabela 9 - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

Tabela 10 - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

Tabela 11 - Metas e Prioridades.

§ 1º Os anexos que integram esta Lei foram elaborados conforme orientações constantes do manual editado pela Secretaria do Tesouro Nacional, em sua edição vigente.

§ 2º O Município define como Meta Fiscal o valor que se pretende atingir, no exercício orçamentário e nos dois seguintes, a título de receitas, despesas, montante da dívida pública e resultados nominal e primário, este representando o valor que se espera destinar ao pagamento de juros e do principal da dívida.

§ 3º Terão prioridade sobre as ações de expansão, o pagamento do serviço da dívida, as despesas com pessoal e encargos sociais e a manutenção das atividades.

§ 4º O Município deverá aplicar no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, inclusive a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme disposto no art. 193 da Lei Orgânica do Município de Itajaí e no art. 212 da Constituição Federal.

§ 5º O Município deverá aplicar no mínimo 15% (quinze por cento) da receita resultante de impostos, no desenvolvimento de programas na área de saúde, conforme o estabelecido no art. 77, inciso III do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias — ADCT.

## CAPÍTULO II DAS METAS FISCAIS E RISCOS FISCAIS

Art. 5º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2025, 2026 e 2027, de que trata o art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101/2000, são as identificadas no Demonstrativo I desta Lei, e que conterá ainda:

- I - Demonstrativo dos Riscos Fiscais e Providências;
- II - Demonstrativo I - Metas Anuais;
- III - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- IV - Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;
- V - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
- VI - Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos obtidos com a Alienação de Ativos;
- VII - Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;
- VIII - Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;
- IX - Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- X - Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- XI - Planilha de Metas e Prioridades.

## CAPÍTULO III DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 6º A elaboração e a aprovação dos Projetos da Lei Orçamentária de 2025 e de créditos adicionais, bem como a execução das respectivas leis, deverão ser realizadas de acordo com o princípio da publicidade, promovendo a transparência da gestão fiscal e permitindo o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, em cumprimento ao que dispõe a Lei Complementar Federal nº 131, de 27 de maio 2009.

Art. 7º O Projeto de Lei Orçamentária Anual do Município de Itajaí será elaborado com observância às diretrizes fixadas nesta Lei, à legislação federal aplicável à matéria e, em especial, ao equilíbrio entre receitas e despesas compreendendo:

- I - o orçamento fiscal referente aos Poderes Executivo e Legislativo do Município e seus órgãos;
- II - os orçamentos das entidades autárquicas e fundacionais;
- III - os orçamentos dos fundos municipais.

Art. 8º O Projeto de Lei Orçamentária, a ser encaminhado pelo Poder Executivo Municipal ao Poder Legislativo Municipal, para o exercício de 2025, apresentará com evidência todas as Receitas e Despesas de cada Unidade Gestora, devidamente identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas que possuem vínculo com seus fundos, fundações e autarquias instituídas e mantidas pelo Poder Público e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social.

Art. 9º As despesas no Projeto de Lei Orçamentária serão desdobradas por funções, subfunções, programas, projetos, atividades ou operações especiais e, quanto à sua natureza serão apresentadas por categoria econômica, grupo da natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias nº 42/1999, do

Ministério do Orçamento e Gestão - MOG, o qual atualiza a discriminação da despesa por funções conforme trata o inciso I, do § 1º do art. 2º e § 2º do art. 8º, da Lei Federal nº 4.320/1964, bem como as normas inseridas pela Portaria Interministerial nº 163/2001, Portaria Conjunta STN/SOF nº 02/2016, Portaria STN nº 840/2016 e alterações posteriores que tratam da matéria, na forma dos seguintes anexos:

- I - Demonstrativo da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1, da Lei Federal nº 4.320/1964, Adendo II da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/1985);
- II - Demonstrativo da Receita, Segundo as Categorias Econômicas (Anexo 2, da Lei Federal nº 4.320/1964 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/1985);
- III - Demonstrativo da Despesa, Segundo as Categorias Econômicas (Anexo 2, da Lei Federal nº 4.320/1964 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/1985);
- IV - Classificação da Despesa quanto à sua Natureza - Resumo Geral (Anexo 4, da Lei Federal nº 4.320/1964, Adendo IV da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/1985);
- V - Demonstrativo das Funções e Subfunções de Governo (Anexo 5, da Lei Federal nº 4.320/1964, Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/1985);
- VI - Programa de Trabalho (Anexo 6, da Lei Federal nº 4.320/1964, Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/1985);
- VII - Programas de Trabalho de Governo - Demonstrativos de Funções, Subfunções e Programas por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei Federal nº 4.320/1964, Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/1985);
- VIII - Demonstrativos da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o vínculo com os recursos (Anexo 8, da Lei Federal nº 4.320/1964, Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/1985);
- IX - Demonstrativo da Despesa por Órgão e Funções (Anexo 9, da Lei Federal nº 4.320/1964, Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/1985);
- X - Planilha da Despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, caracterização das metas, objetivos e fontes de recursos;
- XI - Demonstrativo da Evolução da Receita arrecadada nos 03 (três) últimos exercícios anteriores àqueles em que se elaborou a proposta, a receita prevista para o exercício em que se elabora a proposta e a receita prevista para o exercício a que se refere a proposta, de acordo com o disposto no art. 22, da Lei Federal nº 4.320/1964;
- XII - Demonstrativo da evolução da Despesa realizadas no exercício imediatamente anterior ao da elaboração da proposta, a despesa fixada para o exercício em que se elabora a proposta e a despesa prevista para o exercício a que se refere à proposta, conforme disposto no art. 22 da Lei Federal nº 4320/1964;
- XIII - Demonstrativo das Receitas e das Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social (art. 165, § 5º da Constituição Federal).

Parágrafo único. Os Orçamentos dos Fundos, das Fundações e das Autarquias instituídas pelo Poder Público, que acompanham o Orçamento Geral do Município, estarão evidenciados com as suas Receitas e as Despesas, em conformidade com o disposto no caput e incisos deste artigo.

Art. 10. A Lei Orçamentária discriminará, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas:

- I - às ações relativas à saúde e assistência social;
- II - ao pagamento de benefícios da previdência social, para cada categoria de benefício;
- III - ao atendimento às ações de alimentação escolar;
- IV - às despesas com o desenvolvimento do ensino fundamental;
- V - ao pagamento de precatórios judiciais, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos.

Art. 11. Para efeitos desta Lei entende-se por:

- I - Programa - instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização de um objetivo comum preestabelecido, mensurado por indicadores instituídos no plano, visando à solução de um problema ou ao atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade;
- II - Atividade - é um instrumento de programação utilizado para alcançar o objeto de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à manutenção da ação de Governo;
- III - Projeto - é um instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto ou concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de Governo;
- IV - Operação Especial - despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;
- V - Unidade Orçamentária - o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;
- VI - Órgão Orçamentário - o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias.

Art. 12. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no





Projeto de Lei Orçamentária de 2025 e na respectiva Lei, por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 13. A Lei Orçamentária discriminará em categorias de programação específicas as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos.

Art. 14. A proposta orçamentária, que será encaminhada ao Poder Legislativo Municipal pelo Poder Executivo Municipal será constituída de:

- I - texto de lei;
- II - quadros orçamentários consolidados;
- III - anexos dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;
- IV - discriminação da legislação da receita e da despesa.

§ 1º Os quadros orçamentários a que se refere o inciso III do caput, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/1964, são:

- I - a receita arrecadada nos últimos 03 (três) exercícios anteriores aqueles em que se elabora a proposta;
- II - a receita prevista para o exercício em que se elabora a proposta;
- III - a receita prevista para o exercício a que se refere a proposta;
- IV - a despesa realizada no exercício imediatamente anterior;
- V - a despesa fixada para o exercício em que se elabora a proposta; e
- VI - a despesa prevista para o exercício a que se refere a proposta.

§ 2º Para encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária à Casa Legislativa, será elaborada mensagem que conterá no texto ou sob a forma de anexo:

- I - análise da conjuntura econômica do Município;
- II - demonstração explicitando receitas e despesas, bem como os resultados primários e operacionais implícitos no projeto da Lei Orçamentária para 2025, os estimados para 2024 e os realizados em 2023;
- III - demonstrativo da evolução da receita dos exercícios de 2022 e 2023, previsão para 2024 e 2025, com justificativa para 2025;
- IV - demonstrativo da evolução da despesa dos exercícios de 2022 e 2023, fixadas em 2024 e 2025, com justificativa para os valores fixados para 2025;
- V - demonstrativo da dívida fundada e flutuante com saldo em 31/12/2023;
- VI - demonstrativo da composição do ativo financeiro referente ao último bimestre encerrado imediatamente anterior ao do envio da Proposta da Lei Orçamentária ao Legislativo Municipal;
- VII - demonstrativo da receita corrente líquida dos exercícios de 2022 e 2023 e a previsão para os anos de 2024 e 2025;
- VIII - demonstrativo com a aplicação com despesas de pessoal e encargos sociais por Poder para o exercício de 2025;
- IX - demonstrativo dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino e programação da aplicação para o exercício de 2025; e
- X - demonstrativo dos recursos destinados à saúde e programação de aplicação referente à 2025.

Art. 15. O Poder Legislativo Municipal, Fundos, Fundações e Autarquias encaminharão à Secretaria de Governo - Diretoria Executiva de Planejamento e Orçamento, até o dia 09 de setembro de 2024, suas respectivas propostas orçamentárias, observando os parâmetros e diretrizes estabelecidos nesta Lei, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária.

Art. 16. O Orçamento Fiscal, bem como o da Seguridade Social e de Investimento discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa, o identificador de resultado primário, a modalidade de aplicação, o identificador de uso e a fonte de recursos.

#### CAPÍTULO IV DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 17. O orçamento do Município para o exercício de 2025 será elaborado visando garantir a gestão fiscal equilibrada dos recursos públicos e a viabilização da capacidade própria de investimento, evidenciando a transparência da gestão fiscal, observando o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 18. Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2025 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos 03 (três) exercícios.

Art. 19. No Projeto de Lei Orçamentária anual, as receitas e as despesas serão orçadas a preços correntes, estimados para o exercício de 2025.

§ 1º As estimativas de receitas serão feitas com a observância estrita das normas técnicas e legais e considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação dos índices de preços, do panorama econômico ou de qualquer outro fator relevante.

§ 2º As estimativas das despesas obrigatórias de que tratam os anexos desta Lei deverão adotar metodologia de cálculo compatível com a legislação aplicável, o comportamento das despesas em anos recentes, os efeitos decorrentes de decisões judiciais e o nível de endividamento do município.

Art. 20. As receitas e as despesas dos orçamentos da administração direta, indireta, autarquias, fundos e fundações instituídas ou mantidas pelo Município, serão classificadas e demonstradas segundo a legislação em vigor.

Parágrafo único. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, o Poder Legislativo e o Poder Executivo Municipais, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, de acordo com os artigos 68 e 69 desta Lei.

Art. 21. Nenhuma despesa poderá ser fixada sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e unidades gestoras, devendo ser observado o equilíbrio entre receitas e despesas.

Art. 22. Na estimativa da receita poderá ser especificado e deduzido um valor, compatível com o constante do Demonstrativo VII, do Anexo de Metas Fiscais, destinado a cobrir os efeitos da concessão ou ampliação de incentivo de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, conforme definida no § 1º, do art. 14, da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Parágrafo único. Se a previsão referida no caput não for incluída na lei orçamentária, a renúncia de receita tributária somente poderá ocorrer, no exercício de 2025, se for acompanhada de medidas de compensação por meio do aumento de receita, nos termos do inciso II, do art. 14, da referida Lei Complementar Federal.

Art. 23. Na fixação da despesa deverá ser levada em conta a obtenção dos resultados primário e nominal previstos no Anexo de Metas Fiscais, que integra a presente Lei.

Art. 24. Na determinação do montante da despesa deverá ser observada a margem para expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, definidas no Demonstrativo VIII, do Anexo de Metas Fiscais, voltada a fazer frente às despesas correntes enquadradas na situação prevista no caput do art. 17, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, a ser demonstrada inclusive quanto à forma de compensação, no anexo à lei orçamentária a que se refere o inciso II, do art. 5º, da mesma Lei Complementar Federal.

Art. 25. Somente poderão ser incluídas no Projeto de Lei Orçamentária dotações relativas às operações de crédito já contratadas e aprovadas por lei municipal ou cujas cartas-consulta tenham sido aprovadas pelo órgão financiador.

Art. 26. Além da observância das metas e prioridades fixadas nos termos do art. 2º desta Lei, a lei orçamentária e seus créditos adicionais somente poderão incluir novos projetos se:

- I - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento, contempladas as despesas de conservação do patrimônio público e assegurada as contrapartidas de operações de crédito;
- II - os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa, considerando-se as contrapartidas do Município, nos casos de transferências voluntárias da União e do Estado, as quais deverão ser estabelecidas de modo compatível com a capacidade financeira do Município;
- III - estiverem previstos no Plano Plurianual ou em lei que autorizou sua inclusão no referido plano.

Art. 27. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária de 2025 com dotações vinculadas à destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitando ainda o montante ingressado ou garantido.

Art. 28. Não poderão ser programados novos projetos:

- I - por conta de redução ou anulação de projetos em andamento;
- II - que não possuam comprovada viabilidade técnica, econômica e financeira.

Art. 29. Constituem como riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Demonstrativo dos Riscos Fiscais e Providências, desta Lei (art. 4º, § 2º da Lei Complementar Federal nº 101/2000).

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Poder Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei ao Legislativo Municipal, propondo anulação de recursos ordinários alocados em investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 30. A Reserva de Contingência das Unidades Gestoras Central, Instituto de Previdência de Itajaí e do Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Infraestrutura - SEMASA, será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação “00” - Ordinários do orçamento fiscal e corresponderá no mínimo a 0,2% (zero dois por cento), e, no máximo a 0,5% (meio por cento) da receita corrente líquida, que serão destinados através de decreto do Poder Executivo Municipal, para atendimento prioritário de riscos orçamentários e riscos da dívida, conforme especificados no Anexo de Riscos Fiscais.

§ 1º Na definição do percentual da Reserva de Contingência está incluído o valor destinado à obtenção da meta de resultado primário positivo a ser apurado no exercício.

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência também poderão ser destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º, e Demonstrativo dos Riscos Fiscais e Providências.

§ 3º Caso a utilização dos recursos da Reserva de Contingência definidos no art. 30, não se concretizem até o dia 11 de dezembro de 2025, poderão ser remanejados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornarem insuficientes.

Art. 31. A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde será constituída com recursos ordinários ou com recursos das transferências do SUS, se for o caso.

Art. 32. A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Instituto de Previdência de Itajaí e do Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Infraestrutura - SEMASA será constituída com recursos próprios destes entes.

Art. 33. A lei orçamentária poderá consignar em dotação específica, valor destinado ao custeio de despesas de competência de outro ente da Federação.

Parágrafo único. A realização da despesa somente poderá se efetivar se comprovado o interesse público, tenha sido firmado convênio, acordo, ajuste ou congêneres, conforme sua legislação.

## CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS TRANSFERÊNCIAS

Art. 34. O repasse de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de aprovação por meio de chamamento público, conforme Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, com redação dada pela Lei Federal nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015, ou será realizado mediante subvenção social, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964.

§ 1º As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal pactuadas através de Termo de Colaboração, Termo de Fomento ou outras formas de parcerias dispostas na legislação, deverão prestar contas conforme estabelece a Lei Federal nº 13.019/2014 com redação dada pela Lei Federal nº 13.204/2015, e de acordo com as orientações da Instrução Normativa TC nº 14/2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, ou outra que venha lhe substituir e pela Controladoria-Geral do Município através das Instruções Normativas editadas.

§ 2º Fica vedado o repasse de recursos a qualquer título, a entidade que esteja em débito com relação à prestação de contas decorrentes de sua responsabilidade.

§ 3º As atividades desenvolvidas pelas entidades de que trata este artigo deverão ser de natureza eventual ou continuada e sem fins lucrativos.

§ 4º As subvenções sociais previstas no caput deste artigo devem observar os ditames da Lei Federal nº 4.320/1964, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, da Lei Federal nº 13.019/2014, com alterações posteriores, no que couber, e da lei local vigente.

Art. 35. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 36. O Poder Legislativo Municipal desde logo fica autorizado a arcar com contribuições associativas a entidades privadas da qual o mesmo seja associado, cujos valores deverão ser estabelecidos em Decreto Legislativo, ou em convênio, devendo o orçamento anual consignar rubrica para tal finalidade.

## CAPÍTULO VI DAS ALTERAÇÕES E DA EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Art. 37. O Projeto de Lei Orçamentária Anual poderá conter autorização para abertura de créditos adicionais suplementares, mediante edição de decretos do Poder Executivo Municipal.

Art. 38. A Lei Orçamentária de 2025 poderá autorizar o Poder Executivo Municipal a realizar remanejamentos dentro de cada projeto, atividade ou operação especial, do saldo das dotações de seus grupos de natureza ou elementos de despesa.

Art. 39. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária e deverão ser acompanhados de exposições de motivos circunstanciados que os justifiquem e documentos que comprovem objetivamente as informações apresentadas.

Parágrafo único. Os créditos adicionais aprovados serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei e decreto.

Art. 40. O Poder Executivo Municipal é autorizado, nos termos da lei federal, a:

- I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;
- II - realizar operações de créditos internas e externas, no decorrer do exercício, observando-se o disposto nos art. 32 e 38 da Lei Complementar Federal nº 101/2000;
- III - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do orçamento total das despesas, nos termos da legislação vigente, por decreto do Poder Executivo Municipal;
- IV - transpor, remanejar ou transferir recursos dentro da mesma categoria de programação, através de decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, nos limites estabelecidos no item anterior (art. 167, inciso VI da Constituição Federal);
- V - abrir créditos adicionais, até o limite do valor apurado no Balanço do Exercício anterior, por conta do superávit financeiro, através de decreto do Poder Executivo Municipal;
- VI - modificar as destinações de recursos, aprovados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, para atender às necessidades de execução do orçamento, por decreto do Poder Executivo Municipal.

§ 1º Para efeitos do disposto neste artigo, entende-se por categoria de programação o órgão, a unidade, a função, a subfunção, o programa e a ação, podendo ser projeto, atividade ou operação especial.

§ 2º Os créditos adicionais abertos por conta do superávit financeiro do exercício anterior, serão considerados para apuração do limite de 25% (vinte e cinco por cento) disposto no inciso III deste artigo.

Art. 41. Ato do Poder Executivo Municipal poderá transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2025 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, da transformação, da transferência, da incorporação ou do desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no art. 12, inclusive os títulos, descritores, as metas e os objetivos, assim como o detalhamento por esfera orçamentária, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso, e de resultado primário.

Parágrafo único. A transposição, a transferência ou o remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2025 ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, adequação da classificação funcional e do Programa de Gestão, Manutenção e Serviço.

## CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 42. Os Poderes Executivo e Legislativo Municipais terão como parâmetro na elaboração de suas propostas orçamentárias para pessoal e encargos sociais, observados





os arts. 19, 20 e 71 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, a despesa da folha de pagamento do exercício de 2024, incluindo os eventuais acréscimos legais, inclusive alterações de plano de carreira e admissões para preenchimento de cargos.

Parágrafo único. Não constituem despesas com pessoal e encargos sociais, ainda que processadas em folha de pagamento, entre outras, as relacionadas ao pagamento de assistência pré-escolar de dependentes de servidores civis e empregados públicos, diárias, fardamento, auxílios alimentação ou refeição, transporte de qualquer natureza, ajuda de custo concernente a despesas de locomoção, de caráter indenizatório e quaisquer outras indenizações, exceto as de caráter trabalhista previstas em lei.

Art. 43. Os Poderes Executivo e o Legislativo Municipais, mediante lei autorizativa, poderão em 2025, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal e da legislação correlata.

Art. 44. O Poder Executivo Municipal poderá encaminhar projetos de lei visando à revisão do sistema de pessoal, particularmente do plano de cargos, carreira e salários, de forma a:

- I - melhorar a qualidade do serviço público, mediante a valorização do servidor municipal, reconhecendo a função social de seu trabalho;
- II - proporcionar o desenvolvimento profissional dos servidores municipais, mediante a realização de programas de treinamento de recursos humanos;
- III - melhorar as condições de trabalho, equipamentos e infraestrutura, especialmente no que concerne à saúde, alimentação, segurança no trabalho e justa remuneração.

§ 1º O Poder Executivo Municipal poderá encaminhar projetos de lei visando:

- I - a concessão, absorção de vantagens e aumento de remuneração de servidores;
- II - a criação e a extinção de cargos públicos, bem como a criação, extinção e alteração da estrutura de carreiras;
- III - ao provimento de cargos e contratações estritamente necessárias.

§ 2º Os projetos de lei sobre transformação de cargos, bem como os relacionados a aumentos de gasto com pessoal e encargos sociais, no âmbito do Poder Executivo Municipal, deverão ser acompanhados de manifestação da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, Secretaria Municipal de Governo e Secretaria Municipal da Fazenda, em suas respectivas áreas de competência.

§ 3º O Poder Legislativo Municipal assumirá, em seu âmbito, as atribuições necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 45. No exercício financeiro de 2025, as despesas com pessoal, ativo e inativo, dos Poderes Executivo e Legislativo Municipais, observarão os limites estabelecidos na Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 46. Observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, em 2025 somente poderão ser admitidos servidores se:

- I - existirem cargos vagos a preencher;
- II - houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa;
- III - forem observados os limites previstos no art. 44 desta Lei;
- IV - for observado o previsto nos arts. 16, 17 e 21, da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 47. A lei de orçamento deverá prover os créditos necessários à concessão da revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, em cumprimento ao disposto no inciso X, do art. 37 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Para a concessão de que trata o caput, estão dispensados os procedimentos exigidos pelo art. 17, da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 48. Nas situações em que a despesa total com pessoal do Poder Executivo Municipal tiver extrapolado a 95% (noventa e cinco por cento) do limite referido no art. 20 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, a realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevante interesse público que ensejem situações emergenciais de risco ou prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo Municipal, nas condições estabelecidas no caput, é de exclusiva competência do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 49. No caso dos limites máximos de despesas com pessoal para os Poderes Executivo e Legislativo Municipais, estabelecidos no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, serem ultrapassados em qualquer um dos Poderes, serão adotadas, no respectivo Poder, as seguintes medidas voltadas ao reenquadramento no prazo máximo de 02 (dois) quadrimestres:

- I - eliminação de despesas com horas extras, exceto se enquadradas nas situações

previstas no artigo anterior;

II - exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão;

III - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

## CAPÍTULO VIII

### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ARRECADAÇÃO E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 50. O Município fica obrigado a arrecadar todos os tributos de sua competência, inclusive os da contribuição de melhoria, quando for o caso.

Parágrafo único. A Administração Municipal deverá dispender esforços no sentido de diminuir o volume da dívida ativa inscrita, de natureza tributária e não tributária.

Art. 51. Poderão ser apresentados projetos de lei dispendo sobre as seguintes alterações na área da administração tributária, observadas, quando possível, a capacidade econômica do contribuinte e, sempre, a justa distribuição da renda:

- I - revisão da planta genérica de valores do Município;
- II - revisão da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, remissões ou compensações, desconto e isenções;
- III - criação, revisão e atualização da legislação sobre taxas e tarifas pela prestação de serviços, com a finalidade de custear serviços específicos e divisíveis colocados à disposição da população;
- IV - criação de legislação sobre contribuição de melhoria decorrente de obras públicas;
- V - revisão da legislação referente ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- VI - revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
- VII - revisão da legislação sobre taxas pelo exercício do poder de polícia administrativa;
- VIII - revisão e atualização das isenções dos tributos municipais;
- IX - criação de legislação sobre o uso do solo e subsolo do Município;
- X - adequação da legislação tributária municipal em decorrência de alterações nas normas estaduais e federais;
- XI - modernização dos procedimentos de administração tributária, especialmente quanto ao uso dos recursos de informática;
- XII - concessão de isenção do IPTU a contribuintes portadores de neoplasia maligna e outras moléstias de gravidade similar.

Parágrafo único. Considerando o disposto no art. 11 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, deverão ser adotadas as medidas necessárias à instituição, previsão e efetiva arrecadação de tributos de competência constitucional do Município.

Art. 52. O Poder Executivo Municipal adotará as seguintes medidas voltadas ao aumento da arrecadação tributária do Município:

- I - elaboração de diagnóstico sobre a base para lançamento do IPTU, incluindo a atualização da planta cadastral e revisão de critérios;
- II - reestruturação da atividade de fiscalização tributária;
- III - aperfeiçoamento dos instrumentos para agilização da cobrança da dívida ativa e atualização do valor dos créditos;
- IV - adição de uma nova planta genérica de valores de forma a minimizar a diferença entre as alíquotas nominais e as efetivas;
- V - atualização do cadastro mobiliário de caráter obrigatório.

Art. 53. O Poder Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios serem considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 54. Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária que sejam objeto de projeto de lei que estejam em tramitação na Câmara Municipal de Vereadores.

## CAPÍTULO IX

### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS EMENDAS IMPOSITIVAS INDIVIDUAIS E/OU DE BANCADAS

Art. 55. As emendas impositivas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual deverão ser apresentadas nos termos da Lei Orgânica do Município de Itajaí.

Art. 56. As emendas impositivas para os Fundos de Natureza Especial devem ter seu objeto definido de acordo com a finalidade do Fundo, sendo que a incompatibilidade do objeto proposto, acarretará a não execução da referida emenda.

Parágrafo único. Em relação aos repasses aos Fundos Municipais, os gestores dos recursos e da execução da emenda impositiva deverão prestar contas e/ou informações sobre a execução dos recursos para fins de transparência e controle social dos conselhos municipais e acompanhamento por parte do autor da emenda, quando solicitado, a qualquer tempo.

Art. 57. As Organizações da Sociedade Civil (OSC), Organizações Sociais (OS) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) beneficiadas com emendas impositivas serão notificadas para a celebração de parceria entre o Município e a entidade.

§ 1º Os órgãos processadores do Poder Executivo seguirão as legislações específicas de parcerias, indicando os documentos, certidões e o formato do plano de trabalho a serem apresentados pelo beneficiário no prazo e condições estabelecidas em Instrução Normativa.

§ 2º O não atendimento aos requisitos da legislação pertinente, ou ao prazo estabelecido no caput deste artigo, impedirá a formalização dos termos de repasse de recursos, convênios ou instrumentos congêneres.

Art. 58. É obrigatória a identificação de um objeto na emenda impositiva para que não ocorra impedimento de ordem técnica, consistente na incompatibilidade do objeto proposto com a finalidade da ação orçamentária.

Parágrafo único. A descrição do objeto deve vir fundamentada na justificativa da emenda impositiva pelo Vereador proponente.

Art. 59. Será considerado executado o objeto da emenda impositiva, quando concluído o plano de trabalho, respeitados os prazos limites para os convênios, termos de colaboração, fomento e outros instrumentos congêneres, previstos nas leis aplicáveis.

Parágrafo único. Os prazos para apresentação do plano de trabalho e documentação necessária, bem como eventuais prorrogações devidamente fundamentadas serão regulamentadas por Instrução Normativa.

Art. 60. Os órgãos da Administração Pública Municipal devem seguir as legislações referentes aos convênios, termos de colaboração, fomento e outros instrumentos congêneres para definir a prestação de contas dos recursos repassados por esses instrumentos, com os documentos necessários e prazos devidamente expressos nos Termos assinados entre as partes.

Art. 61. As emendas de que tratam os arts. 56 e 57 deixarão de ser executadas se identificado os seguintes casos de impedimento de ordem técnica devidamente declarados pelo Poder Executivo Municipal:

- I - ausência de interesse público no objeto proposto;
- II - incompatibilidade do objeto proposto com a finalidade da ação orçamentária;
- III - incompatibilidade do objeto proposto com o programa do órgão ou entidade executora;
- IV - falta de razoabilidade do valor proposto, incompatibilidade do valor proposto como cronograma de execução do projeto ou proposta de valor que impeça a conclusão do projeto, atividade ou etapa no exercício;
- V - ausência de pertinência temática entre o objeto proposto e a finalidade institucional da entidade beneficiária em caso de indicação de recursos a entidades sem fins lucrativos;
- VI - omissão ou erro na indicação de beneficiário pelo autor da emenda;
- VII - não apresentação ou não aprovação de proposta, ou plano de trabalho, ou apresentação fora do prazo estabelecido em Instrução Normativa;
- VIII - não realização de complementação ou ajustes solicitados em propostas ou plano de trabalho, bem como realização de complementação ou ajustes fora dos prazos previstos;
- IX - desistência da proposta pelo proponente;
- X - reprovação da proposta ou plano de trabalho;
- XI - não indicação de 50% (cinquenta por cento) em ação de serviço público de saúde;
- XII - outras razões de ordem técnica devidamente justificadas.

Parágrafo único. Não constitui impedimento de ordem técnica a indevida classificação da despesa, ou erros meramente formais, cabendo ao Poder Executivo Municipal sanar e realizar os ajustes necessários no orçamento, por meio de ato próprio ou créditos adicionais.

Art. 62. No caso de impedimento de ordem técnica serão adotadas as seguintes medidas:

- I - até 60 (sessenta) dias após a publicação da Lei Orçamentária, o Poder Executivo

Municipal comunicará ao Poder Legislativo Municipal as justificativas de impedimento à execução das emendas individuais e/ou de bancadas;

II - até 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto no inciso I, o Poder Legislativo Municipal indicará ao Poder Executivo Municipal o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável;

III - até 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto no inciso II, o Poder Executivo Municipal consolidará as indicações e, se necessário, indicará processo legislativo dos critérios adicionais para atendimento.

Parágrafo único. Após finalizado o prazo previsto no inciso II do caput, deste artigo, as emendas com impedimento técnico não remanejados pelo Poder Legislativo Municipal, não serão de execução obrigatória, podendo servir de saldo para abertura de créditos adicionais no exercício.

Art. 63. Os valores destinados as emendas poderão sofrer limitação no caso de ocorrer risco de não cumprimento das metas do resultado primário ou nominal (art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000) e ou calamidades de grandes proporções.

Art. 64. As emendas impositivas deverão ter compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2022-2025 e esta Lei.

Art. 65. O empenhamento das despesas das emendas impositivas será realizado em conformidade com normas e leis que regem a execução das despesas públicas.

Art. 66. O valor total destinado as emendas impositivas será distribuído de forma equitativa a partir de critérios objetivos e imparciais independentemente da autoria, cuja regulamentação se fará através de Instrução Normativa.

## CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 67. A execução da Lei Orçamentária de 2025 e dos créditos adicionais obedecerá aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na Administração Pública, não podendo ser utilizada para influir na apreciação de proposições legislativas em tramitação na Casa Legislativa.

Art. 68. A despesa não poderá ser realizada se não houver comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária para atendê-la, sendo vedada a adoção de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida disponibilidade.

Parágrafo único. A contabilidade registrará todos os atos e fatos relativos à gestão orçamentária, financeira e patrimonial, independentemente de sua legalidade, sem prejuízo das responsabilidades e demais consequências advindas da inobservância do disposto neste artigo.

Art. 69. O Poder Executivo Municipal deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação ou área de governo e de permitir o acompanhamento e avaliação das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

Parágrafo único. O Chefe do Poder Executivo Municipal deverá baixar ato estabelecendo as diretrizes e requisitos funcionais do sistema, definindo os centros de custos e a forma de apropriação dos gastos.

Art. 70. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, de que trata o art. 50, § 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m² das construções, do m² das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros.

Parágrafo único. Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas no final do exercício.

Art. 71. A avaliação dos resultados obtidos em cada Poder, dos programas que integram a execução orçamentária, deverá ser procedida pelo Poder Executivo Municipal, em base bimestral.

Parágrafo único. A unidade que atua como órgão central do Sistema de Controle Interno do Município apreciará os relatórios mencionados no caput e acompanhará a evolução dos resultados primário e nominal, durante a execução orçamentária e financeira.





Art. 72. Caso haja necessidade de limitação de empenho das dotações orçamentárias de movimentação financeira, nas situações previstas no art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000, será fixado, por ato do Poder Executivo Municipal, o percentual de limitação para o conjunto de “projetos”, “atividades” e “operações especiais”, sobre o total das dotações iniciais constantes da Lei Orçamentária de 2025 e a participação do Poder Legislativo Municipal neste percentual, excetuando:

I - as despesas que constituam obrigações constitucionais ou legais de execução;

II - as despesas com ações vinculadas às funções saúde, educação e assistência social não incluídas no inciso I.

§ 1º Terão prioridade, como fonte de recursos para a limitação de empenho, a adoção das seguintes medidas:

I - eliminação de vantagens temporárias concedidas a servidores;

II - eliminação de despesas com horas-extras;

III - redução de gastos com combustíveis, água, luz, telefone e demais despesas administrativas;

IV - redução de investimentos programados com recursos próprios.

§ 2º Na hipótese da ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo Municipal comunicará ao Poder Legislativo Municipal o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, com vistas à obtenção do equilíbrio na execução orçamentária e financeira do exercício.

Art. 73. A lei orçamentária de 2025 poderá conter autorização para a contratação de operações de crédito interna e externa e as operações de crédito por antecipação de receitas orçamentárias ficarão condicionadas à fiel observância do disposto, no que couber à esfera municipal, na Seção IV, do Capítulo VII, da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 74. A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 75. O Poder Executivo Municipal deverá elaborar e publicar, em até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2025, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso para o ano, por secretaria e unidades da administração indireta, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a limitação necessária à obtenção da meta de resultado primário.

§ 1º A programação financeira e o cronograma de desembolso deverão ser elaborados com base na previsão da efetiva arrecadação mensal, devendo ser incentivada a participação das diversas secretarias na definição dos gastos mensais a serem realizados, tomando-se por base as ações constantes dos programas do Plano Plurianual e as metas e prioridades constantes desta Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 2º O desembolso dos recursos financeiros, correspondentes aos créditos orçamentários e adicionais consignados ao Poder Legislativo Municipal, será efetuado até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimos, sendo o valor calculado de acordo com os critérios estabelecidos no art. 29-A da Constituição Federal.

Art. 76. As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais aprovados processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivos grupos de despesa e fontes de recursos, especificando o elemento de despesa.

Art. 77. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa, que impliquem na execução de despesa sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e sem adequação com as cotas financeiras de desembolso.

Art. 78. A Lei Orçamentária poderá autorizar a abertura de créditos adicionais suplementares à conta de excesso de arrecadação de receitas específicas e vinculadas à determinada finalidade, desde que seja demonstrado não ter orçado na época própria, e que tenha ocorrido efetivamente o ingresso da referida receita, em cumprimento ao parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 79. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no art. 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 80. A reabertura de créditos especiais e extraordinários, conforme o disposto no art. 167, § 2º da Constituição Federal, será efetivado mediante decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. Na reabertura a que se refere o caput, a fonte de recurso deverá ser identificada como saldos de exercícios anteriores, independentemente da receita à conta da qual os créditos foram abertos.

Art. 81. Entende-se, para efeito do § 3º, do art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, como despesas irrelevantes, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e

serviços, os limites dos incisos I e II, do art. 75, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 82. Caso o Projeto de Lei Orçamentária de 2025 não seja sancionado até 31 de dezembro de 2024, a programação dele constante poderá ser executada para atendimento das seguintes despesas:

I - pessoal e encargos sociais;

II - pagamento do serviço da dívida;

III - transferências constitucionais e legais para os fundos municipais legalmente constituídos.

Art. 83. O Poder Executivo Municipal está autorizado a celebrar convênios com o Governo Federal e Estadual, através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta, durante o exercício de 2025.

Art. 84. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 15 de outubro de 2024.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI  
Prefeito Municipal

GASPAR LAUS  
Procurador-Geral do Município

e-DOC D2AA912F  
Proc 247541/2024-e

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAJAÍ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO 2025



ARF/Tabela 1 - DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS  
ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS  
2025

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais - RPPS	700.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência do RPPS ou matemática	700.000,00
Demandas Judiciais - Área de Saúde	1.200.000,00	Utilização de Recursos do Orçamento Vigente ou de superavit financeiro	1.200.000,00
Demandas Judiciais - Diversas	6.500.000,00	Remanejamento de Dotações	6.500.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	0,00		0,00
Avalis e Garantias Concedidas	0,00		0,00
Assunção de Passivos	0,00		0,00
Assistências Diversas	3.550.000,00	Remanejamento de dotações	3.550.000,00
Outros Passivos Contingentes	0,00		0,00
SUBTOTAL	11.950.000,00	SUBTOTAL	11.950.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	7.000.000,00	Bloqueio orçamentário e ou limitação de despesas conforme a fonte de destinação de recurso	7.000.000,00
Restituição de Tributos a Maior	0,00		0,00
Discrepância de Projeções	0,00	Limitação de diversas ou remanejamento de dotação para atender as necessidades	0,00
Outros Riscos Fiscais	0,00		0,00
SUBTOTAL	7.000.000,00	SUBTOTAL	7.000.000,00
TOTAL	18.950.000,00	TOTAL	18.950.000,00

FONTE: Sistema e-Pública, Unidade Responsável: Secretaria de Governo 25/07/2024 às 14:45

Mário Sérgio Teixeira  
Secretário de Governo

Tânja Maria Noyães  
Diretora Executiva de Planejamento e Orçamento

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAJAÍ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO 2025



AMF/Tabela 1 - DEMONSTRATIVO - METAS ANUAIS  
2025

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º § 1º) (sem fonte do RPPS)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2025				2026				2027			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante 1,039%	%PIB (a / PIB) x 100	%RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (a)	Valor Constante 1,036%	%PIB (a / PIB) x 100	%RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (a)	Valor Constante 1,035%	%PIB (a / PIB) x 100	%RCL (a / RCL) x 100
Receita Total (EXCETO FONTE RPPS)	2.925.599.238,51	2.895.202.262,42	0,00%	115,638%	3.030.920.811,10	2.999.520.471,49	0,00%	115,646%	3.137.003.039,48	3.104.535.058,03	0,00%	115,645%
Receitas Primárias (EXCETO FONTE RPPS) (I)	2.787.698.948,60	2.758.734.756,52	0,00%	110,188%	2.888.056.110,75	2.858.135.649,44	0,00%	110,19%	2.989.138.074,63	2.958.200.455,66	0,00%	110,19%
Receitas Primárias Correntes	2.732.857.863,00	2.704.463.469,80	0,00%	108,020%	2.831.240.746,07	2.801.909.091,94	0,00%	108,02%	2.930.334.172,18	2.900.095.213,50	0,00%	108,02%
Impostos, Taxas e Contribuição de Melhorias	859.698.600,00	850.796.331,55	0,00%	33,361%	890.647.749,00	881.426.636,91	0,00%	33,36%	921.820.420,94	912.279.579,48	0,00%	33,36%
Transferências Correntes	1.534.631.800,00	1.518.686.975,60	0,00%	60,659%	1.599.878.544,00	1.573.407.403,08	0,00%	60,66%	1.645.524.263,87	1.628.493.117,43	0,00%	60,66%
Demais Receitas Primárias Correntes	338.527.463,00	335.010.162,68	0,00%	13,381%	350.714.451,67	347.081.049,95	0,00%	13,38%	352.989.457,48	350.232.516,59	0,00%	13,38%
Receitas Primárias de Capital	54.841.085,60	54.271.386,72	0,00%	2,168%	58.815.364,68	58.226.757,58	0,00%	2,17%	58.803.902,45	58.195.282,06	0,00%	2,17%
Despesa Total (EXCETO FONTE RPPS)	3.060.589.238,51	2.985.413.116,32	0,00%	118,603%	3.108.410.451,10	3.076.485.246,82	0,00%	118,60%	3.217.411.818,48	3.184.111.664,58	0,00%	118,60%
Despesas Primárias (EXCETO FONTE RPPS) (II)	2.789.154.495,42	2.759.446.863,21	0,00%	109,660%	2.763.391.392,24	2.734.782.568,35	0,00%	109,43%	2.848.661.086,06	2.819.177.443,81	0,00%	109,61%
Despesas Primárias Correntes	2.458.731.316,02	2.433.185.097,65	0,00%	97,185%	2.547.245.643,40	2.520.856.178,53	0,00%	97,19%	2.638.399.240,92	2.609.112.509,77	0,00%	97,19%
Pessoal e Encargos Sociais	1.175.318.539,85	1.163.106.980,22	0,00%	46,456%	1.217.830.007,28	1.205.015.350,41	0,00%	46,46%	1.260.247.057,54	1.247.203.500,49	0,00%	46,46%
Outras Despesas Correntes	1.283.412.775,17	1.270.078.117,43	0,00%	50,729%	1.329.615.636,11	1.315.840.818,12	0,00%	50,73%	1.378.152.183,39	1.361.909.002,28	0,00%	50,73%
Despesas Primárias de Capital	325.423.179,40	322.081.032,57	0,00%	9,510%	138.445.655,84	137.011.361,81	0,00%	5,28%	131.842.345,14	130.477.776,87	0,00%	4,56%
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias (EXCETO FONTE RPPS)	75.000.000,00	74.220.750,00	0,00%	2,964%	77.700.000,00	76.895.028,00	0,00%	2,96%	80.419.500,00	79.587.158,18	0,00%	2,96%
Receita Total (COM FONTES RPPS)	3.193.254.238,51	3.160.076.326,97	0,00%	126,218%	3.213.118.635,04	3.179.830.725,98	0,00%	122,59%	3.314.128.875,51	3.279.827.641,65	0,00%	122,17%
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	2.884.450.948,60	2.854.491.399,34	0,00%	114,013%	2.988.301.542,76	2.957.256.078,03	0,00%	114,01%	3.062.892.096,75	3.030.880.663,55	0,00%	114,01%
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	3.269.254.238,51	3.235.286.686,87	0,00%	129,222%	3.291.854.635,04	3.257.751.621,02	0,00%	125,59%	3.394.655.635,51	3.359.520.849,68	0,00%	125,44%
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	2.853.127.495,42	2.824.077.266,14	0,00%	112,799%	2.866.461.655,26	2.828.747.094,81	0,00%	112,80%	3.059.937.644,24	3.028.261.487,55	0,00%	112,80%
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I) - (II)	28.544.453,18	28.347.876,31	0,00%	1,129%	124.664.808,51	123.373.281,16	0,00%	4,76%	140.476.986,57	139.023.051,74	0,00%	5,19%
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV)	99.277.906,36	98.662.998,91	0,00%	2,343%	158.504.666,01	154.882.354,32	0,00%	5,97%	173.431.241,09	171.636.227,74	0,00%	6,39%
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS)	33.083.050,00	32.739.317,11	0,00%	1,308%	34.274.039,80	33.918.950,75	0,00%	1,31%	35.473.631,19	35.106.479,11	0,00%	1,31%
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS)	25.818.418,69	25.550.165,32	0,00%	1,021%	26.747.881,76	26.470.773,71	0,00%	1,02%	27.684.057,62	27.397.527,63	0,00%	1,02%
Divida Pública Consolidada (DC)	263.881.868,78	261.140.136,16	0,00%	10,430%	126.901.079,36	125.586.384,18	0,00%	4,84%	68.874.340,87	68.161.491,44	0,00%	2,54%
Divida Consolidada Líquida (DCL)	(31.328.634,02)	(31.003.327,43)	0,00%	-1,238%	(178.937.208,74)	(177.083.419,26)	0,00%	-6,83%	(247.668.287,32)	(245.104.920,55)	0,00%	-9,13%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	35.899.954,48	35.437.828,16	0,00%	1,415%	132.198.968,85	130.821.468,13	0,00%	5,61%	148.366.962,14	146.732.893,23	0,00%	5,47%

NOTA: Sistema e-Pública. Unidade Responsável: Secretária de Governo. 31/07/2024 às 14:10h.  
NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.05.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.

Parâmetros	2025	2026	2027
PIB nominal	0,00	0,00	0,00
Receita Corrente Líquida - RCL	2.529.948.588,00	2.621.024.565,17	2.712.760.424,95

  
Márcio Sérgio Teixeira  
Secretário de Governo

  
Tânia Maria Novas  
Diretora Executiva de Planejamento e Orçamento

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAJAÍ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO 2025



Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário

ESPECIFICAÇÃO	Meta Realizada		Meta Fixada na LDO			
	2022	2023	2024	2025	2026	2027
RECEITAS CORRENTES (I) (EXCETO FONTES RPPS)	2.288.722.099,60	2.296.895.420,52	2.138.988.495,00	2.765.940.913,00	2.865.514.785,87	2.965.807.803,37
Receita de Impostos, Taxas e Contribuição Melhorias	597.291.963,30	682.603.108,43	768.833.600,00	859.698.600,00	890.647.749,60	921.820.420,94
Contribuições	27.873.956,38	32.137.976,67	36.000.000,00	32.000.000,00	33.162.000,00	34.312.320,00
Contribuições RPPS	67.439.463,14	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	172.546.883,11	59.294.383,98	51.780.200,00	69.221.050,00	71.713.007,80	74.222.963,07
Aplicações Financeiras (Exceto Fontes RPPS) (II)	126.002.013,17	41.220.183,45	34.580.100,00	33.083.050,00	34.274.039,80	35.473.631,19
Outras Receitas Patrimoniais	46.544.869,94	18.074.200,53	17.200.100,00	36.138.000,00	37.438.968,00	38.749.331,89
Transferências Correntes	1.174.610.474,32	1.288.310.128,29	1.247.812.850,00	1.534.631.800,00	1.589.878.544,80	1.645.524.293,87
Outras Receitas Correntes	245.327.593,69	234.549.824,15	233.032.245,00	270.389.463,00	280.123.483,67	289.927.805,60
Outras Receitas Correntes RPPS	3.631.765,66	-	-	-	-	-
Outras Receitas Financeiras (III)	-	-	-	-	-	-
Receitas Correntes Restantes	245.327.593,69	234.549.824,15	233.032.245,00	270.389.463,00	280.123.483,67	289.927.805,60
Receitas Correntes Restantes RPPS	3.631.765,66	-	-	-	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES DO RPPS) (IV) = (I) - (II) - (III)	2.162.720.086,43	2.255.675.237,07	2.104.408.395,00	2.732.857.863,00	2.831.240.746,07	2.930.334.172,18
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTE DO RPPS) = (V)	-	188.832.788,23	197.470.200,00	96.762.000,00	100.245.432,00	103.754.022,12
RECEITA NÃO PRIMÁRIA CORRENTES (COM FONTE DO RPPS) (VI)	-	55.213.802,64	2.629.800,00	72.855.000,00	75.477.780,00	78.119.502,30
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES DO RPPS) (VII)	73.795.137,50	62.157.693,09	148.938.156,04	167.306.825,51	67.877.116,17	58.803.902,45
Operação de Crédito (VIII)	35.454.324,54	25.872.143,22	106.947.171,04	102.465.739,91	11.051.750,49	-
Amortização de Empréstimos (IX)	-	-	-	-	-	-
Alienação de Ativos	209.150,00	488.999,99	11.200,00	11.300,00	11.706,80	12.116,54
Receitas de Alienação de Invest. de Temporários (X)	-	-	-	-	-	-
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	-	-	-	-	-	-
Outras Alienações de Bens	209.150,00	488.999,99	11.200,00	11.300,00	11.706,80	12.116,54
Transferências de Capital	924.978,97	2.086.382,91	1.979.785,00	3.629.785,60	3.760.467,68	3.892.073,91
Outras Receitas de Capital	37.206.683,99	33.710.166,97	41.000.000,00	51.200.000,00	53.043.200,00	54.899.712,00
Outras Receitas de Capital não Primárias (XII)	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital Primárias	37.206.683,99	33.710.166,97	41.000.000,00	51.200.000,00	53.043.200,00	54.899.712,00



RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - ACIMA DA LINHA (XXXV)		(63.966.531,83)	208.434.429,16	28.544.452,18	124.664.808,51	140.476.988,57
VARIAÇÃO DOS JUROS NOMINAIS	119.524.784,83	28.299.236,21	16.142.600,00	7.364.631,31	7.626.168,04	7.789.573,57
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS ATIVOS (XXXVI)	126.002.013,17	41.220.183,45	34.580.100,00	33.083.050,00	34.274.039,80	35.473.631,19
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS PASSIVOS (XXXVII)	6.982.697,02	15.010.945,24	18.437.500,00	25.816.416,69	26.747.681,76	27.684.057,62
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	162.683.314,14	(37.757.293,42)	(102.097.339,45)	35.809.063,49	11.878.316,85	23.744.004,70

FONTE: Sistema e-Pública, Unidade Responsável: Secretaria de Governo, 25/07/2024 às 15:26h

Nota: Os anos de 2022 e 2023 estão lançados de acordo com o realizado (liquidado). Já os anos de 2024, 2025, 2026 e 2027 estão de acordo com o previsto na Lei das Diretrizes Orçamentárias e para os anos de 2026 e 2027, foram indexados com os percentuais de 3,6% e 3,5% aa respectivamente (Focus 19/07/2024).

Nas despesas relativas aos Juros e Encargos da Dívida e Amortização da Dívida os valores alocados foram calculados pelas unidades contratantes (Fazenda e SEMASA) levando em consideração os contratos firmados.

Nos valores das receitas de capital com operações de crédito, para os exercícios de 2025 e 2026, não foi aplicado o percentual acima referenciado, pois os valores das operações de crédito lançados foram os fixados de acordo com os valores apresentados pelas unidades gestoras/orçamentárias, sendo só aplicado os percentuais nas demais receitas de capital.

Mário Sérgio Teixeira  
Secretário de Governo

Tânia Maria Novaes  
Diretora Executiva de Planejamento e Orçamento

e-DOC D2AA912F  
Proc. 247541/2024-e

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAJAÍ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO 2025



ANEXO DE METAS FISCAIS  
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR  
2025

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2023 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2023 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total (EXCETO FONTES DO RPPS)	2.398.679.365,00	0,00%	105,01%	2.348.845.260,44	0,00%	102,83%	(49.834.104,56)	-2,08%
Receitas Primárias (EXCETO FONTES DO RPPS) (I)	2.257.295.715,00	0,00%	98,82%	2.255.675.237,07	0,00%	98,75%	(1.620.477,93)	-0,07%
Despesa Total (EXCETO FONTES DO RPPS)	2.398.679.365,00	0,00%	105,01%	2.370.673.481,60	0,00%	103,78%	(28.005.883,40)	-1,17%
Despesas Primárias (EXCETO FONTES DO RPPS) (II)	2.342.979.365,00	0,00%	102,57%	2.334.412.679,42	0,00%	102,19%	(8.566.685,58)	-0,37%
Receita Total (COM FONTES DO RPPS)	2.642.399.365,00	0,00%	115,68%	2.592.891.852,31	0,00%	113,51%	(49.507.512,69)	-1,87%
Receitas Primárias (COM FONTES DO RPPS) (III)	172.430.000,00	0,00%	7,55%	188.832.789,23	0,00%	8,27%	16.402.789,23	9,51%
Despesa Total (COM FONTES DO RPPS)	2.642.399.365,00	0,00%	115,68%	2.427.878.823,52	0,00%	106,29%	(214.520.541,48)	-8,12%
Despesas Primárias (COM FONTES DO RPPS) (IV)	55.812.760,00	0,00%	2,44%	57.135.470,91	0,00%	2,50%	1.322.710,91	2,37%
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I-II)	(85.683.650,00)	0,00%	-3,75%	(78.737.442,35)	0,00%	-3,45%	6.946.207,65	-8,11%
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = V + (III-IV)	30.933.590,00	0,00%	1,35%	52.959.875,97	0,00%	2,32%	22.026.285,97	71,21%
Dívida Pública Consolidada (DC)	245.073.970,31	0,00%	10,73%	206.855.584,24	0,00%	9,06%	(38.218.386,07)	-15,59%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	(174.734.864,13)	0,00%	-7,65%	8.840.666,87	0,00%	0,39%	183.575.531,00	-105,06%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	(79.434.111,32)	0,00%	-3,48%	(88.047.196,99)	0,00%	-3,85%	(8.613.085,67)	10,84%

FONTE: Sistema e-Pública, Unidade Responsável: Secretaria de Governo, 31/07/2024 às 18:30h

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.

Parâmetros	Valor Previsto	Valor Realizado
PIB nominal	-	-
Receita Corrente Líquida - RCL	2.325.948.165,00	2.284.298.670,97

Mário Sérgio Teixeira  
Secretário de Governo

Tânia Maria Novaes  
Diretora Executiva de Planejamento e Orçamento

e-DOC D2AA912F  
Proc. 247541/2024-e



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAJAÍ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO 2025



**METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**  
2025

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, §2º, inciso II) (EXCETO FONTE DO RPPS)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	1.786.960.076,29	19,95%	2.398.679.365,00	34,23%	2.642.399.365,00	10,16%	2.925.599.238,51	10,72%	3.030.920.811,10	3,60%	3.137.003.039,48	3,50%
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	1.547.985.064,26	7,84%	2.257.295.715,00	45,82%	2.342.981.180,00	3,80%	2.787.698.948,60	18,98%	2.888.056.110,75	3,60%	2.989.138.074,63	3,50%
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	1.626.440.983,29	6,18%	2.433.679.365,00	49,63%	2.677.399.365,00	10,01%	3.000.589.238,51	12,07%	3.108.610.451,10	3,60%	3.217.411.816,88	3,50%
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	1.508.860.176,29	-0,08%	2.377.979.365,00	57,60%	2.397.980.470,08	0,84%	2.759.154.495,42	15,08%	2.763.391.302,24	0,15%	2.848.851.085,05	3,09%
Receita Total	1.981.960.076,29	17,92%	2.398.679.365,00	21,03%	2.685.419.651,04	11,95%	3.193.254.238,51	18,91%	3.213.118.635,04	0,62%	3.314.128.875,51	3,14%
Receitas Primárias (III)	1.742.985.064,26	20,43%	2.257.295.715,00	29,51%	2.426.677.380,00	7,50%	2.884.460.948,60	18,80%	3.291.854.635,04	0,69%	3.394.655.635,51	3,12%
Despesa Total	1.913.640.983,29	9,49%	2.398.679.365,00	25,35%	2.799.993.650,74	16,73%	3.269.254.238,51	16,76%	3.291.854.635,04	0,69%	3.394.655.635,51	3,12%
Despesas Primárias (IV)	1.798.060.176,29	8,26%	2.342.979.365,00	30,45%	2.629.943.519,15	12,25%	2.853.727.495,42	8,51%	2.956.461.686,26	3,60%	3.059.937.844,24	3,50%
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I-II)	(53.075.112,03)	-74,93%	(85.653.650,00)	61,44%	(203.266.139,15)	137,23%	28.544.453,18	-114,04%	124.664.808,51	336,74%	140.476.988,57	12,68%
Resultado Primário (COM RPPS) (VI) = (V) + (III-IV)	(106.150.224,09)	-74,93%	(171.367.840,43)	61,44%	(405.532.278,30)	137,23%	59.277.906,36	-114,58%	156.504.666,01	164,02%	173.431.241,08	10,82%
Dívida Pública Consolidada (DC)	188.435.901,94	277,35%	245.073.970,31	30,06%	244.052.515,94	-0,42%	263.881.868,78	8,13%	126.901.079,36	-51,91%	68.874.340,87	-45,73%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	(91.241.901,92)	-21,45%	(174.734.864,13)	91,51%	(190.722.122,49)	9,15%	(31.328.834,02)	-83,57%	(178.937.208,74)	471,16%	(247.668.287,32)	38,41%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	24.911.947,11	-82,79%	(79.434.111,32)	-418,86%	-15.987.258,36	-79,87%	35.809.084,49	-323,99%	132.190.966,55	269,15%	148.266.562,14	12,16%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	1.768.196.895,49	19,95%	2.373.493.231,67	34,23%	2.614.654.171,67	10,16%	2.895.202.262,42	10,73%	2.999.096.142,58	3,59%	3.104.064.507,57	3,50%
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	1.531.731.221,09	7,84%	2.233.594.109,99	45,82%	2.318.379.877,61	3,80%	2.758.734.756,52	18,98%	2.857.731.521,59	3,59%	2.957.752.124,85	3,50%
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	1.609.363.352,97	6,18%	2.408.125.731,67	49,63%	2.649.286.671,67	10,01%	2.969.413.116,32	12,08%	3.075.970.041,36	3,59%	3.183.628.992,80	3,50%
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	1.493.017.144,44	-0,08%	2.353.010.581,67	57,60%	2.372.801.675,14	0,84%	2.730.486.880,21	15,07%	2.734.375.693,57	0,14%	2.818.750.144,66	3,09%
Receita Total	1.916.704.947,19	21,69%	2.509.401.106,32	30,92%	2.561.445.680,08	2,07%	3.160.076.326,97	23,37%	2.673.549.934,67	-15,40%	3.279.330.522,32	22,66%
Receitas Primárias (III)	1.685.500.716,36	24,44%	2.210.410.840,43	31,06%	2.314.648.397,54	4,72%	2.854.491.399,34	23,32%	2.511.611.088,30	-12,01%	3.060.416.729,73	21,85%
Despesa Total	1.843.407.170,10	12,63%	2.606.466.623,36	41,39%	2.670.730.304,03	2,47%	3.235.286.686,97	21,14%	2.792.519.380,30	-13,69%	3.359.011.751,34	20,29%
Despesas Primárias (IV)	1.730.141.774,67	11,36%	2.456.504.620,13	41,98%	2.508.530.636,35	2,12%	2.824.077.266,74	12,56%	2.616.517.494,10	-7,35%	3.027.808.496,88	15,72%
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I-II)	-43.641.058,31	-77,99%	-246.093.779,70	463,90%	-193.882.238,61	-21,22%	28.247.876,31	-114,57%	-104.906.405,80	-471,38%	139.001.980,19	-232,50%
Resultado Primário (COM RPPS) (VI) = (V) + (III-IV)	-105.035.646,71	-74,93%	-169.567.943,35	61,44%	-402.283.689,38	137,23%	58.662.008,91	-114,58%	154.861.367,02	163,99%	171.610.213,05	10,82%
Dívida Pública Consolidada (DC)	181.519.980,31	277,13%	228.650.038,08	25,96%	232.785.688,61	1,81%	261.140.136,16	12,18%	62.196.974,13	-76,18%	68.151.160,29	9,57%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-87.893.172,07	-21,49%	-163.024.793,23	85,48%	-188.233.615,50	15,46%	-31.003.327,43	-83,53%	-385.666.901,36	1143,95%	-245.067.770,30	-36,46%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	24.062.345,08	-82,52%	-75.131.621,16	-412,24%	-25.208.822,27	-66,45%	35.437.028,10	-240,57%	-90.975.403,79	-356,72%	146.709.763,24	-261,26%

FONTE: Sistema e-Pública; Unidade Responsável: Secretaria de Governo, 12/08/2024 às 14:35

Mário Sérgio Teixeira  
Secretário de Governo

Tânia Maria Novaes  
Diretora Executiva de Planejamento e Orçamento



**Município de Itajaí**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
2025



AMF – Demonstrativo IV (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2023	%	2022	%	2021	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	-294.533.637,71	100,00	2.050.392.312,37	100,00	1.871.525.138,83	100,00
TOTAL	-294.533.637,71	100,00	2.050.392.312,37	100,00	1.871.525.138,83	100,00

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2023	%	2022	%	2021	%
Patrimônio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-12.249.360,71	100,00	7.394.645,40	100,00	7.231.959,05	100,00
TOTAL	-12.249.360,71	100,00	7.394.645,40	100,00	7.231.959,05	100,00

FONTE: Sistema e-Pública (1964-8583-237). Unidade Responsável: . Data da emissão: 12/08/2024 e hora de emissão: 17:26.

Mário Sérgio Teixeira  
Secretário Municipal de Governo

Tânia Maria Novaes  
Diretora Executiva de Planejamento e Orçamento



**Município de Itajaí**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

**ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**  
2025



AMF - Demonstrativo V (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2023 (a)	2022 (b)	2021 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	488.999,99	209.150,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	488.999,99	209.150,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESAS EXECUTADAS	2023 (d)	2022 (e)	2021 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	170.745.545,93	40.733.378,38
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	2.217.500,00	1.047.191,26
Investimentos	0,00	2.217.500,00	1.047.191,26
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	168.528.045,93	39.686.187,12
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	168.528.045,93	39.686.187,12
<b>SALDO FINANCEIRO</b>	2023 (g) = ((Ia - IIId) + IIIf)	2022 (h) = ((Ib - IIe) + IIIf)	2021 (i) = (Ic - IIIf)
VALOR (III)	(210.780.774,32)	(211.269.774,31)	(40.733.378,38)

FONTE: Sistema e-Pública (2068-0298-523). Unidade Responsável: . Data da emissão: 12/08/2024 e hora de emissão: 17:28.

Mário Sérgio Teixeira  
Secretário Municipal de Governo

Tânia Maria Novais  
Diretora Executiva de Planejamento e Orçamento

1 / 1

Proc. 247541/2024-e  
e-DOC D2AA912F

RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = (VII - VIII-X-XI-XII)	38.340.812,86	36.285.549,87	42.990.985,00	54.841.085,60	56.815.364,68	58.803.902,45
RECEITA PRIMÁRIA DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	-	-	-	-	-	-
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	-	-	-	-	-	-
RECEITA PRIMÁRIAS TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	2.201.060.899,39	2.480.793.576,17	2.344.869.580,00	2.894.460.948,60	2.988.301.542,75	3.092.892.096,75
RECEITAS PRIMÁRIAS TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV+XIII)	-	2.291.960.786,94	2.147.399.380,00	2.787.698.948,60	2.888.056.110,75	2.989.138.074,63
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	1.945.800.568,16	2.198.871.270,66	2.132.845.937,95	2.484.549.734,71	2.573.993.525,16	2.864.083.289,54
Pessoal e Encargos Sociais	926.610.584,13	1.072.282.027,00	1.117.052.819,15	1.175.318.539,85	1.217.630.007,28	1.260.247.057,54
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	6.982.897,02	15.010.945,24	18.437.500,00	25.818.418,69	26.747.881,76	27.684.057,62
Outras Despesas Correntes	1.012.207.087,01	1.109.578.298,32	997.355.618,80	1.283.412.776,17	1.329.615.636,11	1.376.152.183,38
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII-XIX)	1.938.817.671,14	2.181.860.325,32	2.114.408.437,95	2.458.731.316,02	2.547.245.643,40	2.836.399.240,92
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	-	57.135.470,91	63.895.000,00	93.393.000,00	96.755.148,00	100.141.578,18
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS (COM FONTE RPPS) (XXII)	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	177.536.971,81	173.802.211,04	281.918.763,65	269.223.180,40	183.822.458,84	178.807.333,14
Investimentos	166.758.778,41	152.552.354,10	244.870.031,76	225.423.179,40	138.445.657,80	131.842.344,07
Inversões Financeiras	-	-	10.100,00	1,00	1,04	1,07
Concessão de empréstimos e Financiamento (XXIV)	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Títulos de Capital já integralizado (XXV)	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Títulos de Crédito (XXVI)	-	-	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	-	-	10.100,00	1,00	1,04	1,07
Amortização da Dívida (XXVII)	10.778.193,40	21.249.856,94	37.038.631,89	43.800.000,00	45.376.800,00	46.964.988,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = XXIII - (XXIV+XXV+XXVI+XXVII)	166.758.778,41	152.552.354,10	244.880.131,76	225.423.180,40	138.445.658,84	131.842.345,14
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	-	-	19.885.949,74	21.157.936,00	21.919.621,70	22.686.808,46
RESERVA DO RPPS *	-	-	136.065.000,00	173.092.000,00	179.323.312,00	185.599.627,02
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	-	-	130.000,00	250.000,00	259.000,00	258.065,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	-	-	-	-	-	-
DESPESAS PRIMÁRIAS TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	2.105.576.445,55	2.334.412.679,42	2.414.329.619,45	2.759.154.496,42	2.763.391.302,24	2.848.681.086,06
DESPESAS PRIMÁRIAS TOTAL - PAGAS (2022 e 2023 - REALIZADOS) (REALIZADO)	2.097.488.349,00	2.335.917.266,93	-	-	-	-
DESPESAS PRIMÁRIAS TOTAL (EXCETO FONTES DO RPPS - PAGAS (REALIZADO)	-	2.280.676.896,24	-	-	-	-
RESTOS (EXCETO FONTE RPPS)	60.008.352,40	75.251.422,33	35.155.000,00	75.000.000,00	77.700.000,00	80.419.500,00
RESTOS (COM FONTE RPPS)	505.668,68	135.711,04	1.000.000,00	1.000.000,00	1.036.000,00	1.072.260,00
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - ACIMA DA LINHA (XXXIV)	43.058.629,31	69.489.175,87	(198.239.939,45)	(87.886.483,82)	4.353.158,82	15.854.431,13

Documento assinado digitalmente. Para verificar, acesse <http://sfe.itajai.sc.gov.br> = autenticação e informe o e-DOC D2AA912F





Município de Itajaí  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS  
2025

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2021	2022	2023
RECEITAS CORRENTES (I)	134.250.834,96	211.487.955,50	203.995.164,21
Receita de Contribuições dos Segurados	44.018.198,46	53.132.421,51	60.771.479,68
Ativo	43.914.600,07	52.933.675,60	60.495.505,86
Inativo	93.115,82	173.411,72	230.738,57
Pensionista	10.482,57	25.334,19	45.235,25
Receita de Contribuições Patronais	65.437.764,30	78.981.710,44	88.160.271,44
Ativo	65.437.764,30	78.981.710,44	88.160.271,44
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	24.468.836,13	78.975.779,64	54.641.940,24
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	24.468.836,13	78.975.779,64	54.641.940,24
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	326.036,07	398.043,91	421.472,85
Compensação Financeira entre os Regimes	325.387,07	388.916,68	417.503,65
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)¹	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	649,00	9.127,23	3.969,20
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	134.250.834,96	211.487.955,50	203.995.164,21
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2021	2022	2023
Benefícios	9.372.121,12	12.958.868,99	16.761.244,14
Aposentadorias	7.137.510,17	10.037.299,90	13.379.732,09
Pensões	2.234.610,95	2.921.569,09	3.381.512,05
Outras Despesas Previdenciárias	414.885,25	1.004.244,17	626.703,21
Compensação Financeira entre os Regimes	5.241,84	35.893,49	6.597,33
Demais Despesas Previdenciárias	409.643,41	968.350,68	620.105,88
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	9.787.066,37	13.963.113,16	17.387.947,35
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)²	124.463.768,59	197.524.842,34	186.607.216,86
RECURSOS RPPS ARRECAĐADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2021	2022	2023
VALOR	866.008.874,08	955.439.886,61	1.143.442.048,04
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2021	2022	2023
VALOR	139.895.300,00	145.700.000,00	170.460.000,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	2021	2022	2023
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00	0,00	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2021	2022	2023
Caixa e Equivalentes de Caixa	130,00	17.392,34	79,25
Investimentos e Aplicações	990.472.702,67	1.152.964.728,95	1.471.093.280,25
Outro Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00

Continua 1 / 3

Documento assinado digitalmente. Para verificar, acesse <http://sipe.itajai.sc.gov.br?ta=autenticidade> e informe o e-DOC D2AA912F

e-DOC D2AA912F  
Proc. 247541/2024-e

Continuação  
R\$ 1,00



Município de Itajaí  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS  
2025

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2021	2022	2023
RECEITAS CORRENTES (VII)	21.914.001,63	28.891.946,80	29.392.216,01
Receita de Contribuições dos Segurados	12.136.729,99	14.226.630,42	14.887.450,35
Ativo	7.817.871,88	8.130.841,95	7.499.826,04
Inativo	4.050.245,39	5.777.883,48	7.007.269,17
Pensionista	268.612,72	317.904,99	380.363,14
Receita de Contribuições Patronais	9.183.473,13	11.156.976,99	9.693.756,81
Ativo	9.183.473,13	11.156.976,99	9.693.756,81
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	46.399,45	274.630,92	371.070,79
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	46.399,45	274.630,92	371.070,79
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	547.399,06	3.233.708,47	4.439.930,06
Compensação Financeira entre os Regimes	547.399,06	3.233.708,47	4.439.930,06
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	21.914.001,63	28.891.946,80	29.392.216,01
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2021	2022	2023
Benefícios	116.250.111,30	144.709.748,79	166.326.310,16
Aposentadorias	104.783.824,30	131.488.204,57	151.382.921,07
Pensões	11.466.287,00	13.221.544,22	14.943.389,09
Outras Despesas Previdenciárias	80.779,41	972.710,28	308.219,15
Compensação Financeira entre os Regimes	80.315,41	970.212,33	304.622,88
Demais Despesas Previdenciárias	464,00	2.497,95	3.596,27
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	116.330.890,71	145.692.459,67	166.634.529,31
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX - X)³	(94.416.889,08)	(116.790.512,27)	(137.242.313,30)
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	2021	2022	2023
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	94.444.475,94	117.010.075,58	137.353.561,88
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2021	2022	2023
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.343,03	108.718,37	0,00
Investimentos e Aplicações	776.748,84	1.091.205,03	13.052.056,32
Outro Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2021	2022	2023
Receitas Correntes	10.892.871,15	9.081.956,04	10.659.211,65
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	10.892.871,15	9.081.956,04	10.659.211,65
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2021	2022	2023
Despesas Correntes (XIII)	8.104.927,73	8.940.993,34	10.500.944,82
Pessoal e Encargos Sociais	4.424.672,89	5.001.817,34	5.380.778,69

Continua 2 / 3

Documento assinado digitalmente. Para verificar, acesse <http://sipe.itajai.sc.gov.br?ta=autenticidade> e informe o e-DOC D2AA912F

Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal

META FISCAL - RESULTADO NOMINAL - LDO 2025

ESPECIFICAÇÃO	2022 (a)	2023 (b)	2024 (c)	2025 (d)	2026 (e)	2027 (f)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	207.767.862,01	245.073.970,31	244.052.515,94	263.881.868,78	126.901.079,36	68.874.340,87
DEDUÇÕES (II)	303.068.615,02	419.808.834,64	434.774.638,43	295.210.702,80	305.838.288,10	316.542.628,19
Ativo Disponível	310.766.197,89	430.000.000,00	444.190.000,00	303.890.702,80	314.830.768,10	325.849.844,99
Haveres Financeiros	430.841,60	184.000,00	440.000,00	1.570.000,00	1.626.520,00	1.683.448,20
(-) Restos a Pagar Processados	(8.128.424,47)	(10.375.165,36)	(9.855.361,57)	(10.250.000,00)	(10.619.000,00)	(10.990.865,00)
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II)	(95.300.753,01)	(174.734.864,33)	(190.722.122,49)	(31.328.834,02)	(178.937.208,74)	(247.668.287,32)
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	-	-	-	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIMENTOS (V)	-	-	-	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV+V)	(95.300.753,01)	(174.734.864,33)	(190.722.122,49)	(31.328.834,02)	(178.937.208,74)	(247.668.287,32)
RESULTADO NOMINAL	(a-b)	(b-c)	(c-d)	(d-e)	(e-f)	(f-g)
VALOR	28.416.446,65	(79.434.111,32)	(15.987.258,16)	159.393.288,47	(147.608.374,72)	(68.731.078,57)

FONTE: Sistema e-Pública, Unidade Responsável: Secretaria de Governo, 06/08/2023, às 18:45

\* - Dados do (a) - 2021 = (123.717.199,66)

Nota: os valores fixados para o ativo disponível do ano de 2025 foi elaborado pela média dos valores que vem se apresentando durante o exercício, para os anos de 2026 e 2027, foram realizados através de aplicação inflacionária de 3,6% e 3,5% aa respectivamente. Quanto aos restos a pagar foram elaborados os valores para os referidos anos tendo asua séria histórica

Mário Sérgio Teixeira  
Secretário de Governo

Tânia Maria Novaes  
Diretora Executiva de Planejamento e Orçamento

Documento assinado digitalmente. Para verificar, acesse <http://sipe.itajai.sc.gov.br?ta=autenticidade> e informe o e-DOC D2AA912F

e-DOC D2AA912F  
Proc. 247541/2024-e





# JORNAL DO MUNICÍPIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ

e-DOC D2AA912F  
Proc 247541/2024-e



## Município de Itajaí

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

### AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS 2025

Continuação			
R\$ 1,00			
AMF - Demonstrativo VI (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")			
Demais Despesas Correntes	3.680.254,84	3.939.176,00	5.120.166,13
Despesas de Capital (XIV)	19.121,23	36.200,01	103.185,04
<b>TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)</b>	<b>8.124.048,96</b>	<b>8.977.193,35</b>	<b>10.604.129,86</b>

<b>RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)*</b>	<b>2.768.822,19</b>	<b>104.762,69</b>	<b>55.081,79</b>
--	---------------------	-------------------	------------------

<b>BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	445.342,38	2.088,24	33.382,88
Investimentos e Aplicações	8.083.720,66	8.363.866,96	9.319.801,96
Outro Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00

#### BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO

<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<b>RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII- XVIII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
---	-------------	-------------	-------------

FONTE: Sistema e-Pública (1736-9118-943). Unidade Responsável: . Data da emissão: 12/08/2024 e hora de emissão: 17:33.

1 Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá constar o total das receitas previdenciárias do período de apuração.  
2 O resultado previdenciário poderá ser apresentado por meio da diferença entre previsto da receita e a dotação de despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 6º bimestre) e a despesa empenhada (no 6º bimestre).

Mário Sérgio Teixeira  
Secretário Municipal de Governo

Tânia Maria Novais  
Diretora Executiva de Planejamento e Orçamento

3 / 3

Documento assinado digitalmente. Para verificar, acesse <http://sipe.itajai.sc.gov.br?ta=autenticidade> e informe o e-DOC D2AA912F

e-DOC D2AA912F  
Proc 247541/2024-e



## Município de Itajaí

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

### PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES 2025

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a) R\$ 1,00

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2024	146.032.157,13	38.582.617,44	107.449.539,69	1.587.896.084,04*
2025	142.811.147,03	45.907.354,92	96.903.792,11	1.684.799.876,15
2026	141.597.372,93	46.655.532,20	94.941.840,73	1.779.741.716,88
2027	139.829.530,56	48.705.274,38	91.124.256,18	1.870.865.973,06
2028	136.718.335,78	53.629.559,72	83.088.776,06	1.953.954.749,12
2029	132.757.615,74	59.808.285,01	72.949.330,73	2.026.904.079,85
2030	126.578.126,99	65.722.369,83	60.855.757,16	2.089.758.837,01
2031	124.246.634,69	71.696.583,39	52.550.051,30	2.142.308.888,31
2032	118.712.069,78	79.157.301,02	39.554.768,76	2.181.863.657,07
2033	112.836.204,46	86.246.691,31	26.589.513,15	2.208.451.170,22
2034	107.518.515,88	91.246.537,26	16.271.978,62	2.224.723.148,84
2035	100.852.340,96	98.146.746,10	2.705.594,86	2.227.428.743,70
2036	94.981.124,38	102.999.781,00	(7.618.656,62)	2.219.810.087,08
2037	88.548.050,41	107.242.013,11	(18.693.962,70)	2.201.116.124,38
2038	82.260.502,80	110.622.181,52	(28.361.678,72)	2.172.754.445,66
2039	75.365.620,29	114.272.006,57	(38.906.386,28)	2.133.848.059,38
2040	68.468.854,70	117.191.568,53	(48.722.713,83)	2.085.125.345,55
2041	61.715.772,02	119.252.001,54	(57.536.229,52)	2.027.589.116,03
2042	55.097.591,84	120.357.094,31	(65.259.502,47)	1.962.329.613,56
2043	48.867.638,56	120.515.764,83	(71.648.126,27)	1.890.681.487,29
2044	42.788.316,18	119.987.063,80	(77.198.747,62)	1.813.482.739,67
2045	37.784.916,55	117.844.602,69	(80.059.686,14)	1.733.423.053,53
2046	33.040.756,96	115.304.313,13	(82.263.556,17)	1.651.159.497,36
2047	28.512.699,63	112.399.493,20	(83.886.793,57)	1.567.272.703,79
2048	25.005.183,04	108.319.652,85	(83.314.469,81)	1.483.958.233,98
2049	21.370.877,18	104.364.445,65	(82.993.568,47)	1.400.964.665,51
2050	17.892.355,57	100.353.915,23	(82.461.559,66)	1.318.503.105,85
2051	15.322.864,77	95.533.410,13	(80.210.545,36)	1.238.292.560,49
2052	12.943.308,23	90.669.604,19	(77.726.295,96)	1.160.566.264,53
2053	10.964.722,98	85.579.911,02	(74.615.188,04)	1.085.951.076,49
2054	9.204.025,26	80.532.608,40	(71.328.583,14)	1.014.622.493,35
2055	7.534.321,81	75.623.011,69	(68.088.689,88)	946.533.803,47
2056	6.396.807,46	70.507.868,34	(64.111.060,88)	882.422.742,59
2057	5.482.043,29	66.482.587,02	(60.900.543,73)	822.422.198,86
2058	4.661.350,88	60.634.048,83	(55.972.697,95)	766.449.500,91
2059	4.046.125,23	55.896.674,35	(51.850.549,12)	714.595.951,79
2060	3.501.093,93	51.375.313,46	(47.874.219,53)	666.721.732,26
2061	3.062.241,71	47.037.978,25	(43.975.736,54)	622.745.995,72
2062	2.666.171,47	42.926.274,81	(40.260.103,34)	582.485.892,38
2063	2.361.527,56	39.009.696,04	(36.648.168,48)	545.837.723,90
2064	2.077.721,37	35.325.540,72	(33.247.819,35)	512.589.904,55
2065	1.832.914,19	31.860.017,40	(30.027.103,21)	482.562.801,34
2066	1.591.740,44	28.627.941,73	(27.036.201,29)	455.526.600,05
2067	1.388.104,98	25.608.057,68	(24.219.952,70)	431.306.647,35
2068	1.203.819,26	22.805.566,30	(21.601.747,04)	409.704.900,31
2069	1.037.993,74	20.215.474,62	(19.177.480,88)	390.527.419,43
2070	889.685,03	17.832.785,71	(16.943.100,68)	373.584.318,75
2071	757.779,47	15.650.736,61	(14.892.957,14)	358.691.361,61

Continua 1 / 4

Documento assinado digitalmente. Para verificar, acesse <http://sipe.itajai.sc.gov.br?ta=autenticidade> e informe o e-DOC D2AA912F



## Município de Itajaí

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

### PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES 2025

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a) R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2072	641.168,92	13.661.813,98	(13.020.645,06)	345.670.716,55
2073	538.755,27	11.858.321,35	(11.319.566,08)	334.351.150,47
2074	449.396,55	10.231.083,55	(9.781.687,00)	324.569.463,47
2075	371.948,22	8.770.728,14	(8.398.779,92)	316.170.683,55
2076	305.353,07	7.468.443,46	(7.163.090,39)	309.007.593,16
2077	248.519,05	6.313.778,26	(6.065.259,21)	302.942.334,55
2078	200.435,53	5.297.707,47	(5.097.271,94)	297.845.062,61
2079	160.112,96	4.410.211,17	(4.250.098,21)	293.594.964,40
2080	126.614,11	3.641.622,30	(3.515.008,19)	290.079.956,21
2081	99.069,32	2.981.606,92	(2.882.537,60)	287.197.418,61
2082	76.684,84	2.420.366,80	(2.343.681,96)	284.853.736,65
2083	58.689,72	1.947.483,82	(1.888.794,10)	282.964.942,55
2084	44.381,21	1.552.754,46	(1.508.373,25)	281.456.569,30
2085	33.141,05	1.226.362,95	(1.193.221,90)	280.263.347,40
2086	24.417,74	958.956,14	(934.538,40)	279.328.809,00
2087	17.737,33	742.136,14	(724.398,81)	278.604.410,19
2088	12.687,18	568.007,93	(555.320,75)	278.049.089,44
2089	8.924,97	429.576,72	(420.651,75)	277.628.437,69
2090	6.165,92	320.667,60	(314.501,68)	277.313.936,01
2091	4.177,42	235.915,99	(231.738,57)	277.082.197,44
2092	2.770,80	170.721,31	(167.950,51)	276.914.246,93
2093	1.795,53	121.208,40	(119.412,87)	276.794.834,06
2094	1.133,59	84.186,16	(83.052,57)	276.711.781,49
2095	694,02	57.073,25	(56.379,23)	276.655.390,26
2096	409,65	37.646,72	(37.237,08)	276.618.153,18
2097	232,02	24.062,76	(23.830,74)	276.594.302,44
2098	125,56	14.875,59	(14.750,03)	276.579.552,41

\*Considerar o Saldo Financeiro do Exercício Anterior: R\$ 1.480.446.544,35

#### FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2024	33.762.585,03	170.048.355,03	(136.285.770,00)	(123.233.713,68)*
2025	28.598.024,54	170.181.251,26	(141.583.226,72)	(264.816.940,40)
2026	27.115.200,48	161.594.283,73	(134.479.083,25)	(399.296.023,65)
2027	24.312.219,29	156.094.993,91	(131.782.774,62)	(531.078.798,27)
2028	21.890.232,68	149.900.014,22	(128.009.781,54)	(659.088.579,81)
2029	19.770.070,81	143.217.312,94	(123.447.242,13)	(782.535.821,94)
2030	17.237.084,47	137.344.927,92	(120.107.843,45)	(902.643.665,39)
2031	14.859.044,55	131.305.699,57	(116.446.655,02)	(1.019.090.320,41)
2032	13.321.859,17	124.258.623,33	(110.936.764,16)	(1.130.027.084,57)
2033	12.170.867,36	116.905.207,39	(104.734.340,03)	(1.234.761.424,60)
2034	10.725.717,50	110.218.290,88	(99.492.573,38)	(1.334.253.997,98)
2035	9.675.127,31	103.213.446,48	(93.538.319,17)	(1.427.792.319,15)
2036	8.577.550,27	96.726.292,64	(88.148.742,37)	(1.515.941.061,52)
2037	7.766.440,79	90.177.103,16	(82.410.662,37)	(1.598.351.723,59)
2038	6.884.659,06	84.034.682,16	(77.150.023,10)	(1.675.501.746,69)

Continua 2 / 4

Documento assinado digitalmente. Para verificar, acesse <http://sipe.itajai.sc.gov.br?ta=autenticidade> e informe o e-DOC D2AA912F

e-DOC D2AA912F  
Proc 247541/2024-e



## Município de Itajaí

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

### PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES 2025

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a) R\$ 1,00

AMF - Demonstrativo VI (RFP, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)					R\$ 1,00
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício Anterior) + (c)	
2089	0,00	1.020,56	(1.020,56)	(2.396.356.364,39)	
2090	0,00	826,62	(826,62)	(2.396.357.191,01)	
2091	0,00	662,38	(662,38)	(2.396.357.853,39)	
2092	0,00	524,59	(524,59)	(2.396.358.377,98)	
2093	0,00	410,19	(410,19)	(2.396.358.788,17)	
2094	0,00	316,11	(316,11)	(2.396.359.104,28)	
2095	0,00	239,18	(239,18)	(2.396.359.343,46)	
2096	0,00	176,47	(176,47)	(2.396.359.519,93)	
2097	0,00	125,96	(125,96)	(2.396.359.645,89)	
2098	0,00	86,22	(86,22)	(2.396.359.732,11)	

Continuação  
pág. 1.00

Continua 3 / 4

Documento assinado digitalmente. Para verificar, acesse <http://sipe.italai.sc.gov.br?a=autenticidade> e informe o e-DOC **D2AA912F**

Documento assinado digitalmente. Para verificar, acesse <http://sipe.itajai.sc.gov.br?a=autenticidade> e informe o e-DOC **D2AA912**

e-DOC D2AA912F  
Proc 247541/2024

e-DOC D2AA912F  
Proc. 247541/2024-0

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAJAÍ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAJAÍ  
LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO 2025



Anexo Ia - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receita

Em razão de alterações anuais exigidas pelo STN no ementário das receitas, algumas rubricas poderão apresentar variações tanto para maior quanto para menos em relação a metas de exercícios anteriores.

1.1.0.0.00.00.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias
---------------------	--

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Varições %
2020	342.304.900,00	
2021	338.945.050,00	(1,37)
2022	441.918.347,00	31,15
2023	613.598.100,00	38,85
2024	768.833.600,00	25,30
2025	895.698.000,00	11,62
2026	880.047.749,80	-3,50
2027	921.820.420,84	3,50

Nota: Os dados apresentados referem-se as receitas classificadas com as rubricas de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhorias, nas quais estão incluídas o IPTU, ITBI, ISS, IRPF e Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia (Taxas de controle e Fiscalização Ambiental), as Taxas pela Prestação de Serviços e Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização (Vigilância Sanitária - Licença de Funcionamento), que foram projetados, levando-se em consideração a expectativa de arrecadação, de acordo com o crescimento/desenvolvimento econômico e fiscalização, sendo também utilizado para a sua mensuração o histórico individual dos últimos três exercícios.

1.2.0.0.00.00.00.00	Contribuições
---------------------	---------------

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2020	68.180.000,00	-
2021	77.993.000,00	13,79
2022	89.906.000,00	15,87
2023	104.330.000,00	16,04
2024	118.879.000,00	11,87
2025	119.860.000,00	2,55
2026	124.112.800,00	3,60
2027	128.456.748,00	3,50

Nota: a fixação da arrecadação das contribuições previstas para o exercício de 2023, foram utilizados as projeções dos gastos de pessoal realizados pelo Município e contribuições dos servidores públicos municipais ao Instituto de Previdência de Itajaí - IPI (RPPS). Além da contribuição social, temos a previsão da receita de Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP que foi apurado de acordo com o histórico das receitas arrecadadas nos últimos exercícios encerrados.

1.3.0.0.00.00.00.00 Receita Patrimonial

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variações %
2020	107.542.530,00	
2021	81.507.788,00	(15,01)
2022	107.328.338,00	17,43
2023	151.593.250,00	41,24
2024	156.595.827,25	3,33
2025	142.078.559,00	(9,27)
2026	147.190.787,30	3,65
2027	152.342.465,37	3,50

Nota: As receitas elecadas nesta natureza da receita estão consubstanciadas em duas categorias: as de locações de bens públicos e rendimentos das aplicações financeiras. Com relação a primeira o seu maior reflexo está nas locações do Porto que totalizam 93,89% do montante fixado. Já com relação aos rendimentos, os maiores reflexos são oriundos das aplicações financeiras dos recursos do RPPS que atingem 70,39% dos valores previstos.

1.4.0.0.00.00.00.00	Receita Agropecuária
---------------------	----------------------

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variações %
2020	30.000,00	-
2021	80.000,00	166,67
2022	120.000,00	50,00
2023	120.000,00	-
2024	123.960,00	3,3
2025	130.000,00	(19,3)
2026	103.600,00	3,6
2027	107.226,00	3,5

Nota: é o ingresso proveniente da atividade ou da exploração agropecuária de origem vegetal ou animal e foi apurado de acordo com o histórico das receitas arrecadadas nos últimos exercícios encerrados.

Página 1





1.6.0.0.00.00.00.00

Receita de Serviços

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variações %
2020	181.388.880,00	-
2021	188.581.850,00	(1,31)
2022	203.971.900,00	8,18
2023	227.372.400,00	11,47
2024	234.815.889,20	3,30
2025	231.891.923,00	(1,27)
2026	240.240.032,23	3,59
2027	258.648.433,36	3,50

Nota: As receitas de serviços estão divididas em dois grupos, os Serviços Administrativos e Comerciais Gerais e os Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte. Quanto ao primeiro podemos relacionar os serviços de adaptação, tratamento, preservação e distribuição de água e nos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de esgotos. No que se refere aos serviços de Navegação e Transporte estão inseridos nos serviços portuários, ambos os serviços tem um reflexo positivo no orçamento do município. Os cálculos para apuração dos valores previstos foram realizados tendo por base o histórico dos últimos três exercícios encerrados.

1.7.0.0.00.00.00.00

Transferências Correntes

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variações %
2020	838.407.200,00	-
2021	761.206.732,10	(9,20)
2022	695.712.880,00	(17,61)
2023	1.261.743.600,00	40,89
2024	1.303.381.138,80	3,30
2025	1.534.631.600,00	17,74
2026	1.589.878.544,80	3,60
2027	1.645.524.293,87	3,50

Nota: As receitas de transferências são aquelas originárias de outros entes da Federação, de instituições privadas e/ou de pessoas físicas. Entre as receitas de transferências com influência no orçamento do município destacamos o SUS, as transferências do SUS, do FND, ICMS, IPVA, FMS e FUNDEF. Algumas dessas receitas vem apresentando uma evolução com valores acima dos índices inflacionários e de crescimento econômico, contudo, não podemos de deixar de considerar a atual instabilidade econômica do nosso país com aumento inflação. Diante destes cenários e, agindo de forma prudente, buscando o equilíbrio das contas públicas, utilizamos os valores históricos dos últimos três exercícios encerrados, mais a instabilidade econômica. No que se refere ao FUNDEF, parte de sua formação é constituída da dedução de 20% dos valores arrecadados de algumas receitas específicas, de acordo com a legislação pertinente.

1.9.0.0.00.00.00.00

Outras Receitas Correntes

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variações %
2020	55.024.500,00	-
2021	36.291.100,00	(34,44)
2022	29.815.487,26	(18,27)
2023	36.880.818,00	24,59
2024	38.100.211,90	3,30
2025	47.359.540,00	24,28
2026	49.564.483,44	3,60
2027	50.791.740,36	3,50

Nota: Para a previsão destas receitas utilizamos o seu histórico de arrecadação dos últimos três exercícios encerrados, e levamos em consideração os percentuais de arrecadação que vem sendo aplicados no decorrer do exercício de 2021.

2.1.0.0.00.00.00.00

Operações de Crédito

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variações %
2020	124.457.072,00	-
2021	89.905.100,00	(27,76)
2022	95.154.870,00	5,83
2023	111.403.000,00	17,58
2024	79.372.488,49	(28,75)
2025	102.485.735,91	29,03
2026	11.081.750,49	(89,20)
2027	-	-

Nota: A previsão destas receitas foram elaboradas tendo como base contratos já firmados com a Caixa Econômica Federal, FONPLATA e outros em andamento, destinados exclusivamente a custear despesas de investimentos previamente estabelecidas e autorizadas.

  
Mário Sérgio Teixeira  
Secretário de Governo

Página 2

2.2.0.0.00.00.00.00

Alienação de Bens

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variações %
2020	201.000,00	-
2021	1.000,00	(99,50)
2022	100,00	(90,00)
2023	1.100,00	1.000,00
2024	1.136,80	3,30
2025	11.300,00	894,49
2026	11.708,80	3,60
2027	12.116,84	3,50

Nota: Estas receitas são decorrentes de alienação de Ativos que foram considerados inservíveis para o desenvolvimento dos serviços públicos, sendo ofertados a comunidade através de leilões públicos.

2.4.0.0.00.00.00.00

Transferências de Capital

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variações %
2020	17.791.098,00	-
2021	2.865.100,00	(84,02)
2022	5.886.400,00	94,11
2023	1.925.000,00	(73,04)
2024	1.575.325,00	3,30
2025	3.920.165,80	150,42
2026	3.760.457,89	3,60
2027	3.892.073,91	3,50

Nota: Receita oriunda de Transferências de Convênios da União e Estado para custear a realização de obras para a melhoria dos serviços públicos ofertados à comunidade.

2.9.0.0.00.00.00.00

Outras Receitas de Capital

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variações %
2020	5.100.000,00	-
2021	9.800.000,00	92,15
2022	29.800.000,00	201,00
2023	37.860.000,00	7,32
2024	32.704.780,00	3,30
2025	51.200.000,00	86,55
2026	53.043.200,00	3,60
2027	54.899.712,00	3,50

Nota: Receitas provenientes das políticas urbanas baseadas no Estatuto das Cidades (Lei 10.257/2001) Solo Cidado, para atendimento das demandas de infraestrutura do Município.

7.0.0.0.00.00.00.00

Receitas INTRAORÇAMENTÁRIAS

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variações %
2020	74.335.500,00	-
2021	86.161.700,00	15,81
2022	82.980.807,00	(3,87)
2023	102.162.100,00	22,97
2024	105.633.444,30	3,30
2025	100.389.500,00	(4,87)
2026	104.003.522,00	3,60
2027	107.544.545,27	3,50

Nota: Estas receitas são aquelas decorrentes de operações entre órgãos do ente municipal tais como: Impostos, taxas, obrigações patronais RPPS, pagamento dos serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto prestados pela SEMASA. A aditividade destas receitas foram realizadas tendo por base os gastos com pessoal efetivo e com o histórico e levantamento realizado pelos diversos setores para apuração final destes valores.

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variações %
2020	1.804.482.650,10	-
2021	1.680.894.317,10	(6,62)
2022	1.981.965.176,29	17,88
2023	2.642.369.385,00	33,30
2024	2.837.624.615,24	7,38
2025	3.193.254.238,61	12,53
2026	3.213.118.635,04	0,62
2027	3.314.128.875,51	3,11

FONTE: Sistema e-Pública, Unidade Responsável: Secretária de Governo, 05/08/2024 às 18:10h

Página 3

Mário Sérgio Teixeira  
Secretário de Governo

Tânia Maria Novais  
Diretora Executiva de Planejamento e Orçamento

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAJAÍ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO 2025



Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas

Modalidade de Aplicação	LDO 2025	LDO 2026	LDO 2027
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>2.729.531.122,11</b>	<b>2.827.794.242,51</b>	<b>2.926.767.040,99</b>
3171 - Pessoal e Encargos - Transf. Consórcios Públicos	2.478.843,29	2.568.081,85	2.657.964,51
3190 - Pessoal e Encargos - Aplicações Diretas	1.253.445.226,48	1.298.569.254,61	1.344.019.178,83
3191 - Pessoal e Encargos - Intra-orçamentária	148.527.387,40	153.674.373,35	159.259.976,61
3271 - Transferência a Consórcios Públicos mediante Contrato de Rateio	268.418,69	278.081,79	287.814,82
3290 - Juros e Encargos da Dívida - Aplicações Diretas	25.550.000,00	26.499.800,00	27.399.243,00
3300 - Outras Despesas Correntes - Transf. a Estado e DF	1.678.500,00	1.738.926,00	1.799.788,41
3350 - Outras Despesas Correntes - Transf. a Inst. Priv. S/ Fins Lucrativos	103.693.300,00	107.364.098,80	111.121.842,29
3367 - Execução de Contrato de Parceria Público-Privada - PPP	12.499.721,39	12.949.711,39	13.402.951,29
3371 - Outras Despesas Correntes - Transf. Consórcios Públicos	1.537.055,82	1.592.389,83	1.648.123,47
3390 - Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas	1.175.651.689,06	1.217.975.129,15	1.260.604.258,67
3391 - Outras Despesas Correntes - Intra-orçamentária	3.061.000,00	3.171.198,00	3.282.187,86
3393 - Outras Despesas Correntes - Aplic. Direta Consórcio Público	1.200.000,00	1.243.200,00	1.286.712,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>269.473.180,40</b>	<b>184.081.458,84</b>	<b>179.075.398,14</b>
4430 - Transferência a Estados e ao Distrito Federal	200,00	207,20	214,45
4471 - Investimentos - Transf. Consórcios Públicos	553.885,02	573.824,88	593.908,75
4490 - Investimentos - Aplicações Diretas	225.119.094,38	138.130.625,72	131.516.285,89
4590 - Investimentos - Aplicações Diretas	1,00	1,04	1,07
4690 - Amortização da Dívida - Aplicações Diretas	43.800.000,00	45.376.800,00	46.964.888,00
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>194.242.933,00</b>	<b>201.242.933,70</b>	<b>208.286.436,38</b>
9999 - Reserva de Contingência da PMI	3.500.000,00	3.626.000,00	3.752.910,00
9997 - Reserva de Contingência do RPPS	173.092.000,00	179.323.312,00	185.599.627,92
9999 - Reserva de Contingência do SEMASA	300.000,00	310.800,00	321.678,00
9999 - Reserva Emergência Impositivas - 50% Saúde	8.678.968,00	8.991.410,85	9.306.110,23
9999 - Reserva Emergência Impositivas - 50% Livres	8.678.968,00	8.991.410,85	9.306.110,23
<b>TOTAL DAS DESPESAS POR MODALIDADE</b>	<b>3.193.254.238,51</b>	<b>3.213.118.635,04</b>	<b>3.214.128.875,51</b>

FONTE: Sistema e-Pública, Unidade Responsável: Secretária de Governo, 23/07/2024 às 18:30h

Nota explicativa: Percentual de inflação (IPC) utilizada para os anos de 2026 e 2027 é de 3,60% e 3,50% aa respectivamente, de acordo com o relatório FOCUS de 18/07/2024.  
Nas despesas relativas aos Juros e Encargos da Dívida e Amortização da Dívida os valores alocados foram calculados pelas unidades contratatantes (Fazenda e SEMASA) levando em consideração os contratos firmados.  
Nos valores das despesas de capital (4490) para os exercícios de 2026 e 2027, não foi aplicado os percentuais apurados em todas as despesas, pois os valores das operações de crédito lançados foram os fixados de acordo com os valores apresentados pelas unidades gestoras/orçamentárias, sendo aplicado o percentual de 3,60% para 2026 e 3,5% para 2027 (IPC - Focus 18/07/2024) nas demais despesas de capital.

Mário Sérgio Teixeira  
Secretário de Governo

Tânia Maria Novais  
Diretora Executiva de Planejamento e Orçamento

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAJAÍ

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO 2025



Anexo IIa - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas

3.1.71.00.00.00.00

Transferências a Consórcios Públicos - Aplicações Diretas

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variações %
2020	203.202,38	-
2021	36.377,39	(82,19)
2022	49.452,88	35,96
2023	71.314,12	44,21
2024	718.231,85	9,83
2025	4.474.843,29	244,13
2026	2.668.081,85	3,60
2027	2.657.964,51	3,50

Nota: Transferências a serem concedidas no exercício que se refere a LDO a consórcios públicos firmados.

3.1.80.00.00.00.00

Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variações %
2020	720.636.504,78	-
2021	782.918.761,61	8,60
2022	955.264.031,47	18,32
2023	1.013.889.167,85	6,14
2024	1.136.334.295,65	12,10
2025	1.253.445.226,48	10,35
2026	1.298.569.254,61	3,60
2027	1.344.019.178,83	3,50

Nota: A projeção desta modalidade de aplicação de recursos, foi consultada nos valores previstos para Município nos primeiros seis meses de 2022 projetado até o final de exercício, considerando variações sobre folha e reajuste anual concedido.

3.1.91.00.00.00.00

Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Intraorçamentárias

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variações %
2020	78.633.269,10	-
2021	82.465.669,65	5,51
2022	98.099.273,52	19,24
2023	109.763.917,08	10,80
2024	111.647.999,70	2,64
2025	149.527.301,40	33,13
2026	153.874.379,35	3,60
2027	159.259.976,61	3,50

Nota: Modalidade de aplicação de despesa prevista para custear os encargos sociais do RPPS - IP, os quais foram calculados com base nos valores apurados para os gastos de pessoal dos servidores efetivos.

3.2.71.00.00.00.00

Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variações %
2020	-	-
2021	-	-
2022	-	-
2023	-	-
2024	-	-
2025	268.418,69	-
2026	278.081,79	3,60
2027	287.814,82	3,50

Nota: Esta despesa foi fixada tomando-se por base o desembolso de juros e encargos de dívida relativo a transferências a serem concedidas no exercício que se refere a LDO, a consórcios públicos firmados - PROMOBIS.

3.2.90.00.00.00.00

Juros e Encargos da Dívida - Aplicações Diretas

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variações %
2020	5.130.27,88	-
2021	4.324.669,37	(15,60)
2022	5.892.897,70	35,47
2023	18.019.845,24	114,67
2024	18.019.845,24	0,00
2025	25.550.000,00	38,89
2026	26.499.800,00	3,50
2027	27.399.243,00	3,50

Nota: Estas despesas foram fixadas tomando-se por base o desembolso de juros, encargos e tarifas sobre os contratos de dívidas atualmente pagos.

  
Tânia Maria Novais  
Diretora Executiva de Planejamento e Orçamento

Página 4



e-DOC D2AA912F  
Proc 247541/2024-e

e-DOC D2AA912F  
Proc 247541/2024-e

3.3.30.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Transferências a Estados e DF			
Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variáveis %	
2020	1.596.700,00	-	-
2021	1.588.066,70	(0,50)	-
2022	1.692.589,25	6,60	-
2023	564.333,71	(69,54)	-
2024	1.697.500,00	18,33	-
2025	1.878.500,00	5,74	-
2026	1.738.000,00	(3,80)	-
2027	1.789.788,41	3,50	-

Nota: Transferências a serem concedidas no decorrer do exercício de 2025 ao Estado (Polícia Militar) proveniente do convênio de multas de trânsito

3.3.50.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Transf. Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos			
Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variáveis %	
2020	28.802.288,71	-	-
2021	28.005.936,64	(2,77)	-
2022	34.705.696,13	23,45	-
2023	84.984.113,38	87,25	-
2024	44.355.800,00	(31,73)	-
2025	103.633.300,00	133,64	-
2026	107.384.088,83	3,60	-
2027	111.121.547,28	3,92	-

Nota: Transferências a serem concedidas no exercício que se refere a LDO a instituições privadas sem fins lucrativos mediante parcerias e celebração de termos de cooperação.

3.3.67.00.00.00.00 Execução de Contrato de Parceria Público-Privada - PPP			
Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variáveis %	
2020	-	-	-
2021	-	-	-
2022	-	-	-
2023	-	-	-
2024	-	-	-
2025	12.489.721,89	-	-
2026	12.849.711,96	3,60	-
2027	13.402.981,29	3,50	-

3.3.71.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos - Aplicações Diretas			
Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variáveis %	
2020	483.344,75	-	-
2021	458.987,61	(5,11)	-
2022	417.535,79	(5,44)	-
2023	625.379,45	67,88	-
2024	810.162,85	3,43	-
2025	1.537.655,82	78,64	-
2026	862.889,83	(43,62)	-
2027	1.648.123,81	3,50	-

3.3.90.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas			
Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variáveis %	
2020	708.585.690,72	-	-
2021	695.923.300,38	(20,81)	-
2022	974.752.140,44	19,75	-
2023	1.048.451.260,85	7,58	-
2024	849.892.285,85	(18,23)	-
2025	1.178.691.666,56	38,17	-
2026	1.217.895.125,15	3,60	-
2027	1.290.604.258,20	3,50	-

Nota: Nesta modalidade de aplicação estão inseridas todas as despesas de manutenção e custeio. A sua aplicação é elaborada tendo por base todos os serviços atualmente prestados pela municipalidade à comunidade, dentro das possibilidades financeiras para atuais ações.

3.3.91.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Intraorçamentárias			
Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variáveis %	
2020	3.369.699,10	-	-
2021	1.777.054,07	(47,21)	-
2022	2.319.458,15	30,50	-
2023	2.370.188,43	2,17	-
2024	3.028.000,00	27,87	-
2025	3.097.000,00	1,16	-
2026	3.174.156,50	3,50	-
2027	3.282.187,86	3,50	-

Nota: As despesas com esta modalidade de aplicação são para custear os serviços de água e esgoto repassados ao SEMASA.

3.3.93.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas a Consórcios			
Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variáveis %	
2020	411.597,27	-	-
2021	480.863,55	19,78	-
2022	210.145,43	(5,51)	-
2023	400.693,76	(60,40)	-
2024	660.000,00	60,25	-
2025	1.240.000,00	80,60	-
2026	1.543.200,00	3,50	-
2027	1.298.712,00	(16,50)	-

Nota: esta modalidade de aplicação da despesa se refere ao custos de manutenção dos serviços prestados pelos consórcios públicos do qual o município é integrante.


    
Página 2


Documento assinado digitalmente. Para verificar, acesse <http://sipe.itajai.sc.gov.br/ta-autenticidade> e informe o e-DOC D2AA912F

Nota: Valores fixados de acordo com a legislação vigente, incluídas as reservas do RPPS e do SEMASA.  
Obs: Foram considerados para inserção nesta modalidade de cálculo os valores efetivamente liquidados dos exercícios finalizados (2020, 2021, 2022 e 2023) e nos exercícios de 2024/2025/2026/2027 utilizamos por base o valor das despesas por natureza na LDO.  
FONTE: Sistema e-Pública, Unidade Responsável: Secretaria de Governo, 31/07/2024 às 16:35h

2.885.419.661,04	2024
3.193.254.238,81	2025
3.218.118.638,04	2026
3.514.128.675,81	2027

Página 4

   
Mano Sérgio Tadeu  
Secretário de Governo

   
Tânia Maria Novais  
Diretora Executiva de Planejamento e Orçamento

e-DOC D2AA912F  
Proc 247541/2024-e

4.4.30.00.00.00.00 Outras Despesas Capital - Transferências a Estados e DF			
Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variáveis %	
2020	-	-	-
2021	-	-	-
2022	243.424,87	100,00	-
2023	-	-	-
2024	392.001,00	-	-
2025	397,20	(3,80)	-
2026	114,43	(3,92)	-

Nota: Transferências a serem concedidas no decorrer do exercício de 2025 ao Estado (Polícia Militar) proveniente do convênio de multas de trânsito e aos Bombeiros proveniente de convênio com o mesmo.

4.4.50.00.00.00.00 Outras Despesas Capital - Transf. Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos			
Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variáveis %	
2020	-	-	-
2021	-	-	-
2022	600.000,00	-	-
2023	6.354.794,21	958,13	-
2024	-	-	-
2025	-	-	-
2026	-	-	-
2027	-	-	-

Nota: Transferências a serem concedidas no exercício que se refere a LDO a instituições privadas sem fins lucrativos mediante parcerias e celebração de termos de cooperação.

4.4.71.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos - Aplicações Diretas			
Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variáveis %	
2020	44.903,75	-	-
2021	48.789,50	4,28	-
2022	67.879,39	1,97	-
2023	34.539.637	(50,21)	-
2024	194.233,84	461,30	-
2025	553.889,52	185,17	-
2026	913.854,88	3,50	-
2027	963.908,75	3,80	-

Nota: Transferências a serem concedidas no exercício que se refere a LDO a consórcios públicos firmados.

4.4.90.00.00.00.00 Investimento - Aplicações Diretas			
Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variáveis %	
2020	93.815.480,00	-	-
2021	95.183.798,84	(3,86)	-
2022	168.865.775,18	83,01	-
2023	146.232.632,33	(11,84)	-
2024	244.805.768,82	67,41	-
2025	223.118.084,92	(8,54)	-
2026	186.130.455,77	(18,64)	-
2027	191.216.285,90	(4,79)	-

Nota: Valores alocados com base nas necessidades de aquisição dos equipamentos dos diversos órgãos de administração e pelas obras e projetos de

4.5.90.00.00.00.00 Investimentos Financeiros - Aplicações Diretas			
Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variáveis %	
2020	-	-	-
2021	-	-	-
2022	-	-	-
2023	-	-	-
2024	10.100,00	-	-
2025	1,00	(99,99)	-
2026	1,00	3,60	-
2027	1,00	3,50	-

Nota: Despesas com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas.

4.6.90.00.00.00.00 Amortização da Dívida - Aplicações Diretas			
Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variáveis %	
2020	4.471.878,63	-	-
2021	9.990.015,75	(4,67)	-
2022	10.778.129,40	8,84	-
2023	21.418.898,94	97,15	-
2024	31.038.831,88	42,50	-
2025	43.870.000,00	18,25	-
2026	43.378.800,00	(3,50)	-
2027	48.942.988,00	3,50	-

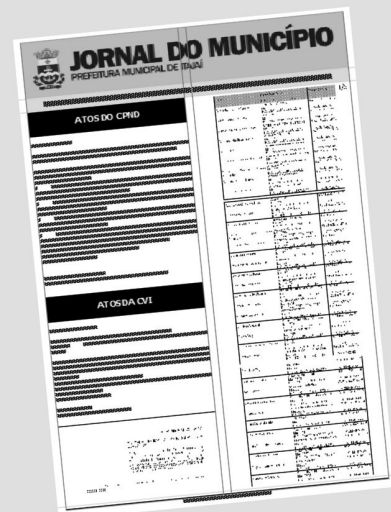
Nota: Valores alocados somente por base o pagamento do principal da dívida já contratada.

9.9.90.00.00.00.00 Reserva de Contingência			
Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variáveis %	
2020	-	-	-
2021	-	-	-
2022	-	-	-
2023	-	-	-
2024	165.950.948,74	82,86	-
2025	194.240.000,00	3,80	-
2026	201.240.000,00	3,60	-
2027	208.290.436,56	3,50	-

    
Página 3

Documento assinado digitalmente. Para verificar, acesse <http://sipe.itajai.sc.gov.br/ta-autenticidade> e informe o e-DOC D2AA912F

# O NOSSO JORNAL!





**Município de Itajaí**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

**ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**  
2025



AMF - Demonstrativo VII (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETOR / PROGRAMA / BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2025	2026	2027	
IPTU	Concessão de Isenção	Isenção por renda LC 242/2013 e LC 65	31.066.621,07	32.563.814,74	34.133.162,67	ATUALIZAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA
JSS	Concessão de Isenção	Isenção LC 65 resolução	10.481.930,00	10.987.085,65	11.561.586,27	ATUALIZAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA
MULTA ITBI	Concessão de Isenção	Isenção por lei complementar	19.406.572,31	20.341.833,25	21.322.167,22	ATUALIZAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA
TLLFF	Concessão de Isenção	Isenção por LC 65 resolução	100.000,00	104.819,30	109.870,85	REAJUSTE NOS VALORES DAS TAXAS
<b>TOTAL</b>			<b>61.055.123,38</b>	<b>63.997.552,94</b>	<b>67.126.787,01</b>	

FONTE: Sistema e-Pública (1816-6028-013). Unidade Responsável: . Data da emissão: 12/08/2024 e hora de emissão: 17:46.

Mário Sérgio Teixeira  
Secretário Municipal de Governo

Tânia Maria Novaes  
Diretora Executiva de Planejamento e Orçamento

1 / 1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO 2025**



**MUNICÍPIO DE**  
**ITAJAÍ**


RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - VALORES PREVISTOS PARA 2025, 2026 E 2027			
	2025	2026	2027
	CONSOLIDADO	CONSOLIDADO	CONSOLIDADO
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>2.851.250.588,00</b>	<b>2.953.895.509,17</b>	<b>3.057.281.851,99</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de melhorias	859.698.600,00	890.647.749,60	921.820.420,84
IPTU	163.300.000,00	169.178.800,00	175.100.058,00
ISS	382.120.000,00	395.876.320,00	409.731.991,20
ITBI	86.550.000,00	89.665.800,00	92.804.103,00
IRRF	184.500.000,00	191.142.000,00	197.831.970,00
Outros impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias	43.228.600,00	44.784.829,60	46.352.298,64
Contribuições	119.800.000,00	124.112.800,00	128.466.748,00
Reculta Patrimonial	142.076.050,00	147.190.787,80	152.342.466,37
Aplicação Financeira /Rendimento	105.938.050,00	109.751.819,80	113.593.133,49
Outras Receitas Patrimoniais	36.138.000,00	37.438.968,00	38.749.331,88
Receitas Agropecuárias	100.000,00	103.500,00	107.122,50
Receita Industrial	231.891.923,00	240.240.032,23	248.648.433,36
Receita de Serviços	1.460.507.800,00	1.513.086.080,80	1.566.044.093,63
Trasf. Correntes	110.800.000,00	114.788.800,00	118.806.408,00
Cota-parte FPM	720.000.000,00	745.920.000,00	772.027.200,00
Cota-parte ICMS	376.000,00	389.536,00	403.169,76
Cota-parte IPVA	336.000,00	348.096,00	360.279,36
Cota-parte ITR	6.840.000,00	7.086.240,00	7.334.258,40
Transf. Da LC 61/1989- IPI	320.000.000,00	331.520.000,00	343.123.200,00
Transf. Do FUNDEB	302.155.800,00	313.033.408,80	323.989.578,11
Outras Transf. Correntes	37.176.215,00	38.514.558,74	39.862.568,30
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-	-	-
Outras Receitas Financeira	37.176.215,00	38.514.558,74	39.862.568,30
Receitas Correntes restante	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.851.250.588,00</b>	<b>2.953.895.509,17</b>	<b>3.057.281.851,99</b>
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>321.304.000,00</b>	<b>332.870.944,00</b>	<b>344.521.427,04</b>
Contrib. Do Servidor para Plano de Previdência	87.800.000,00	90.960.800,00	94.144.428,00
Compensações Financ. Entre Regimes de Previdência	8.960.000,00	9.282.560,00	9.607.449,60
Deduções de Receita para Formação do FUNDEB	224.544.000,00	232.627.584,00	240.769.549,44
Rendimento de Aplicação dos Recursos do RPPS	72.855.000,00	75.477.780,00	78.119.502,30
<b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I-II)</b>	<b>2.529.946.588,00</b>	<b>2.621.024.565,17</b>	<b>2.712.760.424,95</b>

FONTE: Sistema e-Pública, Unidade Responsável: Secretaria de Governo, 01/08/2023 às 19:40

Mário Sérgio Teixeira  
Secretário de Governo

Tânia Maria Novaes  
Diretora Executiva de Planejamento e Orçamento

e-DOC D2AA912F  
Proc 247541/2024-e



Município de Itajaí

Rua Alberto Wiener, 100 - Vila Operária - 88.304-053 - Itajaí/ SC

CNPJ: 83.102.277/0001-52 Fone: (47) 3341-6000

[www.itajai.sc.gov.br](http://www.itajai.sc.gov.br)

Emissão: 08/08/2024 15:36

Chave de Autenticação Digital

1353-2295-662

Página

1 / 1

Resumo dos Valores Previstos na Despesa LDO por Programa

Programa

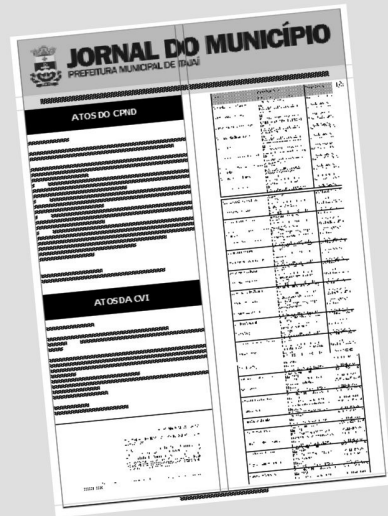
LDO 2025 Valores em R\$

1	Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	931.389.665,34
2	Desenvolvimento Econômico e Pesca	4.740.750,00
3	Saúde	662.115.135,00
4	Educação	773.443.544,00
5	Planejamento de Cidade, Mobilidade Urbana, Transporte Público e Obras de Infraestrutura	263.976.820,23
6	Políticas Públicas de Promoção da Cidadania e Assistência Social	75.853.929,03
7	Turismo	10.845.200,00
8	Meio Ambiente, Gestão de Resíduos e Parques Ambientais	59.807.184,67
9	Segurança Pública	70.815.940,00
10	Água e Saneamento Básico	177.423.591,24
11	Habituação de Interesse Social e Regularização Fundiária	7.945.000,00
12	Cultura, Memória e Patrimônio Histórico	13.042.479,00
13	Esporte e Lazer	15.805.000,00
14	Agricultura e Expansão Urbana	10.525.000,00
15	Porto	115.525.000,00
Total geral		3.193.254.238,51

Mário Sérgio Teixeira  
Secretário Municipal de Governo


Tânia Maria Novais  
Diretora Executiva de Planejamento e Orçamento

# O NOSSO JORNAL!



**JORNAL DO MUNICÍPIO**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ

Documento assinado digitalmente. Para verificar, acesse <http://sipe.itajai.sc.gov.br?n=autenticidade> e informe o e-DOC D2AA912F




Município de Itajaí

Rua Alberto Werner, 100 - Vila Operária - 88.304-053 - Itajaí/ SC  
CNPJ: 83.102.277/0001-52 Fone: (47) 3341-6000  
<http://www.itajai.sc.gov.br>

Emissão:12/08/2024 18:06  
Usuário: Tania Maria Novais

Chave de Autenticação  
2019-0011-175

Página  
1 / 3



Metas da Dívida Pública

LDO 2025 - Valores em R\$

Descrição	2021			2022		
	Valor previsto	Valor constante	Valor realizado	Valor previsto	Valor constante	Valor realizado
Índice de deflação	1,04520			1,10060		
Dívida consolidada	49.937.022,09	48.132.069,48	179.117.988,86	188.435.901,94	181.519.990,31	207.767.862,01
Dívida mobiliária						
Outras dívidas	49.937.022,09	48.132.069,48	179.117.988,86	188.435.901,94	181.519.990,31	207.767.862,01
Deduções	166.090.871,12	160.087.586,63	302.835.188,52	279.677.803,86	269.413.162,38	278.845.967,66
Ativo disponível	173.761.868,15	167.481.318,70	314.721.647,73	288.000.000,00	277.429.920,05	286.543.550,53
Haveres financeiros	131.746,31	126.984,40	182.693,45	185.000,00	178.210,19	430.841,60
(-) Restos a pagar processados	-7.802.743,34	-7.520.716,47	-12.069.152,66	-8.507.196,14	-8.194.967,86	-8.128.424,47
Receita de privatizações						
Passivos reconhecidos						

Documento assinado digitalmente. Para verificar, acesse <http://sipe.itajai.sc.gov.br?n=autenticidade> e informe o e-DOC D2AA912F

e-DOC D2AA912F  
Proc 247541/2024-e





Documento assinado digitalmente. Para verificar, acesse <http://sipe.itajai.sc.gov.br/a=autenticidade> e informe o e-DOC D2AA912F

<b>Município de Itajaí</b> Rua Alberto Werner, 100 - Vila Operária - 88.304-053 - Itajaí/ SC CNPJ: 83.102.277/0001-52 Fone: (47) 3341-6000 <a href="http://www.itajai.sc.gov.br">http://www.itajai.sc.gov.br</a>	Emissão: 12/08/2024 18:06 Usuário: Tania Maria Novaes	Chave de Autenticação 2019-0011-175	Página 2 / 3	
<b>Metas da Dívida Pública</b>				
LDO 2025 - Valores em R\$				

Descrição	2023			2024		
	Valor previsto	Valor constante	Valor realizado	Valor previsto	Valor constante	Valor realizado
<b>Índice de deflação</b>	<b>1,05790</b>			<b>1,04840</b>		
<b>Dívida consolidada</b>	<b>245.073.970,31</b>	<b>228.650.038,08</b>	<b>206.855.584,24</b>	<b>244.052.515,94</b>	<b>232.785.688,61</b>	
Dívida mobiliária						
Outras dívidas	245.073.970,31	228.650.038,08	206.855.584,24	244.052.515,94	232.785.688,61	
<b>Deduções</b>	<b>419.808.834,44</b>	<b>391.674.831,31</b>	<b>212.343.311,21</b>	<b>434.774.638,43</b>	<b>421.019.304,11</b>	
Ativo disponível	430.000.000,00	401.183.023,43	257.536.291,75	444.190.000,00	430.000.000,00	
Haveres financeiros	184.000,00	171.669,01	1.015.284,38	440.000,00	419.687,14	
(-) Restos a pagar processados	-10.375.165,56	-9.679.861,13	-46.208.264,92	-9.855.361,57	-9.400.383,03	
Receita de privatizações						
Passivos reconhecidos						

e-DOC D2AA912F  
Proc 247541/2024

<b>Município de Itajaí</b> Rua Alberto Werner, 100 - Vila Operária - 88.304-053 - Itajaí/ SC CNPJ: 83.102.277/0001-52 Fone: (47) 3341-6000 <a href="http://www.itajai.sc.gov.br">http://www.itajai.sc.gov.br</a>	Emissão: 12/08/2024 18:06 Usuário: Tania Maria Novaes	Chave de Autenticação 2019-0011-175	Página 3 / 3	
<b>Metas da Dívida Pública</b>				
LDO 2025 - Valores em R\$				

Descrição	2025		2026		2027	
	Valor previsto	Valor constante	Valor previsto	Valor constante	Valor previsto	Valor constante
<b>Índice de deflação</b>	<b>1,03900</b>		<b>1,03600</b>		<b>1,03500</b>	
<b>Dívida consolidada</b>	<b>263.881.868,78</b>	<b>261.140.136,16</b>	<b>126.901.079,36</b>	<b>125.586.384,18</b>	<b>68.874.340,87</b>	<b>6.861.491,44</b>
Dívida mobiliária						
Outras dívidas	263.881.868,78	261.140.136,16	126.901.079,36	125.586.384,18	68.874.340,87	6.861.491,44
<b>Deduções</b>	<b>295.210.702,80</b>	<b>292.143.463,60</b>	<b>305.838.288,10</b>	<b>302.669.803,45</b>	<b>316.542.628,19</b>	<b>313.266.411,98</b>
Ativo disponível	303.890.702,80	300.733.278,40	314.830.768,10	311.569.121,36	325.849.844,99	322.477.299,09
Haveres financeiros	1.570.000,00	1.553.687,70	1.626.520,00	1.609.669,25	1.683.448,20	1.666.024,51
(-) Restos a pagar processados	-10.250.000,00	-10.143.502,50	-10.619.000,00	-10.508.987,16	-10.990.665,00	-10.876.911,62
Receita de privatizações						
Passivos reconhecidos						

Fonte: Sistema e-Pública. Unidade Responsável: Secretária de Governo

Mário Sérgio Teixeira  
Secretário Municipal de Governo

Tania Maria Novaes  
Diretora Executiva de Planejamento e Orçamento

Documento assinado digitalmente. Para verificar, acesse <http://sipe.itajai.sc.gov.br/a=autenticidade> e informe o e-DOC D2AA912F

e-DOC D2AA912F  
Proc 247541/2024-e

e-DOC D2AA912F

Proc 247541/2024-e

# Município de Itajaí

Rua Alberto Wernier, 100 - Via Operária - 88.304-053 - Itajaí/SC  
CNPJ: 83.102.277/0001-92 Fone: (47) 3341-6000  
<http://www.itaiai.sc.gov.br>

Emissão:08/08/2024 15:37  
Usuário: Alexandre Correia

Chave de Autenticação Digital  
2230-2747-907

Página  
1 / 4

## Resumo dos Valores Previstos na Despesa LDO por Ações

Operações Especiais		LDO 2025 Valores em R\$
0.1	Contribuição ao PASEP	25.000.000,00
0.2	Serviços e Encargos da Dívida do SEMASA	12.700.000,00
0.3	Serviços da Dívida Interna e Externa	57.100.000,00
0.4	PASEP - PORTO	1.150.000,00
0.5	Contribuição ao PASEP - Taxa de Administração RPPS	3.800.000,00
0.6	PASEP - SEMASA	1.657.523,42
0.7	Contribuição ao PASEP - Fundo Financeiro RPPS	15.000,00
0.8	Contribuição ao PASEP - Fundo Previdenciário RPPS	3.000.000,00
<b>Total</b>		<b>104.422.523,42</b>

Projetos		
1.1	Implantação da Rede Coletora de Esgoto no Bairro Cidade Nova (Bacias 02, 03, 04)	1.449.000,00
1.2	Projetos e Obras - Via Expressa Portuária	1.050.000,00
1.3	Projetos e Obras Especiais - Parque Linear	150.000,00
1.4	Implantação da Rede Coletora de Esgoto nos Bairros Cordeiros e São Vicente	13.750.419,51
1.6	Implantação da Rede Coletora de Esgoto no Bairro Cordeiros (Ribeirão da Murta)	471.826,95
1.7	Construção, Ampliação e Reforma dos Centros de Educação Infantil	2.200.101,00
1.8	Construção, Ampliação e Reforma das Escolas de Ensino Fundamental	2.200.100,00
1.9	Construção, Reforma e Ampliação dos Centros de Educação Infantil - CEDIN's	600.000,00
1.10	Construção da Sede da Secretaria, Central de Atendimento ao Turista e Museu	100,00
1.53	Construção do CRAIS	50.000,00
1.72	Investimentos - Infraestrutura Aquavária	220.945,00
1.73	Ampliação de Áreas	10.000,00
1.79	Construção de Sede Própria para o IPI	40.000,00
1.91	Controle de Tráfego Marítimo	1.400.000,00
1.95	Construção de Polos Regionais para Descentralização e Dispensação de Medicamentos Controlados	80.000,00
1.97	Construção de Polos Regionais que Abriquem Central de Material de Esterilização	112.500,00
1.98	Construção das Unidades Básicas de Saúde	955.000,00
1.99	Elaboração de Projeto de Construção de Complexo Esportivo	50.000,00
1.104	Implantação da Rede Coletora de Esgoto nos Bairros Nossa Senhora das Graças, Dom Bosco, Vila Operária, São Judas e São João	11.420.908,56
1.105	Construção Centro Especializado de Fonoaudiologia, Fisioterapia e Reabilitação - CEFIR	50.100,00
1.106	Reforma, Construção e Acessibilidade das Unidades de Saúde - SISAUS	400.000,00
<b>Total</b>		<b>36.661.001,02</b>

Atividades		
2.1	Apoio Administrativo ao Gabinete do Prefeito	5.900.000,00
2.2	Sentenças Judiciais - Taxa de Administração RPPS	220.000,00
2.3	Sentenças Judiciais - Fundo Financeiro RPPS	2.000.000,00
2.4	Concessão de Bolsas de Estudos no Ensino Superior - Lei Orgânica	2.600.000,00
2.5	Apoio Administrativo ao Gabinete do Vice-Prefeito	1.441.800,00
2.6	Apoio Administrativo à Procuradoria-Geral do Município	22.050.000,00
2.7	Apoio Administrativo ao PROCON	3.206.000,00
2.8	Precatórios	7.010.000,00
2.9	Valores por Demandas Judiciais	2.000.000,00
2.10	Desapropriações e Aquisições de Imóveis	34.800.000,00
2.11	Apoio Administrativo à Secretaria Municipal de Governo	8.700.000,00
2.12	Aprimoramento dos Processos de Gestão, Planejamento e Orçamento	380.000,00
2.13	Rádio Patrulha	300.100,00
2.15	Sentenças Judiciais - Fundo Previdenciário RPPS	600.000,00
2.16	Apoio Administrativo à Secretaria Municipal da Fazenda	29.550.000,00
2.18	Parcerias Institucionais	2.600.000,00
2.19	Elaborações de Estudos e Projetos	3.200.000,00
2.21	Apoio Administrativo à Secretaria Municipal da Administração e Gestão de Pessoas	43.100.000,00
2.22	Gestão de Recursos Humanos	100.000,00
2.23	Manutenção do Papo e Outros Órgãos Municipais	2.700.000,00
2.24	Reserva do RPPS	173.092.000,00
2.25	Serviços Públicos Concedidos	3.900.000,00
2.26	Ações de Complementação Alimentar	41.650.000,00
2.27	Ações de Complementação de Transporte	30.000,00
2.28	Gestão da Distribuição de Materiais de Consumo	2.800.000,00
2.29	Gestão Patrimonial dos Bens Permanentes	3.000.000,00
2.30	Apoio Administrativo à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação	27.100.000,00

Documento assinado digitalmente. Para verificar, acesse <http://sipe.itaiai.sc.gov.br?ta=autenticidade> e informe o e-DOC D2AA912F

e-DOC D2AA912F

Proc 247541/2024-e

# Município de Itajaí

Rua Alberto Wernier, 100 - Via Operária - 88.304-053 - Itajaí/SC  
CNPJ: 83.102.277/0001-92 Fone: (47) 3341-6000  
<http://www.itaiai.sc.gov.br>

Emissão:08/08/2024 15:37  
Usuário: Alexandre Correia

Chave de Autenticação Digital  
2230-2747-907

Página  
2 / 4

## Resumo dos Valores Previstos na Despesa LDO por Ações

2.31	Apoio Administrativo à Secretaria Municipal de Obras	13.350.000,00
2.36	Limpeza, Conservação e Melhorias de Logradouros e Espaços Públicos	24.244.670,95
2.39	Manutenção da Secretaria Municipal de Educação	24.350.000,00
2.40	Manutenção da Educação Infantil - Creche	169.804.100,00
2.41	Manutenção do Ensino Fundamental	237.512.343,00
2.42	Manutenção dos Conselhos de Educação	70.000,00
2.43	Apoio às Subvenções Sociais da Educação	4.095.000,00
2.44	Aquisição de Materiais Pedagógicos, Escolares e Esportivos do Ensino Fundamental	8.835.000,00
2.45	Aquisição de Materiais Pedagógicos, Escolares e Esportivos da Educação Infantil - Creche	5.205.000,00
2.49	Realização de Eventos Municipais	650.000,00
2.51	Reposição de Acervos Bibliográficos para as Escolas	120.000,00
2.54	Informática nas Escolas de Educação Infantil	2.289.000,00
2.55	Informática nas Escolas de Ensino Fundamental	2.134.000,00
2.56	Alimentação Escolar Para os Alunos do Ensino Fundamental	27.400.000,00
2.57	Alimentação Escolar Para os Alunos da Educação Infantil - Creche	12.700.000,00
2.58	Uniforme Escolar para os Alunos do Ensino Fundamental	7.750.000,00
2.59	Transporte Escolar dos Alunos	19.535.100,00
2.61	Manutenção da Biblioteca Pública e Escolar Norberto Cândido Silveira Júnior	150.000,00
2.62	Ações de Complementação de Transporte dos Servidores	1.275.000,00
2.63	Manutenção da Educação de Jovens e Adultos - EJA	1.585.600,00
2.65	Apoio Administrativo à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	3.332.500,00
2.69	Apoio ao Pequeno Empreendedor	300.000,00
2.70	Apoio à Economia Solidária	189.000,00
2.71	Apoio ao Balcão de Empregos	164.250,00
2.74	Apoio ao Cooperativismo	52.500,00
2.75	Apoio à Instalação de Polo Tecnológico e Industrial	981.500,00
2.76	Apoio Administrativo e Logístico da Secretaria Municipal de Assistência Social	17.350.000,00
2.77	Manutenção da Proteção Social Básica	7.579.150,00
2.78	Manutenção da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	16.865.700,00
2.81	Apoio Administrativo à Secretaria Municipal de Agricultura e Expansão Urbana	3.580.000,00
2.82	Requalificação do Parque do Agricultor	1.425.000,00
2.84	Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)	1.850.000,00
2.85	Ampliação e Manutenção da Patrulha Mecanizada	1.550.000,00
2.86	Festa do Colono	2.500.000,00
2.88	Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural	100.000,00
2.90	Apoio Administrativo à Secretaria Municipal de Promoção da Cidadania	12.250.000,00
2.91	Apoio Administrativo ao Conselho Tutelar	695.000,00
2.92	Apoio Administrativo e Técnico aos Conselhos Municipais Aderentes às Temáticas da Secretaria Municipal de Promoção da Cidadania	158.000,00
2.99	Ações Inovadoras e Complementares na Política de Promoção, Proteção, Defesa e Atendimento dos Direitos das Crianças e Adolescentes	8.835.000,00
2.100	Apoio Administrativo ao COMDICA, FMACA e Sistema de Garantias dos Direitos das Crianças e Adolescentes	1.371.623,03
2.112	Manutenção das Atividades do Poder Legislativo	81.000.000,00
2.113	Apoio Administrativo à Secretaria Municipal de Comunicação	12.250.000,00
2.118	Apoio Administrativo à Secretaria Municipal de Segurança Pública	36.650.000,00
2.119	Apoio Administrativo à Guarda Civil e Guarda Patrimonial	2.500.000,00
2.120	Campanhas de Segurança e Educação no Trânsito	250.000,00
2.121	Monitoramento Eletrônico e Vigilância Presencial	2.100.000,00
2.122	Manutenção da Fiscalização de Trânsito	10.070.000,00
2.123	Manutenção da Sinalização de Trânsito	6.049.040,00
2.124	Convênio de Trânsito - Polícia Militar	1.678.500,00
2.125	Convênio de Trânsito - Polícia Civil	1.708.500,00
2.127	Regularização Fundiária	955.000,00
2.133	Caminhão do Peixe	335.000,00
2.134	Rádio Costeira	398.500,00
2.135	Participação em Consórcio Público de Turismo	185.000,00
2.136	Realização da Semana do Pescador	420.000,00
2.139	Apoio Administrativo à Secretaria Municipal de Turismo e Eventos	2.740.000,00
2.140	Apoio à Realização de Eventos Turísticos	6.000.000,00
2.141	Apoio Administrativo ao Fundo Municipal de Turismo	1.150.000,00
2.143	Promoção Turística	710.000,00
2.144	Infraestrutura Turística	60.000,00

Documento assinado digitalmente. Para verificar, acesse <http://sipe.itaiai.sc.gov.br?ta=autenticidade> e informe o e-DOC D2AA912F

## Município de Itajaí

Rua Alberto Wernier, 100 - Via Operária - 88.304-053 - Itajaí/SC  
CNPJ: 83.102.277/0001-92 Fone: (47) 3341-6000  
<http://www.itaiai.sc.gov.br>

e-DOC D2AA912F  
Proc 247541/2024-e

Emissão:08/08/2024 15:37  
Usuário: Alexandre Correia

Chave de Autenticação Digital  
2230-2747-907

Página  
3 / 4

### Resumo dos Valores Previstos na Despesa LDO por Ações

2.145	Apoio Administrativo ao Instituto Itajaí Sustentável	8.430.500,00
2.146	Apoio à Promoção de Ações Preventivas aos Maus Tratos dos Animais	3.945.000,00
2.147	Agenda 21	6.000,00
2.149	Educação Ambiental	1.190.000,00
2.157	Segurança, Modernização e Manutenção do Parque Tecnológico	5.326.689,57
2.158	Apoio Administrativo à Fundação Cultural de Itajaí	3.061.828,00
2.159	Edital, eventos e espetáculos culturais	4.840.500,00
2.160	Apoio às Atividades Artístico-Culturais	3.015.000,00
2.161	Manutenção dos Bens Culturais Imóveis	900.000,00
2.166	Apoio Administrativo à Superintendência do Porto de Itajaí	44.380.609,14
2.167	Manutenção das Áreas Portuárias	2.600.000,00
2.168	Sentenças Judiciais - PORTO	7.200.000,00
2.171	Apoio Administrativo à Proteção e Defesa Civil	2.480.000,00
2.173	Aprimoramento dos Processos da Gestão das Licitações e dos Contratos	450.000,00
2.174	Apoio Administrativo ao SEMASA	55.500.000,00
2.175	Operação e Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água (SAA)	24.549.999,99
2.176	Operação e Manutenção do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES)	157.500,00
2.179	Desenvolvimento de Pesca, Piscicultura e Aquicultura	2.017.999,96
2.180	Apoio Administrativo à Secretaria Municipal de Tecnologia	3.325.000,00
2.181	Políticas de Atenção aos Idosos	1.650.000,00
2.184	Apoio Administrativo à FEAPI	7.130.000,00
2.191	Apoio Administrativo e Operacional ao Corpo de Bombeiros de Itajaí	9.143.840,00
2.192	Apoio Administrativo ao IPI	209.600.965,00
2.193	Benefícios Previdenciários Executivo - Plano Financeiro RPPS	46.003.770,00
2.194	Benefícios Previdenciários Executivo - Plano Previdenciário RPPS	1.600.275,10
2.195	Compensação Previdenciária - Fundo Financeiro RPPS	150.000,00
2.206	Bolsas de Estudo para Cursos Técnicos de Nível Médio	15.000,00
2.207	Seminário de Qualificação Profissional para o Mercado do Trabalho	45.000,00
2.209	Capacitação Profissional dos Gestores e Servidores Públicos Municipais	50.000,00
2.210	Ampliação do Programa FEAPI nos Bairros	180.000,00
2.211	Qualificação Profissional à Comunidade	80.000,00
2.212	Implantação do FEAPI - EAD - Cursos On-line	500.000,00
2.214	Implementação e Gestão do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN	50.000,00
2.215	Parcerias Jurídicas e Outras	1.100.000,00
2.216	Manutenção do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano	32.750.000,00
2.218	Iluminação Pública - Manutenção	74.589.000,00
2.223	Projetos e Obras	2.000,00
2.224	Manutenção e Conservação de Bens Móveis e Imóveis	141.337.000,00
2.235	Manutenção da Educação Infantil - Pré	45.450.000,00
2.236	Manutenção da Educação Especial	31.406.200,00
2.237	Manutenção da Educação Integral	3.720.000,00
2.238	Desenvolvimento de Atividades Voltadas para Promoção da Cidadania e Direitos Humanos	10.559.673,97
2.239	Implantação, Modernização e Manutenção dos Sistemas Informatizados	207.500,00
2.240	Ampliação, Reforma, Manutenção e Operação dos Centros de Abastecimento de Pescados	4.100.000,00
2.241	Habitação de Interesse Social	2.800.000,00
2.242	Construção de Moradia Popular e Infraestrutura	271.000,00
2.243	Projetos Ambientais	360.000,00
2.247	Encargos com Precatórios e Sentenças Judiciais do SEMASA	600.000,00
2.248	Recuperação de Recursos Hídricos e Práticas Sustentáveis	1.600.000,00
2.249	Ampliação e Melhorias no Sistema de Abastecimento de Água (SAA)	1.050.000,00
2.250	Ampliação e Melhorias no Sistema de Esgotamento Sanitário (SES)	4.400.000,00
2.251	Aquisição de Materiais Pedagógicos, Escolares e Esportivos da Educação Infantil - Pré	3.875.000,00
2.252	Uniforme Escolar para Educação Infantil - Creche	3.875.000,00
2.253	Alimentação Escolar para Educação Infantil - Pré	12.650.000,00
2.254	Concessão de Incentivos Fiscais e Estímulo Econômico	210.000,00
2.255	Apoio e Incentivo à Instalação de Novas Empresas e Promoção de Ações de Desenvolvimento aos Setores Econômicos	1.250.000,00
2.259	Manutenção da Proteção Social Especial	7.600.000,00
2.261	Fortalecimento da Gestão do SISAUS	284.000,00
2.264	Manutenção das Políticas de Atenção ao Idoso	460.000,00
2.266	Apoio à Realização de Eventos Turísticos	100,00

Documento assinado digitalmente. Para verificar, acesse <http://sipe.itaiai.sc.gov.br?ta=autenticidade> e informe o e-DOC D2AA912F

<b>Município de Itajaí</b> Rua Alberto Wernier, 100 - Via Operária - 88.304-053 - Itajaí/SC CNPJ: 83.102.277/0001-92 Fone: (47) 3341-6000 <a href="http://www.itaiai.sc.gov.br">http://www.itaiai.sc.gov.br</a>			
--	--	--	--



Município de Itajaí  
Rua Alberto Wiener, 100 - Vila Operária - 88.304-053 - Itajaí/SC  
CNPJ: 83.102.277/0001-52 Fone: (47) 3341-6000  
<http://www.itajai.sc.gov.br>

Emissão: 08/08/2024 15:39  
Usuário: Alessandro Correla  
Chave de autenticação: 1696-1556-211

Página  
1 / 1

e-DOC D2AA912F  
Proc 247541/2024-e

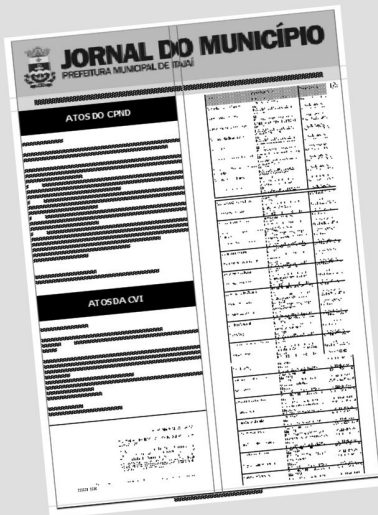
Valores Previstos na Despesa LDO por Natureza - Consolidado

Natureza da Despesa	Valor
3.1.71.00.00 Transferências e Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	2.478.943,29
3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	1.253.445.226,46
3.1.91.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	148.527.387,40
3.2.71.00.00 Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	268.418,69
3.2.90.00.00 Aplicações Diretas	25.550.000,00
3.3.30.00.00 Transferências a Estados e ao Distrito Federal	1.678.500,00
3.3.50.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	103.633.300,00
3.3.67.00.00 Execução de Contrato de Parceria Público-Privada - PPP	12.499.721,39
3.3.71.00.00 Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	1.537.055,82
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	1.175.651.669,06
3.3.91.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	3.861.000,00
3.3.93.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe	1.200.000,00
4.4.30.00.00 Transferências a Estados e ao Distrito Federal	200,00
4.4.71.00.00 Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	553.885,02
4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	225.119.094,38
4.5.90.00.00 Aplicações Diretas	1,00
4.6.90.00.00 Aplicações Diretas	43.800.000,00
9.9.90.00.00 Aplicações Diretas	194.249.936,00
<b>Total geral</b>	<b>3.193.254.238,51</b>

Mário Sérgio Teixeira  
Secretário Municipal de Governo

Tânia Maria Novaes  
Diretora Executiva de Planejamento e Orçamento

O NOSSO JORNAL!



JORNAL DO MUNICÍPIO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ

Documento assinado digitalmente. Para verificar, acesse <http://sipe.itajai.sc.gov.br?ra=autenticidade> e informe o e-DOC D2AA912F

Município de Itajaí  
Rua Alberto Wiener, 100 - Vila Operária - 88.304-053 - Itajaí/SC  
CNPJ: 83.102.277/0001-52 Fone: (47) 3341-6000  
<http://www.itajai.sc.gov.br>

Emissão: 08/08/2024 15:41  
Usuário: Alessandro Correla

Chave de Autenticação  
2419-5572-714

Página  
1 / 1

Relatório da Despesa LDO por Função Consolidado

LDO 2025 - Valores em R\$

Função	Valor
1 Legislativa	81.000.000,00
2 Judiciária	9.110.000,00
4 Administração	434.119.148,32
6 Segurança Pública	31.665.940,00
8 Assistência Social	56.082.300,00
9 Previdência Social	263.939.160,00
10 Saúde	662.115.135,00
11 Trabalho	4.630.750,00
12 Educação	805.763.544,00
13 Cultura	9.980.651,00
14 Direitos da Cidadania	3.206.000,00
15 Urbanismo	310.510.504,90
16 Habitação	7.945.000,00
17 Saneamento	110.752.155,01
18 Gestão Ambiental	4.812.000,00
20 Agricultura	10.625.000,00
23 Comércio e Serviços	7.105.100,00
26 Transporte	69.994.390,86
27 Desporto e Lazer	11.225.000,00
28 Encargos Especiais	104.422.523,42
99 Reserva de Contingência	194.249.936,00
<b>Total geral</b>	<b>3.193.254.238,51</b>



Fonte: Sistema e-Pública. Unidade Responsável: Secretária de Governo

Mário Sérgio Teixeira  
Secretário Municipal de Governo

Tânia Maria Novaes  
Diretora Executiva de Planejamento e Orçamento

e-DOC D2AA912F  
Proc 247541/2024-e





<div><b>Município de Itajaí</b> Rua Alberto Werner, 100 - Vila Operária - 88.304-053 - Itajaí/SC CNPJ: 83.102.277/0001-52 Fone: (47) 3341-6000 <a href="http://www.itaia.sc.gov.br">http://www.itaia.sc.gov.br</a></div>					Emissão: 08/08/2024 15:42 Usuário: Alessandro Correia		Chave de Autenticação 1750-5671-124	Página 1 / 6	
Resumo das Metas Financeiras da LDO						LDO 2025 Valores em R\$			
Unidade orçamentária	Função	Subfunção	Programa	Ação	Valor				
<b>1000 - Gabinete do Prefeito</b>					<b>13.056.906,44</b>				
1001 - Gabinete do Prefeito	4	122	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	2.1 Apoio Administrativo ao Gabinete do Prefeito	5.900.000,00				
1001 - Gabinete do Prefeito	4	122	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	2.283 Transferência a Consórcio Público mediante Contr	3.397.106,44				
1001 - Gabinete do Prefeito	4	122	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	2.301 Centro de Atendimento ao Cidadão	50.000,00				
1001 - Gabinete do Prefeito	4	122	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	2.171 Apoio Administrativo à Proteção e Defesa Civil	2.480.000,00				
1002 - Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil	4	122	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	2.327 Medidas de Prevenção, Mitigação, Preparação, Res	1.229.800,00				
1002 - Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil	6	182	9 Segurança Pública		<b>1.441.800,00</b>				
<b>2000 - Gabinete do Vice-Prefeito</b>					<b>34.366.000,00</b>				
2002 - Gabinete do Vice-Prefeito	4	122	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	2.5 Apoio Administrativo ao Gabinete do Vice-Prefeito	7.010.000,00				
<b>3000 - Procuradoria-Geral do Município</b>					<b>114.250.000,00</b>				
3003 - Procuradoria-Geral do Município	2	61	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	2.8 Precatórios	29.550.000,00				
3003 - Procuradoria-Geral do Município	2	61	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	2.9 Valores por Demandas Judiciais	2.600.000,00				
3003 - Procuradoria-Geral do Município	2	61	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	2.215 Parcerias Jurídicas e Outros	50.000,00				
3003 - Procuradoria-Geral do Município	2	61	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	2.329 Resolução Administrativa de Conflitos	50.000,00				
3003 - Procuradoria-Geral do Município	14	422	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	2.6 Apoio Administrativo à Procuradoria-Geral do Municí	22.050.000,00				
3003 - Procuradoria-Geral do Município	14	422	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	2.7 Apoio Administrativo ao PROCON	3.206.000,00				
<b>5000 - Secretaria Municipal da Fazenda</b>					<b>65.880.000,00</b>				
5005 - Secretaria Municipal da Fazenda	4	123	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	2.16 Apoio Administrativo à Secretaria Municipal da Faze	43.100.000,00				
5005 - Secretaria Municipal da Fazenda	4	123	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	2.18 Parcerias Institucionais	100.000,00				
5005 - Secretaria Municipal da Fazenda	28	843	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	0.3 Serviços da Dívida Interna e Externa	2.700.000,00				
5005 - Secretaria Municipal da Fazenda	28	846	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	0.1 Contribuição ao PASEP	3.900.000,00				
<b>6000 - Secretaria Municipal da Administração e Gestão de Pessoas</b>					<b>9.150.000,00</b>				
6006 - Secretaria Municipal da Administração e Gestão de Pessoas	4	122	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	2.21 Apoio Administrativo à Secretaria Municipal da Admi	30.000,00				
6006 - Secretaria Municipal da Administração e Gestão de Pessoas	4	122	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	2.22 Gestão de Recursos Humanos	9.150.000,00				
6006 - Secretaria Municipal da Administração e Gestão de Pessoas	4	122	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	2.23 Manutenção do Paço e Outros Órgãos Municipais	30.000,00				
6006 - Secretaria Municipal da Administração e Gestão de Pessoas	4	122	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	2.25 Serviços Públicos Concedidos	2.800.000,00				
6006 - Secretaria Municipal da Administração e Gestão de Pessoas	4	122	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	2.26 Ações de Complementação Alimentar	3.000.000,00				
6006 - Secretaria Municipal da Administração e Gestão de Pessoas	4	122	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	2.27 Ações de Complementação de Transporte	1.100.000,00				
6006 - Secretaria Municipal da Administração e Gestão de Pessoas	4	122	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	2.28 Gestão da Distribuição de Materiais de Consumo	<b>194.132.408,52</b>				
6006 - Secretaria Municipal da Administração e Gestão de Pessoas	4	122	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	2.29 Gestão Patrimonial dos Bens Permanentes	13.350.000,00				
6006 - Secretaria Municipal da Administração e Gestão de Pessoas	4	122	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	2.315 Inovações Institucionais	24.244.670,95				
<b>8000 - Secretaria Municipal de Obras</b>					<b>32.750.000,00</b>				
8008 - Secretaria Municipal de Obras	4	122	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	2.31 Apoio Administrativo à Secretaria Municipal de Obra	75.454.052,90				
8008 - Secretaria Municipal de Obras	15	451	5 Planejamento de Cidade, Mobilidade Urbana, Transporte Públi	2.36 Limpeza, Conservação e Melhorias de Logradouros	1.800.000,00				
8008 - Secretaria Municipal de Obras	15	451	5 Planejamento de Cidade, Mobilidade Urbana, Transporte Públi	2.218 Iluminação Pública - Manutenção	46.533.684,67				
8008 - Secretaria Municipal de Obras	15	451	5 Planejamento de Cidade, Mobilidade Urbana, Transporte Públi	2.314 Operacionalização e Manutenção da Infraestrutura	<b>805.683.544,67</b>				
8008 - Secretaria Municipal de Obras	15	451	5 Planejamento de Cidade, Mobilidade Urbana, Transporte Públi	2.333 Manutenção, Conservação e Expansão dos Cemité	24.350.000,00				
8008 - Secretaria Municipal de Obras	15	451	5 Planejamento de Cidade, Mobilidade Urbana, Transporte Públi	2.312 Coleta de Resíduos	70.000,00				
<b>9000 - Secretaria Municipal de Educação</b>					<b>4.095.000,00</b>				
9009 - Secretaria Municipal de Educação	12	122	4 Educação	2.39 Manutenção da Secretaria Municipal de Educação	150.000,00				
9009 - Secretaria Municipal de Educação	12	122	4 Educação	2.42 Manutenção dos Conselhos da Educação	27.400.000,00				
9009 - Secretaria Municipal de Educação	12	122	4 Educação	2.43 Apoio às Subvenções Sociais da Educação	12.700.000,00				
9009 - Secretaria Municipal de Educação	12	122	4 Educação	2.61 Manutenção da Biblioteca Pública e Escolar Norbert	12.650.000,00				
9009 - Secretaria Municipal de Educação	12	306	4 Educação	2.56 Alimentação Escolar Para os Alunos do Ensino Fund	32.500.000,00				
9009 - Secretaria Municipal de Educação	12	306	4 Educação	2.57 Alimentação Escolar Para os Alunos da Educação In					
9009 - Secretaria Municipal de Educação	12	306	4 Educação	2.254 Alimentação Escolar para os Alunos da Educação I					
9009 - Secretaria Municipal de Educação	12	361	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	2.26 Ações de Complementação Alimentar					

Documento assinado eletronicamente. Para verificar, acesse <http://sfp.e-licitaia.sc.gov.br> e informe o e-DOC 02A9127

e-DOC 02A9127  
Pec 24/7511/2024

e-DOC D2AA912F  
Proc 247341/2024-e

<div><div><div>Município de Itajaí</div><div>Rua Alberto Werner, 100 - Vila Operária - 88.304-053 - Itajaí/ SC CNPJ: 83.102.277/0001-52 Fone: (47) 3341-6000 <a href="http://www.itaia.sc.gov.br">http://www.itaia.sc.gov.br</a></div></div></div>					Emissão: 08/08/2024 15:42 Usuário: Alessandro Correia		Chave de Autenticação 1750-5671-124	Página 3 / 6	
Resumo das Metas Financeiras da LDO									
Unidade orçamentária	Função	Subfunção	Programa	Ação	Valor				
15015 - Secretaria Municipal de Segurança	6	181	9 Segurança Pública	2.338 Programa Itajaí Segura - Operações Especiais	1.150.000,00				
15015 - Secretaria Municipal de Segurança	6	182	9 Segurança Pública	2.191 Apoio Administrativo e Operacional ao Corpo de B	7.130.000,00				
18000 - Secretaria Municipal de Turismo e Eventos					2.740.200,00				
18018 - Secretaria Municipal de Turismo e	4	122	7 Turismo	2.139 Apoio Administrativo à Secretaria Municipal de Tur	2.740.000,00				
18018 - Secretaria Municipal de Turismo e	4	695	7 Turismo	1.10 Construção da Sede da Secretaria, Central de Atend	100,00				
18018 - Secretaria Municipal de Turismo e	23	695	7 Turismo	2.266 Apoio à Realização de Eventos Turísticos	100,00				
19000 - Controladoria-Geral do Município					4.330.000,00				
19019 - Controladoria-Geral do Município	4	124	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	2.307 Apoio Administrativo à Controladoria-Geral do Mun	4.330.000,00				
22000 - Câmara de Vereadores de Itajaí					81.000.000,00				
22022 - Câmara de Vereadores de Itajaí	1	31	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	2.112 Manutenção das Atividades do Poder Legislativo	81.000.000,00				
25000 - Secretaria Municipal de Governo					30.537.936,00				
25025 - Secretaria Municipal de Governo	4	121	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	2.11 Apoio Administrativo à Secretaria Municipal de Gove	8.700.000,00				
25025 - Secretaria Municipal de Governo	4	121	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	2.12 Aprimoramento dos Processos de Gestão, Planejam	380.000,00				
25025 - Secretaria Municipal de Governo	4	121	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	2.173 Aprimoramento dos Processos da Gestão das Licit	450.000,00				
25025 - Secretaria Municipal de Governo	4	122	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	2.274 PEMI - Planejamento Estratégico do Município de I	150.000,00				
25025 - Secretaria Municipal de Governo	99	999	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	2.295 Reserva de Contingência	20.857.936,00				
26000 - Fundo Municipal de Saúde - FMS					662.115.135,00				
26026 - Fundo Municipal de Saúde - FMS	10	301	3 Saúde	1.97 Construção de Polos Regionais que Abriguem Centr	112.500,00				
26026 - Fundo Municipal de Saúde - FMS	10	301	3 Saúde	1.98 Construção das Unidades Básicas de Saúde	955.000,00				
26026 - Fundo Municipal de Saúde - FMS	10	301	3 Saúde	1.106 Reforma, Construção e Acessibilidade das Unidade	400.000,00				
26026 - Fundo Municipal de Saúde - FMS	10	301	3 Saúde	2.284 Implementação das Ações e Serviços no Âmbito d	191.037.735,00				
26026 - Fundo Municipal de Saúde - FMS	10	301	3 Saúde	2.294 Apoio ao Controle Social	37.000,00				
26026 - Fundo Municipal de Saúde - FMS	10	301	3 Saúde	1.105 Construção Centro Especializado de Fonoaudiologi	50.100,00				
26026 - Fundo Municipal de Saúde - FMS	10	302	3 Saúde	2.287 Implementação das Ações e Serviços de Alta e Mé	424.158.900,00				
26026 - Fundo Municipal de Saúde - FMS	10	302	3 Saúde	1.95 Construção de Polos Regionais para Descentralizaçã	80.000,00				
26026 - Fundo Municipal de Saúde - FMS	10	303	3 Saúde	2.286 Implementação das Ações e Serviços de Assistênci	10.308.600,00				
26026 - Fundo Municipal de Saúde - FMS	10	303	3 Saúde	2.288 Implementação das Ações de Vigilância em Saúde	33.451.300,00				
26026 - Fundo Municipal de Saúde - FMS	10	305	3 Saúde	2.282 Implementação das Ações da Segurança Alimentar	1.524.000,00				
26026 - Fundo Municipal de Saúde - FMS	10	306	3 Saúde		8.105.000,00				
27000 - Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR					1.150.000,00				
27027 - Fundo Municipal de Turismo - FUM	4	122	7 Turismo	2.141 Apoio Administrativo ao Fundo Municipal de Turis	185.000,00				
27027 - Fundo Municipal de Turismo - FUM	4	695	7 Turismo	2.135 Participação em Consórcio Público de Turismo	6.000.000,00				
27027 - Fundo Municipal de Turismo - FUM	23	695	7 Turismo	2.140 Apoio à Realização de Eventos Turísticos	710.000,00				
27027 - Fundo Municipal de Turismo - FUM	23	695	7 Turismo	2.143 Promoção Turística	60.000,00				
27027 - Fundo Municipal de Turismo - FUM	23	695	7 Turismo	2.144 Infraestrutura Turística	454.365.000,00				
28000 - Instituto de Previdência de Itajaí - IPI					40.000,00				
28029 - Taxa de Administração RPPS	4	122	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	1.79 Construção de Sede Própria para o IPI	220.000,00				
28029 - Taxa de Administração RPPS	4	122	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	2.2 Sentenças Judiciais - Taxa de Administração RPPS	9.143.840,00				
28029 - Taxa de Administração RPPS	4	122	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	2.192 Apoio Administrativo ao IPI	1.115.000,00				
28029 - Taxa de Administração RPPS	4	122	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	2.317 Modernização da Gestão do RPPS	3.800.000,00				
28029 - Taxa de Administração RPPS	28	846	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	0.5 Contribuição ao PASEP - Taxa de Administração RPP	2.000.000,00				
28030 - Fundo Financeiro RPPS	9	272	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	2.3 Sentenças Judiciais - Fundo Financeiro RPPS	209.600.965,00				
28030 - Fundo Financeiro RPPS	9	272	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	2.193 Benefícios Previdenciários Executivo - Plano Financ	1.600.275,10				
28030 - Fundo Financeiro RPPS	9	272	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	2.195 Compensação Previdenciária - Fundo Financeiro R	2.736.759,90				
28030 - Fundo Financeiro RPPS	28	846	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	2.330 Benefícios Previdenciários Legislativo - Plano Finan	15.000,00				
28030 - Fundo Financeiro RPPS	9	272	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	0.7 Contribuição ao PASEP - Fundo Financeiro RPPS	600.000,00				
28031 - Fundo Previdenciário RPPS	9	272	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	2.15 Sentenças Judiciais - Fundo Previdenciário RPPS					

e-DOC D2AA912F  
Proc 247341/2024-e





**Município de Itajaí**

Rua Alberto Werner, 100 - Vila Operária - 88.304-053 - Itajaí/SC  
CNPJ: 83.102.277/0001-52 Fone: (47) 3341-6000  
<http://www.itajai.sc.gov.br>

Emissão: 08/08/2024 15:42  
Usuário: Alessandro Correia

Chave de Autenticação  
1750-5671-124

Página  
4 / 6



**Resumo das Metas Financeiras da LDO**

Unidade orçamentária	Função	Subfunção	Programa	Ação	Valor
28031 - Fundo Previdenciário RPPS	9	272	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	2.194 Benefícios Previdenciários Executivo - Plano Previd	46.003.770,00
28031 - Fundo Previdenciário RPPS	9	272	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	2.319 Compensação Previdenciária - Fundo Previdenciári	550.000,00
28031 - Fundo Previdenciário RPPS	9	272	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	2.331 Benefícios Previdenciários Legislativo - Plano Previ	847.390,00
28031 - Fundo Previdenciário RPPS	28	846	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	0,8 Contribuição ao PASEP - Fundo Previdenciário RPPS	3.000.000,00
28031 - Fundo Previdenciário RPPS	99	997	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	2,24 Reserva do RPPS	173.092.000,00
<b>29000 - Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Infraestrutura - SEMASA</b>					<b>177.423.591,24</b>
29029 - Serviço Municipal de Água, Sanea	4	122	10 Água e Saneamento Básico	2.174 Apoio Administrativo ao SEMASA	50.813.912,81
29029 - Serviço Municipal de Água, Sanea	8	244	10 Água e Saneamento Básico	2.278 Apoio à Instituições da Sociedade Civil Organizada	1.200.000,00
29029 - Serviço Municipal de Água, Sanea	17	512	10 Água e Saneamento Básico	1.1 Implantação da Rede Coletora de Esgoto no Bairro Ci	1.449.000,00
29029 - Serviço Municipal de Água, Sanea	17	512	10 Água e Saneamento Básico	1.4 Implantação da Rede Coletora de Esgoto nos Bairros	13.750.419,51
29029 - Serviço Municipal de Água, Sanea	17	512	10 Água e Saneamento Básico	1.6 Implantação da Rede Coletora de Esgoto no Bairro C	471.826,95
29029 - Serviço Municipal de Água, Sanea	17	512	10 Água e Saneamento Básico	1.104 Implantação da Rede Coletora de Esgoto nos Balr	11.420.908,56
29029 - Serviço Municipal de Água, Sanea	17	512	10 Água e Saneamento Básico	2.175 Operação e Manutenção do Sistema de Abastecim	55.500.000,00
29029 - Serviço Municipal de Água, Sanea	17	512	10 Água e Saneamento Básico	2.176 Operação e Manutenção do Sistema de Esgotame	24.549.999,99
29029 - Serviço Municipal de Água, Sanea	17	512	10 Água e Saneamento Básico	2.247 Encargos com Precatórios e Sentenças Judiciais do	360.000,00
29029 - Serviço Municipal de Água, Sanea	17	512	10 Água e Saneamento Básico	2.248 Recuperação de Recursos Hídricos e Práticas Sust	600.000,00
29029 - Serviço Municipal de Água, Sanea	17	512	10 Água e Saneamento Básico	2.249 Ampliação e Melhorias no Sistema de Abastecimen	1.600.000,00
29029 - Serviço Municipal de Água, Sanea	17	512	10 Água e Saneamento Básico	2.250 Ampliação e Melhorias no Sistema de Esgotament	1.050.000,00
29029 - Serviço Municipal de Água, Sanea	17	512	10 Água e Saneamento Básico	0,2 Serviços e Encargos da Dívida do SEMASA	12.700.000,00
29029 - Serviço Municipal de Água, Sanea	28	843	10 Água e Saneamento Básico	0,6 PASEP - SEMASA	1.657.523,42
29029 - Serviço Municipal de Água, Sanea	28	846	10 Água e Saneamento Básico	2,296 Reserva de Contingência - SEMASA	300.000,00
29029 - Serviço Municipal de Água, Sanea	99	999	10 Água e Saneamento Básico		
<b>30000 - Superintendência do Porto de Itajaí - PORTO</b>					<b>115.525.000,00</b>
30030 - Superintendência do Porto de Itajaí	4	122	15 Porto	2.166 Apoio Administrativo à Superintendência do Porto	44.380.609,14
30030 - Superintendência do Porto de Itajaí	26	784	15 Porto	1.72 Investimentos - Infraestrutura Aquaviária	220.945,00
30030 - Superintendência do Porto de Itajaí	26	784	15 Porto	1.73 Ampliações de Áreas	10.000,00
30030 - Superintendência do Porto de Itajaí	26	784	15 Porto	1.91 Controle de Tráfego Marítimo	1.400.000,00
30030 - Superintendência do Porto de Itajaí	26	784	15 Porto	2.167 Manutenção das Áreas Portuárias	2.600.000,00
30030 - Superintendência do Porto de Itajaí	26	784	15 Porto	2.168 Sentenças Judiciais - PORTO	7.200.000,00
30030 - Superintendência do Porto de Itajaí	26	784	15 Porto	2.316 Manutenção do Acesso Aquaviário	58.563.445,86
30030 - Superintendência do Porto de Itajaí	28	846	15 Porto	0,4 PASEP - PORTO	1.150.000,00
<b>31000 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação</b>					<b>165.873.096,38</b>
31031 - Secretaria Municipal de Desenvolvi	4	122	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	2.30 Apoio Administrativo à Secretaria Municipal de Dese	27.100.000,00
31031 - Secretaria Municipal de Desenvolvi	4	122	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	2.216 Manutenção do Fundo Municipal de Desenvolvime	1.100.000,00
31031 - Secretaria Municipal de Desenvolvi	15	451	5 Planejamento de Cidade, Mobilidade Urbana, Transporte Públi	1.2 Projetos e Obras - Via Expressa Portuária	1.050.000,00
31031 - Secretaria Municipal de Desenvolvi	15	451	5 Planejamento de Cidade, Mobilidade Urbana, Transporte Públi	1.3 Projetos e Obras Especiais - Parque Linear	150.000,00
31031 - Secretaria Municipal de Desenvolvi	15	451	5 Planejamento de Cidade, Mobilidade Urbana, Transporte Públi	2.10 Desapropriações e Aquisições de Imóveis	34.800.000,00
31031 - Secretaria Municipal de Desenvolvi	15	451	5 Planejamento de Cidade, Mobilidade Urbana, Transporte Públi	2.19 Elaborações de Estudos e Projetos	3.200.000,00
31031 - Secretaria Municipal de Desenvolvi	15	451	5 Planejamento de Cidade, Mobilidade Urbana, Transporte Públi	2.223 Projetos e Obras	74.589.000,00
31031 - Secretaria Municipal de Desenvolvi	15	451	5 Planejamento de Cidade, Mobilidade Urbana, Transporte Públi	2.224 Manutenção e Conservação de Bens Móveis e Imó	2.000,00
31031 - Secretaria Municipal de Desenvolvi	15	451	5 Planejamento de Cidade, Mobilidade Urbana, Transporte Públi	2.339 Manutenção do Contrato de Rateio CIM/AMFRI/PR	832.096,38
31031 - Secretaria Municipal de Desenvolvi	15	451	5 Planejamento de Cidade, Mobilidade Urbana, Transporte Públi	2.297 Ações de Mobilidade Urbana e Transporte Coletivo	15.105.000,00
31031 - Secretaria Municipal de Desenvolvi	15	453	5 Planejamento de Cidade, Mobilidade Urbana, Transporte Públi	2.127 Regularização Fundiária	955.000,00
31031 - Secretaria Municipal de Desenvolvi	16	482	11 Habitação de Interesse Social e Regularização Fundiária	2.241 Habitação de Interesse Social	4.100.000,00
31031 - Secretaria Municipal de Desenvolvi	16	482	11 Habitação de Interesse Social e Regularização Fundiária	2.242 Construção de Moradia Popular e Infraestrutura	2.800.000,00
31031 - Secretaria Municipal de Desenvolvi	16	482	11 Habitação de Interesse Social e Regularização Fundiária	2.337 Fundo Municipal de Habitação Popular de Itajaí	90.000,00
31031 - Secretaria Municipal de Desenvolvi	16	482	11 Habitação de Interesse Social e Regularização Fundiária		
<b>32000 - Secretaria Municipal de Tecnologia</b>					<b>17.904.322,90</b>

e-DOC D2A912F  
Proc 247541/2024-e



**Município de Itajaí**

Rua Alberto Werner, 100 - Vila Operária - 88.304-053 - Itajaí/SC  
CNPJ: 83.102.277/0001-52 Fone: (47) 3341-6000  
<http://www.itajai.sc.gov.br>

Emissão: 08/08/2024 15:42  
Usuário: Alessandro Correia

Chave de Autenticação  
1750-5671-124

Página  
5 / 6





**Resumo das Metas Financeiras da LDO**

Unidade orçamentária	Função	Subfunção	Programa	Ação	Valor
32032 - Secretaria Municipal de Tecnologia	4	126	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	2.157 Segurança, Modernização e Manutenção do Parqu	5.326.689,57
32032 - Secretaria Municipal de Tecnologia	4	126	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	2.180 Apoio Administrativo à Secretaria Municipal de Tec	2.017.959,36
32032 - Secretaria Municipal de Tecnologia	4	126	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	2.239 Implantação, Modernização e Manutenção dos Sist	10.559.673,97
<b>33000 - Fundação Cultural de Itajaí - FCI</b>					<b>11.922.329,00</b>
33033 - Fundação Cultural de Itajaí - FCI	4	122	12 Cultura, Memória e Patrimônio Histórico	2.158 Apoio Administrativo à Fundação Cultural de Itajaí	3.061.828,00
33033 - Fundação Cultural de Itajaí - FCI	13	392	12 Cultura, Memória e Patrimônio Histórico	2.159 Edital, eventos e espetáculos culturais	4.840.500,00
33033 - Fundação Cultural de Itajaí - FCI	13	392	12 Cultura, Memória e Patrimônio Histórico	2.160 Apoio às Atividades Artístico-Culturais	3.015.000,00
33033 - Fundação Cultural de Itajaí - FCI	13	392	12 Cultura, Memória e Patrimônio Histórico	2.161 Manutenção dos Bens Culturais Imóveis	900.000,00
33033 - Fundação Cultural de Itajaí - FCI	13	392	12 Cultura, Memória e Patrimônio Histórico	2.999 Implantação do Caminhão Container/Palco	105.001,00
<b>34000 - Secretaria Municipal de Promoção da Cidadania</b>					<b>26.560.000,00</b>
34034 - Secretaria Municipal de Promoção	4	122	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	2.90 Apoio Administrativo à Secretaria Municipal de Pro	16.062.000,00
34034 - Secretaria Municipal de Promoção	4	122	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	2.92 Apoio Administrativo e Técnico aos Conselhos Muni	158.000,00
34034 - Secretaria Municipal de Promoção	8	243	6 Políticas Públicas de Promoção da Cidadania e Assistência Soci	2.91 Apoio Administrativo ao Conselho Tutelar	695.000,00
34034 - Secretaria Municipal de Promoção	8	243	6 Políticas Públicas de Promoção da Cidadania e Assistência Soci	2.181 Políticas de Atenção aos Idosos	3.325.000,00
34034 - Secretaria Municipal de Promoção	8	243	6 Políticas Públicas de Promoção da Cidadania e Assistência Soci	2.4 Concessão de Bolsas de Estudos no Ensino Superior	2.600.000,00
34034 - Secretaria Municipal de Promoção	8	244	6 Políticas Públicas de Promoção da Cidadania e Assistência Soci	2.238 Desenvolvimento de Atividades Voltadas para Pro	3.720.000,00
34034 - Secretaria Municipal de Promoção	8	244	6 Políticas Públicas de Promoção da Cidadania e Assistência Soci		
<b>35000 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico</b>					<b>7.798.250,00</b>
35035 - Secretaria Municipal de Desenvolvi	4	122	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	2.65 Apoio Administrativo à Secretaria Municipal de Dese	3.332.500,00
35035 - Secretaria Municipal de Desenvolvi	11	334	2 Desenvolvimento Econômico e Pesca	2.69 Apoio ao Pequeno Empreendedor	300.000,00
35035 - Secretaria Municipal de Desenvolvi	11	334	2 Desenvolvimento Econômico e Pesca	2.70 Apoio à Economia Solidária	189.000,00
35035 - Secretaria Municipal de Desenvolvi	11	334	2 Desenvolvimento Econômico e Pesca	2.71 Apoio ao Balcão de Empregos	164.250,00
35035 - Secretaria Municipal de Desenvolvi	11	334	2 Desenvolvimento Econômico e Pesca	2.74 Apoio ao Cooperativismo	52.500,00
35035 - Secretaria Municipal de Desenvolvi	11	334	2 Desenvolvimento Econômico e Pesca	2.75 Apoio à Instalação de Polo Tecnológico e Industrial	581.500,00
35035 - Secretaria Municipal de Desenvolvi	11	334	2 Desenvolvimento Econômico e Pesca	2.134 Rádio Costeira	598.500,00
35035 - Secretaria Municipal de Desenvolvi	11	334	2 Desenvolvimento Econômico e Pesca	2.136 Realização da Semana do Pescador	420.000,00
35035 - Secretaria Municipal de Desenvolvi	11	334	2 Desenvolvimento Econômico e Pesca	2.179 Desenvolvimento da Pesca, Piscicultura e Aquicult	157.500,00
35035 - Secretaria Municipal de Desenvolvi	11	334	2 Desenvolvimento Econômico e Pesca	2.240 Ampliação, Reforma, Manutenção e Operação dos	207.500,00
35035 - Secretaria Municipal de Desenvolvi	11	334	2 Desenvolvimento Econômico e Pesca	2.255 Concessão de Incentivos Fiscais e Estímulo Econô	210.000,00
35035 - Secretaria Municipal de Desenvolvi	11	334	2 Desenvolvimento Econômico e Pesca	2.256 Apoio e Incentivo à Instalação de Novas Empresas	1.250.000,00
35035 - Secretaria Municipal de Desenvolvi	11	334	2 Desenvolvimento Econômico e Pesca	2.133 Caminhão do Peixe	335.000,00
35035 - Secretaria Municipal de Desenvolvi	23	692	2 Desenvolvimento Econômico e Pesca		
<b>44000 - Fundação Genésio Miranda Lins - FGML</b>					<b>4.830.150,00</b>
44044 - Fundação Genésio Miranda Lins -	4	122	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	2.306 Apoio Administrativo à Fundação Genésio Miranda	3.710.000,00
44044 - Fundação Genésio Miranda Lins -	13	391	12 Cultura, Memória e Patrimônio Histórico	2.310 Conservação, Manutenção, Recuperação, Restaura	900.000,00
44044 - Fundação Genésio Miranda Lins -	13	392	12 Cultura, Memória e Patrimônio Histórico	2.309 Implementação de Exposições e Ações Educaciona	220.150,00
<b>55000 - Fundação Municipal de Esporte e Lazer - FMEL</b>					<b>15.805.000,00</b>
55055 - Fundação Municipal de Esporte e L	27	811	13 Esporte e Lazer	2.302 Apoio Administrativo à Fundação Municipal de Esp	4.580.000,00
55055 - Fundação Municipal de Esporte e L	27	812	13 Esporte e Lazer	2.303 Programa Bolsa-Atleta	7.100.000,00
55055 - Fundação Municipal de Esporte e L	27	812	13 Esporte e Lazer	1.99 Elaboração de Projeto de Construção de Complexo	50.000,00
55055 - Fundação Municipal de Esporte e L	27	812	13 Esporte e Lazer	2.304 Manutenção Esportiva da FMEL	1.920.000,00
55055 - Fundação Municipal de Esporte e L	27	812	13 Esporte e Lazer	2.305 Eventos Esportivos	2.115.000,00
55055 - Fundação Municipal de Esporte e L	27	812	13 Esporte e Lazer	2.341 Manutenção das Atividades Esportivas - FAMESPI	40.000,00
<b>66000 - Instituto Itajaí Sustentável - INIS</b>					<b>13.273.500,00</b>
66066 - Instituto Itajaí Sustentável - INIS	4	122	8 Meio Ambiente, Gestão de Resíduos e Parques Ambientais	2.145 Apoio Administrativo ao Instituto Itajaí Sustentável	4.840.500,00
66066 - Instituto Itajaí Sustentável - INIS	4	122	8 Meio Ambiente, Gestão de Resíduos e Parques Ambientais	2.318 Implementação das Ações do Plano Municipal de S	31.000,00
66066 - Instituto Itajaí Sustentável - INIS	18	542	8 Meio Ambiente, Gestão de Resíduos e Parques Ambientais	2.146 Apoio à Promoção de Ações Preventivas aos Maus	3.345.000,00
66066 - Instituto Itajaí Sustentável - INIS	18	542	8 Meio Ambiente, Gestão de Resíduos e Parques Ambientais	2.147 Agenda 21	6.000,00


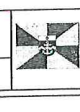
e-DOC D2A912F  
Proc 247541/2024-e



 <b>Município de Itajaí</b> Rua Alberto Werner, 100 - Vila Operária - 88.304-053 - Itajaí/ SC CNPJ: 83.102.277/0001-52 Fone: (47) 3341-6000 <a href="http://www.itajai.sc.gov.br">http://www.itajai.sc.gov.br</a>	<b>Emissão:</b> 08/08/2024 15:42 <b>Usuário:</b> Alessandro Correia	<b>Chave de Autenticação:</b> 1750-5671-124	<b>Página:</b> 2 / 6	
	<b>Resumo das Metas Financeiras da LDO</b>			

Unidade orçamentária	Função	Subfunção	Programa	Ação	Valor
9009 - Secretaria Municipal de Educação	12	361	4 Educação	1.8 Construção, Ampliação e Reforma das Escolas de En	2.200.100,00
9009 - Secretaria Municipal de Educação	12	361	4 Educação	1.9 Construção, Reforma e Ampliação dos Centros de Ed	600.000,00
9009 - Secretaria Municipal de Educação	12	361	4 Educação	2.41 Manutenção do Ensino Fundamental	237.512.343,00
9009 - Secretaria Municipal de Educação	12	361	4 Educação	2.44 Aquisição de Materiais Pedagógicos, Escolares e Es	8.835.000,00
9009 - Secretaria Municipal de Educação	12	361	4 Educação	2.51 Reposição de Acervos Bibliográficos para as Escolas	120.000,00
9009 - Secretaria Municipal de Educação	12	361	4 Educação	2.55 Informatização nas Escolas de Ensino Fundamental	2.134.000,00
9009 - Secretaria Municipal de Educação	12	361	4 Educação	2.58 Uniforme Escolar para os Alunos do Ensino Fundam	7.750.000,00
9009 - Secretaria Municipal de Educação	12	361	4 Educação	2.59 Transporte Escolar dos Alunos	19.935.100,00
9009 - Secretaria Municipal de Educação	12	361	4 Educação	2.62 Ações de Complementação de Transporte dos Servi	1.275.000,00
9009 - Secretaria Municipal de Educação	12	361	4 Educação	2.236 Manutenção da Educação Especial	45.450.000,00
9009 - Secretaria Municipal de Educação	12	361	4 Educação	2.237 Manutenção da Educação Integral	31.406.200,00
9009 - Secretaria Municipal de Educação	12	361	4 Educação	2.237 Manutenção da Educação Integral	2.200.101,00
9009 - Secretaria Municipal de Educação	12	365	4 Educação	1.7 Construção, Ampliação e Reforma dos Centros de Ed	169.804.100,00
9009 - Secretaria Municipal de Educação	12	365	4 Educação	2.40 Manutenção da Educação Infantil - Creche	5.205.000,00
9009 - Secretaria Municipal de Educação	12	365	4 Educação	2.45 Aquisição de Materiais Pedagógicos, Escolares e Es	2.269.000,00
9009 - Secretaria Municipal de Educação	12	365	4 Educação	2.54 Informatização nas Escolas de Educação Infantil	141.337.000,00
9009 - Secretaria Municipal de Educação	12	365	4 Educação	2.235 Manutenção da Educação Infantil - Pré	4.400.000,00
9009 - Secretaria Municipal de Educação	12	365	4 Educação	2.251 Aquisição de Materiais Pedagógicos, Escolares e E	3.875.000,00
9009 - Secretaria Municipal de Educação	12	365	4 Educação	2.252 Uniforme Escolar para Educação Infantil - Creche	3.875.000,00
9009 - Secretaria Municipal de Educação	12	365	4 Educação	2.253 Uniforme Escolar para Educação Infantil - Pré	1.585.600,00
9009 - Secretaria Municipal de Educação	12	366	4 Educação	2.63 Manutenção da Educação de Jovens e Adultos - EJA	25.410.000,00
11000 - Secretaria Municipal de Assistência Social				2.76 Apoio Administrativo e Logístico da Secretaria Muni	17.350.000,00
11011 - Secretaria Municipal de Assistência	4	122	6 Políticas Públicas de Promoção da Cidadania e Assistência Soci	2.259 Manutenção da Proteção Social Especial	7.600.000,00
11011 - Secretaria Municipal de Assistência	8	244	6 Políticas Públicas de Promoção da Cidadania e Assistência Soci	2.264 Manutenção das Políticas de Atenção ao Idoso	460.000,00
11012 - Fundo Municipal do Idoso	8	244	6 Políticas Públicas de Promoção da Cidadania e Assistência Soci		14.205.000,00
12000 - Secretaria Municipal de Agricultura e Expansão Urbana				2.81 Apoio Administrativo à Secretaria Municipal de Agric	3.580.000,00
12012 - Secretaria Municipal de Agricultura	4	122	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	2.320 Implementação de Ações no Centro Administrativo	100.000,00
12012 - Secretaria Municipal de Agricultura	20	606	6 Políticas Públicas de Promoção da Cidadania e Assistência Soci	2.82 Revitalização do Parque do Agricultor	1.425.000,00
12012 - Secretaria Municipal de Agricultura	20	606	14 Agricultura e Expansão Urbana	2.84 Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)	1.850.000,00
12012 - Secretaria Municipal de Agricultura	20	606	14 Agricultura e Expansão Urbana	2.85 Ampliação e Manutenção da Patrulha Mecanizada	1.550.000,00
12012 - Secretaria Municipal de Agricultura	20	606	14 Agricultura e Expansão Urbana	2.86 Festa do Colono	2.500.000,00
12012 - Secretaria Municipal de Agricultura	20	606	14 Agricultura e Expansão Urbana	2.88 Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural	100.000,00
12012 - Secretaria Municipal de Agricultura	20	606	14 Agricultura e Expansão Urbana	2.281 Implementação das Ações e Serviços de Infraestr	3.100.000,00
14000 - Secretaria Municipal de Comunicação				2.49 Realização de Eventos Municipais	650.000,00
14014 - Secretaria Municipal de Comunicação	4	131	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	2.113 Apoio Administrativo à Secretaria Municipal de Co	12.250.000,00
14014 - Secretaria Municipal de Comunicação	18	131	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência		69.586.140,00
15000 - Secretaria Municipal de Segurança Pública				2.118 Apoio Administrativo à Secretaria Municipal de Seg	36.650.000,00
15015 - Secretaria Municipal de Segurança	4	122	9 Segurança Pública	2.119 Apoio Administrativo à Guarda Civil e Guarda Patri	2.500.000,00
15015 - Secretaria Municipal de Segurança	4	122	9 Segurança Pública	2.13 Radio Patrulha	300.100,00
15015 - Secretaria Municipal de Segurança	6	181	9 Segurança Pública	2.120 Campanhas de Segurança e Educação no Trânsito	250.000,00
15015 - Secretaria Municipal de Segurança	6	181	9 Segurança Pública	2.121 Monitoramento Eletrônico e Vigilância Presencial	2.100.000,00
15015 - Secretaria Municipal de Segurança	6	181	9 Segurança Pública	2.122 Manutenção da Fiscalização de Trânsito	10.070.000,00
15015 - Secretaria Municipal de Segurança	6	181	9 Segurança Pública	2.123 Manutenção da Sinalização de Trânsito	6.049.040,00
15015 - Secretaria Municipal de Segurança	6	181	9 Segurança Pública	2.124 Convênio de Trânsito - Polícia Militar	1.678.500,00
15015 - Secretaria Municipal de Segurança	6	181	9 Segurança Pública	2.125 Convênio de Trânsito - Polícia Civil	1.708.500,00

e-DOC D2AA912F  
Proc 247541/2024-e

 <b>Município de Itajaí</b> Rua Alberto Werner, 100 - Vila Operária - 88.304-053 - Itajaí/ SC CNPJ: 83.102.277/0001-52 Fone: (47) 3341-6000 <a href="http://www.itajai.sc.gov.br">http://www.itajai.sc.gov.br</a>	<b>Emissão:</b> 08/08/2024 15:42 <b>Usuário:</b> Alessandro Correia	<b>Chave de Autenticação:</b> 1750-5671-124	<b>Página:</b> 6 / 6	
	<b>Resumo das Metas Financeiras da LDO</b>			

Unidade orçamentária	Função	Subfunção	Programa	Ação	Valor
36066 - Instituto Itajaí Sustentável - INIS	18	542	8 Meio Ambiente, Gestão de Resíduos e Parques Ambientais	2.149 Educação Ambiental	1.190.000,00
36066 - Instituto Itajaí Sustentável - INIS	18	542	8 Meio Ambiente, Gestão de Resíduos e Parques Ambientais	2.243 Projetos Ambientais	271.000,00
77000 - Fundação de Educação Profissional e Administração Pública de Itajaí - FEAPI					2.230.000,00
77077 - Fundação de Educação Profissional	4	122	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	2.184 Apoio Administrativo à FEAPI	1.650.000,00
77077 - Fundação de Educação Profissional	11	333	1 Gestão, Eficiência, Tecnologia e Transparência	2.209 Capacitação Profissional dos Gestores e Servidores	45.000,00
77077 - Fundação de Educação Profissional	11	333	2 Desenvolvimento Econômico e Pesca	2.206 Bolsas de Estudo para Cursos Técnicos de Nível M	150.000,00
77077 - Fundação de Educação Profissional	11	333	2 Desenvolvimento Econômico e Pesca	2.207 Seminário de Qualificação Profissional para o Merc	15.000,00
77077 - Fundação de Educação Profissional	11	333	2 Desenvolvimento Econômico e Pesca	2.210 Ampliação do Programa FEAPI nos Bairros	50.000,00
77077 - Fundação de Educação Profissional	11	333	2 Desenvolvimento Econômico e Pesca	2.311 Empoderamento Feminino e Nanoempreendedores	60.000,00
77077 - Fundação de Educação Profissional	11	333	2 Desenvolvimento Econômico e Pesca	2.211 Qualificação Profissional à Comunidade	180.000,00
77077 - Fundação de Educação Profissional	11	334	4 Educação	2.212 Implantação do FEAPI - EAD - Cursos On-line	80.000,00
88000 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS					29.797.300,00
88088 - Fundo Municipal de Assistência So	4	122	6 Políticas Públicas de Promoção da Cidadania e Assistência Soci	2.300 Apoio Administrativo e Logístico ao Fundo Municip	2.150.000,00
88088 - Fundo Municipal de Assistência So	8	244	6 Políticas Públicas de Promoção da Cidadania e Assistência Soci	1.53 Construção do CRAS	50.000,00
88088 - Fundo Municipal de Assistência So	8	244	6 Políticas Públicas de Promoção da Cidadania e Assistência Soci	2.77 Manutenção da Proteção Social Básica	7.579.150,00
88088 - Fundo Municipal de Assistência So	8	244	6 Políticas Públicas de Promoção da Cidadania e Assistência Soci	2.78 Manutenção da Proteção Social Especial de Média e	16.865.700,00
88088 - Fundo Municipal de Assistência So	8	244	6 Políticas Públicas de Promoção da Cidadania e Assistência Soci	2.214 Implementação e Gestão do Sistema Nacional de	500.000,00
88088 - Fundo Municipal de Assistência So	8	244	6 Políticas Públicas de Promoção da Cidadania e Assistência Soci	2.261 Fortalecimento da Gestão do SUAS	284.000,00
88088 - Fundo Municipal de Assistência So	8	244	6 Políticas Públicas de Promoção da Cidadania e Assistência Soci	2.334 PAB Programa Auxílio Brasil	218.000,00
88088 - Fundo Municipal de Assistência So	8	244	6 Políticas Públicas de Promoção da Cidadania e Assistência Soci	2.335 Benefícios Eventuais a População	2.114.000,00
88088 - Fundo Municipal de Assistência So	8	244	6 Políticas Públicas de Promoção da Cidadania e Assistência Soci	2.336 Outros Programas do SUAS	36.450,00
99000 - Fundo Municipal de Atendimento a Criança e ao Adolescente - FMACA					10.206.629,03
99099 - Fundo Municipal de Atendimento a	4	122	6 Políticas Públicas de Promoção da Cidadania e Assistência Soci	2.100 Apoio Administrativo ao COMDICA, FMACA e Siste	1.371.629,03
99099 - Fundo Municipal de Atendimento a	8	243	6 Políticas Públicas de Promoção da Cidadania e Assistência Soci	2.99 Ações Inovadoras e Complementares na Política de	8.835.000,00
<b>Total geral</b>					<b>3.193.254.238,51</b>

Mário Sérgio Teixeira  
Secretário Municipal de Governo

Tânia Maria Novaes  
Diretora Executiva de Planejamento e Orçamento

Documento assinado digitalmente. Para verificar, acesse <http://spe.itajai.sc.gov.br> e informe o e-DOC D2AA912F

e-DOC D2AA912F  
Proc 247541/2024-e





# ATOS DA SEC. EDUCAÇÃO



MUNICÍPIO DE  
**ITAJAÍ**

MUNICÍPIO DE ITAJAÍ – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 029/2024

## ANEXO I – PROGRAMA DE PROVA

### CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES (10 QUESTÕES)

- Aspectos históricos, geográficos, econômicos, esportivos, políticos e culturais do município de Itajaí, Santa Catarina e Brasil;
- Interpretação de texto.

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (20 QUESTÕES)

**ADMINISTRADOR ESCOLAR:** Planejamento de Ensino. Projeto Político Pedagógico. Currículo Escolar. Avaliação de Aprendizagem. Lei de diretrizes e bases da educação nacional – LDB (1996) e respectivas alterações. Estatuto da Criança e do Adolescente e respectivas alterações. Educação Inclusiva no Brasil. Educação Especial. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Diretrizes Curriculares da Educação Básica de Itajaí (disponível no site do Município de Itajaí – [www.itajai.sc.gov.br](http://www.itajai.sc.gov.br)). Gestão escolar e liderança. Planejamento e organização curricular. Gestão de recursos educacionais: administração de recursos humanos. Gestão de recursos físicos e materiais. Gestão financeira. Gestão da informação e documentação. Desenvolvimento profissional e capacitação: formação continuada e aperfeiçoamento. Comunidades de prática. Alimentação escolar e bem-estar: gestão da merenda escolar. Saúde e bem-estar. Comunicação e relações interpessoais. Melhoria contínua. Princípios e teorias de liderança educacional. Adaptação e inovação curricular. Avaliação e monitoramento do currículo. Gestão de conflitos e mediação no ambiente escolar. Manutenção preventiva e corretiva de instalações e equipamentos. Sustentabilidade na gestão de recursos materiais. Inventário e controle de ativos escolares. Prestação de contas e transparência financeira. Sistemas de gestão de informações escolares. Arquivamento e digitalização de documentos. Proteção e privacidade de dados educacionais. Avaliação de impacto da formação continuada. Primeiros socorros e emergências escolares. Resolução de conflitos interpessoais. Análise de dados e elaboração de relatórios diagnósticos. Métodos de coleta e organização de dados. Análise estatística aplicada à gestão escolar. Uso de dados para tomada de decisões. Identificação das necessidades educativas dos alunos. Desenvolvimento de programas de atendimento individualizado. Avaliação da eficácia dos programas de atendimento. Conhecimentos pertinentes à área de atuação.

**INSTRUTOR DE INFORMÁTICA:** Hardware: arquitetura, componentes, configuração, funcionamento e manutenção de computadores desktop e notebook, periféricos e dispositivos de entrada/saída; cuidados no uso dos equipamentos e procedimentos de segurança lógica e física. Sistemas Operacionais: arquitetura, serviços e funcionamento dos sistemas operacionais Microsoft Windows 10 e 11, e Linux Ubuntu 20.04 e superiores. Aplicativos: Microsoft Office 2019 e superiores (Word, Excel e PowerPoint) e LibreOffice 6.4.0 e superiores (Writer, Calc, Impress e Draw); Navegadores, versões 2023 e 2024, do Microsoft Edge, Mozilla Firefox e Google Chrome. Redes de Computadores: conceitos, tipos e topologias, protocolo TCP/IP, meios de transmissão de dados, equipamentos e dispositivos de rede; infraestrutura, serviços e funcionamento da Internet; configuração de redes Windows e Linux; aspectos de segurança em redes de computadores. Organização e gestão de arquivos digitais. Tecnologias assistivas: conceitos e recursos computacionais. Programação: lógica e algoritmos; paradigmas de programação imperativa e orientada a objetos; programação em HTML 5 e PHP 8. Banco de Dados: modelagem de dados relacional; linguagem SQL. Engenharia de Software: modelos de ciclo de vida de software; processos de desenvolvimento de software; metodologias ágeis; especificação de requisitos, análise e projeto com a UML 2.2 e superiores.

1



MUNICÍPIO DE  
**ITAJAÍ**

**INTÉRPRETE DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS:** Planejamento de Ensino. Projeto Político Pedagógico. Currículo Escolar. Avaliação de Aprendizagem. Lei de diretrizes e bases da educação nacional – LDB (1996) e respectivas alterações. Estatuto da Criança e do Adolescente e respectivas alterações. Educação Inclusiva no Brasil. Educação Especial. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Diretrizes Curriculares da Educação Básica de Itajaí (disponível no site do Município de Itajaí – [www.itajai.sc.gov.br](http://www.itajai.sc.gov.br)). Programa Municipal Diversidade Étnico-racial, de Gênero e Combate ao Bullying, Decreto 10.357/14 (disponível no site do Município de Itajaí – [www.itajai.sc.gov.br](http://www.itajai.sc.gov.br)). Código de Conduta e Ética da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guias-Intérpretes de Língua de Sinais (FEBRAPILS); Formação do Tradutor e Intérprete de Libras; Atribuições dos Tradutores e Intérpretes de Libras; Tipos e modos de interpretação (simultânea, consecutiva e sussurrada); O intérprete educacional; Competências em Tradução e em Interpretação; Legislação do Tradutor Intérprete de Língua de Sinais; Estudos Surdos; Educação Bilingue; Estudos Linguísticos da Língua de Sinais.

**PROFESSOR ARTE:** Planejamento de Ensino. Projeto Político Pedagógico. Currículo Escolar. Avaliação de Aprendizagem. Lei de diretrizes e bases da educação nacional – LDB (1996) e respectivas alterações. Estatuto da Criança e do Adolescente e respectivas alterações. Educação Inclusiva no Brasil. Educação Especial. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Diretrizes Curriculares da Educação Básica de Itajaí (disponível no site do Município de Itajaí – [www.itajai.sc.gov.br](http://www.itajai.sc.gov.br)). Programa Municipal Diversidade Étnico-racial, de Gênero e Combate ao Bullying, Decreto 10.357/14 (disponível no site do Município de Itajaí – [www.itajai.sc.gov.br](http://www.itajai.sc.gov.br)). Metodologia do Ensino de Arte. História e metodologia do ensino da arte. Arte e a educação. O ensino da arte no currículo: legislação e prática. Arte e questões sociais da atualidade – temas transversais. O conhecimento artístico como produção e fruição. Arte, linguagem e comunicação. Teoria e prática em arte na escola. Elementos básicos das linguagens artísticas. Diversidade das formas de arte e concepções estéticas da cultura regional, nacional e internacional. A arte na educação infantil e no ensino fundamental (conteúdo e forma). Folclore catarinense e nacional. Arte catarinense: música, teatro e plástica. A importância do ver, fazer e pensar o processo artístico na educação escolar. Arte e história.

**PROFESSOR DE ARTE – (Para atuar como Corpo Cerimonial, Musicalização, Percussão de Marcha e Tropa):** Planejamento de Ensino. Projeto Político Pedagógico. Currículo Escolar. Avaliação de Aprendizagem. Lei de diretrizes e bases da educação nacional – LDB (1996) e respectivas alterações. Estatuto da Criança e do Adolescente e respectivas alterações. Educação Inclusiva no Brasil. Educação Especial. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Diretrizes Curriculares da Educação Básica de Itajaí (disponível no site do Município de Itajaí – [www.itajai.sc.gov.br](http://www.itajai.sc.gov.br)). Programa Municipal Diversidade Étnico-racial, de Gênero e Combate ao Bullying, Decreto 10.357/14 (disponível no site do Município de Itajaí – [www.itajai.sc.gov.br](http://www.itajai.sc.gov.br)). Teoria Musical: Escalas maiores, menores (harmônica e melódica), modais, pentatônica e de tons ínteros. Armaduras de clave e tonalidades. Compassos simples e compostos. Intervalos (harmônicos e melódicos). Acordes (triadas e dominantes com 7ª). Cadências. Transposição. Modulação. Harmonização. Contraponto. Cadências (autêntica perfeita, plagal e de engano). Funções harmônicas. Dominantes secundárias. Cifras de acordes (3,

4 e 5 sons). Teoria de conjuntos. Análise: Formas musicais (sonata, rondó, ABA, tema com variações). Dodecafonismo. Música atonal (aplicação da teoria de conjuntos). História da Música: Música na Antiguidade. Monodia e polifonia na Idade Média. Período Barroco - música instrumental, ópera e música vocal. Período Clássico - sonata, ópera e sinfonia. Período Romântico - lied, ópera e música instrumental. Século XX - impressionismo, expressionismo, música dodecafônica, atonalismo, música concreta e eletrônica. História da Música Brasileira (Erudita e Popular).

**PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS – 1º AO 5º ANO:** Planejamento de Ensino. Projeto Político Pedagógico. Currículo Escolar. Avaliação de Aprendizagem. Lei de diretrizes e bases da educação nacional – LDB (1996) e respectivas alterações. Estatuto da Criança e do Adolescente e respectivas alterações.



MUNICÍPIO DE  
**ITAJAÍ**

Educação Inclusiva no Brasil. Educação Especial. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Diretrizes Curriculares da Educação Básica de Itajaí (disponível no site do Município de Itajaí – [www.itajai.sc.gov.br](http://www.itajai.sc.gov.br)). Programa Municipal Diversidade Étnico-racial, de Gênero e Combate ao Bullying, Decreto 10.357/14 (disponível no site do Município de Itajaí – [www.itajai.sc.gov.br](http://www.itajai.sc.gov.br)). Alfabetização e letramento: métodos e níveis. Currículo Contextualizado e integrado na alfabetização. Teorias de Aprendizagem, Ensino e Alfabetização. Estratégias de Ensino Ativas para Leitura e escrita. Produção de textos. Conceitos Metodológicos Específicos do Ensino dos Componentes Curriculares: Português, Matemática, Ciências, História, Geografia e Ensino Religioso.

**PROFESSOR CIÊNCIAS:** Planejamento de Ensino. Projeto Político Pedagógico. Currículo Escolar. Avaliação de Aprendizagem. Lei de diretrizes e bases da educação nacional – LDB (1996) e respectivas alterações. Estatuto da Criança e do Adolescente e respectivas alterações. Educação Inclusiva no Brasil. Educação Especial. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Diretrizes Curriculares da Educação Básica de Itajaí (disponível no site do Município de Itajaí – [www.itajai.sc.gov.br](http://www.itajai.sc.gov.br)). Programa Municipal Diversidade Étnico-racial, de Gênero e Combate ao Bullying, Decreto 10.357/14 (disponível no site do Município de Itajaí – [www.itajai.sc.gov.br](http://www.itajai.sc.gov.br)). A Ciência como produção humana. Concepção de Ciência. Ensino de Ciências no Brasil. O currículo das Ciências no Ensino Fundamental. O Método Científico e suas Aplicações. Conceitos primitivos e unificadores. Metodologia do ensino de Ciências. Temas atuais: Bioética, Engenharia Genética, Alimentos transgênicos, Alimentos funcionais, camada de ozônio e Fontes alternativas de energia. Ecologia: Ecossistemas, Fatores Abióticos e bióticos, cadeia alimentar, fluxo de energia, relações entre os seres vivos, Ciclos Biogeoquímicos; Biosfera – Principais biomas terrestres e Poluição. Ser humano e a saúde. Níveis de organização e propriedades dos seres vivos. Os Reinos dos seres vivos. Características dos seres vivos. Botânica: Classificação, importância, partes e funções dos vegetais. Zoologia dos invertebrados e vertebrados. Desenvolvimento histórico da Química. Teoria da Relatividade. Teoria Quântica. Guerra Química e Bacteriológica. Física do cotidiano.

**PROFESSOR EDUCAÇÃO ESPECIAL:** Planejamento de Ensino. Projeto Político Pedagógico. Currículo Escolar. Avaliação de Aprendizagem. Lei de diretrizes e bases da educação nacional – LDB (1996) e respectivas alterações. Estatuto da Criança e do Adolescente e respectivas alterações. Educação Inclusiva no Brasil. Educação Especial. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Diretrizes Curriculares da Educação Básica de Itajaí (disponível no site do Município de Itajaí – [www.itajai.sc.gov.br](http://www.itajai.sc.gov.br)). Programa Municipal Diversidade Étnico-racial, de Gênero e Combate ao Bullying, Decreto 10.357/14 (disponível no site do Município de Itajaí – [www.itajai.sc.gov.br](http://www.itajai.sc.gov.br)). Educação Especial no Brasil: da segregação à inclusão. Política Nacional de Educação Inclusiva. Política de Educação Inclusiva e o trabalho pedagógico. Identificação de necessidades educacionais especiais. Aspectos importantes do Transtorno Global do Desenvolvimento para a educação escolar. A formação e a aprendizagem da criança com Transtorno Global do Desenvolvimento. A deficiência intelectual na humanidade. A prática pedagógica na escolarização do aluno com deficiência intelectual. Práticas de leitura e escrita com alunos com deficiência intelectual. Ensino colaborativo no processo de inclusão escolar do aluno com deficiência mental. Deficiência Física/Neuromotorano contexto do processo de ensino-aprendizagem. Adequações de recursos e modalidades de Tecnologia Assistiva /DF e DV. Educação de deficientes auditivos e surdos. A inclusão de alunos surdos no Ensino Comum. A Língua Brasileira de Sinais. Recursos Tecnológicos na Educação do aluno surdo. Características comportamentais do Superdotado e suas implicações no contexto Pedagógico. O processo de aprendizagem para o aluno com Altas Habilidades.

**PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA:** Planejamento de Ensino. Projeto Político Pedagógico. Currículo Escolar. Avaliação de Aprendizagem. Lei de diretrizes e bases da educação nacional – LDB (1996) e respectivas alterações. Estatuto da Criança e do Adolescente e respectivas alterações. Educação Inclusiva no Brasil. Educação Especial. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Diretrizes Curriculares da Educação Básica de

3



MUNICÍPIO DE  
**ITAJAÍ**

Itajaí (disponível no site do Município de Itajaí – [www.itajai.sc.gov.br](http://www.itajai.sc.gov.br)). Programa Municipal Diversidade Étnico-racial, de Gênero e Combate ao Bullying, Decreto 10.357/14 (disponível no site do Município de Itajaí – [www.itajai.sc.gov.br](http://www.itajai.sc.gov.br)). Planejamento e Metodologia do Ensino de Educação Física. Princípios norteadores da Educação Física no ensino fundamental. A Educação Física e a cultura corporal de movimento. A escola inclusiva e a Educação Física. Conceitos de esportes, jogos, lutas, ginástica, atividade rítmica e expressiva. Fisiologia do exercício. Aprendizagem motora: conceitos e aplicações. O jogo e o esporte como exercício de convivência. Obesidade e atividade física. Formação do professor de Educação Física. Lesões e alterações osteomusculares. Aspectos fisiológicos do crescimento e desenvolvimento.

**PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL:** Planejamento de Ensino. Projeto Político Pedagógico. Currículo Escolar. Avaliação de Aprendizagem. Lei de diretrizes e bases da educação nacional – LDB (1996) e respectivas alterações. Estatuto da Criança e do Adolescente e respectivas alterações. Educação Inclusiva no Brasil. Educação Especial. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Diretrizes Curriculares da Educação Básica de Itajaí (disponível no site do Município de Itajaí – [www.itajai.sc.gov.br](http://www.itajai.sc.gov.br)). Programa Municipal Diversidade Étnico-racial, de Gênero e Combate ao Bullying, Decreto 10.357/14 (disponível no site do Município de Itajaí – [www.itajai.sc.gov.br](http://www.itajai.sc.gov.br)). Desenvolvimento e aprendizagem na Educação Infantil. Conceito de Criança, Infância e Autonomia na Educação Infantil. As instituições de Educação Infantil e a relação com as famílias. Especificidades pedagógicas para creche (de 0 a 3 anos) e pré-escola (4 a 5 anos). A educação infantil e a articulação com o ensino fundamental. As brincadeiras, as interações e as linguagens na educação infantil. As rotinas na educação infantil. A organização dos tempos e espaços na educação infantil.

**PROFESSOR ENSINO RELIGIOSO:** Planejamento de Ensino. Projeto Político Pedagógico. Currículo Escolar. Avaliação de Aprendizagem. Lei de diretrizes e bases da educação nacional – LDB (1996) e respectivas alterações. Estatuto da Criança e do Adolescente e respectivas alterações. Educação Inclusiva no Brasil. Educação Especial. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Diretrizes Curriculares da Educação Básica de Itajaí (disponível no site do Município de Itajaí – [www.itajai.sc.gov.br](http://www.itajai.sc.gov.br)). Programa Municipal Diversidade Étnico-racial, de Gênero e Combate ao Bullying, Decreto 10.357/14 (disponível no site do Município de Itajaí – [www.itajai.sc.gov.br](http://www.itajai.sc.gov.br)). Metodologia do Ensino de Ciências da Religião. Manifestações culturais. Religião e religiosidade. Igrejas. Atitudes Filosóficas. Crenças e Mitologias. Padrões da cultura religiosa. Mito e espiritualidade. Evangelização no período colonial brasileiro. Formação e prática do professor de Educação Religiosa.

**PROFESSOR GEOGRAFIA:** Planejamento de Ensino. Projeto Político Pedagógico. Currículo Escolar. Avaliação

de Aprendizagem. Lei de diretrizes e bases da educação nacional – LDB (1996) e respectivas alterações. Estatuto da Criança e do Adolescente e respectivas alterações. Educação Inclusiva no Brasil. Educação Especial. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Diretrizes Curriculares da Educação Básica de Itajaí (disponível no site do Município de Itajaí – [www.itajai.sc.gov.br](http://www.itajai.sc.gov.br)). Programa Municipal Diversidade Étnico-racial, de Gênero e Combate ao Bullying, Decreto 10.357/14 (disponível no site do Município de Itajaí – [www.itajai.sc.gov.br](http://www.itajai.sc.gov.br)). Metodologia do Ensino de Geografia. Conceitos usuais: localização, orientação, coordenadas geográficas, fusos horários. Formas de representação da Terra, leitura e interpretação de documentos cartográficos. A Geosfera: Composição, Estrutura e dinâmica da litosfera e das camadas internas da atmosfera, da hidrosfera e da biosfera. A natureza segundo o funcionamento integrado dos componentes físicos e ação antrópica. Conceitos demográficos, econômicos e políticos aplicados à Geografia. Relações socioeconômicas internacionais. O Espaço Geográfico Brasileiro e Catarinense: Localização, economia e situação. O ambiente natural: composição, estrutura e dinâmica dos elementos da paisagem: geologia, relevo e solos, clima, vegetação, hidrografia, regionalização, urbanização e metropolização. Relações internacionais e globalização. Produção e gestão do espaço. A produção do espaço.



**PROFESSOR HISTÓRIA:** Planejamento de Ensino. Projeto Político Pedagógico. Currículo Escolar. Avaliação de Aprendizagem. Lei de diretrizes e bases da educação nacional – LDB (1996) e respectivas alterações. Estatuto da Criança e do Adolescente e respectivas alterações. Educação Inclusiva no Brasil. Educação Especial. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Diretrizes Curriculares da Educação Básica de Itajaí (disponível no site do Município de Itajaí – [www.itajai.sc.gov.br](http://www.itajai.sc.gov.br)). Programa Municipal Diversidade Étnico-racial, de Gênero e Combate ao Bullying, Decreto 10.357/14 (disponível no site do Município de Itajaí – [www.itajai.sc.gov.br](http://www.itajai.sc.gov.br)). Política, economia e sociedade no Brasil Colonial; Crise colonial e Independência do Brasil. Primeiro Reinado: política, economia e sociedade; Consolidação do Estado brasileiro; Revoltas do período regencial. Segundo Reinado: modernização e economia cafeeira; Guerra do Paraguai; Crise do Segundo Reinado, abolicionismo e republicanismo no Brasil. Proclamação da República; Primeira República: política economia e sociedade; Inserção social dos negros no período pós-abolição; Reformas urbanas e segregação social no Brasil Republicano; Movimentos sociais na Primeira República. Revolução de 1930; Estado Novo. Política, economia e sociedade no Brasil entre 1945 e 1964. A ditadura civil-militar: golpe, repressão, censura e resistência; O processo de redemocratização no Brasil; A Constituição de 1988 e a emancipação das cidadanias. A Guerra Fria e seus desdobramentos; Descolonização da África e da Ásia. A globalização da economia e a era da informação; História de Santa Catarina. História de Itajaí (Origem; História Política; Divisão Política Administrativa; Economia; Desenvolvimento Urbano; Cultura e Patrimônio).

**PROFESSOR INGLÊS:** Planejamento de Ensino. Projeto Político Pedagógico. Currículo Escolar. Avaliação de Aprendizagem. Lei de diretrizes e bases da educação nacional – LDB (1996) e respectivas alterações. Estatuto da Criança e do Adolescente e respectivas alterações. Educação Inclusiva no Brasil. Educação Especial. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Diretrizes Curriculares da Educação Básica de Itajaí (disponível no site do Município de Itajaí – [www.itajai.sc.gov.br](http://www.itajai.sc.gov.br)). Programa Municipal Diversidade Étnico-racial, de Gênero e Combate ao Bullying, Decreto 10.357/14 (disponível no site do Município de Itajaí – [www.itajai.sc.gov.br](http://www.itajai.sc.gov.br)). Metodologia do Ensino de Inglês. A importância do ensino de língua inglesa no Brasil. A história, objetivos e características das metodologias e abordagens de ensino de língua inglesa no Brasil. A língua como forma de interação. A língua como perspectiva histórico-cultural. O ensino das quatro habilidades (ler, ouvir, falar e escrever): O ensino da gramática. Inglês instrumental: estratégias de leitura. Interpretação de textos.

**PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA:** Planejamento de Ensino. Projeto Político Pedagógico. Currículo Escolar. Avaliação de Aprendizagem. Lei de diretrizes e bases da educação nacional – LDB (1996) e respectivas alterações. Estatuto da Criança e do Adolescente e respectivas alterações. Educação Inclusiva no Brasil. Educação Especial. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Diretrizes Curriculares da Educação Básica de Itajaí (disponível no site do Município de Itajaí – [www.itajai.sc.gov.br](http://www.itajai.sc.gov.br)). Programa Municipal Diversidade Étnico-racial, de Gênero e Combate ao Bullying, Decreto 10.357/14 (disponível no site do Município de Itajaí – [www.itajai.sc.gov.br](http://www.itajai.sc.gov.br)). Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa. Comunicação e Linguagem. Língua: língua falada e escrita. Conhecimentos linguísticos: linguística, psicolinguística e sociolinguística no ensino da Língua Portuguesa. Fonética e fonologia: fonema e letra, classificação dos fonemas, vogais, semivogais, consoantes, encontros vocálicos e consonantais, dígrafos. Ortografia: regularidade e irregularidade. Acentuação gráfica. Pontuação. Morfologia: classes de palavras (flexão e emprego). Sintaxe: frase, oração, período, termos da oração. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Semântica: sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia. Figuras de linguagem. Gêneros textuais. Leitura: interpretação de texto.

**PROFESSOR MATEMÁTICA:** Planejamento de Ensino. Projeto Político Pedagógico. Currículo Escolar. Avaliação de Aprendizagem. Lei de diretrizes e bases da educação nacional – LDB (1996) e respectivas alterações. Estatuto da Criança e do Adolescente e respectivas alterações. Educação Inclusiva no Brasil. Educação Especial. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Diretrizes Curriculares da Educação Básica de Itajaí (disponível no site do Município de Itajaí – [www.itajai.sc.gov.br](http://www.itajai.sc.gov.br)). Programa Municipal Diversidade Étnico-



racial, de Gênero e Combate ao Bullying, Decreto 10.357/14 (disponível no site do Município de Itajaí – [www.itajai.sc.gov.br](http://www.itajai.sc.gov.br)). A didática e a metodologia do ensino da Matemática. O currículo de Matemática no ensino fundamental. A resolução de problemas na organização do trabalho didático. Razão e Proporção. Média aritmética e ponderada. Regra de três simples e composta, porcentagens e juros simples. Campos Numéricos: o sistema de numeração, números naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais (identificação, propriedades e operações), números decimais, potência de 10, cálculo com radicais. Campos Algébricos: expressões algébricas, polinômios, produtos notáveis, equações e inequações do 1º e 2º graus, sistemas de equações com duas variáveis, equações fracionárias do 1º grau. Campos Geométricos: sistemas de medidas (comprimento, área, capacidades e massa). Ângulos: operações, ângulos complementares e suplementares, opostos pelo vértice. Teorema de Tales. Teorema de Pitágoras. Trigonometria. Razões trigonométricas. Polígonos convexos (triângulos e quadriláteros).

**SUPERVISOR ESCOLAR:** Planejamento de Ensino. Projeto Político Pedagógico. Currículo Escolar. Avaliação de Aprendizagem. Lei de diretrizes e bases da educação nacional – LDB (1996) e respectivas alterações. Estatuto da Criança e do Adolescente e respectivas alterações. Educação Inclusiva no Brasil. Educação Especial. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Diretrizes Curriculares da Educação Básica de Itajaí (disponível no site do Município de Itajaí – [www.itajai.sc.gov.br](http://www.itajai.sc.gov.br)). Programa Municipal Diversidade Étnico-racial, de Gênero e Combate ao Bullying, Decreto 10.357/14 (disponível no site do Município de Itajaí – [www.itajai.sc.gov.br](http://www.itajai.sc.gov.br)). Fundamentos da supervisão escolar. Planejamento e avaliação curricular. Coordenação e desenvolvimento de equipes. Gestão da informação e documentação escolar. Instrumentos de avaliação institucional. Estratégias de melhoria da qualidade educacional. Alimentação escolar e bem-estar: gestão da merenda escolar. Saúde e bem-estar. Análise e seleção de material didático. Teorias e práticas de supervisão escolar. Princípios éticos e legais na supervisão escolar. Supervisão como suporte ao desenvolvimento profissional docente. Metodologias de planejamento curricular. Avaliação contínua e formativa do currículo. Ferramentas para replanejamento curricular baseado em avaliações. Técnicas de liderança e gestão de equipes educacionais. Desenvolvimento de habilidades de comunicação e cooperação. Gestão de conflitos e mediação no ambiente escolar. Sistemas de gestão de informação educacional. Organização e arquivamento de documentos escolares. Tecnologias para a digitalização e proteção de dados. Análise e interpretação de

dados de avaliação. Planejamento de ações de melhoria com base em avaliações institucionais. Técnicas e ferramentas para diagnóstico da situação pedagógica. Análise de contextos socioeconômicos e culturais dos alunos. Desenvolvimento de relatórios diagnósticos para planejamento educacional. Técnicas de facilitação de reuniões pedagógicas e grupos de estudo. Integração vertical e horizontal dos conteúdos curriculares. Abordagem interdisciplinar no ensino. Desenvolvimento de materiais didáticos alternativos. Avaliação da coerência dos materiais com as concepções pedagógicas da escola. Avaliação e acompanhamento do impacto das ações pedagógicas nos alunos. Conhecimentos pertinentes à área de atuação.

**AGENTE DE APOIO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL:** O Agente de Apoio em Educação Especial e a educação de Crianças, Adolescentes, Jovens e Adultos com necessidades especiais; O Agente de Apoio em Educação Especial e o Estatuto da Criança e do Adolescente; O Agente de Apoio em Educação Especial e o conceito de Educação Especial; O Agente de Apoio em Educação Especial e o entendimento de que cuidar e educar são processos indissociáveis; O Agente de Apoio em Educação Especial e os processos de sono, higiene e alimentação; O Agente de Apoio em Educação Especial e o conhecimento do público alvo da Educação Especial(ver política Nacional e Estadual de Educação Especial); O Agente de Apoio em Educação Especial e as relações família e escola; O Agente de Apoio em Educação Especial e o Projeto Político Pedagógico; O Agente de Apoio em Educação Especial e o Planejamento de aulas do Professor; O Agente de Apoio em Educação Especial e a avaliação dos estudantes; Ética profissional e compromisso coletivo no desempenho de função pública. Alfabetização com letramento; Adequações curriculares; Conceitos de deficiência, Conduas típicas e altas habilidades; Tecnologias assistivas.



**AGENTE EM ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO:** O Agente em Atividades de Educação e a educação de Crianças de zero a cinco anos de idade; O Agente em Atividades de Educação e o Estatuto da Criança e do Adolescente; O Agente em Atividade de Educação e o entendimento de que cuidar e educar são processos indissociáveis; O Agente em Atividades de Educação e os processos de sono, higiene e alimentação na infância; O Agente em Atividades de Educação e a concepção de infância; O Agente em Atividades de Educação o entendimento da função da brincadeira na infância; O Agente em Atividades de Educação e a organização dos espaços e materiais na Educação Infantil; O Agente em Atividades de Educação e as relações família e escola; O Agente de Apoio em Atividades da Educação e o Projeto Político Pedagógico; O Agente em Atividades de Educação e o Planejamento de aulas do Professor; O Agente em Atividades de Educação e a avaliação das crianças; Ética profissional e compromisso coletivo no desempenho de função pública.

**TÉCNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS EDUCACIONAIS:** NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Características básicas das organizações formais modernas: tipos de estrutura organizacional, natureza, finalidades e critérios de departamentalização. Organização administrativa: centralização, descentralização, concentração e desconcentração; administração direta e indireta. Gestão de processos. Gestão de contratos. Noções de processos licitatórios. NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA: Orçamento público: Conceito, Técnicas Orçamentárias, Princípios orçamentários. Receita pública: Conceito, Classificação segundo a natureza, Etapas e estágios. Despesa pública: Conceito, Classificação segundo a natureza, Etapas e estágios. Lei de Responsabilidade Fiscal: Conceitos e objetivos. NOÇÕES DE GESTÃO DE PESSOAS NAS ORGANIZAÇÕES: Conceitos, importância, relação com os outros sistemas de organização. A função do órgão de Gestão de Pessoas: atribuições básicas e objetivos, políticas e sistemas de informações gerenciais. Comportamento organizacional: relações indivíduo/organização, motivação, liderança, desempenho. Comunicação: Elementos da comunicação; Barreiras para a comunicação eficaz; Empatia; Códigos e interpretação; Meios de comunicação; Endomarketing. NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS. Classificação de materiais. Tipos de classificação. Gestão de estoques. Compras: Modalidades de compra. Cadastro de fornecedores. Compras no setor público. NOÇÕES DE ARQUIVOLOGIA: Arquivística: princípios e conceitos. Gestão de documentos: Protocolo: recebimento, registro, distribuição, tramitação e expedição de documentos; Classificação de documentos de arquivo; Arquivamento e ordenação de documentos de arquivo; Tabela de temporalidade de documentos de arquivo. Acondicionamento e armazenamento de documentos de arquivo. Preservação e conservação de documentos de arquivo. Educação Básica Brasileira – contexto e legislação; Níveis e Modalidades de Ensino; Avaliações Externas; SARESP, Prova Brasil, SAEB, IDEB, ENEM; Censo Escolar; Proposta Pedagógica; Plano Escolar; Regimento Escolar; Educação à distância; Inclusão e Educação Especial; Ética profissional; Atendimento ao público; Organização e funcionamento das instituições educacionais; Escrituração escolar. CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA: Sistema Operacional Windows XP ou superior (Versão em Português), Windows Explorer, Internet (browsers/navegadores) e Ferramentas do Pacote Microsoft Office Professional 2007 ou superior (Word, Excel e PowerPoint) (Versão em Português).



## SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – MUNICÍPIO DE ITAJAÍ

### EDITAL Nº 029/2024

**Abre inscrições para o Concurso Público de Provas e Títulos, destinado a prover vagas no Nível Inicial do Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, define suas normas e dá outras providências.**

**O MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**, por meio da **Secretaria Municipal de Educação**, torna público, que estão abertas as inscrições para o Concurso Público de Provas e Títulos, para prover vagas no nível inicial do quadro Permanente de Pessoal, da Secretaria Municipal de Educação, de acordo com a Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 132/2008 e suas alterações, Lei Complementar 195/2011, Lei Municipal 1.920/1981, demais legislações pertinentes e o que se regerá pelas normas estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Concurso Público, para todos os efeitos, tem validade de 02 (dois) anos, a contar da data de publicação da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Pública.  
1.2. O período de validade estabelecido para este Concurso Público não gera, para o Município de Itajaí, a obrigatoriedade de aproveitar todos os candidatos classificados e aprovados. A aprovação gera, para o candidato, apenas o direito à preferência na nomeação, dependendo da sua classificação no Concurso Público.  
1.3. O Concurso Público será realizado sob a responsabilidade da Fundação Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, obedecidas as normas do presente Edital.  
1.4. O inteiro teor do Edital estará disponível no site [www.univali.br/concursos](http://www.univali.br/concursos) e no site da Prefeitura Municipal de Itajaí ([www.itajai.sc.gov.br](http://www.itajai.sc.gov.br)), sendo de responsabilidade exclusiva do candidato o acesso a esse documento.

#### 2. DOS CARGOS, DA ESCOLARIDADE, REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS E VAGAS

2.1. O Concurso Público destina-se ao provimento de vagas referentes aos cargos dispostos no item 2.2, atualmente existentes e das que ocorrerem dentro do prazo de validade do Concurso Público.  
2.2. Os cargos, os requisitos de titularidade, a carga horária de trabalho e o número de vagas oferecidas estão indicados nos quadros abaixo.



**2.2.1. Cargos de Nível Superior:**

CARGO	REQUISITOS DE TITULARIDADE	CARGA HORÁRIA	VAGAS
Administrador Escolar	Habilitação em Pedagogia, com formação na respectiva área de atuação ou habilitação em nível de licenciatura plena, e em todas as hipóteses com, obrigatoriamente, pós-graduação, em nível de especialização na área de atuação, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, para atuação na educação infantil, ensino fundamental, educação de jovens e adultos e educação especial.	40h	3
Instrutor de Informática	Licenciatura em informática; Bacharelado em Ciências da Computação, Bacharelado em Sistemas de Informação, Engenharia da Computação, Tecnologia da Informação ou Processamento de Dados; Licenciatura plena na área educacional, acrescido de 200 horas de curso na área de informática.	40h	2



CARGO	REQUISITOS DE TITULARIDADE	CARGA HORÁRIA	VAGAS
Intérprete de Língua Brasileira de Sinais	Licenciatura Plena e curso específico pela FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos) ou por órgão nacional Sinais regulador da Profissão; Ensino Superior Completo em Tradução e Interpretação, com habilitação em LIBRAS – Língua Portuguesa. A Lei complementar 132/2008, art. 5º, inciso III, Item C, regulamenta os requisitos de investidura do cargo de Intérprete de LIBRAS.	40h	2
Professor Arte	Graduado com Licenciatura Plena em Educação Artística ou Artes ou Artes Visuais, Licenciatura Plena em Música, Licenciatura Plena em Dança, Licenciatura Plena em Teatro ou Artes Cênicas, e/ou Resolução CNE nº 02 de 01/07/2015, concluída.	20h	2
		40h	3
Professor de Arte – Corpo cerimonial	Graduado com Licenciatura Plena em Educação Artística ou Artes ou Artes Visuais OU Licenciatura plena em dança e/ou Resolução CNE nº 02 de 01/07/2015, concluída.	40h	1
Professor de Arte - Musicalização	Graduado com Licenciatura Plena em Educação Artística ou Artes ou Artes Visuais OU Licenciatura Plena em Música e/ou Resolução CNE nº 02 de 01/07/2015, concluída.	30h	1
		40h	1
Professor de Arte – Percussão de Marcha	Graduado com Licenciatura Plena em Educação Artística ou Artes ou Licenciatura Plena em Música e/ou Resolução CNE nº 02 de 01/07/2015, concluída.	40h	1
Professor de Arte – Trompa	Graduado com Licenciatura Plena em Educação Artística ou Artes ou Licenciatura Plena em Música e/ou Resolução CNE nº 02 de 01/07/2015, concluída.	40h	1
Professor – Ensino Fundamental Anos Iniciais – 1º ao 5º ano	Graduação em Pedagogia ou Normal Superior, com habilitação em Séries Iniciais do Ensino Fundamental e/ou Resolução CNE nº 02 de 01/07/2015, concluída.	20h	5
		40h	5
Professor Ciências	Graduado com Licenciatura Plena em Ciências Biológicas e/ou Resolução CNE nº 02 de 01/07/2015, concluída.	20h	1
Professor Educação Especial	Graduado com Licenciatura Plena em Educação Especial; Licenciatura em Pedagogia com habilitação na modalidade Educação Especial; Licenciatura em Pedagogia com complementação em Educação Especial; Normal Superior com especialização em Educação Especial; Licenciatura Plena com especialização específica na modalidade Educação Especial e/ou Resolução CNE nº 02 de 01/07/2015, concluída.	40h	3
Professor Educação Física	Graduado com Licenciatura Plena em Educação Física e/ou Resolução CNE nº 02 de 01/07/2015 e/ou resolução CNE 06/2018 e/ou resoluções nº 01 e 02/2002/CNE e/ou nº 03/87/CFE, concluídas. – Registro CREF.	10h	5
		20h	1
		40h	1
Professor – Educação Infantil	Graduação em Pedagogia ou Normal Superior, com habilitação em Educação Infantil e/ou Resolução CNE nº 02 de 01/07/2015, concluída.	20h	4
		30h	1
		40h	25
Professor Ensino Religioso	Graduado com Licenciatura Plena em Ciências da Religião ou Ensino Religioso e/ou Resolução CNE nº 02 de 01/07/2015, concluída.	10h	1
		20h	1
		30h	1

2



CARGO	REQUISITOS DE TITULARIDADE	CARGA HORÁRIA	VAGAS
Professor Geografia	Graduado com Licenciatura Plena em Geografia; Ciências Sociais ou Estudos Sociais.	10h	2
		20h	1
Professor História	Graduado com Licenciatura Plena em História; Ciências Sociais ou Estudos Sociais.	10h	5
		20h	1
		30h	1
		40h	1
Professor Inglês	Graduado com Licenciatura Plena em Letras, com habilitação em Inglês e/ou Resolução CNE nº 02 de 01/07/2015, concluída.	10h	10
		20h	15
		30h	5
		40h	2
Professor Língua Portuguesa	Graduado com Licenciatura Plena em Letras, com habilitação em Português e/ou Resolução CNE nº 02 de 01/07/2015, concluída.	10h	2
		20h	10
		30h	1

Professor Matemática	Graduado com Licenciatura Plena em Matemática e/ou Resolução CNE nº 02 de 01/07/2015, concluída.	20h	5
		30h	5
Supervisor Escolar	Habilitação em Pedagogia, com formação na respectiva área de atuação ou habilitação em nível de licenciatura plena, e em todas as hipóteses com, obrigatoriamente, pós-graduação, em nível de especialização na área de atuação, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, para atuação na educação infantil, ensino fundamental, educação de jovens e adultos e educação especial.	40h	2

**2.2.2. Cargos de Nível Médio:**

CARGO	REQUISITOS DE TITULARIDADE	CARGA HORÁRIA	VAGAS
Agente de Apoio em Educação Especial	Formação em nível médio: modalidade Magistério (na falta do requisito nível médio na modalidade Magistério, o requisito poderá ser preenchido de maneira supletiva por graduação em Pedagogia).	20h	2
		40h	2
Agente em Atividade de Educação	Formação em nível médio: modalidade Magistério (na falta do requisito nível médio na modalidade Magistério, o requisito poderá ser preenchido de maneira supletiva por graduação em Pedagogia).	30h	5



Técnico em Atividades Administrativas Educacionais	Formação em nível médio: obrigatoriamente 50 horas de curso(s) técnico(s) na área administrativa.	40h	2
--	---	-----	---

**2.3. DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCD)**

2.3.1. É assegurado às Pessoas com Deficiência (PcD) o direito de se inscreverem no Concurso Público para provimento de cargo de carreira cujas atribuições sejam compatíveis com a sua deficiência, ficando a elas reservadas 5% das vagas a serem providas, nos termos da Lei Municipal 3569/2000.

2.3.2. Consideram-se Pessoas com Deficiência (PcD) àquelas que se enquadrem nas categorias discriminadas no Artigo 4º do Decreto Federal 3.298/99 e suas alterações.

2.3.2.1. Considera-se Pessoa com Deficiência (PcD) todo indivíduo cujas possibilidades de obter e conservar um emprego adequado e de progredir no mesmo fiquem substancialmente reduzidas devido a uma deficiência de caráter físico ou mental, devidamente reconhecida.

2.3.2.2. A necessidade de intermediários permanentes para auxiliar na execução das atribuições do cargo pela Pessoa com Deficiência (PcD) é impeditiva à inscrição no Concurso Público.

2.3.2.3. Não impede a inscrição, ou o exercício do cargo, a utilização de material tecnológico de uso habitual ou a necessidade de preparação do ambiente físico.

2.3.3. No ato da inscrição, o candidato Pessoa com Deficiência (PcD) deverá declarar a sua deficiência no formulário de inscrição. O candidato Pessoa com Deficiência (PcD) que no ato da inscrição não declarar essa condição, não poderá interpor recurso em favor de sua situação.

2.3.4. O candidato Pessoa com Deficiência (PcD) deverá fazer o envio dos documentos no período de **16 de outubro a 14 de novembro de 2024**, conforme formulário disponível no site [www.univali.br/concursos](http://www.univali.br/concursos) anexando a este o Laudo Médico (original ou cópia legível e autenticada), atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID, bem como a provável causa da deficiência.

2.3.5. O candidato Pessoa com Deficiência (PcD) que não protocolar o laudo médico, conforme especificado no item 2.3.4, não será considerado como deficiente apto para concorrer às vagas reservadas, mesmo que tenha assinalado tal opção no formulário de inscrição, neste caso a inscrição será revertida, para que o candidato concorra as demais vagas não reservadas.

2.3.6. Na realização da Prova Objetiva, as adaptações necessárias aos candidatos Pessoa com Deficiência (PcD), dentro das possibilidades da UNIVALI como executora do Concurso Público, somente serão efetuadas para aqueles que comunicarem sua deficiência nas condições do item 12.8.

2.3.7. Os candidatos Pessoa com Deficiência (PcD), resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal 3.298/99, particularmente em seu artigo 4º, participarão do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

2.3.8. A homologação final do candidato como Pessoa com Deficiência (PcD) se dará após a publicação dos resultados finais deste Concurso Público, quando os candidatos Pessoa com Deficiência (PcD) aprovados, classificados e chamados para ocupar vaga, deverão submeter-se à avaliação médica ocupacional da Perícia Médica Ocupacional de Itajaí, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo pretendido, de acordo com a legislação em vigor, sob a responsabilidade da Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Educação de Itajaí.

2.3.8.1. Após a aprovação e antes da nomeação, o candidato que tenha declarado sua deficiência será convocado e encaminhado a junta médica, munido de laudo e exame comprobatório, com prazo de validade de 12 (doze) meses, que atestem a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID) em vigor, conforme especificado no Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações, bem como a provável

4



causa da deficiência. (Redação dada pela Lei nº 7127/2019).

2.3.9. A homologação final do candidato inscrito como Pessoa com Deficiência (PcD), após a avaliação determinada no item 2.3.8 deste Edital, se dará da seguinte forma:

a) Homologada como candidato Pessoa com Deficiência (PcD) com direito à reserva de vaga, quando a deficiência não impedir o normal desempenho de todas as atividades do cargo;

b) Homologada, sem direito à reserva de vagas, pelo fato de não ser considerado deficiente por não se enquadrar nos requisitos previstos no Decreto Federal 3.298/99, que caracterizam as Pessoas com Deficiência (PcD). Neste caso o candidato continua inserido na classificação geral;

c) Não homologada em face da incompatibilidade entre a deficiência apresentada e as atribuições do cargo a que concorre, ficando então o candidato excluído do Concurso Público em que se inscreveu.

2.3.10. Caso o candidato Pessoa com Deficiência (PcD) seja considerado inapto para o cargo, será nomeado o candidato imediatamente posterior. A vaga reservada e não provida por falta de candidatos Pessoa com Deficiência (PcD) ou por reprovação dos concorrentes, considerados inaptos para o cargo, será revertida para a classificação geral.

**3. DA JORNADA DE TRABALHO, VENCIMENTOS E ETAPAS DO CONCURSO PÚBLICO**

3.1. A carga horária e os vencimentos estão relacionados no quadro que segue:



CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTOS
Administrador Escolar	40h	R\$ 6.627,48
Instrutor de Informática	40h	R\$6.024,99
Intérprete de Língua Brasileira de Sinais	40h	R\$ 6.024,99
Professor	10h	R\$ 1.506,25
	20h	R\$ 3.012,49
	30h	R\$ 4.518,74
	40h	R\$ 6.024,99
Supervisor Escolar	40h	R\$ 6.627,48
Agente de Apoio em Educação Especial	20h	R\$ 2.231,49
	40h	R\$ 4.462,96
Agente em Atividades de Educação	30h	R\$ 3.347,22
Técnico em Atividades Administrativas Educacionais	40h	R\$ 5.297,52

3.2. A remuneração do cargo de Professor será composta pelo vencimento base de acordo com a legislação vigente.

3.3. Gratificação por Conclusão de Curso de Graduação - GCCG, no percentual de 10% sobre o vencimento do servidor, para os servidores do cargo efetivo de Agente em Atividades de Educação, Agente de Apoio em Educação Especial e Técnico em Atividades Administrativas Educacionais, a ser concedida, uma única vez, por meio de requerimento do servidor, ao qual deverá ser juntado cópia autenticada do diploma de conclusão do curso.

#### 4. DAS ETAPAS DO CONCURSO PÚBLICO

4.1.1. O presente Concurso Público será composto pelas seguintes etapas:

a) Primeira etapa: **Prova Objetiva**



b) Segunda etapa: **Prova de Títulos**

c) Terceira etapa: **Prova Prática** (somente para o cargo de Interpretador de Língua Brasileira de Sinais)

#### 5. DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO

##### 5.1. DA TAXA DE INSCRIÇÃO

5.1.1. A taxa de inscrição a ser paga em moeda corrente, por meio de boleto bancário, em favor da Fundação Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, será de:

5.1.1.1. Nível Superior = **R\$ 100,00** (cem reais).

5.1.1.2. Nível Médio = **R\$ 80,00** (oitenta reais).

5.1.2. Para o pagamento da taxa de inscrição deverá ser utilizado o boleto bancário gerado na inscrição, não sendo admitidos depósitos em conta, mesmo que identificados. Atentar ao horário de expediente bancário.

5.1.3. O candidato, após efetuar o pagamento da taxa de inscrição, não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a devolução da importância recolhida, salvo alteração de requisito essencial ou cancelamento do Concurso Público, também é vedada a transferência do valor pago para terceiros, assim como transferência da inscrição para outrem.

##### 6. DA VALIDADE DA INSCRIÇÃO

6.1. Ao candidato só será permitida uma inscrição. Caso o candidato efetue mais de uma inscrição, será considerada válida a de número maior.

##### 7. DA ASSINATURA NO REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

7.1. O candidato, ou seu representante legal, ao clicar em – **“Declaro ter lido e concordo com os termos do edital”** – antes do início de preenchimento do Requerimento de Inscrição, indica que leu e que concorda, mesmo que tacitamente, com as normas do Edital, com as orientações disponíveis na página que regerá o presente Concurso Público, e com as decisões que possam ser tomadas nos casos omissos e não previstos neste Edital.

##### 8. DA INSCRIÇÃO

8.1. A inscrição deverá ser feita exclusivamente pela internet pelo site: [www.univali.br/concursos](http://www.univali.br/concursos)

8.2. Para efetuar a inscrição pela internet, o candidato, ou seu representante legal, deverá:

a) Acessar o site [www.univali.br/concursos](http://www.univali.br/concursos) e o link **INSCRIÇÃO ON-LINE**, no período entre as **16h do dia 16 de outubro até as 16h do dia 14 de novembro de 2024**, e preencher o Requerimento de Inscrição, conforme instruções contidas na página;

b) No ato da inscrição o candidato deverá optar por um dos cargos, sendo de inteira responsabilidade do candidato certificar-se de que preencherá todos os requisitos mínimos exigidos para o cargo escolhido no ato de admissão;

c) O boleto bancário estará disponível na Área do Candidato, após a efetivação da inscrição e não será encaminhado por e-mail;

d) Efetuar o pagamento da taxa de inscrição, usando o boleto bancário, **até o dia 14 de novembro de 2024**, último dia previsto para inscrição. Esse pagamento poderá ser efetuado em qualquer agência bancária do Território Nacional, observado o horário de atendimento externo das agências, ou em postos de autoatendimento e/ou pela internet (observado o horário estabelecido pelo banco para quitação);

e) Manter em posse, o boleto bancário e o comprovante de pagamento, para comprovação futura, caso necessário.

8.2.1. É de exclusiva responsabilidade do candidato ou de seu representante legal, o correto preenchimento do requerimento e pagamento da taxa de inscrição.

8.2.2. A inscrição será validada após o pagamento do boleto bancário. O candidato que não efetuar o pagamento do boleto bancário **até o dia 14 de novembro de 2024** terá automaticamente a sua inscrição cancelada. Pagamentos agendados e não efetuados **até o dia 14 de novembro de 2024** e pagamentos realizados após essa data não serão considerados como realizados em hipótese alguma, implicando na não efetivação da inscrição.



8.2.3. O Município de Itajaí e a UNIVALI não se responsabilizam por solicitação de inscrição via internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, ou por outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

8.2.4. Não serão aceitas inscrições pagas por depósito em caixa eletrônico, PIX, via postal, transferência ou depósito em conta corrente, ordem de pagamento, condicionais e/ou extemporâneas ou por qualquer outra via que não a especificada neste Edital.

8.2.5. Não serão aceitas as solicitações de inscrição que não atenderem rigorosamente ao estabelecido neste Edital.

8.2.6. A inscrição do candidato implica no conhecimento e tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e das decisões que possam ser tomadas pelo Município de Itajaí.

8.2.7. O candidato que realizar inscrição e efetuar o pagamento do boleto, em hipótese alguma poderá trocar de cargo.

8.2.8. A declaração falsa ou inexata de dados constantes do formulário de inscrição e a apresentação de documentos falsos determinarão a anulação da inscrição e dos demais atos dela decorrentes.

##### 8.2.9. Da isenção do pagamento da inscrição:

8.2.10. O candidato interessado na isenção de pagamento da inscrição deverá cumprir todos os requisitos exigidos na lei municipal nº 5.044, de 14 de março de 2008 e/ou lei municipal nº 3.440, de 18 de outubro de 1999, redação acrescida pela Lei 6.680/2015 e/ou lei municipal nº 7.430, de 23 de setembro de 2022. Para usufruir deste direito, o candidato deverá realizar a sua inscrição até a data limite de **28 de outubro de 2024** (último dia para inscrição com solicitação de isenção), e assinalar a opção de **“Doador de Sangue e/ou Medula Óssea”** ou **“Carente e/ou Desempregado”** ou **“Prestador de Serviço Eleitoral”**. Postar no sistema de inscrição a declaração de comprovação das doações ou declaração de carente/desempregado ou e/ou Certidão da Justiça Eleitoral de Santa Catarina em arquivo formato **PDF** ou **IMAGEM** com resolução adequada, anexados diretamente no sistema de inscrições online no ato da realização da inscrição.

8.2.11. Os documentos comprobatórios deverão ser:

8.2.11.1. Para **Doadores de Sangue**, deverão apresentar declaração ou carteirinha de doador promovida pelo órgão oficial ou por entidade credenciada na União, Estado ou Município, com a devida comprovação do número e data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a 2 (duas) vezes nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à abertura do presente Edital.

8.2.11.2. Para comprovação de **Doador de Medula Óssea**, o candidato deverá ANEXAR comprovante de inscrição no REDOME – Registro Nacional de doadores de Medula Óssea, instalado no INCA – Instituto Nacional do Câncer, não podendo ser com data de CADASTRO posterior à abertura do presente Edital.

8.2.11.3. Para os **Carentes/Desempregados**, os candidatos deverão ANEXAR Declaração de Carência e Desemprego, com a respectiva fotocópia da Carteira de Trabalho (folha de identificação pessoal e último contrato de trabalho + folha em branco seguinte).

8.2.11.4. Para comprovação de **Prestação de Serviços à Justiça Eleitoral**, deverão apresentar documento comprobatório da referida prestação de serviços eleitorais, emitido pela Justiça Eleitoral de Santa Catarina, por duas eleições consecutivas anteriores a publicação desse Edital.

8.2.11.2. A Comissão de Concurso Público da UNIVALI verificará as informações prestadas pelo candidato e deliberará pela concessão, ou não, da isenção, reservando-se o direito de exigir, a qualquer tempo, documentos complementares que atestem a condição que motiva a solicitação de atendimento declarado.

8.2.11.3. O simples preenchimento dos dados necessários e envio dos documentos para a solicitação da isenção de taxa de inscrição não garante o benefício ao interessado, o qual estará sujeito à análise e ao deferimento por parte da Comissão do Concurso Público da UNIVALI.

8.2.11.4. O candidato deverá consultar a relação das isenções deferidas a partir das **18h do dia 05 de novembro de 2024** no site [www.univali.br/concursos](http://www.univali.br/concursos).

8.2.11.5. O não cumprimento pelo candidato de qualquer um dos itens referentes à isenção de pagamento da inscrição implicará no indeferimento do pedido de isenção. O candidato que tiver seu pedido de isenção indeferido poderá efetuar o pagamento da referida taxa até o dia **14 de novembro de 2024**.



#### 9. DA CIDADE PARA REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

9.1. A Prova Objetiva para todos os candidatos será realizada na Universidade do Vale do Itajaí – Campus Itajaí na Rua Uruguai, 458 – Centro – Itajaí – SC.

#### 10. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

10.1. É responsabilidade exclusiva do candidato ou de seu representante legal confirmar o local de realização da Prova Objetiva a partir do dia **03 de dezembro de 2024**, pela internet, no site [www.univali.br/concursos](http://www.univali.br/concursos).

10.2. Caso o nome não conste da listagem oficial, o candidato deverá encaminhar e-mail para [concursos@univali.br](mailto:concursos@univali.br) solicitando a regularização da inscrição, devendo anexar cópia do boleto devidamente autenticado pela rede bancária, ou de documento de arrecadação que comprove o pagamento da taxa de inscrição.

10.3. A UNIVALI irá verificar a regularidade da inscrição, e se esta for comprovada, procederá à inclusão do candidato, comunicando-lhe via e-mail.

10.4. O candidato deve consultar a Homologação das Inscrições até 2 (dois) dias antes da Prova Objetiva.

#### 11. DA RETIFICAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS

##### 11.1. PARA CORREÇÃO DE DADOS PESSOAIS

11.1.1. O candidato poderá, em qualquer tempo, retificar os dados pessoais de sua inscrição, com exceção do CPF, nome e data de nascimento, ou atualizar o endereço, acessando via internet, a área do candidato, constante do site [www.univali.br/concursos](http://www.univali.br/concursos).

11.1.2. No caso de retificação do nome, CPF e data de nascimento, é obrigatório o envio, para o e-mail [concursos@univali.br](mailto:concursos@univali.br), da imagem do documento que comprove a retificação.

##### 11.2. PARA ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO

11.2.1. Em caso de mudança de endereço após a inscrição, é responsabilidade do candidato, em qualquer tempo, atualizá-lo pela internet, no site [www.univali.br/concursos](http://www.univali.br/concursos), na Área do Candidato e a opção MEUS DADOS.

11.2.2. A UNIVALI e a Secretaria de Educação do Município de Itajaí não se responsabilizam por prejuízos decorrentes de convocações, informativos e comunicados que o candidato deixe de receber em razão da imprecisão e/ou desatualização de seus dados cadastrais.

#### 12. DA PRIMEIRA ETAPA DO CONCURSO PÚBLICO – PROVA OBJETIVA (para todos os cargos)

12.1. O Concurso Público será efetuado mediante aplicação de Prova Objetiva em que serão avaliados os conhecimentos e/ou habilidades dos candidatos sobre as matérias relacionadas a cada cargo e função, cuja composição e respectivos programas fazem parte do ANEXO I deste Edital.

12.2. A Prova Objetiva, com duração de 3 (três) horas, será realizada no **dia 15 de dezembro de 2024**, com horário estabelecido na **Homologação das Inscrições**.

12.3. A UNIVALI se reserva o direito de transferir a data de aplicação da prova, por motivos fortuitos ou de força maior.

12.4. Havendo alteração da data prevista, a Prova Objetiva poderá ocorrer em domingos ou feriados nacionais.

12.5. A Prova Objetiva será composta por **30 (trinta) questões objetivas**, sendo 10 (dez) questões de Conhecimentos Gerais e Atualidades e 20 (trinta) questões de Conhecimentos Específicos, no formato de múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas de resposta, de “a” a “d”, das quais somente 1 (uma) deverá ser assinalada como correta.

12.6. A nota da Prova Objetiva será atribuída na escala de 0 (zero) a 60 (sessenta) pontos.

12.6.1. Cada questão assinalada corretamente pelo candidato valerá 2 (dois) pontos.

12.6.2. **Serão considerados aprovados na Prova Objetiva os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 30 (trinta) pontos.**

12.6.3. **Serão considerados reprovados na Prova Objetiva os candidatos que obtiverem nota inferior a 30 (trinta) pontos, sendo, portanto, excluídos do Concurso Público.**

12.7. O programa das disciplinas está especificado no ANEXO I deste Edital.

12.8. O candidato Pessoa com Deficiência (PCD) que necessitar de prova especial ou que necessitar de



tratamento diferenciado para realizar a Prova Objetiva deverá solicitar no momento da inscrição, comprovando sua necessidade com laudo médico.

12.9. O candidato usuário de aparelho auricular deverá comprovar sua necessidade, no dia da prova, por meio de laudo médico, para poder fazer uso do aparelho auditivo.

12.10. O candidato que solicitar prova especial ampliada deverá indicar o tamanho da fonte de sua prova ampliada, entre 24, 26 ou 28. Não havendo indicação do tamanho da fonte, o candidato receberá todo material de prova (caderno de prova e cartão resposta personalizado), ampliado com fonte Arial, tamanho 24.

12.11. O candidato Pessoa com Deficiência (PCD) que não atender às normas acima estabelecidas, não terá o atendimento e/ou condição especial para a realização da prova, não podendo impetrar recurso em favor de sua condição.

12.12. O laudo médico apresentado pelo candidato terá validade somente para este Concurso Público.



12.130 candidato sem deficiência que necessitar de condição especial para realização da Prova Prática deverá requerer no portal de inscrição até o dia **14 de novembro de 2024**, à UNIVALI, no qual declarará a causa da solicitação e informará os recursos especiais necessários à realização da Prova Prática.

12.140 candidato que não o fizer até o dia **14 de novembro de 2024**, seja qual for o motivo alegado, não terá atendida a condição especial requerida.

12.15A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova Prática poderá fazê-lo em sala reservada para tanto, desde que o requeira no site de inscrição até o dia **14 de novembro de 2024**, para adoção das providências necessárias.

12.16A criança deverá permanecer no ambiente reservado para amamentação, acompanhada de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro formalmente indicado pela candidata).

12.17Nos horários previstos para a amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

12.18Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.

12.19Haverá compensação do tempo utilizado à amamentação em favor da candidata.

12.20O candidato que, por impedimento grave de saúde verificado às vésperas do dia de realização da Prova Prática, tiver que realizá-la em hospital, deverá através de seu representante legal, dirigir-se ao local de realização da prova com no mínimo meia hora de antecedência do início, sob pena de não ser atendido. O Documento de Identidade do candidato, juntamente com atestado médico que comprove sua enfermidade deverá, obrigatoriamente, ser apresentado ao Coordenador Local.

12.21Somente serão realizados atendimentos em hospitais do Município de Itajaí. Não será realizado atendimento domiciliar, em nenhuma hipótese.

12.22O atendimento às condições solicitadas por candidato com ou sem deficiência ficará sujeito à análise da legalidade e razoabilidade do pedido.

### 13. DAS NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

13.1.O candidato somente terá acesso às salas de realização da Prova Objetiva mediante a apresentação de um dos Documentos de Identidade Oficial, original ou fotocópia autenticada.

#### 13.2. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

13.2.1. Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza.

13.2.2. Para fins de acesso à sala de realização da prova **somente será aceito como Documento de Identidade Oficial, os originais físicos** dos seguintes documentos:

- a) Carteira ou cédulas de identidade, expedidas pela Secretaria de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar ou pelo Ministério das Relações Exteriores;
- b) Carteira Nacional de Habilitação;
- c) Cédula de Identidade fornecida por Órgãos ou Conselhos de Classe que, por Lei Federal, valem como documento de identidade (CREA, OAB, CRA, CRC, entre outros);



- d) Passaporte;
- e) Carteira de Trabalho.

13.2.3.Não serão aceitos, por serem documentos destinados a outros fins: Boletim de Ocorrência Policial; Protocolo de segunda via; Certidão de Nascimento; Título Eleitoral; Carteira Nacional de Habilitação (emitida antes da Lei nº 9.503/97); Carteira de Estudante; Crachás e Identidade Funcional de natureza pública ou privada.

13.2.4.Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da Prova Objetiva, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar boletim de ocorrência expedido por órgão policial no máximo 30 (trinta) dias anterior à realização da Prova Objetiva.

13.2.5.O candidato será, então, submetido à identificação especial, compreendidas a coleta de assinaturas e a impressão digital em formulário específico.

#### 13.3. DO MATERIAL PERMITIDO NA PROVA OBJETIVA

13.3.1. Para realização da Prova Objetiva, somente será permitido ao candidato o uso de **caneta esferográfica, tubo transparente e com tinta indelevel de cor preta (preferencialmente) ou azul**.

13.3.2.O candidato que, durante a realização da Prova Objetiva, for encontrado de posse, mesmo que desligado, de qualquer tipo de relógio, telefone celular, calculadora, controle remoto, alarme de carro ou quaisquer outros componentes ou equipamentos eletrônicos, em funcionamento ou não, terá sua prova anulada e, com isso, será automaticamente eliminado do Concurso Público. Também não será permitido a nenhum candidato o porte de qualquer arma. Para a devida verificação desses casos serão utilizados detectores de metais.

13.3.3. Os objetos pessoais que o candidato estiver portando, juntamente com o restante dos materiais de uso e de porte vedados pelo Edital, deverão ser desligados, no caso de equipamentos eletrônicos, e alocados em saco plástico que será disponibilizado e acomodados em local a ser indicado pelo fiscal.

13.3.4. Os objetos pessoais de que trata o subitem anterior deverão permanecer no local indicado durante todo o período de realização da Prova Objetiva, até a saída definitiva do candidato.

13.3.5. Durante a realização da Prova Objetiva será vedado, também, o uso de bonés, chapéus e similares, livros, revistas, apostilas, resumos, dicionários, cadernos, etc.

13.3.6. Não haverá funcionamento de guarda-volumes nos locais de realização da prova e a UNIVALI, bem como o Município de Itajaí, não se responsabilizam por perda ou extravio de objetos e documentos durante o Concurso Público, nem por danos neles causados.

13.3.7.O uso de recipiente com álcool em gel, líquidos e comestíveis, pelo candidato, deverá seguir as orientações do fiscal, sob pena de não autorização do uso, sendo desde já vedado embalagem que não seja fabricado com material transparente.

13.3.8. Recipiente/potes e/ou garrafa transparentes somente poderão ser utilizados se estiverem sem rótulo.

#### 14. DO ACESSO AO LOCAL DA PROVA OBJETIVA

14.1. Os portões do prédio (inclusive as salas do piso térreo) onde será realizada a Prova Objetiva do presente Concurso Público serão fechados, impreterivelmente, no horário marcado para o início da prova. Recomenda-se ao candidato chegar ao local de prova com antecedência mínima de 60 (sessenta) minutos do horário estabelecido.

14.2. O candidato que chegar ao local de prova após o fechamento dos portões terá sua entrada vedada e será automaticamente eliminado do Concurso Público. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato.

14.3. A UNIVALI se reserva o direito de atrasar o horário de início da Prova Objetiva, previsto no Edital de Confirmação das Inscrições e do Local da Prova, por motivos fortuitos ou de força maior.

14.4. O acesso de pessoas estranhas às salas de prova só será permitido mediante a autorização da Coordenação Local.

14.5. A imprensa, devidamente credenciada pela Coordenação Local, desenvolverá seu trabalho sem adentrar as salas de prova.

14.6. Nas dependências físicas em que estão localizadas as salas de aplicação da Prova Objetiva, não será permitida qualquer propaganda de cursos preparatórios.

#### 15. DA SAÍDA DA SALA DE PROVA

15.1. O candidato não poderá entregar seu material de prova ou retirar-se da sala de realização da Prova Objetiva antes de transcorrido 1 (uma) hora do seu início.

15.2. O candidato que necessitar ausentar-se da sala de prova durante sua realização somente poderá fazê-lo acompanhado de um fiscal.

15.3. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação da Prova Objetiva em virtude de afastamento do candidato da sala de prova.

15.4. O candidato não poderá ausentar-se da sala de prova, a qualquer tempo, portando o caderno de prova e/ou o cartão resposta.

15.5. Ao terminar a Prova Objetiva, o candidato entregará ao fiscal da sala o caderno de prova e cartão resposta devidamente preenchido e assinado com **caneta esferográfica, tubo transparente e com tinta indelevel de cor preta (preferencialmente) ou azul**.

15.6. Os 2 (dois) últimos candidatos de cada sala de prova somente poderão retirar-se da sala simultaneamente.

#### 16. DO CADERNO DE PROVA E DO CARTÃO RESPOSTA

16.1. Para a realização da Prova Objetiva, o candidato receberá o caderno de prova e o cartão resposta personalizado.

16.2. É de exclusiva responsabilidade do candidato o correto preenchimento do cartão resposta de acordo com as instruções dele constantes, não podendo ser substituído em caso de marcação errada ou rasura.

16.3. Para preencher o cartão resposta personalizado o candidato deverá usar apenas **caneta esferográfica, tubo transparente e com tinta indelevel de cor preta (preferencialmente) ou azul**.

16.4. O candidato não poderá retirar-se do local de realização da Prova Objetiva levando consigo o caderno de prova. Os cadernos de prova serão disponibilizados exclusivamente aos candidatos no site deste Concurso Público nos 2 (dois) dias úteis subsequentes ao da aplicação da Prova Objetiva.

16.5. A UNIVALI se reserva o direito de manter todo material de prova por um período de 90 (noventa) dias a contar da divulgação dos resultados do Concurso Público. Após este período o material será destruído.

#### 17. DA CORREÇÃO DO CARTÃO RESPOSTA

17.1. O cartão resposta não será computada a questão que não corresponder ao gabarito oficial, a questão em branco, a questão com mais de uma alternativa assinalada, a questão rasurada ou preenchida fora das especificações do cartão resposta.

17.2. Não deve ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas ou à assinatura, pois qualquer marca poderá ser lida pelas leitoras óticas, prejudicando o desempenho do candidato.

#### 18. DA DIVULGAÇÃO DAS QUESTÕES DE PROVA E DO GABARITO

18.1. As questões da prova e os gabaritos preliminares estarão à disposição dos interessados a partir das **11h do dia 16 de dezembro de 2024**, pela internet no site [www.univali.br/concursos](http://www.univali.br/concursos)

18.2. Não serão disponibilizados os cadernos de prova utilizados pelos candidatos.

#### 19. DOS RECURSOS E DA ANULAÇÃO DAS QUESTÕES DA PROVA OBJETIVA

19.1. O candidato que tiver qualquer discordância em relação às questões da prova ou ao gabarito preliminar divulgado, poderá interpor recurso em até 48 (quarenta e oito) horas após a divulgação do gabarito.

19.2. Para recorrer, o candidato deverá utilizar o sistema de interposição de recurso, por meio do site [www.univali.br/concursos](http://www.univali.br/concursos) seguindo as orientações da página.

19.3. Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontem as circunstâncias que os justifiquem. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

19.4. Todos os recursos regulares serão analisados e os pareceres serão divulgados no site [www.univali.br/concursos](http://www.univali.br/concursos) quando da divulgação do gabarito oficial definitivo. Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.

11



19.5. Não será aceito recurso via postal, via e-mail ou, ainda, fora do prazo.

19.6. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos ou recurso de gabarito oficial definitivo.

19.7. Na hipótese de anulação de questão, a mesma será considerada como respondida corretamente por todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

19.8. Caberá a UNIVALI mediante recomendação da Banca Elaboradora, anular questões da prova, quando for o caso.

19.9. Nos termos do presente Edital, em virtude da natureza do processo, em nenhuma hipótese serão concedidas vistas, cópias, revisão ou nova correção da prova.

#### 20. DA SEGURANÇA DO CONCURSO PÚBLICO

20.1. A UNIVALI objetivando garantir a lisura e a idoneidade do Concurso Público, durante a realização da Prova Objetiva fará o procedimento de identificação civil dos candidatos mediante verificação do Documento de Identidade Oficial, da coleta de assinatura, podendo fazer uso de detectores de metal nos banheiros, nos corredores e/ou nas salas de prova, solicitando quando necessário a autenticação digital dos cartões resposta e de outros documentos e fazendo vistoria rigorosa.

20.2. O candidato que se negar a identificação terá a sua Prova Objetiva anulada, e, com isso, será eliminado do Concurso Público.

20.3. É de inteira responsabilidade do candidato qualquer transtorno por ele ocasionado.

20.4. Caso seja constatado, por qualquer meio, que o candidato utilizou procedimentos ilícitos durante a realização da Prova Objetiva, a UNIVALI anulará a prova do candidato infrator, eliminando-o do Concurso Público.

#### 21. DA ELIMINAÇÃO DO CANDIDATO DO CURSO PÚBLICO

21.1. Será eliminado do Concurso Público o candidato que:

- a) Não apresentar para a realização da Prova Objetiva um dos documentos de identidade exigidos;
- b) Apresentar-se após o horário estabelecido para o início da Prova Objetiva;
- c) Não comparecer à Prova Objetiva, seja qual for o motivo alegado;
- d) Ausentar-se da sala de realização da Prova Objetiva sem o acompanhamento de um fiscal, ou antes de decorrido o prazo mínimo para saída do candidato da sala;
- e) For surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de calculadoras, livros, notas ou impressos não permitidos;
- f) Lançar mão de meios ilícitos para a execução da prova;
- g) Estiver portando ou fazendo uso de relógio ou de qualquer tipo de equipamento eletrônico de comunicação (telefone celular, calculadora, entre outros), ainda que desligados;
- h) Não devolver integralmente todo o material de prova (caderno de prova e cartão resposta);
- i) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos;
- j) Não apresentar os documentos exigidos por ocasião da posse ou apresentar documentos falsos; e
- k) Fizer, em qualquer fase do Concurso Público, declaração falsa ou inexata.

#### 22. DA SEGUNDA ETAPA DO CONCURSO PÚBLICO – PROVA DE TÍTULOS – Envio da comprovação (para todos os cargos).

22.1. Haverá Prova de Títulos de caráter classificatório, sendo o envio dos documentos das **16h do dia 16 de outubro até às 23h59min do dia 14 de novembro de 2024**.

22.2. Os candidatos classificados na Prova Objetiva com pontuação igual ou superior a **30 (trinta) pontos**, terão analisados o envio de sua comprovação de Títulos para a pontuação na – PROVA DE TÍTULOS.

22.3. Para o envio dos títulos o candidato deve acessar a “Área do Candidato” a partir do site [www.univali.br/concursos](http://www.univali.br/concursos) utilizando seu CPF e senha pessoal. Na área do candidato deve localizar a sua inscrição para o Concurso Público, clicar em “Mais Informações” e em seguida no item “Prova de Títulos”.

22.4. Os arquivos referentes a comprovação da Prova de Títulos deverão ser encaminhados, em arquivo único

em formato de **PDF** ou **IMAGEM** com a comprovação **FRENTE E VERSO** dos Certificados ou Diplomas, em resolução adequada, anexados diretamente no **Sistema de Inscrições On-line**.

22.5. A Prova de Títulos constará da apresentação de diploma ou certificados nas categorias “Titulação” e “Cursos de Formação” aos quais serão atribuídas as seguintes pontuações:

22.5.1. **Categoria Titulação – Pontuação máxima 30 (trinta) pontos:**

a) **30 (trinta)** pontos ao candidato que apresentar título de pós-graduação em nível de **Doutorado** na área da educação ou na área de atuação do cargo/disciplina para o qual está concorrendo;

b) **20 (vinte)** pontos ao candidato que apresentar título de pós-graduação em nível de **Mestrado** na área da educação ou na área de atuação do cargo/disciplina para o qual está concorrendo;

c) **15 (quinze)** pontos ao candidato que apresentar título de pós-graduação em nível de **Especialização** na área da educação ou na área de atuação do cargo/disciplina para o qual está concorrendo;

22.5.2. **Categoria cursos de Formação – Pontuação máxima 10 (dez) pontos:**

a) **10 (dez)** pontos para a apresentação de certificados totalizando o mínimo de 120 (cento e vinte) horas de curso de formação (concluídos a partir do ano de 2022) na área de educação ou na área de atuação do cargo/disciplina para o qual está concorrendo;

b) **05 (cinco)** pontos para apresentação de certificados totalizando o mínimo de 40 (quarenta) horas de curso de formação (concluídos a partir do ano de 2022) na área da educação ou na área de atuação do cargo/disciplina para o qual está concorrendo.

22.6. Para a definição da nota da Prova de Títulos serão computados os pontos referentes ao título maior grau da categoria Titulação (relacionados no item 22.5.1) somados aos pontos referentes ao certificado de maior relevância da categoria Curso de Formação (relacionados no item 22.5.2), **totalizando o máximo de 40 (quarenta) pontos**.

22.6.1. Em relação ao item 22.5.2 (a) será computado somente o total de 120 (cento e vinte) horas (mesmo que o certificado ou a somatória dos certificados seja superior ao mínimo exigido), para tanto sendo admitido o máximo de 3 (três) certificados para a composição da carga horária total.

22.6.2. Em relação ao item 22.5.2 (b) será computado somente o total de 40 (quarenta) horas (mesmo que o certificado ou a somatória dos certificados seja superior ao mínimo exigido), para tanto sendo admitido o máximo de 3 (três) certificados para a composição da carga horária total.

22.7. **Dos documentos a serem apresentados:**

a) Cópia (**frente e verso**) do respectivo diploma ou certificado de seu **Título de Maior Grau** na categoria Titulação (apenas 1 (um) documento dentre os relacionados no item 22.5.1);

b) Cópia(s) (**frente e verso**) do(s) respectivo(s) certificado(s) de seu **Título de Maior Relevância** na categoria cursos de Capacitação e/ou Formação Continuada (até 3 (três) documentos dentre os relacionados no item 22.5.2).

22.7.1. A organização e envio dos documentos, fazem parte da Prova de Títulos, portanto, o candidato que não observar todos os itens deste capítulo, terá sua pontuação na prova de títulos prejudicada.

22.7.2. Para a comprovação dos títulos serão avaliados apenas Certificados ou Diplomas de caráter permanente, não serão avaliados documentos tais como: certidões, declarações, atestados, certificados provisórios, históricos escolares, comprovantes de frequência e afins.

22.7.3. Os títulos acadêmicos deverão ser oriundos de instituições reconhecidas pelo MEC e emitidos conforme a regulamentação do órgão competente à época de sua emissão.

22.7.4. Os documentos relativos a cursos realizados no exterior só serão considerados quando atendida a legislação nacional aplicável e traduzidos por Tradutor Juramentado.

22.7.5. Somente será avaliado o certificado/diploma se for possível efetuar a identificação de seu emissor e constem todos os dados necessários à sua perfeita comprovação.

22.7.6. Na categoria Cursos de Capacitação e/ou Formação continuada, somente serão computadas as horas explicitamente correspondentes à capacitação recebida pelo candidato, não sendo computadas as horas correspondentes a atividades como estágios, pesquisas, visitas técnicas, participação em programas, monitorias, tutorias, docência e afins.

22.7.7. Não serão considerados cursos cuja carga horária seja incompatível com a data de início e término do

interpretação para a Língua Portuguesa. O vídeo sinalizado abordará assunto correlato ao programa da prova teórica (tempo máximo: 10 minutos).

25.4.1.3. Na terceira parte, será reproduzido duas vezes um mesmo áudio em Língua Portuguesa, na primeira reprodução do áudio o candidato não deverá sinalizar, na segunda reprodução do áudio o candidato deverá realizar a interpretação para a Libras. O áudio em Língua Portuguesa abordará assunto correlato ao programa da prova teórica (tempo máximo: 10 minutos).

25.5. A Prova Prática de Interpretação Libras/Português valerá de 0,00 a 10,00 pontos, distribuídos nos seguintes critérios:

a) Proficiência na interpretação para a Libras: (i) vocabulário adequado ao contexto/situação, (ii) uso correto de classificadores e soletração manual, (iii) gramática espacial, (iv) expressões faciais e corporais e (v) estratégias interpretativas com equivalência de sentido (nota máxima: 5,00 pontos);

b) Proficiência na interpretação para a Língua Portuguesa: (i) vocabulário adequado ao contexto/situação, (ii) pronúncia, (iii) coerência, (iv) concordância, (v) estratégias interpretativas com equivalência de sentido (nota máxima: 5,00 pontos);

## 26. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

26.1. **PARA TODOS OS CARGOS (exceto o cargo de Interprete de Língua Brasileira de Sinais)**

26.1.1. Os candidatos aprovados na Prova Objetiva serão classificados por cargo – em ordem decrescente, a partir da pontuação final obtida nas Provas Objetiva e de Títulos.

26.1.2. A pontuação final será expressa na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, a qual será calculada pela seguinte fórmula:

**PF = NPO + NPT**

**Onde:**

PF = Pontuação Final

NPO = Nota da Prova Objetiva

NPT = Nota da Prova de Títulos

26.1.3. Ocorrendo empate no número de pontos, aplicar-se-á inicialmente para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da lei federal no. 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idosos nos termos do artigo 1º na mencionada lei (possuírem 60 anos completos ou mais na data de encerramento do período de inscrições), e adicionalmente para os demais candidatos, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que:

- obtiver maior pontuação na Prova de Títulos;
- obtiver maior número de acertos nas questões de conhecimentos específicos da Prova Objetiva;
- obtiver maior número de acertos nas questões de conhecimentos gerais da Prova Objetiva;
- possuir idade mais elevada.

## 26.2. PARA O CARGO DE INTERPRETE DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS:

26.2.1. Os candidatos serão classificados em ordem decrescente, a partir da pontuação final obtida nas Provas Objetiva, de Títulos e Prática;

26.2.2. A pontuação final será expressa na escala de 0 (zero) a 110 (cento e dez) pontos, a qual será calculada pela seguinte fórmula:

**PF = NPO + PPT + PPP**

**Onde:**

PF = Pontuação Final

NPO = Nota da Prova Objetiva

PPT = Pontuação da Prova de Títulos

PPP = Pontuação da Prova Prática

26.2.3. Ocorrendo empate no número de pontos, aplicar-se-á inicialmente para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da lei federal no. 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idosos nos termos do artigo 1º na mencionada lei (possuírem 60 anos completos ou mais na data de encerramento do período de inscrições), e adicionalmente para os demais candidatos, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que:

- obtiver maior pontuação na Prova Prática;
  - obtiver maior pontuação na Prova de Títulos;
  - obtiver maior número de acertos nas questões de conhecimentos específicos da Prova Objetiva;
  - obtiver maior número de acertos nas questões de conhecimentos gerais da Prova Objetiva;
  - possuir idade mais elevada.
- 26.3. Serão considerados classificados os candidatos que obtiverem pontuação final (PF) igual ou superior a 66 (sessenta e seis) pontos;
- 26.4. Serão considerados desclassificados os candidatos que obtiverem nota inferior a 5 (cinco) na Prova Prática, ou ainda, pontuação final (PF) inferior a **66 (sessenta e seis) pontos**.

## 27. DA NOMEAÇÃO E POSSE

27.1. O candidato será nomeado por ato do Prefeito Municipal de Itajaí obedecendo-se à ordem de classificação e aprovação dos candidatos.

27.2. A convocação para efetivação será feita por meio de publicação no jornal oficial do Município, no site [www.itajai.sc.gov.br](http://www.itajai.sc.gov.br) e por carta registrada encaminhada ao endereço fornecido pelo candidato, sendo de responsabilidade do candidato ou seu representante legal, manter atualizado seu endereço.

27.3. Para atualização do endereço, após homologação da classificação final, o candidato deverá apresentar e protocolar na Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Educação com endereço na Avenida Vereador Abrahão João Francisco, nº 3.855, Bairro Ressacada, Itajaí/SC, requerimento específico, assinado, disponível no site da Secretaria Municipal de Educação ([www.educacao.itajai.sc.gov.br](http://www.educacao.itajai.sc.gov.br)) no link “DGP Digital – Requerimentos”, indicando seu cargo/disciplina, número de identidade e CPF.

27.4. O não comparecimento para tomar posse e entrar em exercício no prazo determinado pelo município de Itajaí, com apresentação de todos os documentos exigidos, a não aceitação da vaga para nomeação no cargo, permitirá automaticamente sua exclusão do Concurso Público de que trata este Edital.

27.5. Em caso de desistência de um candidato nomeado, sua nomeação será tornada sem efeito e será convocado o candidato seguinte obedecida a ordem de classificação e aprovação no Concurso Público.

27.6. A classificação e a aprovação do candidato neste Concurso Público não asseguram o direito de ingresso automático no Quadro de Pessoal do Município de Itajaí.

27.7. O Município de Itajaí se reserva o direito de chamar os candidatos classificados, na rigorosa ordem de classificação, conforme as necessidades da administração.

27.8. Por ocasião da posse, o candidato nomeado deverá apresentar os seguintes documentos:

- Comprovação da idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data de nomeação;
- 2 duas fotos 3 x 4, tiradas no período de até trinta dias da convocação;
- Cópia do documento de identidade, com prazo de expedição de no máximo 10 (dez) anos;
- Cópia do CPF;
- Cópia do Certificado de Reservista ou equivalente (para candidatos do sexo masculino);
- Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação;
- Cópia de comprovante de residência (um dos últimos 3 meses);
- Comprovante da escolaridade exigida para o cargo;
- Ter aptidão para o exercício das atribuições da função, comprovada por exame médico pré-admissional realizado pela Perícia Médica ocupacional do Município de Itajaí;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;

curso, tendo como parâmetro a realização da carga horária máxima diária de 10 (dez) horas/aula e semanal de 50 (cinquenta) horas/aula pelo candidato.

22.7.8. A Banca Examinadora se reserva ao direito de realizar diligência para verificação da validade do diploma apresentado ou ainda solicitar ao candidato a apresentação de documentação complementar.

22.7.9. Os documentos deverão ser apresentados em **cópias frente e verso**.

22.7.10. No caso de certificados emitidos pela internet, serão aceitos desde que possuam mecanismos e meios para verificação de sua autenticidade pela própria internet.

22.7.11. Nos casos em que o candidato apresentar número excessivo de documentos para comprovação de títulos, a Banca Examinadora escolherá ao seu critério, 1 (um) dos documentos apresentados para cada categoria de avaliação, ficando o candidato impedido de recorrer quanto à nota da prova de títulos.

22.7.12. Não serão considerados para a análise da Banca Examinadora o envio das comprovações da Prova de Títulos de forma incorreta ou por qualquer outra forma, ou sem a identificação do candidato, ou ainda fora do prazo determinado no Edital.

22.7.13. Não haverá em hipótese alguma, outro período para a entrega de títulos.

22.7.14. Somente será atribuída a nota da Prova de Títulos para os candidatos considerados aprovados na Prova Objetiva.

22.7.15. A não apresentação dos títulos não elimina o candidato do Concurso Público, sendo a este computado nota zero na Prova de Títulos para o cálculo da pontuação final.

## 23. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DA PROVA OBJETIVA E DE TÍTULOS

23.1. A divulgação do resultado preliminar do Concurso Público – Prova Objetiva e de Títulos será no dia **15 de janeiro de 2025**, a partir das 16h pelo site [www.univali.br/concursos](http://www.univali.br/concursos)

## 24. DOS RECURSOS DO RESULTADO DA PROVA OBJETIVA E DE TÍTULOS

24.1. O candidato, para manifestar qualquer discordância em relação ao resultado da Prova Objetiva e de Títulos, poderá interpor recursos em até 48 (quarenta e oito) horas após a divulgação do Resultado da Prova.

24.2. Para recorrer, o candidato deverá utilizar o sistema de interposição de recursos, por meio do site [www.univali.br/concursos](http://www.univali.br/concursos) seguindo as orientações da página.

24.3. Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontem objetivamente as circunstâncias que os justifiquem. Recursos inconsistentes ou intempestivos não serão conhecidos pela Coordenação de Concursos da UNIVALI.

24.4. Não será aceito recurso via postal, via-email ou, ainda, fora de prazo.

24.5. A UNIVALI, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados o término do prazo para recurso, disponibilizará no portal do candidato o parecer do recurso, por meio do site [www.univali.br/concursos](http://www.univali.br/concursos)

## 25. DA TERCEIRA ETAPA DO CONCURSO PÚBLICO – PROVA PRÁTICA – Somente para o cargo de Intérprete de Língua Brasileira de Sinais

25.1. Os candidatos classificados na Prova Objetiva com a pontuação igual ou superior a 48 (quarenta e oito) pontos serão convocados para a Prova Prática.

25.2. Informações adicionais como data, local, duração e procedimentos da Prova Prática, serão divulgadas posteriormente em edital complementar.

25.3. A Prova Prática será gravada em áudio e vídeo, sob responsabilidade da UNIVALI, não sendo permitido ao candidato a gravação por meios próprios.

25.4. A Prova Prática de Interpretação - Libras/Língua Portuguesa terá a duração de até 25 minutos para cada candidato, realizada em três partes:

25.4.1.1. Na primeira parte, o candidato fará uma apresentação pessoal, em Libras, na qual ele deverá identificar-se, falar sobre sua formação, sua atuação junto à comunidade surda e suas perspectivas de atuação profissional (tempo máximo: 5 minutos).

25.4.1.2. Na segunda parte, será projetado duas vezes um mesmo vídeo em Libras, na primeira projeção do vídeo o candidato deverá apenas assistir, na segunda projeção do vídeo o candidato deverá realizar a





- k) Cópia do PIS/PASEP;  
l) Comprovação de estar devidamente registrado no respectivo Conselho profissional;  
m) Cópia da Certidão de Casamento se houver;  
n) Cópia da Certidão de nascimento dos dependentes;  
o) Carteira de Trabalho;  
p) Apresentar declaração de bens;  
q) Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no artigo 137 da Lei 6.745/85 e o parágrafo único da Lei Federal nº 8.112/90 e as correspondentes, constantes da Legislação do Estado e dos Municípios;  
r) Declaração negativa de acumulação de emprego público ou de condição de acumulação amparada pela Constituição Federal;
- 27.9. Na hipótese de acúmulo de cargo público, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, o limite máximo de carga horária acumulada não poderá ser superior a 60 (sessenta) horas semanais, respeitada a compatibilidade de horários entre cargos acumulados.
- 27.10. No caso do candidato na condição de servidor público inativo a acumulação de proventos e vencimentos do cargo objeto deste Concurso Público, somente será permitida quando tratar de cargo, função ou emprego acumuláveis na atividade, na forma autorizada pela Constituição Federal. Caso contrário, a posse dar-se-á somente após opção pelo candidato entre proventos e os vencimentos do novo cargo.
- 27.11. O não cumprimento dos requisitos exigidos pelo Edital de que trata o presente Concurso Público impede a posse do candidato.
- 27.12. A posse deverá verificar-se no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da Publicação da convocação do candidato a assumir o cargo, conforme artigo 28, da Lei nº 1920, de 03 de dezembro de 1981, do Município de Itajaí.

## 28. DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

### 28.1. ADMINISTRADOR ESCOLAR

- Garantir que a escola cumpra sua função de socialização e construção do conhecimento, contribuindo para o acesso e permanência de todos os alunos na escola, intervindo, quando necessário, com sua especificidade de mediador nas conciliações necessárias à organização escolar e de outras questões curriculares.
- Diagnosticar junto a comunidade, (especialistas, professores, pais e alunos) as suas reais necessidades e recursos disponíveis, administrando as necessidades da melhor maneira possível.
- Participar com a comunidade escolar na construção do projeto educativo, bem como participar do planejamento escolar.
- Organizar e distribuir os recursos humanos, físicos e materiais disponíveis na escola, adequando-os da melhor maneira possível.
- Cooperar com a direção, visando providenciar recursos financeiros, materiais, físicos e humanos necessários à viabilização do projeto educativo da escola.
- Acompanhar a execução do currículo.
- Viabilizar aos profissionais da escola oportunidades de aperfeiçoamento, visando o projeto educativo.
- Coletar, organizar e atualizar informações e dados estatísticos a escola, que possibilitem constante avaliação do processo organizacional.
- Coletar, atualizar, e socializar a legislação de ensino e de administração de pessoal, visando a divulgação de informações pertinentes.
- Coordenar o processo de elaboração e atualização do regimento escolar, garantindo seu cumprimento.
- Assegurar a organização, atualização e trâmite legal dos documentos recebidos e expedidos pela escola (Regimento Escolar, APP, documentos fiscais, Verba de adiantamento, PDDE).
- Discutir com a comunidade escolar a qualidade, quantidade, preparo, distribuição e aceitação da merenda escolar, tomando providências para que sejam atendidas as necessidades dos educandos.
- Contribuir com a criação, legalizando e organização das diversas Associações Escolares.

17



- Contribuir com a formação de outros profissionais e o crescimento da profissão, avaliando e acompanhando estágios.
- Buscar atualizar-se constantemente, bem como participar de equipes multiprofissionais, grupos de estudo e conselhos de classe.
- Contribuir para que todos os profissionais da escola se comprometam com o atendimento das reais necessidades dos educandos.
- Garantir a utilização de toda e qualquer verba destinada a unidade escolar bem como a prestação de contas de acordo com legislação vigente.
- Trabalhar segundo os preceitos da instituição, com ética, sob a égide do sigilo, confidencialidade e respeito ao indivíduo e comunidade, visando garantir os direitos humanos.
- Executar outras atribuições, correlatas às acima descritas, conforme demanda e/ou a critério de seu superior imediato.

### 28.2 AGENTE DE APOIO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL – DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Acompanhar, auxiliar e orientar os alunos nas Atividades de Vida Diária (AVD's) como: higiene, alimentação e locomoção.
- Auxiliar o professor na realização das atividades junto a todos os alunos ora oferecendo suporte à turma para que o professor realize atividades com os alunos portadores de necessidades especiais; ora apoiando os alunos com deficiência na realização das atividades planejadas pelo professor regente.
- Dar sugestões ao professor regente para a elaboração e execução do planejamento e material didático.
- Cooperar com o professor na observação dos alunos com deficiência para o preenchimento da ficha de avaliação pedagógica.
- Providenciar materiais necessários ao atendimento dos alunos nas atividades de rotina. Participar das formações continuadas oferecidas pela unidade escolar, CEMESPI e Secretaria Municipal de Educação.
- Participar das reuniões com os pais, sempre que necessário, para a promoção de ações referentes à rotina nas unidades de ensino.
- Agir com ética, respeito e solidariedade perante os colegas de trabalho, contribuindo com o bom clima organizacional.
- Respeitar a singularidade e particularidade do educando, bem como criar situações que elevam a autoestima dos alunos, tratando-os com afetividade e fortalecendo o vínculo com o mesmo. Ser assíduo e pontual, zelando pela postura profissional e cumprindo as normas da unidade de ensino. Zelar pela ordem, disciplina, conservação do material didático e do imóvel junto aos alunos, estimulando neles o senso de limpeza e organização.
- Seguir as normas e determinações das unidades escolares e/ou Secretaria Municipal de Educação. Participar integralmente da elaboração/reestruturação do projeto político pedagógico da unidade escolar e colaborar com as atividades de articulação da escola com a família e comunidade.
- Executar outras atribuições, correlatas às acima descritas, conforme demanda e/ou a critério de seu superior imediato.

### 23.3 AGENTE EM ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO – DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Auxiliar o professor na realização das atividades junto às crianças em suas especificidades (higiene, alimentação e sono), atendendo as crianças.
- Substituir o professor sempre que fizer necessário, acompanhado de um profissional da educação (Secretário (a) e Diretor (a)), visando contribuir com o processo ensino-aprendizagem. Auxiliar com o professor nas atividades pedagógicas, com sugestões para a elaboração e execução do planejamento e material didático e na avaliação das crianças sempre que solicitado, prestando informações pertinentes.
- Cooperar com o professor na organização e higiene e conservação dos brinquedos disponíveis na sala de aula, bem como na conservação e higiene no ambiente de trabalho, contribuindo com a saúde e bem-estar das crianças. Anexo 2 ao Edital de Concurso Público 026/2015 –pág 4

18

- Cooperar com o professor na observação das crianças para o preenchimento da ficha de avaliação de avaliação pedagógica.
- Providenciar materiais necessários ao atendimento das crianças nas atividades de rotina, bem como participar de treinamento sempre que necessário.
- Participar dos momentos de estudos, semanal e quinzenalmente, bem como participar das reuniões com os pais, sempre que necessário, para a promoção pertinente de ações, referente à rotina vivenciada pelas crianças nos Centros de Educação Infantil.
- Agir com ética, respeito e solidariedade perante os colegas de trabalho, contribuindo com o bom clima organizacional.
- Respeitar a singularidade e particularidade do educando, bem como criar situações que elevam a autoestima da criança, tratando-a com afetividade, fortalecendo o vínculo com a mesma. Ser assíduo e pontual horário do serviço, zelando pela postura profissional, cumprindo as normas do CEI.
- Executar as ações planejadas pelo professor, quando da ausência deste, realizando a substituição de acordo com o preestabelecido pelo mesmo.
- Criar situações que elevam a autoestima da criança, de acordo com o conhecimento adquirido e tratando-a com afetividade, promovendo o bem-estar da criança no CEI.
- Zelar pela ordem, disciplina, conservação do material didático e do imóvel junto às crianças, estimulando nelas o senso de limpeza e organização.
- Comparecer às reuniões para as quais for convocado, ainda que em horários e datas diferentes do normal de aulas.
- Seguir as normas e determinações das unidades escolares e/ou Secretaria Municipal de Educação. Participar integralmente e colaborar com as atividades de articulação da escola com a família e comunidade.
- Participar na elaboração do Projeto Político-Pedagógico do CEI.
- Executar outras atribuições, correlatas às acima descritas, conforme demanda e/ou a critério de seu superior imediato.

### 23.4 INSTRUTOR DE INFORMÁTICA

- Pesquisar/produzir instrumentos e materiais didático-pedagógicos que objetivem complementar o processo ensino aprendizagem.
- Desenvolver projetos de cunho pedagógico e de inclusão social e digital, junto à comunidade escolar.
- Organizar o cronograma de aulas de seu turno, em articulação com a direção, supervisão escolar e professores.
- Manter registro diário do trabalho realizado na sala de informática e apresentar para a apreciação da direção e/ou supervisão da unidade escolar semanalmente ou sempre que solicitado.
- Prestar assessoria técnica ao professor e aos alunos durante as aulas no laboratório de informática.
- Organizar e divulgar pasta de materiais didático pedagógico de suporte ao trabalho do professor.
- Atender e auxiliar a comunidade escolar na execução de trabalhos e pesquisas educacionais.
- Coibir o acesso a sites inadequados ao ambiente escolar.
- Manter conduta segundo os princípios éticos e de acordo com o Regimento Escolar.
- Organizar e zelar pela conservação do espaço físico da sala de informática, mantendo-a em condições apropriadas, bem como os materiais, equipamentos e mobiliários.
- Realizar e manter backup atualizados do disco rígido do servidor.
- Auxiliar na manutenção dos equipamentos de informática do administrativo das unidades escolares e do Administrativo da Secretaria Municipal de Educação.
- Prestar assessoria técnica de informática no administrativo da Secretaria Municipal de Educação.
- Colaborar nos projetos da área de Tecnologia da Informação, atendendo a necessidade de desenvolver novos modelos de documentos, planilhas, relatórios, formulários e arquivos, facilitando o uso destes.
- Auxiliar no gerenciamento de arquivos utilizados em processamento eletrônico de dados, conforme as normas técnicas.

19



- Colaborar na definição, estruturação, testes e simulações de programas e sistemas a serem utilizados.
- Auxiliar em pesquisas e apresentação de propostas de aquisição de equipamentos de informática, visando prevenir e/ou solucionar problemas.
- Executar atividades relacionadas ao controle de qualidade dos serviços executados em equipamentos.
- Trabalhar segundo os preceitos da instituição, com ética, sob a égide do sigilo, confidencialidade e de respeito ao indivíduo e comunidade, visando garantir os direitos humanos.
- Executar outras atribuições, correlatas às acima descritas, conforme demanda e/ou a critério de seu superior imediato.

### 23.5 INTERPRETE DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Facilitar e mediar a comunicação entre surdos e ouvintes, realizando a tradução da língua brasileira de sinais e da língua portuguesa para a pessoa surda, traduzindo falas, diálogos, palestras, explanações orais, reuniões, entre outros.
- Atuar em salas de aula e em eventos ligados ao ensino, para realizar a interpretação por meio da língua de sinais.
- Coletar informações sobre o conteúdo a ser trabalhado para facilitar a tradução da língua no momento das aulas e atividades escolares.
- Planejar antecipadamente, junto com o professor responsável pela disciplina ou série, sua atuação e limites no trabalho a ser executado.
- Participar de atividades extracurriculares, com palestras, cursos, jogos, encontros, debates e visitas, junto com a turma em que exerce a atividade como intérprete.
- Manter contato com a comunidade surda e a cultura dos surdos, bem como participar de formações e cursos de atualização e aperfeiçoamento e das atividades e avaliações exigidas pelo órgão nacional regulador da categoria.
- Executar e acompanhar projetos educacionais voltados à educação inclusiva.
- Executar outras atribuições, correlatas às acima descritas, conforme demanda e/ou a critério de seu superior imediato.

### 23.6 PROFESSOR ARTE, PROFESSOR ARTE – CORPO CERIMONIAL, PROFESSOR DE ARTE – MUSICALIZAÇÃO, PROFESSOR DE ARTE – PERCUSSÃO DE MARCHA, PROFESSOR DE ARTE – TROMPA, PROFESSOR EDUCAÇÃO ESPECIAL, PROFESSOR CIÊNCIAS, PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA, PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL, PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS, PROFESSOR ENSINO RELIGIOSO, PROFESSOR GEOGRAFIA, PROFESSOR HISTÓRIA, PROFESSOR INGLÊS, PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA, PROFESSOR MATEMÁTICA:

- Participar da elaboração do Projeto Educativo, Proposta Pedagógica, Plano de Desenvolvimento da Escola e Regimento Escolar do estabelecimento de ensino, contribuindo com seu posterior cumprimento.
- Elaborar e cumprir o planejamento anual em consonância com o Projeto Educativo, Plano de Desenvolvimento da Escola e Proposta Pedagógica da Unidade Escolar.
- Ministrar as aulas de acordo com o planejamento realizado, zelando e responsabilizando-se pelo aprendizado do aluno.
- Cumprir os dias letivos e horas/aula estabelecidas no calendário escolar, de acordo com legislação vigente, bem como cumprir demais orientações e determinações da Unidade Escolar e Secretaria Municipal de Educação.

- Participar de eventos extra-classe estabelecidos no calendário escolar, bem como participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.
- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade, promovendo a integração entre estes.
- Planejar atividades sistematizadas, desafiadoras e condizentes aos conteúdos e habilidades propostas, estimulando os alunos e contribuindo com seu desenvolvimento, bem como utilizar diferentes estratégias



durante a realização das aulas, atendendo as dificuldades dos alunos através de atividades diversificadas.

- Apresentar domínio de conteúdo, utilizando linguagem adequada à compreensão dos alunos.
- Favorecer a construção da boa auto-estima do aluno, fortalecendo o vínculo com este, e consequentemente melhorando o processo ensino-aprendizagem.
- Apresentar domínio de classe com autoridade, respeito e cooperação, mantendo o bom relacionamento com os alunos.
- Manter a sala de aula com ambiência pedagógica estimuladora da aprendizagem.
- Elaborar diferentes instrumentos de avaliação, com critérios bem definidos, a partir da matriz de habilidades.
- Coordenar o processo de tomada de decisões relativas à avaliação somativa e garantir, tanto a sua natureza globalizante quanto o respeito pelos critérios de avaliação, definidos a partir da matriz de habilidades.
- Fazer a reavaliação do processo de aprendizagem dos alunos, sempre que o Conselho de Classe assim determinar.
- Estabelecer estratégias de recuperação paralela sempre que os alunos apresentarem baixo rendimento, revendo os conteúdos relevantes.
- Definir juntamente com a equipe técnica-administrativa da unidade escolar, serviços especializados e de apoio, planos de ação com estratégias de intervenção e recursos didáticos específicos e/ou diferenciados, que possibilitem aos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, o desenvolvimento das habilidades previstas na matriz curricular, de cada etapa de ensino.
- Redigir, quando solicitado, parecer descritivo para acompanhar o boletim de notas do aluno com necessidades educacionais especiais.
- Executar outras atribuições, correlatas às acima descritas, conforme demanda e/ou a critério de seu superior imediato.

### 23.7 SUPERVISOR ESCOLAR

- Coordenar, junto à direção e comunidade escolar a elaboração, execução, avaliação e replanejamento da Proposta Pedagógica e Plano de Desenvolvimento da Escola, bem como participar da elaboração do Regimento Escolar.
- Coordenar a elaboração do Plano Anual de Ensino da Unidade Escolar, a partir das matrizes e habilidades propostas nas Diretrizes Curriculares.
- Acompanhar a execução do Plano Anual de Ensino da Unidade Escolar, esclarecendo as dúvidas de professores e fazendo intervenções sempre que necessário.
- Fazer a acolhida do professor na escola, socializando os documentos organizacionais da Unidade Escolar, oferecendo-lhe as devidas orientações.
- Verificar a organização dos registros do Diário de Classe, fazendo intervenções quando necessário.
- Garantir que o professor promova reforço pedagógico e recuperação paralela para os alunos com dificuldades de aprendizagem, contribuindo com processo ensinar-aprender.
- Levantar e consolidar os dados referentes ao processo pedagógico.
- Orientar, auxiliar e acompanhar o plano diário Plano Diário/Semanal do professor(a) visando a consonância do Plano com a Proposta Pedagógica da Escola.
- Orientar, auxiliar e acompanhar as ações pedagógicas do professor e fazer registros pertinentes às observações e orientações, bem como prestar suporte ao professor em suas necessidades, auxiliando-o na busca de metodologias que atendam a diversidade encontrada em sala de aula.
- Elaborar junto à direção e ao corpo docente o Projeto de Formação Continuada, e coordenar junto ao corpo técnico-administrativo a sua execução.
- Contribuir para que a escola cumpra sua função de socialização e construção do conhecimento.
- Participar do diagnóstico de identificação do contexto sócio- econômico e cultural em que o aluno vive, realizado pela Orientação Educacional, visando aproximar a escola da realidade do aluno.
- Coordenar junto à direção a reunião de estudo para a adequação do Calendário Anual à realidade escolar, acompanhando o cumprimento do Calendário Escolar de acordo com os dias letivos e eventos.
- Planejar, coordenar e executar juntamente com a equipe técnico-administrativa os eventos extra-classe que

21



constam no Calendário Escolar e participar ativamente de Reuniões Administrativas.

- Planejar, coordenar e executar, juntamente com a Orientação Educacional, o Conselho de Classe, estabelecendo as metas e ações de acordo com a análise dos dados da Unidade Escolar.
- Promover Reuniões Pedagógicas e Reuniões de Estudo, visando a construção e aperfeiçoamento da competência dos professores.
- Participar das Formações Continuas e Reuniões contempladas em sua jornada de trabalho.
- Realizar juntamente com o professor a Prova de Reclassificação de alunos defasados idade-ano e a Avaliação Externa seguindo as determinações da Secretaria Municipal de Educação.
- Acompanhar a realização das avaliações diagnósticas da aprendizagem dos educandos.
- Acompanhar o processo ensino-aprendizagem, garantindo o desenvolvimento do educando.
- Contribuir com a formação de outros profissionais e crescimento da profissão, acompanhando os estágios dos professores nas séries iniciais e finais do Ensino Fundamental e o desenvolvimento profissional do Auxiliar de Biblioteca, Monitor e Professor do Laboratório de Informática.
- Acompanhar o desenvolvimento dos professores e dos alunos da Classe de Apoio Pedagógico.
- Buscar atualização permanente.
- Promover junto com os professores a análise crítica dos livros didáticos, visando a melhoria do material utilizado nas escolas.
- Influir para que todos os funcionários se comprometam com o atendimento às necessidades pedagógicas da Unidade Escolar.
- Promover a integração e a comunicação entre os diversos setores relacionados com a área pedagógica.
- Acompanhar as reuniões com pais e participar na composição, caracterização e acompanhamento de turmas e grupos.
- Colaborar com a equipe escolar na adaptação e integração do aluno à escola, desenvolvendo ações e acompanhando o processo.
- Promover ações que contribuam para a auto-estima dos funcionários e educandos, facilitando o clima organizacional dentro da Unidade Escolar.
- Promover a reflexão sobre as consequências sociais do processo de rotulação, discriminação e exclusão, contribuindo com a diminuição destes comportamentos.
- Realizar juntamente com a direção, a Avaliação dos Professores admitidos em caráter temporário e a Avaliação dos Professores Efetivos para a Ascensão Funcional.
- Construir e executar a Agenda de Trabalho em consonância com o PIT (plano individual de Trabalho), fazendo avaliações constantes.
- Promover atendimento individual ao professor em sua Hora Atividade.

- Trabalhar seguindo os preceitos da instituição, com ética, sob a égide do sigilo, confidencialidade e respeito ao indivíduo e comunidade, visando garantir os direitos humanos.
- Executar outras atribuições, correlatas às acima descritas, conforme demanda e/ou a critério de seu superior imediato.

### 23.8 TÉCNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS - DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Coordenar e executar trabalhos relacionados com a organização e atualização de arquivos e fichários do órgão central da Secretaria Municipal de Educação;
- Redigir instruções, ordens de serviço, minutas de cartas, ofícios, memorandos e atos administrativos sobre assuntos do órgão central da Secretaria Municipal de Educação;
- Auxiliar na aquisição e suprimento de material permanente e de consumo, bem como na divulgação de editais e outras tarefas correlatas, bem como coordenar, controlar e executar o cadastramento e distribuição dos bens adquiridos;
- Auxiliar o pessoal técnico na definição de objetivos e no planejamento administrativo da Secretaria Municipal de Educação, sempre que solicitado;
- Auxiliar e propor aperfeiçoamento e adequação da legislação e das normas específicas da Educação, bem como, métodos e técnicas de trabalho;



- Participar mediante supervisão e orientação de trabalhos relacionados às diversas modalidades de licitação aquisição de material ou serviços, redigindo atos, termos de ajustes e contratos correspondentes, de interesse do órgão central da Secretaria Municipal de Educação;
- Executar trabalhos referentes a registros, análise e controle de serviços contábeis, balancetes, análises, orçamentos e controles estatísticos;
- Executar serviços de cadastro em geral, bem como realizar a manutenção e organização de arquivos cadastrais, microfilmagem e equipamentos específicos;
- Realizar serviços de análise e encaminhamento de processos, pesquisa legislativa e jurisprudencial na área educacional;
- Executar serviços relativos à atualização e ao controle de registros funcionais, elaboração de folha de pagamento, digitação, cadastramento de servidores, bem como operar máquinas diversas e realizar o controle de material vinculado a Secretaria Municipal de Educação;
- Organizar e controlar os serviços de recepção do órgão central da Secretaria Municipal de Educação, realizando encaminhamento de documentos e correspondências em geral;
- Secretariar autoridades de hierarquia superior, taquigrafando ou digitando e redigindo expedientes relacionados às suas atividades;
- Integrar-se a projetos de pesquisa, realizando levantamento de dados e diagnósticos, bem como negociando apoio administrativo necessário;
- Fornecer dados estatísticos e apresentar relatórios de suas atividades, sempre que solicitado;
- Manipular planilhas de cálculos e editores de textos no âmbito na tecnologia, transmitindo e fornecendo dados aos solicitantes dos mesmos;
- Elaborar contratos, colhendo a documentação necessária dos locadores e encaminhar para setores de competência dentro do órgão central da Secretaria Municipal de Educação, bem como encaminhar os recibos, garantindo a concretização dos processos de locação e gerenciar os imóveis locados pela secretaria;
- Encaminhar CI's/Ofícios, gerando documento de circulação interna e/ou ofício pertinente a informações solicitadas ou a serem repassadas a outras secretarias, órgãos ou empresas;
- Controle dos quantitativos dos materiais gastos, gerando relatório de gastos de todos os departamentos, a fim de realizar a manutenção de material e garantir a reposição dos mesmos;
- Gerenciar o serviço de segurança patrimonial, acompanhando e controlando a empresa responsável pelo serviço, a respeito de eventuais problemas pertinentes a segurança das Unidades Educacionais, afim de assegurar o objeto do contrato de prestação de serviços;
- Elaborar plano de trabalho/Carta Consulta, realizando a elaboração de planos de trabalho com as informações necessárias, solicitando recursos ao Governo Estadual e Federal para realização de obras municipais vinculadas à Educação;
- Elaborar documentação a ser remetida ao TCE, redigindo declarações que atestam que o município, através da Secretaria Municipal de Educação cumpre com os dispositivos da LRF e as resoluções da SNT e senado Federal;
- Trabalhar seguindo os preceitos da Secretaria Municipal de Educação, com ética, sob a égide do sigilo, confidencialidade e de respeito ao indivíduo e comunidade, visando garantir os direitos humanos;
- Executar outras atribuições, correlatas às acima descritas, conforme demanda e/ou a critério de seu superior imediato.

### 29. DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

29.1. Delega-se competência à UNIVALI para:

- Receber inscrições;
  - Emitir documentos de homologação das inscrições;
  - Aplicar, julgar e corrigir a prova objetiva;
  - Aplicar e avaliar a prova de títulos;
  - Apreciar os recursos previstos neste Edital;
  - Receber os valores correspondentes às inscrições;
- Emitir relatórios de classificação dos candidatos;
  - Prestar informações sobre o concurso público e divulgar seus resultados dentro de sua competência;
  - Atuar em conformidade com as disposições deste Edital.

### 30. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- A homologação do resultado deste Concurso Público será efetuada por cargo ou por grupos a critério da Prefeitura Municipal de Itajaí.
- O inteiro teor deste Edital, todos os demais atos e o resultado final (Ato de Homologação do Concurso Público) serão publicados no Jornal do Município de Itajaí, apenas dos candidatos aprovados no Concurso Público.
- É vedada a inscrição neste Concurso Público de quaisquer membros da Comissão do Concurso Público, tanto da Prefeitura Municipal de Itajaí, bem como da Fundação UNIVALI.
- A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das condições estabelecidas no inteiro teor deste Edital e das instruções específicas, expedientes dos quais não poderá alegar desconhecimento.
- Todas as despesas decorrentes do presente Concurso Público como a aquisição de material, documentação, passagens, hospedagens e alimentação, são de inteira responsabilidade do candidato.
- O candidato, ao se inscrever, concorda que seu nome, dados de identificação e notas que tiver obtido nas provas a que se submeteu sejam publicados na internet, e em qualquer outra mídia de acordo com as exigências legais e de conveniência da Administração Pública Municipal.
- As disposições e instruções contidas na página da internet, no requerimento de inscrição, nos cartões respostas e nos cadernos de provas constituirão normas que integram o presente Edital.
- O cônjuge, companheiro (a) ou parente – consanguíneos (em linha reta ou colateral, até o quarto grau) ou por afinidade (em linha reta até o terceiro grau, ou em linha colateral até o segundo grau) – de qualquer candidato não poderá servir:



23



- a) Na comissão do Concurso Público, no grupo de funcionários ligados a organização do Concurso Público, na equipe de aplicação das provas, enquanto durar o impedimento;
- b) Na Banca Elaboradora de prova para o cargo no qual estiver inscrita a pessoa que deu causa ao impedimento;
- c) Como fiscal, na sala ou ala em que o candidato estiver realizando a prova.
- 30.9. Incorporar-se-ão a este Edital, para todos os efeitos, Editais e Portarias pertinentes a este Concurso Público e que vierem a ser publicados pelo Município de Itajaí.
- 30.10. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.
- 30.11. Do resultado final deste Concurso Público não caberá recurso de qualquer natureza. Os casos omissos serão resolvidos pelo Município de Itajaí e UNIVALI.
- 30.12. Fica eleito o Foro da Comarca de Itajaí/SC para dirimir toda e qualquer questão inerente ao presente Concurso Público.

Itajaí (SC), 24 de setembro de 2024.

## ATOS DA SEC. FAZENDA



**Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)**  
**Delegação de Atribuição-Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005-EC nº42/2003**  
**MUNICÍPIO - ITAJAÍ - SC**

### EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL Nº 00001, de 15 de Outubro de 2024.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, §1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o(s) sujeito(s) passivo(s) abaixo relacionado(s), a comparecer(em), em dia útil, no horário normal de atendimento, à Auditoria Fiscal na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Alberto Werner, 100 – Vila Operária, para tomar ciência do(s) Termo(s) de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado(s).

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º (décimo quinto) dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	CPF/CNPJ	Termo de Intimação Fiscal (ITR)
RUBENS ULBER	-	8161/00021/2024
JOÃO FERNANDO ALDANA	-	8161/00048/2024
TEREZINHA CORSANI KOSTETZER	-	8161/00038/2024
RIO DO MEIO REFORESTAMENTO E PARTICIPACOES S.A.	-	8161/00036/2024
SANTA MARTA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	-	8161/00012/2024
EROTIDES VICTORINO BENASSI	-	8161/00016/2024
VERGINIO MOSER	-	8161/00013/2024
IVO DRIEMEYER	-	8161/00011/2024
MANOEL POTTER	-	8161/00017/2024

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR	
Nome: Aglaé Dobrachinski	Matrícula: 1535801
Cargo: AUDITORA FISCAL MUNICIPAL	Assinatura:

### EXTRATO DE TERMO DE INTIMAÇÃO ITBI 139887/2024

Intimado: CFK PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S.A.

CNPJ: 52.223.562/0001-06

A pessoa acima fica intimada a apresentar, nos termos dos artigos 195 e 197 da Lei Federal 5.172/66 (Código Tributário Nacional), do artigo 207º da Lei Complementar Municipal 20/2002 (Código Tributário Municipal), no **prazo de 15 (quinze) dias** do recebimento desta, tendo em vista o exame da regularidade do recolhimento do ITBI, os documentos e informações relacionados abaixo:

- a) Certidão de Inteiro Teor da Matricula(s) do(s) Imóvel(is), atualizadas, de nº **49544, 49518, 49581, 49582 e 49660** do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Itajaí - SC;
- b) Cópia do contrato de compra e venda ou permuta;
- c) Cópia da escritura pública de compra e venda ou permuta.
- d) Contrato social consolidado atualizado e documento de identificação do responsável legal.

A publicação ocorre por terem resultado inexitosas todas as tentativas de notificação por via postal. O descumprimento desta implicará na imediata aplicação das penalidades pecuniárias cabíveis, sem prejuízo da aplicação do disposto na Lei Federal 8.137, de 27/12/1990, que define Crimes Contra a Ordem Tributária.

Com o início deste procedimento fiscal, ficam excluídos quaisquer benefícios relacionados com a espontaneidade no cumprimento de quaisquer obrigações tributárias relacionadas (Lei 5.172/66, art. 138, parágrafo único).

#### Instruções para atendimento ao Termo de Intimação:

1. As informações ou documentos a serem apresentados em resposta a esta intimação poderão ser enviados:
- 1.1. para o e-mail "processos.itbi@itajai.sc.gov.br", mencionando o número do Termo de Intimação e CPF/CNPJ e nome do contribuinte a que se refere. As informações a serem prestadas, se for o caso, deverão ser feitas por meio de documento assinado digitalmente, pelo contribuinte ou seu representante legal;
- 1.2. alternativamente, de forma impressa, a serem entregues na Auditoria Fiscal do Município, sito à Rua Manoel Vieira Garção, 120 – Ed. Zen Tower Business – Salas 601 e 602 – 6º andar – CEP 88.301-425 – Itajaí – SC, no horário das 13:00 às 19:00 h.

Itajaí, 15 de outubro de 2024.

**Ivan Sidney Dallabrida**  
Auditor Fiscal Municipal.  
Matrícula: 1818601

### NOTIFICAÇÃO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA

Protocolo: 1934-24-EMPRESAS-REV

Notificado: ASTANA ADMINISTRADORA DE BENS LTDA

CNPJ/CPF: 08.077.340/0001-22

Matéria: Reconhecimento de Isenção, Imunidade ou Não Incidência, para fins de IPTU

Fica o contribuinte, acima identificado, NOTIFICADO da Decisão Administrativa nº 139858/2024 que DEFERIU o pedido. A publicação ocorre por terem resultado improficuas todas as tentativas de notificação por via postal.

A cópia da decisão integral poderá ser obtida junto à Auditoria Fiscal, situada na Rua Manoel Vieira Garção, número 120, salas 601 e 602, no bairro Centro, neste Município.

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

Gabriel Cabral Tocantins  
Auditor Fiscal Municipal  
Matrícula 2356502

### EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO FISCAL nº 139863/2024

A AUDITORIA FISCAL MUNICIPAL, por intermédio do presente, faz saber à ASTANA ADMINISTRADORA DE BENS LTDA, CNPJ 08.077.340/0001-22, endereçado na AVENIDA CONSUL CARLOS RENAUX, 195, CENTRO I – BRUSQUE/SC, que, por terem resultado improficuas todas as tentativas de intimação por via postal, fica o contribuinte NOTIFICADO a recolher à Fazenda Municipal, no prazo de 30 (trinta) dias, o valor de R\$ 30.315,10 (trinta mil trezentos e quinze reais e dez centavos), em virtude do lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), apurado de acordo com o exposto na Decisão Administrativa do Processo nº 528103/2024, referente a fato gerador ocorrido em 2024.

Sobre o valor do imposto ora lançado, o sujeito passivo terá direito a um desconto adicional de 20%, caso seja efetuado o pagamento integral em até 30 dias, a contar da ciência desta notificação, conforme previsto, por analogia, no art. 37, I, da Lei Complementar Municipal nº 20/2002.

O notificado poderá, querendo, apresentar defesa escrita, no prazo de 30 (trinta) dias, acompanhada das provas documentais, ao Órgão Julgador de Processos Fiscais. Cópia integral do processo poderá ser obtido junto à Auditoria Fiscal Municipal.

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

Gabriel Cabral Tocantins  
Auditor Fiscal Municipal  
Matrícula 2356502

### NOTIFICAÇÃO DE TERMO DE INTIMAÇÃO

Notificado: MARIA RENALDE ROGGE

CNPJ/CPF: xxx.325.269-xx

Matéria: Verificação de isenção de IPTU referente à Área de Preservação Permanente (APP)

Fica o contribuinte, acima identificado, NOTIFICADO do Termo de Intimação nº 139784/2024. A publicação ocorre por terem resultado improficuas todas as tentativas de notificação por via postal.

A cópia integral do termo poderá ser obtida junto à Auditoria Fiscal, situada na Rua Manoel Vieira Garção, número 120, salas 601 e 602, no bairro Centro, neste Município.

Itajaí, 14 de outubro de 2024.

Gabriel Cabral Tocantins  
Auditor Fiscal Municipal  
Matrícula 2356502



## ATOS DA SEC. GOVERNO



PREFEITURA DE  
**ITAJAÍ**

RESULTADO DE LICITAÇÃO  
HOMOLOGAÇÃO

MODALIDADE: PROCESSO LICITATÓRIO Nº PE 107/2024

O Secretário Municipal de Governo, no uso de suas atribuições, atendendo ao princípio básico da licitação relativo à publicidade, comunica aos interessados que a licitação acima epigrafada foi julgada, sendo adjudicada(s) e homologada(s) a(s) proposta(s) da(s) empresa(s):

**OBJETO RESUMIDO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE TESTES REAGENTES, INSUMOS E EQUIPAMENTOS, ATENDENDO AS DEMANDAS REALIZADAS NO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE ITAJAÍ**

### 49435 - DISTRILAB DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS E INSUMOS LABORATORIAIS (27.914.706/0001-15)

Lote	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
3	7	95076 - AGULHA PARA COLETA MÚLTIPLA À VÁCUO 25 X 8 MM (21G). CAIXA COM 100. AGULHA PARA COLETA MÚLTIPLA À VÁCUO 25 X 8 MM (21G). CAIXA COM 100.	Un	FIRSTLAB	300	24,99	7.497,00
3	8	95077 - AGULHA PARA COLETA MÚLTIPLA À VÁCUO 25 X 7 MM (22G). CAIXA COM 100. AGULHA PARA COLETA MÚLTIPLA À VÁCUO 25 X 7 MM (22G). CAIXA COM 100.	Un	FIRSTLAB	300	25,92	7.776,00
3	9	95078 - BANDAGEM ABSORVENTE ADESIVA HIPO ALÉRGICA, SEM LATEX E SOLVENTE(PUNÇÃO VENOSA OU INJEÇÃO CX C/ 500UNID). BANDAGEM ABSORVENTE ADESIVA HIPO ALÉRGICA, SEM LATEX E SOLVENTE(PUNÇÃO VENOSA OU INJEÇÃO CX C/ 500UNID).	Un	FIRSTLAB	500	12,39	6.195,00
3	10	95080 - TUBO PLÁSTICO (PET) PARA COLETA A VÁCUO com EDTA. (PEQUENO APROXIMADAMENTE 4ML).	Un	FIRSTLAB	80.000	0,37	29.600,00
3	11	95081 - TUBO PLÁSTICO (PET) PARA COLETA A VÁCUO, COM GEL SEPARADOR E ATIVADOR DE COAGULAÇÃO (PEQUENO, APROXIMADAMENTE 4ML)	Un	FIRSTLAB	100.000	0,50	50.000,00
3	12	95082 - TUBO PLÁSTICO	Un	INJEX	15.000	0,43	6.450,00

Secretaria Municipal de Governo  
Diretoria Executiva de Licitações e Contratos - DLC  
Rua Alberto Werner • 100 • Vila Operária  
88304-053 • Itajaí • Santa Catarina  
Fone: 47 3341-6029  
[licitacoes@itajai.sc.gov.br](mailto:licitacoes@itajai.sc.gov.br) - [www.itajai.sc.gov.br](http://www.itajai.sc.gov.br)



PREFEITURA DE  
**ITAJAÍ**

		(PET) PARA COLETA A VÁCUO COM ANTICOAGULANTE CITRATO					
3	13	95083 - TUBO PLÁSTICO (PET) PARA COLETA A VÁCUO COM GEL SEPARADOR E ANTICOAGULANTE EDTA COM VOLUME ENTRE 3 A 8 ML.	Un	FIRSTLAB	12.000	0,91	10.920,00
3	14	95084 - PONTEIRAS (TIPO GILSON) para micropipetas com volume de 10 a 200 microlitros, pacote com 1000 ponteiras	Un	FIRSTLAB	20	11,81	236,20
3	15	95085 - REAGENTE PARA REALIZAÇÃO DE TESTE VDRL SEM NECESSIDADE DE INATIVAÇÃO DA AMOSTRA	TESTE	BIOTÉCNICA	80.000	0,30	24.000,00
Total						142.674,20	

### 49437 - GC LAB DIAGNOSTICOS LTDA (20.352.354/0001-02)

Lote	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
5	17	91563 - CENTRÍFUGA LABORATORIAL CENTRÍFUGA LABORATORIAL COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: BIVOLT OU 220 VOLTS. CAPACIDADE MÍNIMA DE 24 TUBOS, ROTAÇÃO AJUSTÁVEL DE ATÉ 4000 RPM, MOTOR DE INDUÇÃO (SEM ESCOVAS), TEMPO DE FUNCIONAMENTO PROGRAMÁVEL, TRAVA DE SEGURANÇA NA TAMPA.	Un	GT	2	4.650,00	9.300,00
Total						9.300,00	

### 43938 - OLIMPIO EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI (33.583.026/0001-69)

Lote	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
4	16	62831 - AUTOCLAVE VERTICAL 75 LITROS AUTOCLAVE VERTICAL 75 LITROS - Autoclave vertical com capacidade mínima de 75 litros, com ciclo de secagem (materiais	Un	BS / DIGITALE 7.5 VERTICAL	1	10.665,00	10.665,00



PREFEITURA DE  
**ITAJAÍ**

		cirúrgicos, tecidos e campos cirúrgicos). Caldeira em aço inoxidável, revestimento externo com material isolante ao calor. Resistência brindada e fabricada em tubo de aço inoxidável. Tampa com fechamento e vedação resistente a altas temperaturas, com manipuladores isolantes ao calor. Deve possuir sistema que impeça o funcionamento quando não houver água ou baixo nível. Sistema de escoamento que permita a limpeza e drenagem total. Pressão máxima de trabalho correspondente a 140°. Sistema de segurança com desligamento automático em casos de excesso de temperatura. Secagem com tampa aberta. Voltagem 220v.					
Total						10.665,00	

### 49441 - SIGNAZ PRODUTOS E NEGOCIOS LTDA (09.028.635/0001-71)

Lote	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	1	81913 - TESTE RÁPIDO PARA DETECÇÃO DE ANTICORPOS COVID (PUNÇÃO DIGITAL) TESTE RÁPIDO PARA DETECÇÃO DE ANTICORPOS COVID (PUNÇÃO DIGITAL) - TESTE RÁPIDO PARA DETECÇÃO QUALITATIVA DE ANTICORPOS HUMANOS IGG E IGM PRODUZIDOS QUANDO HÁ INFECÇÃO PELO VÍRUS SARS-COV-2, EM SANGUE TOTAL, SORO OU PLASMA, E COM AS SEGUINTE CONDIÇÕES: SENSIBILIDADE SUPERIOR A 85%, ESPECIFICIDADE SUPERIOR A 94% E PRECISÃO (RELAÇÃO COM DIAGNÓSTICO CLÍNICO) SUPERIOR A 90%. O TESTE	Un	ALLTEST	1.000	7,12	7.120,00



PREFEITURA DE  
ITAJAÍ

		DEVERÁ DEMONSTRAR SEPARADAMENTE O RESULTADO PARA DETECÇÃO DOS ANTICORPOS IGG E IGM E DEVERÁ TER REGISTRO ATUALIZADO NA ANVISA.					
1	2	81912 - TESTE RÁPIDO PARA DETECÇÃO DE SARS-COVID-2 TESTE RÁPIDO PARA DETECÇÃO DE SARS-COVID-2 - ANTÍGENO EM AMOSTRAS DE SWAB DA NASOFARINGE E/OU OROFARINGE DE HUMANOS, CONTENDO: DISPOSITIVO DE TESTE DO TIPO "CASET"; EMBALADO INDIVIDUALMENTE COM DESSECANTE, TAMPÃO DE EXTRAÇÃO COM TAMPA CONTA GOTAS, TAMPA FILTRO E TUBO PARA EXTRAÇÃO, SWAB ESTERIL E BULA/INSTRUÇÕES DE USO. DATA DE FABRICAÇÃO E DE VALIDADE IMPRESSAS EM ETIQUETAS NA EMBALAGEM, REGISTRO NA ANVISA, APRESENTAR NO MÍNIMO 80% DE SENSIBILIDADE E 95% DE ESPECIFICIDADE, APRESENTAR NO MÍNIMO 12 MESES DE VALIDADE CONTADOS A PARTIR DA ENTREGA, TEMPERATURA DE ARMAZENAMENTO DENTRO DA FAIXA DE 2 A 30°C.	Un	ALLTEST	40.000	3,30	132.000,00
1	3	95074 - TESTE RÁPIDO PARA DETECÇÃO DE SARS-COV-2 / INFLUENZA A / INFLUENZA B - ANTÍGENO EM AMOSTRAS DE SWAB DA NASOFARINGE E/OU OROFARINGE DE HUMANOS CONTENDO: DISPOSITIVO DE TESTE DO TIPO "CASET"; EMBALADO INDIVIDUALMENTE COM DESSECANTE, TAMPÃO DE EXTRAÇÃO COM TAMPA CONTA GOTAS, TAMPA FILTRO E TUBO PARA EXTRAÇÃO, SWAB ESTERIL E BULA/INSTRUÇÕES DE USO. DATA DE FABRICAÇÃO E	Un	ALLTEST	20.000	7,60	152.000,00



PREFEITURA DE  
ITAJAÍ

		DE VALIDADE IMPRESSAS EM ETIQUETAS NA EMBALAGEM, REGISTRO NA ANVISA, APRESENTAR NO MÍNIMO 80% DE SENSIBILIDADE E 95% DE ESPECIFICIDADE, APRESENTAR NO MÍNIMO 12 MESES DE VALIDADE CONTADOS A PARTIR DA ENTREGA, TEMPERATURA DE ARMAZENAMENTO DENTRO DA FAIXA DE 2 A 30°C - REGISTRAR OS RESULTADOS SEPARADAMENTE.					
2	4	91564 - TESTE IMUNOCROMATOGRÁFICO PARA DENGUE - DETECÇÃO DO ANTICORPOS IGG E IGM TESTE IMUNOCROMATOGRÁFICO PARA DETECÇÃO DO ANTICORPOS IGG E IGM CONTRA VÍRUS DA DENGUE EM SORO, PLASMA OU SANGUE TOTAL HUMANO	Un	ALLTEST	15.000	6,10	91.500,00
2	5	81911 - TESTE IMUNOCROMATOGRÁFICO PARA DENGUE - detecção do antígeno NS1 Teste imunocromatográfico para detecção do antígeno NS1 do vírus da dengue em soro, plasma ou sangue total humano	Un	ALLTEST	50.000	6,20	310.000,00

2	6	91565 - TESTE IMUNOCROMATOGRÁFICO PARA DENGUE - DETECÇÃO DO ANTÍGENO NS1, ANTICORPOS IGG E IGM TESTE IMUNOCROMATOGRÁFICO PARA DETECÇÃO DO ANTÍGENO NS1, ANTICORPOS IGG E IGM DO VÍRUS DA DENGUE EM SORO, PLASMA OU SANGUE TOTAL HUMANO (KIT DUO)	Un	ALLTEST	20.000	8,60	172.000,00
Total						864.620,00	

Itajaí, 15 de outubro de 2024.

AVISO DE RESULTADO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº CP 013/2024  
Processo Adm: Nº 259795/2024  
Objeto: EXECUÇÃO DE COBERTURA CENTRAL E ADEQUAÇÕES NA EB ELIAS ADAIME  
Empresa vencedora: SECON CONSTRUÇÕES LTDA (02529184000107) com o lote: 1 no valor total de R\$ 733.000,00 (setecentos e trinta e três mil reais).

ITAJAÍ - SC, 16 de outubro de 2024

JORGE ALBERTO DE MELLO  
CONDUTOR DE PROCESSOS

DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nº 152/2024

O Município de Itajaí torna público que contratou, mediante Dispensa de Licitação, a empresa PRODUSERV SERVIÇOS LTDA, para prestação de serviços de dedicação exclusiva de mão de obra para Limpeza, Conservação, Higienização, juntamente com o fornecimento de materiais, utensílios e equipamentos para atender a Secretaria Municipal de Educação de Itajaí e as unidades escolares que compõem a Rede Municipal de Educação de Itajaí, pelo valor de 7.314.521,73 (sete milhões, trezentos e quatorze mil, quinhentos e vinte e um reais e setenta e três centavos), com fundamento no Artigo 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/21.

Itajaí, 11 de outubro de 2024

ELISETE FURTADO CARDOSO  
Secretária de Educação

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 150/2024

O MUNICÍPIO DE ITAJAÍ torna público que receberá propostas no endereço eletrônico <https://bnccompras.com/>, referente à Dispensa Eletrônica, cujo objeto é FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO DE SOLUÇÃO DE PRODUTIVIDADE E COLABORAÇÃO INTEGRADA (G-WORKSPACE), PARA O CORPO DE BOMBEIROS. A SESSÃO PÚBLICA DE DISPUTA DE LANCES OCORRERÁ DAS 09H ÀS 15H DO DIA 23 DE OUTUBRO DE 2024. Os interessados poderão acessar o edital no endereço eletrônico mencionado acima ou através do site [www.itajai.sc.gov.br](http://www.itajai.sc.gov.br). Maiores informações no e-mail [licitacoes@itajai.sc.gov.br](mailto:licitacoes@itajai.sc.gov.br).

Itajaí (SC), 10 de outubro de 2024  
MÁRIO SERGIO TEIXEIRA  
Secretário Municipal de Governo

EXTRATO: 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 115/2023  
NOME: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAJAÍ  
CONTRATADA: DEL ENGENHARIA CLINICA LTDA  
CNPJ: 18.816.867/0001-85  
FUNDAMENTO LEGAL: NOS TERMOS DA LEI 8666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.  
NÚMERO DO PROCESSO: SIPE 350225/2023-e  
DATA DE ASSINATURA: 01/10/2024  
OBJETO: PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, INSTALAÇÃO, CALIBRAÇÃO, QUALIFICAÇÃO, TESTES DE SEGURANÇA ELÉTRICA, TREINAMENTOS E ASSESSORIA PARA OS EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ, COM FORNECIMENTO DE

PEÇAS E ACESSÓRIOS, SOFTWARE DE GESTÃO DE EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS.  
VALOR TOTAL: R\$ 74.000,00 (SETENTA E QUATRO MIL REAIS)  
Quadro societário: LEONARDO DA SILVA PEREIRA  
DIEGO DOS PASSOS IACZAK

nado acima ou através do site [www.itajai.sc.gov.br](http://www.itajai.sc.gov.br). Maiores informações no e-mail [licitacoes@itajai.sc.gov.br](mailto:licitacoes@itajai.sc.gov.br).

Itajai (SC), 10 de outubro de 2024

MÁRIO SERGIO TEIXEIRA  
Secretário Municipal de Governo

Extrato: CONTRATO Nº 176/2024  
Nome: Município de Itajai  
Empresa: PRODUSERV SERVIÇOS LTDA  
CNPJ: 17.832.629/0001-09  
Quadro Societário: Carlos Gomes Adão  
Fundamento Legal: Nos termos da Lei 14.133/21, de 01 de abril de 2021.  
Número do Processo: 302895/2024  
Objeto: Contratação direta de empresa para prestação de serviços de dedicação exclusiva de mão de obra para Limpeza, Conservação, Higienização, juntamente com o fornecimento de materiais, utensílios e equipamentos para atender a Secretaria Municipal de Educação de Itajai e as unidades escolares que compõem a Rede Municipal de Educação de Itajai.  
Data Assinatura: 14/10/2024  
Valor: 7.314.521,73 (sete milhões, trezentos e quatorze mil, quinhentos e vinte e um reais e setenta e três centavos)  
Vigência: O contrato terá vigência de 3 (três) meses a partir de 16 de outubro de 2024.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 167/2024  
CHAVE TCE: 056A06DC28F1BC956482D05121C4CF7227287312  
O MUNICÍPIO DE ITAJAI torna público que até as 09h00min do dia 01 de novembro de 2024, receberá propostas no endereço eletrônico <https://bnccompras.com/>, referente à Licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PARA ATENDER O PROGRAMA DO GOVERNO FEDERAL ETI – ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. A SESSÃO PÚBLICA DE DISPUTA DE PREÇOS OCORRERÁ ÀS 09h00min DO DIA 01 DE NOVEMBRO DE 2024. Os interessados poderão acessar o edital no endereço eletrônico mencionado acima ou através do site [www.itajai.sc.gov.br](http://www.itajai.sc.gov.br). Maiores informações no e-mail [licitacoes@itajai.sc.gov.br](mailto:licitacoes@itajai.sc.gov.br).

Itajai (SC), 10 de outubro de 2024

MÁRIO SERGIO TEIXEIRA  
Secretário Municipal de Governo

## ATOS DA SEC. DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 139/2024  
REABERTURA DE PRAZO  
CHAVE TCE: E4DBA96D829E13C6B5828428A18E0A2D85FE2269  
O MUNICÍPIO DE ITAJAI torna público que até as 09h00min do dia 30 de outubro de 2024, receberá propostas no endereço eletrônico <https://bnccompras.com/>, referente à Licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO ESCOLAR. A SESSÃO PÚBLICA DE DISPUTA DE PREÇOS OCORRERÁ ÀS 09h00min DO DIA 30 DE OUTUBRO DE 2024. Os interessados poderão acessar o edital no endereço eletrônico mencionado acima ou através do site [www.itajai.sc.gov.br](http://www.itajai.sc.gov.br). Maiores informações no e-mail [licitacoes@itajai.sc.gov.br](mailto:licitacoes@itajai.sc.gov.br).

Itajai (SC), 10 de outubro de 2024

MÁRIO SERGIO TEIXEIRA  
Secretário Municipal de Governo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 165/2024  
CHAVE TCE: F938BCEA2386A9F3E6013D44F44C463656B3B34  
O MUNICÍPIO DE ITAJAI torna público que até as 14h00min do dia 30 de outubro de 2024, receberá propostas no endereço eletrônico <https://bnccompras.com/>, referente à Licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE RAÇÃO OPERACIONAL DE EMERGÊNCIA (R3) – 12 HORAS, PARA O CORPO DE BOMBEIROS. A SESSÃO PÚBLICA DE DISPUTA DE PREÇOS OCORRERÁ ÀS 14h00min DO DIA 30 DE OUTUBRO DE 2024. Os interessados poderão acessar o edital no endereço eletrônico mencionado acima ou através do site [www.itajai.sc.gov.br](http://www.itajai.sc.gov.br). Maiores informações no e-mail [licitacoes@itajai.sc.gov.br](mailto:licitacoes@itajai.sc.gov.br).

Itajai (SC), 10 de outubro de 2024

MÁRIO SERGIO TEIXEIRA  
Secretário Municipal de Governo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 166/2024  
CHAVE TCE: 4D01CBDF3F8A781ED187EB392DDD09D7CAE3D10E  
O MUNICÍPIO DE ITAJAI torna público que até as 08h30min do dia 31 de outubro de 2024, receberá propostas no endereço eletrônico <https://bnccompras.com/>, referente à Licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE AGENTE REDUTOR LÍQUIDO DE ÓXIDOS DE NITROGÊNIO AUTOMOTIVO (ARLA 32), PARA O CORPO DE BOMBEIROS. A SESSÃO PÚBLICA DE DISPUTA DE PREÇOS OCORRERÁ ÀS 08h30min DO DIA 31 DE OUTUBRO DE 2024. Os interessados poderão acessar o edital no endereço eletrônico mencio-

Processo nº: 8714-24-ITJ-REIV  
Requerente: Ohana Empreendimentos Imobiliários LTDA  
Atividade: Residencial Multifamiliar ou de uso misto  
Endereço: Rua Theodoro Lino Martins, nº120, Praia Brava, Itajai/SC

Processo nº: 6570-24-ITJ-REIV  
Requerente: Eduardo Pereira/ Conexão Marítima Serviços Logísticos S/A.  
Atividade: Depósitos, Armazéns, Entrepósitos, Pátios e Veículos, Transportadoras e afins.  
Endereço: Rod. BR 101, nº700, Salseiros, Itajai/SC

Processo nº: 7502-24-ITJ-REIV  
Requerente: Staack Incorporacoes LTDA  
Atividade: Industrial  
Endereço: Rua Serafim Gamba, nº5350, Brilhante, Itajai/SC

Processo nº: 7440-24-ITJ-REIV  
Requerente: Max 2 Empreendimentos LTDA  
Atividade: Residencial Multifamiliar ou de uso misto  
Endereço: Rua Conselheiro Julio Kumm, nº495, Praia Brava, Itajai/SC

CTAEIV – Comissão Técnica de Análise do Estudo de Impacto de Vizinhança



MUNICÍPIO DE ITAJAI  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO  
AUDITORIA FISCAL MUNICIPAL  
Rua Alberto Werner, 100 - Vila Operária  
88304-053 – Itajai - Santa Catarina

**AUTO DE INTIMAÇÃO**  
IVF 11.019/24

DATA: 15/10/2024  
HORA: 15:16

INTIMADO

26.292.141 SILVANA TERESA MARTINS RAMOS

LOCAL DA INFRAÇÃO

ANTÔNIO JOSE CUCO, N85 - SAO ROQUE (IN LOCO: N500)

DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO

EMPREENHIMENTO OU PESSOA JURÍDICA COM SITUAÇÃO CADASTRAL IRREGULAR PERANTE O MUNICÍPIO.

FICA O SUPRA IDENTIFICADO INTIMADO A

REGULARIZAR-SE PERANTE O PODER PÚBLICO MUNICIPAL.

PRAZO PARA O CUMPRIMENTO DESTA INTIMAÇÃO (O DESCUMPRIMENTO DESTA PODERÁ ACARREAR AS SANÇÕES PREVISTAS EM LEI).

70 (SETENTA) DIAS, A PARTIR DO RECEBIMENTO DESTA.

CPF/CNPJ

26.292.141/0001-19

CADASTRO/INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA

215.043.01.0195.0000.000





## FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

DECRETO Nº 13.248, DE 16 DE MAIO DE 2024.

Art. 20. Todas as empresas ou pessoas jurídicas estabelecidas no Município de Itajaí, independentemente da classificação de grau de risco e da eventual dispensa de licenciamento, são obrigadas a realizar a inscrição municipal e a cumprir as obrigações tributárias aplicáveis. [...]

Art. 21. É dever do contribuinte solicitar a alteração cadastral sempre que verificada informação divergente no CCM ou modificação superveniente no que tange ao funcionamento, à organização, à área ocupada e à localização da empresa ou pessoa jurídica cadastrada, especialmente quando tais alterações não forem automaticamente processadas pelo sistema de integração. [...]

Art. 26. A inscrição no CCM poderá ser enquadrada como suspensa quando: I - o contribuinte não puder ser encontrado no endereço constante no CCM pela autoridade fiscal; [...]; III - possuir qualquer inconsistência cadastral; [...]; V - tiver sua suspensão determinada por autoridade fiscal, após o não atendimento à notificação ou intimação realizada pelo Município; [...]

Art. 41. A inscrição municipal, nos termos deste Decreto, poderá ser cassada, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades, quando esgotadas as tentativas de regularização do empreendimento ou do estabelecimento, nos seguintes casos: I - quando o empreendimento ou estabelecimento estiver violando as normas públicas aplicáveis, mediante prévia recomendação do órgão público fiscalizador competente; II - quando os termos da inscrição forem incompatíveis com as atividades desenvolvidas pela empresa ou verificadas no estabelecimento; III - quando a inscrição for concedida em manifesto desacordo com parâmetros urbanísticos aplicáveis.

Art. 42. O alvará de localização e funcionamento é documento obrigatório para todos os empreendimentos ou pessoas jurídicas que exercem, no Município, atividades de qualquer natureza, com ou sem fins lucrativos, de caráter temporário ou permanente, com ou sem estabelecimento fixo, salvo disposição legal em contrário. [...]

§ 10 Para fins de aplicação deste Decreto, considera-se irregular o empreendimento ou pessoa jurídica em funcionamento sem a devida inscrição municipal ou licença, quando for o caso; com divergência cadastral; ou com divergência na licença para localização e funcionamento, quando for o caso.

Art. 58. Será considerada infração qualquer inobservância ao disposto neste Decreto, ficando o infrator sujeito, de forma cumulativa, às multas previstas no Código Tributário do Município e às demais penalidades previstas na legislação aplicável.

§ 1º O Município poderá, a qualquer momento, com base em decisão fundamentada, cassar a licença concedida e, quando for o caso, interditar o estabelecimento, a fim de resguardar o interesse público.

§ 2º As penalidades poderão ser aplicadas a qualquer momento, ainda que após a baixa cadastral.

§ 3º As notificações expedidas com base neste Decreto terão prazo de 70 (setenta) dias, prorrogáveis uma única vez, por igual período, sujeitas à multa pelo descumprimento de 20 (vinte) UFM, conforme o art. 112, II, do Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 20/2021), sem prejuízo da aplicação de outras penalidades apuradas em procedimento fiscal próprio.

§ 4º A aplicação da penalidade não isenta o infrator da obrigatoriedade de regularização do estabelecimento e de cumprimento das normas públicas aplicáveis.

RECEBIDO EM / /

Publicado em edital

ASSINATURA DO INTIMADO  
OU DE SEU REPRESENTANTE

NOME:

CPF:

CARGO:

O requerente poderá apresentar defesa a este auto fiscal com as provas documentais que pretenda produzir. Para tanto, o recurso deverá ser protocolado digitalmente via [Aprova Digital](https://itajai.prefeituras.net/login), acessando <https://itajai.prefeituras.net/login>. Para mais informações, o requerente deverá entrar em contato com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação.

ISABELLA VECCHINI FERRAZ  
AUDITORA FISCAL MUNICIPAL  
MATRÍCULA 2629301



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO  
AUDITORIA FISCAL MUNICIPAL  
Rua Alberto Werner, 100 - Vila Operária  
88304-053 - Itajaí - Santa Catarina

## AUTO DE INFRAÇÃO I1990MA/2024

DATA: 15/10/2024

HORA: 17:53

CPF/CNPJ

077.XXX.XXX-09

CADASTRO/INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA

203.147.01.0130.0001.000

AUTUADO

MAURO SERGIO ARAUJO NASCIMENTO

LOCAL DA INFRAÇÃO

ORLANDINA AMALIA PIRES CORREIA, N545, CASA 01 - MURTA

DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO

EXECUÇÃO DE OBRA SEM A LICENÇA DE CONSTRUÇÃO E PROJETO APROVADO NO LOCAL, DESRESPEITANDO O RECUO FRONTAL.

FICA O SUPRA IDENTIFICADO NOTIFICADO A

RECOLHER AOS COFRES PÚBLICOS A IMPORTÂNCIA DE 05 (CINCO) UFM (UNIDADE FISCAL DO MUNICÍPIO) EM ATÉ 10 (DEZ) DIAS, A PARTIR DO RECEBIMENTO DESTA - OU APRESENTAR DEFESA, NO MESMO PRAZO - SOB PENA DE INSCRIÇÃO DO REFERIDO VALOR EM DÍVIDA ATIVA PARA POSTERIOR COBRANÇA JUDICIAL.

## FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Decreto 12.772/2022 - Art. 1º - O valor da Unidade Fiscal do Município - UFM para o ano de 2023 fica atualizada para R\$ 219,75 (duzentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos), devendo ser aplicada a partir de 1º de janeiro de 2023, a toda a legislação municipal expressa em UFM.

Lei 2734/1992 - Art. 144 - Quando as multas forem impostas de forma regular e através de meios hábeis, e quando o infrator se recusar a pagá-las, esses débitos serão imediatamente inscritos em Dívida Ativa, para cobrança judicial.

Lei 2734/1992 - Art. 148 - Aplicada a multa, não fica o infrator desobrigado do cumprimento da exigência que a tiver determinado.

Lei 2763/1992 - Art. 170 - As penalidades aplicáveis pelo descumprimento do disposto no presente Código consistirão na aplicação de multas, de 01 (uma) a 100 (cem) UFM's - Unidades Fiscais do Município, o critério da Municipalidade, independente o obrigação de ajustar-se o infrator às disposições da presente Lei.

Lei 2763/1992 - Art. 12 - Nenhuma edificação ou construção poderá ter iniciada sua execução sem que a mesma tenha sido licenciada pela Prefeitura.

Lei 2763/1992 - Art. 14 - Os projetos das obras serão apresentados em 03 (três) jogos completos, no mínimo, que serão visados pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano, sendo que um jogo permanecerá arquivado na Prefeitura e dois serão entregues ao interessado.

§ 1º - Um dos jogos entregues ao interessado deverá permanecer no local da obra, juntamente com o Alvará.

Lei Complementar 215/2015 - Art. 76 - Deverão sempre ser observados os recuos mínimos frontal, lateral e de fundos, estabelecidos para cada zona, constantes nos tabelas em anexo desta lei.

Lei Complementar 215/2015 - Art. 77 Os recuos frontal, lateral e de fundos serão definidos pela distância da projeção ortogonal da edificação a cada uma das divisões do lote, medindo-se o recuo frontal a partir do alinhamento, existente ou projetado.

RECEBIDO EM / /

PUBLICADO EM DIÁRIO OFICIAL

ASSINATURA DO AUTUADO  
OU DE SEU REPRESENTANTE

NOME:

CPF:

CARGO:

O requerente poderá apresentar defesa a este auto fiscal com as provas documentais que pretenda produzir. Para tanto, o recurso deverá ser protocolado digitalmente via [Aprova Digital](https://itajai.prefeituras.net/login), acessando <https://itajai.prefeituras.net/login>. Para mais informações, o requerente deverá entrar em contato com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação.

MARIA AUGUSTA TODESCHINI RIPPEL  
AUDITORA FISCAL MUNICIPAL  
MATRÍCULA 2478201

# ATOS DA SEC. SAÚDE



MUNICÍPIO DE  
ITAJAÍ

## INSTRUÇÃO NORMATIVA 006/2024/SMS

Ampliação do serviço de teleconsultoria, com a inclusão do serviço de **NEUROLOGIA PEDIATRIA**, na modalidade **COMPULSÓRIA**, para pacientes de até 14 anos, 11 meses, 29 dias, com sua regulamentação.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, GESTOR MUNICIPAL DO SUS no uso de suas atribuições legais, diante da necessidade de melhorar o acesso dos pacientes em tempo e local oportunos;

Considerando a Portaria Nº 1.559, de 1º de agosto de 2008 que institui a Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde – SUS que tem como objetivo implementar uma gama de ações que incidam sobre os prestadores, públicos e privados, de modo a orientar uma produção eficiente, eficaz e efetiva de ações de saúde, buscando contribuir na melhoria do acesso, da integralidade, da qualidade, da resolubilidade e da humanização destas ações;

Considerando as Diretrizes para a implantação de Complexos Reguladores do SUS de 2006 que permite aos gestores, articular e integrar dispositivos de regulação do acesso como centrais de internação, centrais de consultas e exames, protocolos assistenciais com outras ações de controle, avaliação e auditoria assistencial, assim como com outras funções da gestão como programação e regionalização;

Considerando a Política Nacional de APS de 2017, que ratifica as atribuições das equipes quanto à longitudinalidade, coordenação do cuidado e ainda seu potencial resolutivo de até 90%;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.546, de 27 de outubro de 2011, que redefine e amplia o Programa Telessaúde Brasil, que passa a ser denominado Programa Nacional Telessaúde Brasil Redes (Telessaúde Brasil Redes); regulamenta o escopo de ações e serviços de Telessaúde; e expandiu o Telessaúde para além da Atenção Primária à Saúde (APS), abrangendo os demais níveis de atenção, de forma compartilhada e articulada como pontos de atenção da rede;

Considerando a definição de teleconsultoria como "consulta registrada e realizada entre trabalhadores, profissionais e gestores da área de saúde, por meio de instrumentos de telecomunicação bidirecional, como fim de esclarecer dúvidas sobre procedimentos clínicos, ações de saúde e questões relativas ao processo de trabalho";

Considerando o parecer do CRM/SC n. 2314/2022, que aprova o uso da teleconsultoria como ferramenta da telemedicina e ato ético pelo benefício trazido a população;



MUNICÍPIO DE  
ITAJAÍ

Considerando que, as respostas de teleconsultoria são baseadas na melhor evidência científica disponível, adaptada para as realidades locais e seguindo os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e da APS;

Considerando a Deliberação 142/CIB/2016 que implantou a utilização da teleconsultoria pela Central Estadual de Regulação Ambulatorial, em que previamente ao encaminhamento ambulatorial para a especialidade, seja realizada de forma compulsória a teleconsultoria clínica;

Considerando que, a teleconsultoria na Neurologia pediatria busca instrumentalizar, aumentar o protagonismo das equipes da Atenção Básica e qualificar o acesso dos usuários aos especialistas, assim como, evitar encaminhamentos desnecessários e diminuir o tempo de espera da consulta;

## RESOLVE:

Art. 1º DISPONIBILIZAR a utilização da Teleconsultoria na modalidade **COMPULSÓRIA** pelos **médicos generalistas** para consulta em **NEUROLOGIA PEDIATRIA**;

§ 1º A utilização da Teleconsultoria tem como objetivos: qualificar a Atenção Primária à Saúde (APS) por meio da educação permanente; melhorar a resolubilidade dos médicos da APS por meio do apoio da teleconsultoria clínica e qualificar o acesso à Atenção Especializada;

§ 2º O teleconsultor poderá sugerir manejo na APS e/ou sugerir o encaminhamento para as especialidades, de acordo com a necessidade de cada caso.

§ 3º É vedado o uso da teleconsultoria para os casos de urgência e emergência, que seguirão fluxo específico, de acordo com a necessidade de cada caso.

§ 4º As solicitações com intenção de encaminhamento para a **NEUROLOGIA PEDIATRIA** deverão ter o conteúdo descritivo mínimo que deve ser suficiente para caracterizar a indicação do encaminhamento, conforme o Protocolo de Acesso da especialidade disponibilizado pelo município;

Art. 2º As solicitações de exames de alto custo pelo profissional médico da APS, poderão ser autorizadas, mediante solicitação realizada pelo teleconsultor, no sentido da qualificação do acesso.

Art.3º A resposta da teleconsultoria deverá ser registrada pelo profissional solicitante no prontuário eletrônico utilizado no município;



MUNICÍPIO DE  
ITAJAÍ

Art. 4º Quando o solicitante receber orientação de encaminhamento para avaliação presencial com o profissional médico especialista, este se dará da seguinte forma:

§1º O encaminhamento para consulta presencial com o especialista deverá ser inserido via sistema SISREG na classificação estipulada pelo teleconsultor, devendo ser informado o número da teleconsultoria e o quadro clínico que motivou o encaminhamento;

§2º O usuário deverá comparecer a consulta presencial com o encaminhamento completo e/ou resposta do teleconsultor em anexo;

§3º O médico solicitante deve atentar para orientação fornecida nos casos de encaminhamento para Tratamento Fora Domicílio (TFD) e emitir o documento para **referenciamento correspondente conforme fluxo estabelecido pelo Complexo Regulador Municipal**;

Art. 4º O fluxo de teleconsultoria para **NEUROLOGIA PEDIATRIA**, terá início a partir do dia 21 de outubro de 2024.

Art. 5º A proposta de estabelecimento de fluxos consultivos e compulsórios de teleconsultorias, poderão ser progressivamente ampliadas para outras especialidades, conforme a disponibilidade de especialistas na Rede Municipal de Itajaí e necessidade de qualificação da Atenção Básica.

Art 6º Esta instrução normativa não substitui as anteriores, que permanecem em vigor.

Itajaí, 11 de outubro de 2024.

EMERSON ROBERTO DUARTE  
Secretário Municipal de Saúde de Itajaí



## ATOS DO SEMASA



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA  
SANEAMENTO BÁSICO  
E INFRAESTRUTURA

Rua Heitor Liberato\* 1189 - Vila Operária  
88303-101 - Itajaí - Santa Catarina  
Fone: 0800 645 0195 - 47 3344-9000  
www.semasa.itajai.com.br

### PORTARIA 070/2024, DE 14 DE OUTUBRO DE 2024.

#### NOMEIA AGENTE DE CONTRATAÇÕES E EQUIPE DE APOIO DE LICITAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Diretor Geral do SEMASA – Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Infraestrutura, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto nos artigos 6º, incisos I e LX e 8º da Lei Federal nº. 14.133/2021,

#### RESOLVE:

**Art. 1º** - Esta Portaria dispõe sobre a nomeação de Comissão de Contratação, Agente de Contratação e sua Equipe de Apoio para, nos moldes da Lei Federal 14.133/2021 e artigos 5º e 6º da Decreto Municipal 12.840/2023, conduzir os atos das Licitações e Contratos da Autarquia.

**Art. 2º** - Para AGENTE DE CONTRATAÇÃO, nomeia as seguintes servidoras:

- a) ROSIMERI NASCIMENTO – matrícula 208;
- b) ROSMEIRE COELHO PONTES – matrícula nº 212.

**Parágrafo Primeiro** - As atribuições da Agente de Contratação deverão ser exercidas individual e intercaladamente em cada processo licitatório a depender da necessidade, considerando, assim, eventuais substituições entre as respectivas servidoras.

**Parágrafo Segundo** - No âmbito da modalidade pregão, a Agente de Contratação será designada pregoeira.

**Art. 3º** Para composição da COMISSÃO DE CONTRATAÇÕES, nomeia os seguintes servidores:

- a) DOUGLAS VALIM – matrícula 465;
- b) JUAREZ CAMPOS – matrícula 089;
- c) JOSÉ ELIAS FERREIRA – matrícula 281;
- d) CRISTIANE MILLAN DE MATTOS ESTANISLAU – matrícula 487
- e) MAYCON MODESTO VARGAS – matrícula 215
- f) FRANCIELE OLIVEIRA TRINDADE MAZUIIM – matrícula 489

**Art. 4º** Para composição da EQUIPE DE APOIO, nomeia os seguintes servidores:

- a) DOUGLAS VALIM – matrícula 465;
- b) JUAREZ CAMPOS – matrícula 089;
- c) JOSÉ ELIAS FERREIRA – matrícula 281;
- d) CRISTIANE MILLAN DE MATTOS ESTANISLAU – matrícula 487



PREFEITURA DE  
**ITAJAÍ**

Rua Heitor Liberato\* 1189 - Vila Operária  
88303-101 - Itajaí - Santa Catarina  
Fone: 0800 645 0195 - 47 3344-9000  
www.semasa.itajai.com.br



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA  
SANEAMENTO BÁSICO  
E INFRAESTRUTURA

- e) MAYCON MODESTO VARGAS – matrícula 215
- f) FRANCIELE OLIVEIRA TRINDADE MAZUIIM – matrícula 489

**Parágrafo Único** - A Agente de Contratação convocará os membros da Equipe de Apoio quando necessário e delegará as atribuições para o regular desenvolvimento das licitações e contratações do SEMASA.

**Art. 5º** - A Agente de Contratação e a Comissão de Contratação poderão convocar servidores públicos da Autarquia que possuam conhecimento técnico acerca do objeto da licitação, para auxiliarem em atos dos certames.

**Art. 6º** – Ficam revogados os termos da Portaria 039/2024, de 09 de julho de 2024.

**Art. 7º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência e cumpra-se.

Itajaí, 14 de outubro de 2024.

Diego Antônio da Silva  
Diretor Geral



PREFEITURA DE  
**ITAJAÍ**



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA  
SANEAMENTO BÁSICO  
E INFRAESTRUTURA

Rua Heitor Liberato\* 1189 - Vila Operária  
88303-101 - Itajaí - Santa Catarina  
Fone: 0800 645 0195 - 47 3344-9000  
www.semasa.itajai.com.br

### PORTARIA 071/2024, DE 16 DE OUTUBRO DE 2024.

#### ERRATA:

O Diretor Geral do SEMASA – Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Infraestrutura, resolve RETIFICAR a portaria nº 069/2024 publicada no jornal do Município, Ano XXII, Edição Nº 2860 – 09 de outubro de 2024, que nomeia o servidor:

Onde se lê: “ARTHUR LEITE”

Leia-se: “ARTHUR LEITE DA SILVA”

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

DIEGO ANTONIO DA SILVA  
Diretor Geral



PREFEITURA DE  
**ITAJAÍ**

### EXTRATO DE ADITIVO

Processo Administrativo Nº 2022-FAT-076597

ADITIVO Nº 002 ao CONTRATO Nº 079/2022 – IN 017/2022.

CONTRATADO: COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS ADVOGADOS DE SANTA CATARINA – SICOOB ADVOCACIA – CNPJ: 05.861.932/0001-42. REPRESENTANTE LEGAL: FABIANO VALENTE SARDA, portador da cédula de identidade sob nº 204.\*\*\*-\* e inscrito no CPF sob n. 671.6\*\*.\*\*\*-\*\*. OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA AUTORIZADA A FUNCIONAR PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL NA FORMA DE BANCO MÚLTIPLO, COMERCIAL OU COOPERATIVO E COOPERATIVA DE CRÉDITO, EM PROCEDER A ARRECADAÇÃO DE FATURA(S) DE SERVIÇOS EMITIDAS PELO SEMASA. O valor do presente aditivo é de R\$ 2.821,50 (Dois mil e oitocentos e vinte e um reais e cinquenta centavos). Renovação do Contrato de Nº 079/2022, por mais 12 (doze) meses, de 08/11/2024 a 08/11/2025.

Data Assinatura: 16/10/2024.

Itajaí/SC, 16 de outubro de 2024.

Diego Antônio da Silva  
Diretor Geral

### EXTRATO DE ADITIVO

ADITIVO 003 – CONTRATO 012/2024

Processo Administrativo Nº 2023-SAN-084324

Aditivo 003 - Contrato Nº 012/2024 – CC 001/2024

Contratada: BOSCH METAL LIGA LTDA. CNPJ: 10.809.809/0001-12. Sócio Administrador: Francisco de Assis Bosch – CPF nº 393.3\*\*.\*\*\*-\*\*. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DA UNIDADE DE EXAUSTÃO E TRATAMENTO DE GASES DA ETE CIDADE NOVA. O Contrato terá seu prazo de execução prorrogado por mais 30 (trinta) dias, ou seja, de 15/10/2024 a 14/11/2024. O prazo de vigência mantém-se em 15/01/2025. O fornecimento deverá estar de acordo com a Lei 14.133/21 e suas alterações.

Data de Assinatura: 15/10/2024.

Itajaí/SC, 15 de outubro de 2024.

Diego Antônio da Silva  
Diretor Geral - SEMASA





**EXTRATO DE ADITIVO**

**ADITIVO 004 – CONTRATO 017/2024**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2024-ETE-086206**

**Aditivo 004 - Contrato Nº 017/2024 – IN 003/2024**

**Contratada:** OXMAIS COMERCIO E SERVIÇOS PARA TRATAMENTO DE AGUA LTDA, CNPJ: 44.385.154/0001-14. **Sócio administrador:** Marcelo Ramos Pires Leal, CPF sob o nº 659.8\*\*.\*-\*\*-\*\*. **Objeto:** Contratação de empresa para o fornecimento de produto químico para teste de desinfecção de esgoto em planta, na Estação de Tratamento de Esgoto Cidade Nova - ETE CIDADE NOVA - ITAJAÍ/SC. O Contrato terá seu prazo de execução prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, ou seja, de 16/10/2024 a 15/12/2024. Seu prazo de vigência fica mantido em 16/01/2025. O fornecimento deverá estar de acordo com a Lei 14.133/2021 e suas alterações. **Data de Assinatura:** 15/10/2024.

**Itajaí/SC, 15 de outubro de 2024.**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024**

**Processo Administrativo Nº 2024-CAM-089701**

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 072/2024**

**Contratada:** RAEM INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA; CNPJ sob nº 03.984.588/0001-53. **Diretora:** Sr(a). Rosilene Aparecida Dias Fonseca, CPF de nº 986.0\*\*.\*-\*\*-\*\*. **Objeto:** AQUISIÇÃO DE LACRES TIPO CORDOALHA, AUTOTRAVANTES, NUMERADOS E IDENTIFICADOS; PORCAS, TUBETES, EXTENSORES E ADAPTADORES COM REGISTRO PARA UTILIZAÇÃO NAS LIGAÇÕES E MANUTENÇÕES. O valor Global deste contrato é de R\$ 51.970,00 (Cinquenta e um mil, novecentos e setenta reais). O prazo de entrega dos produtos é de até 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data de assinatura do contrato. O prazo de vigência será até 31/12/2024. O serviço deverá estar de acordo com a Lei 14.133/21 e suas alterações. **Data de Assinatura:** 15/10/2024.

**Itajaí/SC, 15 de outubro de 2024.**

**Diego Antônio da Silva**  
**Diretor Geral**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024**

**Processo Administrativo Nº 2024-CAM-089701**

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 073/2024**

**Contratada:** SANELPLED COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI; CNPJ sob nº 42.923.886.0001-95. **Diretora:** Sr(a). Elaine da Silva, CPF de nº 055.3\*\*.\*-\*\*-\*\*. **Objeto:** AQUISIÇÃO DE LACRES TIPO CORDOALHA, AUTOTRAVANTES, NUMERADOS E IDENTIFICADOS; PORCAS, TUBETES, EXTENSORES E ADAPTADORES COM REGISTRO PARA UTILIZAÇÃO NAS LIGAÇÕES E MANUTENÇÕES. O valor Global deste contrato é de R\$ 43.750,00 (Quarenta e três mil e setecentos e cinquenta reais). O prazo de entrega dos produtos é de até 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data de assinatura do contrato. O prazo de vigência será até 31/12/2024. O serviço deverá estar de acordo com a Lei 14.133/21 e suas alterações. **Data de Assinatura:** 15/10/2024.

**Itajaí/SC, 15 de outubro de 2024.**

**Diego Antônio da Silva**  
**Diretor Geral**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024**

**Processo Administrativo Nº 2024-CAM-089701**

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 074/2024**

**Contratada:** METALACRE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LACRES LTDA; CNPJ

sob nº 52.924.099/0001-11. **Diretora:** Sr(a). Luiz Antônio Guimarães de Carlis, CPF de nº 911.0\*\*.\*-\*\*-\*\*. **Objeto:** AQUISIÇÃO DE LACRES TIPO CORDOALHA, AUTOTRAVANTES, NUMERADOS E IDENTIFICADOS; PORCAS, TUBETES, EXTENSORES E ADAPTADORES COM REGISTRO PARA UTILIZAÇÃO NAS LIGAÇÕES E MANUTENÇÕES. O valor Global deste contrato é de R\$ 63.600,00 (Sessenta e Três mil e seiscentos reais). O prazo de entrega dos produtos é de até 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data de assinatura do contrato. O prazo de vigência será até 31/12/2024. O serviço deverá estar de acordo com a Lei 14.133/21 e suas alterações.

**Data de Assinatura:** 15/10/2024.

**Itajaí/SC, 15 de outubro de 2024.**

**Diego Antônio da Silva**  
**Diretor Geral**

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 057/2024**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2024-DTI-091618**

Contratação de empresa especializada no treinamento em análise de fluxo de dados, para formação Analytics Engineer, no formato online, com 540 horas de carga horária total, com conteúdo disponibilizado por 24 meses.

Vistos etc.

Ratifico e aprovo o processo de inexigibilidade supra identificado, com fundamento no artigo 74, inciso III, alínea “f”, da lei 14.133/2021, para a contratação de empresa especializada no treinamento em análise de fluxo de dados, para formação Analytics Engineer, no formato online, com 540 horas de carga horária total, com conteúdo disponibilizado por 24 meses, ministrado pela empresa SUCESSO TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO LTDA, CNPJ nº 13.183.890/0001-66, pelo preço global de R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais), tendo em vista o orçamento da empresa e as razões e justificativas constantes no processo.

**Itajaí, 11 de outubro de 2024.**

**Diego Antônio da Silva**  
**Diretor Geral - SEMASA**

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 055/2024**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2024-ETE-091005**

Contratação de empresa especializada objetivando a inscrição para participação no 35º Encontro Técnico AESabesp e na Feira Nacional de Saneamento e Meio Ambiente - FENASAN, no município de São Paulo - SP, no formato presencial, entre os dias 22 e 24 de outubro de 2024, da ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA SABESP.

Vistos etc.

Ratifico e aprovo o processo de inexigibilidade supra identificado, com fundamento no artigo 74, inciso III, alínea “f”, da lei 14.133/2021, para a contratação de empresa especializada objetivando a inscrição para participação no 35º Encontro Técnico AESabesp e na Feira Nacional de Saneamento e Meio Ambiente - FENASAN, no município de São Paulo - SP, no formato presencial, entre os dias 22 e 24 de outubro de 2024, ministrado pela ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA SABESP, CNPJ nº 56.765.472/0001-90, pelo preço global de R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais), tendo em vista o orçamento da empresa e as razões e justificativas constantes no processo.

**Itajaí, 10 de outubro de 2024.**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2024**

**Processo Administrativo Nº 2024-SUP-088782**

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 071/2024**

**Contratada:** BRASIL CHAIRS IMPORTACAO LTDA; CNPJ sob nº 15.378.978/0001-69. **Sócio Administrador:** Sr(a). Ronaldo Luiz Pinho, CPF de nº 534.0\*\*.\*-\*\*-\*\*. **Objeto:** Aquisição de cadeiras para escritório. O valor Global deste contrato é de R\$ 40.500,00 (Quarenta mil e quinhentos reais). O prazo de execução será de 10 (dez) dias contados da data de assinatura do contrato e o prazo de vigência será de 90 (noventa) dias após o término do prazo de execução. O serviço deverá estar de acordo com a Lei 14.133/21 e suas alterações. **Data de Assinatura:** 10/10/2024.

**Itajaí/SC, 10 de outubro de 2024.**

Diego Antônio da Silva  
Diretor Geral

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 056/2024  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2024-LIC-091853

Contratação de empresa especializada na renovação do curso Jornada Pregão Eletrônico Lei 14.133/2021 e IN 073/2023, sistema Compras.gov.br e Portal de Compras Públicas, via online e assinatura por 12 meses, incluindo grupo fechado no Whatsapp para sanear dúvidas.

Vistos etc.

Ratifico e aprovo o processo de inexigibilidade supra identificado, com fundamento no artigo 74, inciso III, alínea “f”, da lei 14.133/2021, para a contratação de empresa especializada na renovação do curso Jornada Pregão Eletrônico Lei 14.133/2021 e IN 073/2023, sistema Compras.gov.br e Portal de Compras Públicas, via online e assinatura por 12 meses, incluindo grupo fechado no Whatsapp para sanear dúvidas, ministrado pela empresa NADIA APARECIDA DALL AGNOL - CONSULTORIA, CNPJ nº 12.095.355/0001-90, pelo preço global de R\$ 1.994,00 (mil, novecentos e noventa e quatro reais), tendo em vista o orçamento da empresa e as razões e justificativas constantes no processo.

Itajaí, 10 de outubro de 2024.

Diego Antônio da Silva  
Diretor Geral - SEMASA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 054/2024  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2024-ETS-091585

Contratação de empresa especializada na realização do curso de Análise de Certificados de Calibração, nos dias 28 a 30/10/2024, no formato online, com 09 (nove) horas de carga horária total.

Vistos etc.

Ratifico e aprovo o processo de inexigibilidade supra identificado, com fundamento no artigo 74, inciso III, alínea “f”, da lei 14.133/2021, para a contratação de empresa especializada na realização do curso de Análise de Certificados de Calibração, nos dias 28 a 30/10/2024, no formato online, com 09 (nove) horas de carga horária total, ministrado pela empresa REDE METROLÓGICA DE MINAS GERAIS, CNPJ nº 10.698.532/0001-06, pelo preço global de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), tendo em vista o orçamento da empresa e as razões e justificativas constantes no processo.

Itajaí, 11 de outubro de 2024.

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2024

Processo Administrativo Nº 2024-AGU-090382

REGISTRO NO TCE/SC Nº 1D896ED525E0567937FB6024D903519C93BC8469

O SEMASA – Serviço Municipal de Água, Saneamento e Infraestrutura, situado à Rua Heitor Liberato, 1.189 – Vila Operária – Itajaí – SC, torna público, que fará realizar licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO destinado à Aquisição de tubos e conexões de PEAD para rede de abastecimento de água do Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Infraestrutura - SEMASA do município de Itajaí - SC, mediante as especificações e condições previstas no EDITAL, sob a regência da Lei nº 14.133/2021, da Instrução Normativa SEGES/MPE nº 073/2022, da Lei Complementar nº 123/06, do Decreto Federal nº 8.538/15, do Decreto Municipal 12.840/2023. O EDITAL encontra-se à disposição dos interessados para verificação no Departamento de Licitações do SEMASA, das 13 às 19 horas, de segunda a sexta-feira, ou poderão fazer o download, através dos sites [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e [www.semasaitajai.com.br/licitacoes](http://www.semasaitajai.com.br/licitacoes).

A sessão pública ocorrerá às 14:00 horas do dia 25 de outubro de 2024, no Portal de Compras do Governo Federal – [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), com participação aberta à proponentes e ao público.

Itajaí/SC, 14 de outubro de 2024

Diego Antônio da Silva  
Diretor Geral

## ATOS DO GABINETE



Despacho nº 114/2024/ PGM

Determina a abertura de procedimento administrativo para verificação da manutenção ou anulação da advertência aplicada à servidora Walkiria Pinto de Azevedo, em 30 de agosto de 2023, pela Gerente da Unidade Básica de Saúde.

**CONSIDERANDO** o poder de autotutela da Administração Pública, em especial o comando da Súmula 473 do STF, pela qual “A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos”;

**CONSIDERANDO** o teor da Comunicação Interna nº 1160/2024/PGM/CPND, que embasa o Despacho nº 95/2024/PGM, ambos proferidos no bojo do Processo Administrativo Disciplinar nº 002/2024;

**CONSIDERANDO** que nos documentos acima citados foi apontado a existência da aplicação da penalidade de advertência em desfavor servidora Walkiria Pinto de Azevedo, em 30 de agosto de 2023, pela Gerente da Unidade Básica de Saúde (UBS);

**CONSIDERANDO** que há em trâmite na Procuradoria-Geral do Município procedimento disciplinar para apurar os mesmos fatos que foram objeto da advertência o qual, em última instância, caso comprovados os fatos, poderia resultar na aplicação de penalidade disciplinar, causando assim violação ao princípio do *ne bis idem*;

**CONSIDERANDO** a existência de elementos fáticos e jurídicos que indicam, em tese, a nulidade da advertência devido à falta de competência da gerência da UBS que aplicou a sanção, bem como a aplicação de penalidade errônea, por violação ao princípio da proporcionalidade



Rua Alberto Werner, nº 100 – Vila Operária – Itajaí/SC  
Telefone: (47) 3341-6001 | [www.itajai.sc.gov.br](http://www.itajai.sc.gov.br)



DETERMINO:

1. A abertura de procedimento administrativo, devidamente autuado e numerado, para verificação da manutenção ou anulação da advertência aplicada à servidora Walkiria Pinto de Azevedo, em 30 de agosto de 2023, pela Gerente da Unidade Básica de Saúde.
2. Que o servidor Waldyr da Rocha Santos Junior (Gerente – Matrícula 2123104) conduza a instrução do presente procedimento, com poder de decidir todas as questões correlatas e
3. Que publique-se, e se faça a distribuição do presente processo para os trâmites consecutivos, e, ao final, me voltem os autos conclusos para decisão final.

VOLNEI JOSE  
MORASTONI:1718  
5173949

Assinado de forma digital por  
VOLNEI JOSE  
MORASTONI:17185173949  
Data: 2024.10.11 15:37:47  
-03'00'

**VOLNEI JOSÉ MORASTONI**  
Prefeito do Município

Itajaí, 10 de outubro de 2024.



**Despacho n° 115/2024/ PGM**

Determina a abertura de procedimento administrativo para verificação da manutenção ou anulação da advertência aplicada à servidora Barbara Eliane Matos, em 30 de agosto de 2023, pela Gerente da Unidade Básica de Saúde.

**CONSIDERANDO** o poder de autotutela da Administração Pública, em especial o comando da Súmula 473 do STF, pela qual "A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos";

**CONSIDERANDO** o teor da Comunicação Interna n° 1159/2024/PGM/CPND, que embasa o Despacho n° 94/2024/PGM, ambos proferidos no bojo do Processo Administrativo Disciplinar n° 001/2024;

**CONSIDERANDO** que nos documentos acima citados foi apontado a existência da aplicação da penalidade de advertência em desfavor servidora Barbara Eliane Matos, em 30 de agosto de 2023, pela Gerente da Unidade Básica de Saúde (UBS);

**CONSIDERANDO** que há em trâmite na Procuradoria-Geral do Município procedimento disciplinar para apurar os mesmos fatos que foram objeto da advertência o qual, em última instância, caso comprovados os fatos, poderia resultar na aplicação de penalidade disciplinar, causando assim violação ao princípio do *ne bis idem*;

**CONSIDERANDO** a existência de elementos fáticos e jurídicos que indicam, em tese, a nulidade da advertência devido à falta de competência da gerência da UBS que aplicou a sanção, bem como a aplicação de penalidade errônea, por violação ao princípio da proporcionalidade



Rua Alberto Werner, n° 100 – Vila Operária – Itajaí/SC  
Telefone: (47) 3341-6001 | www.itajai.sc.gov.br

**DETERMINO:**

1. A abertura de procedimento administrativo, devidamente autuado e numerado, para verificação da manutenção ou anulação da advertência aplicada à servidora Barbara Eliane Matos, em 30 de agosto de 2023, pela Gerente da Unidade Básica de Saúde.
2. Que o servidor Waldyr da Rocha Santos Junior (Gerente – Matrícula 2123104) conduza a instrução do presente procedimento, com poder de decidir todas as questões correlatas e
3. Que publique-se, e se faça a distribuição do presente processo para os trâmites consecutivos, e, ao final, me voltem os autos conclusos para decisão final.

VOLNEI JOSÉ  
MORASTONI:1718  
5173949

Assinado de forma digital por  
VOLNEI JOSÉ  
MORASTONI:171815173949  
Data: 2024.10.11 15:37:03  
+03'00'

**VOLNEI JOSÉ MORASTONI**  
Prefeito do Município

Itajaí, 10 de outubro de 2024.

**PORTARIA N.º 4336/2024**

O Prefeito Municipal de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, consoante ao SIPE n 305142/2024-e, e Solicitação de Provimento de Cargos, advinda da Secretaria Municipal de Saúde e considerando a realização Concurso Público conforme Edital n° 001/2023, de 23 de outubro de 2023, publicado no Jornal do Município - Edição n° 2737, de 10 de novembro de 2023, com resultado de pontuação final, publicado no Jornal do Município - Edição n° 2784, de 13 de março de 2024, resultado final homologado pelo Decreto n° 13.202, de 18 de março de 2024, publicado no Jornal do Município - Edição n° 2786, de 20 de março de 2024, resolve **NOMEAR POR CONCURSO**, nos termos do artigo 11, inciso II, da Lei n° 2.960, de 03 de abril de 1995, o classificado abaixo relacionado, para exercer o cargo de provimento efetivo de **CIRURGIÃO DENTISTA**, Categoria 7, Grupo Especialista, Faixa I, Padrão A. 15 (quinze) horas semanais, junto à **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**.

Nome	Classificação
LUIZ ANTONIO DA CUNHA SILVEIRA FILHO	03

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**VOLNEI JOSÉ MORASTONI**  
Prefeito Municipal de Itajaí

**PORTARIA N.º 4337/2024**

O Prefeito Municipal de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, consoante aos SIPEs n° 305959-305967-305886/2024-e, e aos requerimentos dos servidores, e nos termos do Art. 4º, da Lei Complementar n° 360, de 20 de dezembro de 2019, resolve **CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO – GCCG**, correspondente a 10% (dez por cento) do vencimento, aos servidores relacionados abaixo:

Matrícula	Nome	Cargo	A contar de:
1891701	Marcio Luis Menegazzi	Técnico em Enfermagem	07/10/2024
2186101	Melize Pires da Veiga	Técnico em Enfermagem	04/10/2024
2175401	Simone Senko da Silva	Técnico em Enfermagem	27/09/2024

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**VOLNEI JOSÉ MORASTONI**  
Prefeito Municipal de Itajaí

**PORTARIA N.º 4338/2024**

O Prefeito Municipal de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso V, da Lei Orgânica do Município, resolve **EXONERAR**, nos termos do artigo 38, inciso II, letra a, da Lei n° 2.960, de 03 de abril de 1995, **LEONARDO OLÍMPIO GOMES**, matrícula n° 2629801, ocupante do cargo de provimento em comissão de **DIRETOR EXECUTIVO DE SERVIÇOS**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**, a contar de 17 de outubro de 2024.

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**VOLNEI JOSÉ MORASTONI**  
Prefeito Municipal de Itajaí

**PORTARIA N.º 4342/2024**

**PORTARIA N.º 4339/2024**

O Prefeito Municipal de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso V, da Lei Orgânica do Município, e considerando a Lei Complementar nº 337, de 20 de dezembro de 2018, resolve **NOMEAR**, nos termos do artigo 11, inciso I, da Lei nº 2.960, de 03 de abril de 1995, **SERGIO RODRIGO REBELO BANG**, para exercer o cargo de provimento em comissão de **DIRETOR EXECUTIVO DE SERVIÇOS**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**.

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**VOLNEI JOSÉ MORASTONI**  
Prefeito Municipal de Itajaí

**PORTARIA N.º 4340/2024**

O Prefeito Municipal de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e nos termos do artigo 20, § 3º, da Lei nº 2.960, de 03 de abril de 1995, consoante ao SIPE nº 304693/2024-e, da Secretaria Municipal de Saúde, resolve **TORNAR SEM EFEITO** a admissão para exercer Emprego Público, da classificada abaixo relacionada, no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, constante na Portaria nº 4071, de 27 de setembro de 2024, publicada no Jornal do Município - Edição nº 2855, de 27 de setembro de 2024:

**OPÇÃO 04:**

Nome	Classificação
ANA CAROLINA DE CRISTO LEITE	03

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**VOLNEI JOSÉ MORASTONI**  
Prefeito Municipal de Itajaí

**PORTARIA N.º 4341/2024**

O Prefeito Municipal de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, consoante à Solicitação de Provimento de Cargos, advinda da Secretaria Municipal de Saúde e considerando a realização Concurso Público na modalidade de contratação CLT, conforme Edital nº 002/2023, de 23 de outubro de 2023, publicado no Jornal do Município - Edição nº 2737, de 10 de novembro de 2023, com resultado de pontuação final, publicado no Jornal do Município - Edição nº 2784, de 13 de março de 2024, resultado final homologado pelo Decreto nº 13.202, de 18 de março de 2024, publicado no Jornal do Município - Edição nº 2786, de 20 de março de 2024, resolve **ADMITIR PARA EXERCER EMPREGO PÚBLICO**, no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**, da **ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA**, 40 (quarenta) horas semanais, junto à **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, à classificada abaixo relacionada:

**OPÇÃO 04:**

Nome	Classificação
REBECA SULAMITA DIAS JIAQUETTO	04

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**VOLNEI JOSÉ MORASTONI**  
Prefeito Municipal de Itajaí

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 0036/2021, de 01 de janeiro de 2021, publicada no Jornal do Município - Edição nº 2350, de 06 de janeiro de 2021, resolve **RETIFICAR** a Portaria nº 4153/2024, de 04 de outubro de 2024, Publicada no Jornal do Município - Edição nº 2858 de 04 de outubro de 2024, que concedeu Redução de Parte de Jornada de Trabalho ao servidor **RAFAEL OLIVEIRA ALENCAR**, matrícula nº 2258903:

**Onde se lê:** "RAFAEL OLIVEIRA ALENCAR".  
**Leia-se:** "RAFAELA OLIVEIRA ALENCAR".

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**WILSON NELSON DUARTE**  
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

**PORTARIA N.º 4343/2024**

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 0036/2021, de 01 de janeiro de 2021, publicada no Jornal do Município - Edição nº 2350, de 06 de janeiro de 2021, consoante às C.Is nº 2326/2024 -1133/2023, da Secretaria Municipal de Educação, e de acordo com o Processo Seletivo disciplinado pelo Edital nº 037/2023, de 04 de setembro de 2023, publicado no Jornal do Município - Edição nº 2716, de 06 de setembro de 2023 e Edital nº 059/2023 de resultado Final, publicado no Jornal do Município - Edição nº 2745, de 01 de dezembro de 2023, homologado pelo Decreto nº 13.103, de 07 de dezembro de 2023, publicado no Jornal do Município - Edição nº 2747, de 08 de dezembro de 2023, resolve, **PRORROGAR O CONTRATO DO PROFESSOR ADMITIDO POR PRAZO DETERMINADO**, nos termos do parágrafo único - artigo 4º, da Lei nº 5.194, de 04 de novembro de 2008, junto à **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, com respectiva carga horária, função e período:

Matricula	Nome	Carga Horária	Função	Disciplina	Quadro de Pessoal do Magistério	Período
2664301	Aretusa Luciana de Freitas Scharf	40h	Professor	Educação Infantil	Especial	15/10 a 17/12/2024

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**WILSON NELSON DUARTE**  
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas



**PORTARIA N.º 4344/2024**

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 0036/2021, de 01 de janeiro de 2021, publicada no Jornal do Município – Edição nº 2350, de 06 de janeiro de 2021, e consoante à C.I. nº 1097/2024, da Gerência de Perícia Médica e Saúde Ocupacional, resolve **CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, em conformidade com o artigo 8º, da Lei Complementar nº 180, de 17 de dezembro de 2010, aos servidores abaixo relacionados, com seu respectivo cargo e período:

NOME	MATRICULA	CARGO	DIAS	PERÍODO DE AFASTAMENTO
CAROLINE PORCELIS VARGAS	2240101	ENFERMEIRO	1	27/08/24
CRISTIANO THEODORO	435501	TÉCNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	1	22/08/24
ELIZANE GONÇALVES DUARTE	1666906	AGENTE DE APOIO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL	1	22/08/24
EVELYN DE OLIVEIRA	2405001	AGENTE EM ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO	1	21/08/2024
MARIA DA LUZ BRITO	165101	PROFESSOR	1	27/08/24
MARIA REGINA SILVA DE SOUZA	857801	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	14	13/09/24 A 26/09/24
MARILI WERNER MARQUIOLI	1082005	PROFESSOR	45	10/09/24 A 24/10/24
NEIDE APARECIDA DE CARVALHO	1826302	ATENDENTE DE UNIDADE DE SAÚDE	1	28/08/24
RENATO ANTUNES DOS SANTOS FERRAZ	1731801	PROFESSOR	60	13/09/24 A 11/11/24
RITA DE CÁSSIA HEINZEN	1960401	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	1	28/08/24
ROBERTA RECH	1723001	ASSISTENTE SOCIAL	1	27/08/24
VANESSA DE SOUZA FELER	2395401	PROFESSOR	1	27/08/24

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**WILSON NELSON DUARTE**  
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas



**PORTARIA N.º 4345/2024**

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 0036/2021, de 01 de janeiro de 2021, publicada no Jornal do Município – Edição nº 2350, de 06 de janeiro de 2021, e consoante à C.I. nº 1096/2024, da Gerência de Perícia Médica e Saúde Ocupacional, resolve **CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, em conformidade com o artigo 8º, da Lei Complementar nº 180, de 17 de dezembro de 2010, aos servidores abaixo relacionados, com seu respectivo cargo e período:

NOME	MATRICULA	CARGO	DIAS	PERÍODO DE AFASTAMENTO
ALINE HESS DA SILVA	2357701	PROFESSOR	2	27/08/24 A 28/08/24
CARINA CUSTODIO PAULO DOS SANTOS	656502	PROFESSOR	1	26/08/24
ELISANGELA EGGERT	2018501	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	3	23/08/24 E 28/08/24 A 29/08/24
GECILDA RAMOS	2021201	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	2	28/08/24 A 29/08/24
HELY REGINA FERREIRA ORTIZ	688603	PROFESSOR	2	28/08/24 A 29/08/24
INES PALEVODA	1865701	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	2	28/08/24 A 29/08/24
LARISSA CRISTINA DA COSTA GONÇALVES	2190604	PROFESSOR	3	28/08/24 A 30/08/24
MARA REJANE ALVARES DOS SANTOS	2084801	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	2	28/08/24 A 29/08/24
NEIDE CRISTINA SOARES	2426304	AGENTE DE APOIO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL	1	27/08/24
NILVA FELLER SFALCINI	1362413	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	5	26/08/24 A 30/08/24
THAMIRYS BRUNA GONÇALVES C. CASSIMIRO	1682606	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	1	27/08/24
VANESSA BAUMGARTNER SILVERIO DA SILVA	617601	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	1	27/08/24

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**WILSON NELSON DUARTE**  
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas



**PORTARIA N.º 4346/2024**

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 0036/2021, de 01 de janeiro de 2021, publicada no Jornal do Município – Edição nº 2350, de 06 de janeiro de 2021, e consoante à C.I. nº 1125/2024, da Gerência de Perícia Médica e Saúde Ocupacional, resolve **CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, em conformidade com o artigo 8º, da Lei Complementar nº 180, de 17 de dezembro de 2010, aos servidores abaixo relacionados, com seu respectivo cargo e período:

NOME	MATRICULA	CARGO	DIAS	PERÍODO DE AFASTAMENTO
ALESSANDRA DA SILVA	654402	PROFESSOR	01	05/09/24
CAROLINE CRISTINA CARDOSO RITTER	2019201	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	02	05/09/24 A 06/09/24
DENISE GRACIELA CONCEIÇÃO	2098601	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	02	02/09/24 A 03/09/24
ELIANE DE FÁTIMA RAMOS LANA	2289301	PROFESSOR	03	04/09/24 A 06/09/24
JANAINA RIBEIRO DA SILVA	1027303	PROFESSOR	01	05/09/24
MARCIONEI RANK	1107301	MEDICO	01	04/09/24
MARIA AUGUSTA NASCIMENTO B R DOS SANTOS	2297101	AGENTE DE APOIO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL	03	02/09/24 A 04/09/24
MARIA EDUARDA DA SILVA	2474001	AGENTE DE APOIO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL	01	05/09/24
NELCIRA APARECIDA COSTA	445902	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	01	06/09/24
SABRINA OLIVEIRA PEREIRA	2284501	AGENTE DE APOIO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL	05	06/09/24 A 10/09/24
SANDRA REGINA DOS SANTOS LEITE	1777502	ATENDENTE DE UNIDADE DE SAÚDE	03	02/09/24 A 04/09/24
SILVIO BONATTI	1714402	MOTORISTA	01	05/09/24

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**WILSON NELSON DUARTE**  
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas



**PORTARIA N.º 4347/2024**

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 0036/2021, de 01 de janeiro de 2021, publicada no Jornal do Município – Edição nº 2350, de 06 de janeiro de 2021, consoante às C.I.s nº 2325/2024 e 2568/2023, advindas da Secretaria Municipal de Educação, e de acordo com o Edital nº 007/2024 – Chamada Pública para ACT's – Seleção por Nível de Escolaridade, publicado no Jornal do Município - Edição nº 2782, de 08 de março de 2024, resolve **ADMITIR POR PRAZO DETERMINADO**, nos termos da Lei nº 5.194, de 04 de novembro de 2008, junto à **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, com respectiva carga horária, função e período:

Nome	Carga Horária	Função	Disciplina	Quadro de Pessoal do Magistério	Período
Rafael Martins	10h	Professor	Educação Física	Permanente	16/10 a 17/12/2024
Sara Braz Pereira	30h	Professor	Educação Infantil	Permanente	16/10 a 16/12/2024

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**WILSON NELSON DUARTE**  
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas



**PORTARIA N.º 4348/2024**

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria n.º 0036/2021, de 01 de janeiro de 2021, publicada no Jornal do Município – Edição n.º 2350, de 06 de janeiro de 2021, e consoante à C.I. n.º 1127/2024, da Gerência de Perícia Médica e Saúde Ocupacional, resolve **CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, em conformidade com o artigo 8º, da Lei Complementar n.º 180, de 17 de dezembro de 2010, aos servidores abaixo relacionados, com seu respectivo cargo e período:

NOME	MATRICULA	CARGO	DIAS	PERÍODO DE AFASTAMENTO
ADRIANA DA SILVA PEREIRA	1863701	AGENTE DA AUTORIDADE DE TRÂNSITO	04	28/08/24 A 31/08/24
CHARLES RODRIGUES	1142701	BIBLIOTECÁRIO	02	01/09/24 A 02/09/24
FERNANDA CAROLINA DOS SANTOS	2515801	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	02	29/08/24 A 30/08/24
LÍVIA LEAL MACHADO	1621402	ATENDENTE DE UNIDADE DE SAÚDE	01	02/09/24
LUCIANA MARI MENDONÇA HOSTINS DA SILVA	2083001	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	01	29/08/24
MARCIA HELENA PASSOS DE OLIVEIRA	1553712	ATENDENTE DE UNIDADE DE SAÚDE	01	29/08/24
MARLENE LOPES CARDOSO	738401	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	03	02/09/24 A 04/09/24
MIRIAN ESTER MIX CARDOSO	2064501	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	02	27/08/24 A 28/08/24
RAFAEL JONATAS LOURENCI STORINO	1657002	MÉDICO	01	28/08/24
SIMONE APARECIDA DA SILVA	1232801	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	01	30/08/24
THAYSE ESPINDOLA UMBELINO	2282305	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	01	29/08/24
VALDENIZE VINOTTI	1678006	PROFESSOR	01	02/09/24

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**WILSON NELSON DUARTE**  
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

**PORTARIA N.º 4349/2024**

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria n.º 0036/2021, de 01 de janeiro de 2021, publicada no Jornal do Município – Edição n.º 2350, de 06 de janeiro de 2021, e consoante à C.I. n.º 1132/2024, da Gerência de Perícia Médica e Saúde Ocupacional, resolve **CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, em conformidade com o artigo 8º, da Lei Complementar n.º 180, de 17 de dezembro de 2010, aos servidores abaixo relacionados, com seu respectivo cargo e período:

NOME	MATRICULA	CARGO	DIAS	PERÍODO DE AFASTAMENTO
ADRIANA ALVES ROSA	655917	PROFESSOR	01	05/09/24
CLAUDIA MARISE BARWINSKI	845002	ENFERMEIRO	01	06/09/24
ELENIR TERESINHA PEREIRA	858601	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	01	05/09/24
JANINE SILARA VENTURI	1133201	FISIOTERAPEUTA	01	06/09/24
JENEFER FARIAS CONDE	2431601	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	05	09/09/24 A 13/09/24
JOSCILENE BERNHARDT	814601	CIRURGIÃO DENTISTA	01	02/09/24
JULIANE DEL CASTANHIEL	1621304	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	03	04/09/24 A 06/09/24
KARIN FRANCIELLY DIAS DA SILVA	1904103	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	03	02/09/24 A 04/09/24
KARLA ADRIANA PEREIRA DE PAULA	829401	PROFESSOR	02	02/09/24 A 03/09/24
MARIA MALVINA ZABINI	2182601	ATENDENTE DE UNIDADE DE SAÚDE	01	06/09/24
ROSANGELA PEREIRA SILVA	1682904	PROFESSOR	02	05/09/24 A 06/09/24
SIDINEI MARCOS LAZZAROTTO	1502601	PROFESSOR	02	04/09/24 A 05/09/24

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**WILSON NELSON DUARTE**  
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

**PORTARIA N.º 4350/2024**

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria n.º 0036/2021, de 01 de janeiro de 2021, publicada no Jornal do Município – Edição n.º 2350, de 06 de janeiro de 2021, e consoante à C.I. n.º 1133/2024, da Gerência de Perícia Médica e Saúde Ocupacional, resolve **CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, em conformidade com o artigo 8º, da Lei Complementar n.º 180, de 17 de dezembro de 2010, aos servidores abaixo relacionados, com seu respectivo cargo e período:

NOME	MATRICULA	CARGO	DIAS	PERÍODO DE AFASTAMENTO
ADRIELLE INGRID DE SOUZA RIBEIRO	2277501	GUARDA MUNICIPAL 2ª CLASSE	01	30/08/24
CAMILA CRISTINA BERNZ	1936203	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	01	02/09/24
CAROLINE CABRAL FERREIRA	1965805	AGENTE DE APOIO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL	01	03/09/24
ESTELA MARIS COELHO	480401	PROFESSOR	01	03/09/24
KATIA REGINA DA VEIGA VENANCIO	1664602	PROFESSOR	01	02/09/24
LEONARDO MARTIM DIAS	2158701	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	01	31/08/24
MARGARETE DA SILVEIRA	1660805	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	01	02/09/24
MARIANA VILELA VEIGA	1876402	MÉDICO	01	30/08/24
MATILDE SOARES DE MIRANDA	742101	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	03	02/09/24 A 04/09/24
NISLEIDE APPARICIO WALTRICK	618601	PROFESSOR	01	02/09/24
RENATO PEGORIM FILHO	1109001	MÉDICO	01	03/09/24
TATIANE MARA FRANCISCO BENTO	2033301	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	01	02/09/24

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**WILSON NELSON DUARTE**  
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

**PORTARIA N.º 4351/2024**

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria n.º 0036/2021, de 01 de janeiro de 2021, publicada no Jornal do Município – Edição n.º 2350, de 06 de janeiro de 2021, e consoante à C.I. n.º 1134/2024, da Gerência de Perícia Médica e Saúde Ocupacional, resolve **CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, em conformidade com o artigo 8º, da Lei Complementar n.º 180, de 17 de dezembro de 2010, aos servidores abaixo relacionados, com seu respectivo cargo e período:

NOME	MATRICULA	CARGO	DIAS	PERÍODO DE AFASTAMENTO
ADRIANA APARECIDA MOSER BITTENCOURT	1502201	PROFESSOR	01	02/09/24
FLAVIO ANDRE DA SILVA	669505	PROFESSOR	01	02/09/24
GABRIELA GONÇALVES DE SOUZA	2220201	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	02	02/09/24 A 03/09/24
GRASIELA ALVES	2085701	ENFERMEIRO	01	31/08/24
JOICE CRISTINA PEREIRA	2316001	ATENDENTE DE UNIDADE DE SAÚDE	01	02/09/24
KEZIA MAUES CRICHI	2218401	ENFERMEIRO	01	30/08/24
LEONILZA DA CRUZ	1728311	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	02	02/09/24 A 03/09/24
MARA REJANE ALVARES DOS SANTOS	2084801	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	01	30/08/24
OTILIA PEREIRA	1259002	ARTIFICE	05	01/09/24 A 05/09/24
REGINA DE SOUZA RANGEL DOS SANTOS	943004	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	01	30/08/24
VANESSA DA SILVA VIEIRA	1666504	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	03	01/09/24 A 03/09/24

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**WILSON NELSON DUARTE**  
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas



**PORTARIA N.º 4352/2024**

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria n.º 0036/2021, de 01 de janeiro de 2021, publicada no Jornal do Município – Edição n.º 2350, de 06 de janeiro de 2021, e consoante à C.I. n.º 1135/2024, da Gerência de Perícia Médica e Saúde Ocupacional, resolve **CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, em conformidade com o artigo 8º, da Lei Complementar n.º 180, de 17 de dezembro de 2010, aos servidores abaixo relacionados, com seu respectivo cargo e período:

NOME	MATRICULA	CARGO	DIAS	PERÍODO DE AFASTAMENTO
NEIDE LILIAN DE AMORIM	1984001	AGENTE DE APOIO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL	01	06/09/2024
RENATA BALDUINO	1290104	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	01	05/09/24
EURÍPEDES MELO NETO	2539801	GUARDA MUNICIPAL 3ª CLASSE	01	05/09/24
GISELE INES PERA	1460204	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	03	04/09/24 A 06/09/24
AMANDA DA SILVA MARCELINO	2461501	AGENTE DE APOIO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL	01	05/09/24
LEANDRO HAMMEL	2086101	ENFERMEIRO	01	06/09/24
GISELLE DA SILVA	2215901	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	02	05/09/24 A 06/09/24
DARLINI GROTH JOHANN	2176001	ATENDENTE DE UNIDADE DE SAÚDE	01	06/09/24
TIBÉRIO ADAO DE OLIVEIRA JUNIOR	2091301	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	01	08/09/24
ADRIANA DA SILVA BANDEIRA	863803	PROFESSOR	05	07/09/24 A 11/09/24
FRANCELLY BEGNOSSI	1539402	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	01	07/09/24
ANA PAULA DA SILVA PRACA	1111201	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	01	04/09/24

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**WILSON NELSON DUARTE**  
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas



**PORTARIA N.º 4353/2024**

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria n.º 0036/2021, de 01 de janeiro de 2021, publicada no Jornal do Município – Edição n.º 2350, de 06 de janeiro de 2021, e consoante à C.I. n.º 1136/2024, da Gerência de Perícia Médica e Saúde Ocupacional, resolve **CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, em conformidade com o artigo 8º, da Lei Complementar n.º 180, de 17 de dezembro de 2010, às servidoras abaixo relacionadas, com seu respectivo cargo e período:

NOME	MATRICULA	CARGO	DIAS	PERÍODO DE AFASTAMENTO
ANA CAROLINA REIS	2089301	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	01	31/08/24
ANA CRISTINA FREITAS CUNHA	1646007	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	03	01/09/24 A 03/09/24
BRUNA KURZ CLASEN DE SOUZA	1953101	FARMACÊUTICO	01	30/08/24
CLAUDIA MARIA VANZUIT BATISTA	728201	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	03	01/09/24 A 03/09/24
CRISTIANA MORAES BORGES	2318101	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	01	29/08/24
DEBORA REGINA FERNANDES	2024603	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	01	02/09/24
ELIZETE REBELLO	1902402	AGENTE DE APOIO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL	02	26/08/24 A 27/08/24
LARA ADRIANA LESKE	2359801	PROFESSOR	03	02/09/24 A 04/09/24
MARIA LUCIANA CARDOSO PEZZINI	1733008	PROFESSOR	03	30/08/24 A 01/09/24
MICHELE MARIA AZEREDO SANTANA	2357101	PROFESSOR	02	02/09/24 A 03/09/24
SANDRA REGINA DE ALMEIDA	1233402	PROFESSOR	01	29/08/24
VANDERLEIA REGINA FREITAS FERREIRA	1168405	ATENDENTE DE UNIDADE DE SAÚDE	01	29/08/24

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**WILSON NELSON DUARTE**  
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas



**PORTARIA N.º 4354/2024**

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria n.º 0036/2021, de 01 de janeiro de 2021, publicada no Jornal do Município – Edição n.º 2350, de 06 de janeiro de 2021, e consoante à C.I. n.º 1130/2024, da Gerência de Perícia Médica e Saúde Ocupacional, resolve **CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, em conformidade com o artigo 8º, da Lei Complementar n.º 180, de 17 de dezembro de 2010, aos servidores abaixo relacionados, com seu respectivo cargo e período:

NOME	MATRICULA	CARGO	DIAS	PERÍODO DE AFASTAMENTO
CRISTINA REGHELIN	1360302	MÉDICO	01	05/09/24
DAIANE AROCHA DA ROSA	1955701	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	01	04/09/24
JOCELINA CLAUDETE DE MENEZES	1267403	ATENDENTE DE UNIDADE DE SAÚDE	02	05/09/24 A 06/09/24
JUCELIA RODRIGUES	854001	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	02	11/09/24 A 12/09/24
MIRIAM DRUMOND COSTA CASAS	1096511	PROFESSOR	04	10/09/24 A 13/09/24
REGINA DE MORAES	1240606	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	01	26/08/24
SILVIANE MARIA VIEIRA VOITIS	1528611	PROFESSOR	01	06/09/24
SÍLVIO FERNANDES JUNIOR	717101	GUARDA PATRIMONIAL	02	08/09/24 A 09/09/24
SIMONE VALERIA PEREIRA CALDAS	796813	PROFESSOR	01	10/09/24
VALERIA BIANCA BATISTA IUNG	1077802	GUARDA PATRIMONIAL	01	10/09/24
ZELEINE INES ROSA	1853901	AGENTE DE APOIO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL	01	04/09/24

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**WILSON NELSON DUARTE**  
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas



**PORTARIA N.º 4355/2024**

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria n.º 0036/2021, de 01 de janeiro de 2021, publicada no Jornal do Município – Edição n.º 2350, de 06 de janeiro de 2021, consoante às C.I.s n.º 2338/2024 -1133/2023, da Secretaria Municipal de Educação, e de acordo com o Processo Seletivo disciplinado pelo Edital n.º 037/2023, de 04 de setembro de 2023, publicado no Jornal do Município – Edição n.º 2716, de 06 de setembro de 2023 e Edital n.º 059/2023 de resultado Final, publicado no Jornal do Município – Edição n.º 2745, de 01 de dezembro de 2023, homologado pelo Decreto n.º 13.103, de 07 de dezembro de 2023, publicado no Jornal do Município – Edição n.º 2747, de 08 de dezembro de 2023, resolve, **PRORROGAR O CONTRATO DO PROFESSOR ADMITIDO POR PRAZO DETERMINADO**, nos termos do parágrafo único - artigo 4º, da Lei n.º 5.194, de 04 de novembro de 2008, junto à **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, com respectiva carga horária, função e período:

Matrícula	Nome	Carga Horária	Função	Disciplina	Quadro de Pessoal do Magistério	Período
2656801	Rejane Aparecida Lima Farias	20h	Professor	Anos Iniciais	Permanente	17/10 a 17/12/2024

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**WILSON NELSON DUARTE**  
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

**PORTARIA N.º 4356/2024**

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 0036/2021, de 01 de janeiro de 2021, publicada no Jornal do Município – Edição nº 2350, de 06 de janeiro de 2021, consoante às C.Is nº 2336/2024 e 2568/2023, advindas da Secretaria Municipal de Educação, e de acordo com o Edital nº 007/2024 – Chamada Pública para ACT's – Seleção por Nível de Escolaridade, publicado no Jornal do Município - Edição nº 2782, de 08 de março de 2024, resolve **ADMITIR POR PRAZO DETERMINADO**, nos termos da Lei nº 5.194, de 04 de novembro de 2008, junto à **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, com respectiva carga horária, função e período:

Nome	Carga Horária	Função	Disciplina	Quadro de Pessoal do Magistério	Período
Mariana Cecília Crispim Santos Correia	20h	Professor	Língua Portuguesa	Especial	17/10 a 17/12/2024
Vanessa Ângulo Barros	20h	Professor	Geografia	Permanente	17/10 a 18/11/2024

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**WILSON NELSON DUARTE**  
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

**PORTARIA N.º 4357/2024**

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 0036/2021, de 01 de janeiro de 2021, publicada no Jornal do Município – Edição nº 2350, de 06 de janeiro de 2021, e em conformidade com o artigo 1º, da Lei nº 2.791, de 05 de janeiro de 1993, com nova redação dada pelo artigo 4º, da Lei nº 3.773, de 04 de julho de 2002, resolve **CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO**, ao servidor **CELSO ROGERIO BIZ**, matrícula nº **1128204**, ocupante do cargo de provimento efetivo de **MOTORISTA**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, referente ao **QUINQUÊNIO 2010/2015**, pelo período de 03 (três) meses, com conversão em abono pecuniário de 1/3 (um terço), de 01 de maio de 2025 a 30 de junho de 2025.

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**WILSON NELSON DUARTE**  
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

**PORTARIA N.º 4358/2024**

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 0036/2021, de 01 de janeiro de 2021, publicada no Jornal do Município – Edição nº 2350, de 06 de janeiro de 2021, e em conformidade com o artigo 1º, da Lei nº 2.791, de 05 de janeiro de 1993, com nova redação dada pelo artigo 4º, da Lei nº 3.773, de 04 de julho de 2002, resolve **CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO**, ao servidor **SAMUEL BOSCHI**, matrícula nº **1691401**, ocupante do cargo de provimento efetivo de **MÉDICO**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, referente ao **QUINQUÊNIO 2009/2014**, pelo período de 03 (três) meses, com conversão em abono pecuniário de 1/3 (um terço), de 01 de janeiro de 2025 a 28 de fevereiro de 2025.

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**PORTARIA N.º 4359/2024**

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 0036/2021, de 01 de janeiro de 2021, publicada no Jornal do Município – Edição nº 2350, de 06 de janeiro de 2021, e em conformidade com o artigo 1º, da Lei nº 2.791, de 05 de janeiro de 1993, com nova redação dada pelo artigo 4º, da Lei nº 3.773, de 04 de julho de 2002, resolve **CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO**, ao servidor **MARCELO FRANKLIN SILVA DE ATHAYDE**, matrícula nº **8792301**, ocupante do cargo de provimento efetivo de **CIRURGIÃO DENTISTA**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, referente ao **QUINQUÊNIO 2009/2014**, pelo período de 03 (três) meses, com conversão em abono pecuniário de 1/3 (um terço), de 01 de janeiro de 2025 a 28 de fevereiro de 2025.

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**WILSON NELSON DUARTE**  
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

**PORTARIA N.º 4360/2024**

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 0036/2021, de 01 de janeiro de 2021, publicada no Jornal do Município – Edição nº 2350, de 06 de janeiro de 2021, e em conformidade com o artigo 1º, da Lei nº 2.791, de 05 de janeiro de 1993, com nova redação dada pelo artigo 4º, da Lei nº 3.773, de 04 de julho de 2002, resolve **CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO**, ao servidor **GUILHERME DE AVELAR FERREIRA**, matrícula nº **973006**, ocupante do cargo de provimento efetivo de **MÉDICO**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, referente ao **QUINQUÊNIO 2009/2014**, pelo período de 03 (três) meses, 01 de novembro de 2024 a 31 de janeiro de 2025.

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**WILSON NELSON DUARTE**  
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas





**PORTARIA N.º 4361/2024**

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 0036/2021, de 01 de janeiro de 2021, publicada no Jornal do Município – Edição nº 2350, de 06 de janeiro de 2021, consoante ao SIPE nº 307285/2024-e, e requerimento da servidora, resolve **RESCINDIR A PEDIDO** o contrato abaixo relacionado, que admitiu por prazo determinado para exercer a função de **PROFESSOR**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**:

MATRÍCULA	NOME	C.H	A CONTAR DE:
2580902	Shayenne Fernandes Carvalho Pardo	40	15/10/2024

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**WILSON NELSON DUARTE**  
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas



**PORTARIA N.º 4362/2024**

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 0036/2021, de 01 de janeiro de 2021, publicada no Jornal do Município – Edição nº 2350, de 06 de janeiro de 2021, e em conformidade com o artigo 1º, da Lei nº 2.791, de 05 de janeiro de 1993, com nova redação dada pelo artigo 4º, da Lei nº 3.773, de 04 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º - **TORNAR NULO** a portaria nº 4322/2024, de 11 de outubro de 2024, publicado no Jornal do Município – Edição nº 2862, de 11 de outubro de 2024, que concedeu **LICENÇA PRÊMIO**, à servidora **RUDNÉIA SCHULLER**, matrícula nº **787602**.

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**WILSON NELSON DUARTE**  
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas



**PORTARIA N.º 4363/2024**

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 0036/2021, de 01 de janeiro de 2021, publicada no Jornal do Município – Edição nº 2350, de 06 de janeiro de 2021, e em conformidade com o artigo 1º, da Lei nº 2.791, de 05 de janeiro de 1993, com nova redação dada pelo artigo 4º, da Lei nº 3.773, de 04 de julho de 2002, resolve **TORNAR SEM EFEITO** a portaria 4162/2024 de 04 de outubro de 2024, publicada no Jornal do Município - Edição 2858, de 04 de outubro de 2024, que concedeu **REDUÇÃO DE PARTE DE JORNADA DE TRABALHO**, à Servidora **NATALIA BITTENCOURT Kael**, matrícula nº **1784502**, ocupante do cargo de provimento efetivo de **PSICÓLOGO**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, a partir de 03 de outubro de 2024.

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**WILSON NELSON DUARTE**  
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas



**PORTARIA N.º 4364/2024**

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 0036/2021, de 01 de janeiro de 2021, publicada no Jornal do Município – Edição nº 2350, de 06 de janeiro de 2021, resolve **RETIFICAR** a Portaria nº 4144/2024, de 04 de outubro de 2024, Publicada no Jornal do Município – Edição nº 2858 de 04 de outubro de 2024, que concedeu **LICENÇA-PRÊMIO** à servidora **MAGALI SOUZA DA SILVA**, matrícula nº 1802102:

**Onde se lê:** “De 01 de novembro de 2024 a 31 de dezembro de 2024”.

**Leia-se:** “De 01 de fevereiro de 2025 a 31 de março de 2025”.

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**WILSON NELSON DUARTE**  
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas



**PORTARIA N.º 4365/2024**

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 0036/2021, de 01 de janeiro de 2021, publicada no Jornal do Município – Edição nº 2350, de 06 de janeiro de 2021, resolve **RETIFICAR** a Portaria nº 4153/2024, de 04 de outubro de 2024, Publicada no Jornal do Município – Edição nº 2858 de 04 de outubro de 2024, que concedeu **LICENÇA-PRÊMIO** à servidora **KARINE GRASIELE OLIVEIRA DA COSTA JARDIM**, matrícula nº 1787504:

**Onde se lê:** “De 01 de novembro de 2024 a 31 de dezembro de 2024”.

**Leia-se:** “De 01 de fevereiro de 2025 a 31 de março de 2025”.

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**WILSON NELSON DUARTE**  
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas



**PORTARIA N.º 4368/2024**

**PORTARIA N.º 4366/2024**

O Prefeito Municipal de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, consoante à C.I. n.º 2323/2024, SIPE n.º 305932/2024-e, da Secretaria Municipal de Educação e requerimento da servidora, resolve **EXONERAR A PEDIDO**, nos termos do artigo 38, inciso I, da Lei n.º 2.960, de 03 de abril de 1995, **JANE CHAGAS DO PRADO**, matrícula n.º 1752505, da Função de Confiança de **DIRETOR DO CENTRO DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL – CEDIN** – Angela Dalçoquio de Souza, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, a contar de 11 de outubro de 2024.

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**VOLNEI JOSÉ MORASTONI**  
Prefeito Municipal de Itajaí



**PORTARIA N.º 4367/2024**

O Prefeito Municipal de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, resolve **FAZER CESSAR, a contar de 15 de outubro de 2024**, os efeitos da Portaria n.º 592, de 20 de fevereiro de 2020, publicada no Jornal do Município – Edição n.º 2205, de 04 de março de 2020, que concedeu **FUNÇÃO GRATIFICADA DE ATUAÇÃO EM SALA DE VACINA**, nos termos do artigo 4º, da Lei Complementar n.º 359, de 20 de dezembro de 2019, no que concerne à servidora abaixo identificada:

**UNIDADE BASICA DE SAUDE DOM BOSCO**

Matrícula	Nome	Cargo
1787401	Mirian Ester dos Santos Lima	Técnico em Enfermagem

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**VOLNEI JOSÉ MORASTONI**  
Prefeito Municipal de Itajaí

O Prefeito Municipal de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, consoante ao Art. 1º, Inciso II, da Lei n.º 7.120, de 20 de dezembro de 2019, e C.I. n.º 1005/2024/SMS/DGPS - SIPE n.º 306815/2024-e, resolve **DESIGNAR** à servidora abaixo relacionada ocupante de cargo de provimento efetivo, para desempenhar a Função Gratificada de atuação junto ao **Serviço Municipal de Plantão - SERPLAN**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**:

Matrícula	Nome	Cargo	A contar de:
1787401	Mirian Ester dos Santos Lima	Técnico em Enfermagem	15/10/2024

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**VOLNEI JOSÉ MORASTONI**  
Prefeito Municipal de Itajaí



**PORTARIA N.º 4369/2024**

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria n.º 0036/2021, de 01 de janeiro de 2021, publicada no Jornal do Município – Edição n.º 2350, de 06 de janeiro de 2021, e consoante à C.I. n.º 1137/2024, da Gerência de Perícia Médica e Saúde Ocupacional, resolve **CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE (ACIDENTE DE TRABALHO)**, em conformidade com o artigo 8º, da Lei Complementar n.º 180, de 17 de dezembro de 2010, os servidores abaixo relacionados:

Nome	Matrícula	Cargo	Dias	Período de afastamento
LUIZ ALESSANDRO MENEGHELLI	2554701	PROFESSOR	07	04/10/24 A 10/10/24
DANIELLE FERREIRA MIRANDA	2564801	PROFESSOR	60	04/09/24 A 02/11/24

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**VILSON NELSON DUARTE**  
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas



**PORTARIA N.º 4370/2024**

O Prefeito Municipal de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso V, da Lei Orgânica do Município, resolve **EXONERAR**, nos termos do artigo 38, inciso II, letra a, da Lei n.º 2.960, de 03 de abril de 1995, **RAFAEL SELVA**, matrícula n.º 2367402, ocupante do cargo de provimento em comissão de **GERENTE DE ESPAÇOS ESPORTIVOS**, da **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER- FMEL**, a contar de 18 de outubro de 2024.

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**VOLNEI JOSÉ MORASTONI**  
Prefeito Municipal de Itajaí

**PORTARIA N.º 4374/2024**

**PORTARIA N.º 4371/2024**

O Prefeito Municipal de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso V, da Lei Orgânica do Município, e considerando a Lei Complementar nº 337, de 20 de dezembro de 2018, resolve **NOMEAR**, nos termos do artigo 11, inciso I, da Lei nº 2.960, de 03 de abril de 1995, **AMILCAR DA ROCHA JUNIOR**, para exercer o cargo de provimento em comissão de **GERENTE DE ESPAÇOS ESPORTIVOS**, da **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FMEL**.

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**VOLNEI JOSÉ MORASTONI**  
Prefeito Municipal de Itajaí



**PORTARIA N.º 4372/2024**

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 0036/2021, de 01 de janeiro de 2021, publicada no Jornal do Município – Edição nº 2350, de 06 de janeiro de 2021 e consoante à C.I. nº 1153/2024 GMPSo, resolve **CONCEDER REDUÇÃO DE PARTE DA JORNADA DE TRABALHO**, de acordo com a Lei Complementar nº 432, de 15 de maio de 2023, §1º - “O beneficiário da concessão deverá respeitar o cumprimento da jornada de trabalho de 20h semanais”, à servidora abaixo relacionada:

Matricula nº	Nome	Cargo	Período
1955801	ELIZANDRA SOARES DE SOARES	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	01/10/24 A 30/09/25

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**WILSON NELSON DUARTE**  
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas



**PORTARIA N.º 4373/2024**

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 0036/2021, de 01 de janeiro de 2021, publicada no Jornal do Município – Edição nº 2350, de 06 de janeiro de 2021 e consoante à C.I. nº 1142/2024 resolve **CONCEDER REDUÇÃO DE PARTE DA JORNADA DE TRABALHO**, de acordo com a Lei Complementar nº 432, de 15 de maio de 2023, §1º - “O beneficiário da concessão deverá respeitar o cumprimento da jornada de trabalho de 20h semanais”, às servidoras abaixo relacionadas:

Matricula nº	Nome	Cargo	Período
1736304	MARCELLI MARCOS DOS SANTOS	AGENTE DE APOIO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL	01/10/24 A 30/09/25
2638101	MAYARA ANNE DUARTE	AGENTE DE APOIO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL	01/10/24 A 30/09/25

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**WILSON NELSON DUARTE**  
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

O Prefeito Municipal de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, resolve **TORNAR SEM EFEITO** a Portaria nº 4228, de 09 de outubro de 2024, publicada no Jornal do Município – Edição nº 2860, de 09 de outubro de 2024, que concedeu **PROMOÇÃO HORIZONTAL**, aos servidores de cargo de provimento efetivo do **QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**.

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**VOLNEI JOSÉ MORASTONI**  
Prefeito Municipal de Itajaí



**PORTARIA N.º 4375/2024**

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 0036/2021, de 01 de janeiro de 2021, publicada no Jornal do Município – Edição nº 2350, de 06 de janeiro de 2021, e consoante à C.I. nº 1113/2024, da Gerência de Perícia Médica e Saúde Ocupacional, resolve **CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, em conformidade com o artigo 8º, da Lei Complementar nº 180, de 17 de dezembro de 2010, às servidoras abaixo relacionadas, com seu respectivo cargo e período:

NOME	MATRICULA	CARGO	DIAS	PERÍODO DE AFASTAMENTO
ANDREYA ANELISE TOBIAS	1808211	PROFESSOR	1	04/09/24
FERNANDA VILMA SANTANA	1587807	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	1	03/09/24
IVANILDE REGINA MERLO	735101	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	3	04/09/24 A 06/09/24
JAQUELINE DORNELLAS DE OLIVEIRA	2603801	PROFESSOR	3	04/09/24 A 06/09/24
JEUZA PATRICIA WESTPHAL	304902	PROFESSOR	4	03/09/24 A 06/09/24
KAROLINE BIELAU DOS SANTOS	1141602	PROFESSOR	1	04/09/24
LIZIANE APARECIDA FONSECA	1730101	PROFESSOR	1	04/09/24
ROSANA CINTIA DA SILVA	1971602	PROFESSOR	1	04/09/24
SARA JANE ULLIRSCH DE OLIVEIRA	1843602	PROFESSOR	1	04/09/24
TANIA NADIR DE OLIVEIRA JUNCES	1286707	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	3	04/09/24 A 06/09/24
VANESSA DA SILVA VIEIRA	1666504	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	3	04/09/24 A 06/09/24

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**WILSON NELSON DUARTE**  
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas



**PORTARIA N.º 4376/2024**

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 0036/2021, de 01 de janeiro de 2021, publicada no Jornal do Município – Edição nº 2350, de 06 de janeiro de 2021, e consoante à C.I. nº 1112/2024, da Gerência de Perícia Médica e Saúde Ocupacional, resolve **CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, em conformidade com o artigo 8º, da Lei Complementar nº 180, de 17 de dezembro de 2010, às servidoras abaixo relacionadas, com seu respectivo cargo e período:

NOME	MATRICULA	CARGO	DIAS	PERÍODO DE AFASTAMENTO
CARINE BISPO BATISTA	2139205	PROFESSOR	1	05/09/24
FABIELLE CHRISTINE BARBOSA	1678605	INTERPRETE	1	03/09/24
JANAINA DE NASCIMENTO	1670903	PSICÓLOGO	3	09/09/24 A 11/09/24
JOSIANE LIDIA TAVARES DOS SANTOS	2242601	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	1	03/09/24
KARINA DE MORAES CAMINADA FRANCEZ	605609	AUXILIAR CONSULTÓRIO DENTÁRIO	1	03/09/24
LUCILEA FELIX SEVERINO PIANCEER	1653601	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	1	23/08/24
MARIA DAS DORES DOS SANTOS	480601	PROFESSOR	2	03/09/24 A 04/09/24
MARIA MALVINA ZABINI	2182601	ATENDENTE UNIDADE DE SAÚDE	1	05/09/24
MARILENE ANDERLE SCHAEFER	2018701	PROFESSOR	1	04/09/24
NATHALI BALBINO LAMIM	2315701	ATENDENTE UNIDADE DE SAÚDE	1	05/09/24
ODAIL CRISTINA DE OLIVEIRA	1597812	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	1	02/09/24
PRISCILA DELFINO VIEIRA	2060208	PROFESSOR	4	03/09/24 A 06/09/24

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**WILSON NELSON DUARTE**  
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas





**PORTARIA N.º 4377/2024**

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 0036/2021, de 01 de janeiro de 2021, publicada no Jornal do Município – Edição nº 2350, de 06 de janeiro de 2021, e consoante à C.I. nº 1111/2024, da Gerência de Perícia Médica e Saúde Ocupacional, resolve **CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, em conformidade com o artigo 8º, da Lei Complementar nº 180, de 17 de dezembro de 2010, às servidoras abaixo relacionadas, com seu respectivo cargo e período:

NOME	MATRICULA	CARGO	DIAS	PERÍODO DE AFASTAMENTO
ADRIANA ROSA	1428404	PROFESSOR	3	04/09/24 A 06/09/24
ALCILENE DA CRUZ	1587507	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	1	04/09/24
ANA CLAUDIA MARTINS CAPPONI AMORIM	2314401	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	3	04/09/24 A 06/09/24
ELAINE DE SOUZA	1735504	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	1	04/09/24
FABIOLA GRAUPNER	1228203	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	1	05/09/24
FERNANDA CRISTOFOLINI	1803202	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	1	02/09/24
LINDAMIR MORAES	1296801	GUARDA PATRIMONIAL	1	04/09/24
MARIA LUCIANA CARDOSO PEZZINI	1733008	PROFESSOR	2	02/09/24 A 03/09/24
MARILENE SILVEIRA GARCIA	1346401	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	1	04/09/24
SAMARA GABRIELA DIDANETT	2515601	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	1	04/09/24
SIRLENE DA SILVA DAL SANTO	2236402	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	1	03/09/24
TANIA MARIA CORREIA MENDES	2029502	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	1	19/08/24

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**WILSON NELSON DUARTE**  
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas



**PORTARIA N.º 4378/2024**

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 0036/2021, de 01 de janeiro de 2021, publicada no Jornal do Município – Edição nº 2350, de 06 de janeiro de 2021, e consoante à C.I. nº 1110/2024, da Gerência de Perícia Médica e Saúde Ocupacional, resolve **CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, em conformidade com o artigo 8º, da Lei Complementar nº 180, de 17 de dezembro de 2010, às servidoras abaixo relacionadas, com seu respectivo cargo e período:

NOME	MATRICULA	CARGO	DIAS	PERÍODO DE AFASTAMENTO
CAMILA GAVIOLI FILHO	1774404	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	1	30/08/24
FRANCINY DE LIMA CAMPOS	2133503	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	1	02/09/24
KARINA ROSA BOEMER	1708805	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	1	02/09/24
LEANDRA MARIA DOS SANTOS FREES	1786106	PROFESSOR	1	29/08/24
MARCIA ADRIANE BRITO DE SOUZA	1495001	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	1	30/08/24
MARIA RITA BONATTO SUCCO	2158101	ENFERMEIRO	2	29/08/24 A 30/08/24
PAMELA COSTA MARQUES	2631301	AGENTE DE APOIO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL	5	02/09/24 A 06/09/24
PATRICIA MACHADO DA SILVA	2521701	PROFESSOR	1	02/09/24
REGINA MARIA GUEDES	712001	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	5	23/08/24 A 27/08/24
SCHEILA DE FATIMA GUIMARAES AYRES MATOS	2177702	MÉDICO	2	03/09/24 A 04/09/24
SUZANA BILHA MARIANO	1811502	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	3	02/09/24 A 04/09/24
VANESSA LOPES DEBRASSI	1064311	PROFESSOR	1	02/09/24

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**WILSON NELSON DUARTE**  
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas



**PORTARIA N.º 4379/2024**

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 0036/2021, de 01 de janeiro de 2021, publicada no Jornal do Município – Edição nº 2350, de 06 de janeiro de 2021, e consoante à C.I. nº 1109/2024, da Gerência de Perícia Médica e Saúde Ocupacional, resolve **CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, em conformidade com o artigo 8º, da Lei Complementar nº 180, de 17 de dezembro de 2010, aos servidores abaixo relacionados, com seu respectivo cargo e período:

NOME	MATRICULA	CARGO	DIAS	PERÍODO DE AFASTAMENTO
ALESSANDRA CRISTINA XAVIER	1228012	PROFESSOR	1	02/09/24
ANDRE LUIZ LUFT	1509204	MÉDICO	1	30/08/24
DEBORA LUCIA MATIAS PEREIRA	881701	PROFESSOR	1	02/09/24
ELIZETE GOIS CARDOSO	1882102	PROFESSOR	2	02/09/24 A 03/09/24
GILSENE SILVA DOS PASSOS	2295301	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	2	05/08/24 A 06/08/24
JOICE MARIA DUARTE XAVIER	1823202	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	1	02/09/24
MARA LUCIA REIS TEIXEIRA	1838903	AGENTE DE APOIO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL	1	02/09/24
MARCIA REGINA MORAES DE MELO	1672907	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	1	03/09/24
MARIA BERNARDETH GONCALVES DE ALMEIDA	1730901	PROFESSOR	2	03/09/24 A 04/09/24
ROSELY DE CARVALHO VIEIRA LACH	661006	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	1	30/08/24
SORAIA MARIA BALDANCA DE RAMOS	1772911	PROFESSOR	1	02/09/24
TREICY MICHELE RUEDIGER	1847301	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	3	02/09/24 A 04/09/24

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**WILSON NELSON DUARTE**  
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas



**PORTARIA N.º 4380/2024**

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 0036/2021, de 01 de janeiro de 2021, publicada no Jornal do Município – Edição nº 2350, de 06 de janeiro de 2021, e consoante à C.I. nº 1108/2024, da Gerência de Perícia Médica e Saúde Ocupacional, resolve **CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, em conformidade com o artigo 8º, da Lei Complementar nº 180, de 17 de dezembro de 2010, aos servidores abaixo relacionados, com seu respectivo cargo e período:

NOME	MATRICULA	CARGO	DIAS	PERÍODO DE AFASTAMENTO
CARLOS EDUARDO DO AMARAL	2540401	GUARDA MUNICIPAL 3ª CLASSE	1	31/08/24
CARULINE EUFRASIO PEREIRA	2249701	PROFESSOR	2	02/09/24 A 03/09/24
CHRISTIANNE BARRETO ARRIAGA FERNANDES	2311401	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	1	03/09/24
CRISTINA SPICKER REIS	2540101	GUARDA MUNICIPAL 3ª CLASSE	1	31/08/24
DENISE DA SILVA	1161011	PROFESSOR	1	04/09/24
EMILDO DE BRITO JUNIOR	676717	AGENTE DE APOIO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL	1	30/08/24
LILIANE DA SILVA PEIXER	1644206	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	1	30/08/24
MARIZA SOARES CARDOSO MACHADO SANTOS	1703004	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	2	02/09/24 A 03/09/24
MIRANDA APARECIDA INOCENCIO MENEGASSO	1494701	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	4	02/09/24 A 05/09/24
MIRIAM REGINA DOS SANTOS	1560902	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	3	02/09/24 A 04/09/24
THAISE GONÇALVES CORREIA	2018201	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	3	01/09/24 A 03/09/24
TIAGO DA SILVA MARQUES PEREIRA	1441804	PROFESSOR	1	02/09/24

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**WILSON NELSON DUARTE**  
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

**PORTARIA N.º 4381/2024**

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 0036/2021, de 01 de janeiro de 2021, publicada no Jornal do Município – Edição nº 2350, de 06 de janeiro de 2021, e consoante à C.I. nº 1138/2024, da Gerência de Perícia Médica e Saúde Ocupacional, resolve **CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, em conformidade com o artigo 8º, da Lei Complementar nº 180, de 17 de dezembro de 2010, aos servidores abaixo relacionados, com seu respectivo cargo e período:

NOME	MATRICULA	CARGO	DIAS	PERÍODO DE AFASTAMENTO
ALESSANDRA JUSTI SOARES	1337809	PROFESSOR	01	05/09/24
IVANI BUBLITZ	1903402	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	05	04/09/24 A 08/09/24
JOICE CRISTINA PEREIRA	2316001	ATENDENTE DE UNIDADE DE SAÚDE	01	05/09/24
MARA LUCIA HIRSCH CARNEIRO DOS SANTOS	1854101	AGENTE DE APOIO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL	04	03/09/24 A 06/09/24
MARIA CAROLINA PEREIRA DE A. FRANCISCO	1388725	PROFESSOR	02	05/09/24 A 06/09/24
MARIANA CAROLINA DOS SANTOS TUSKI	2310101	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	01	06/09/24
PAULA VICTORIA CANALLI PACHECO DA VEIGA	2183801	ATENDENTE DE UNIDADE DE SAÚDE	01	29/08/24
RITA DE CÁSSIA TOMASI NASCIMENTO	1686107	PROFESSOR	01	05/09/24
SANDRA REGINA NIEHUES	744705	OPERADOR DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO	01	02/09/24
TERESINHA DE FATIMA ROSINI	916701	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	03	16/09/24 A 18/09/24
TERESINHA ORACI RAMPELOTTI	1382501	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	02	05/09/24 A 06/09/24
THIAGO VINICIUS BASTIAN	2202201	PROFESSOR	02	05/09/24 A 06/09/24

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**WILSON NELSON DUARTE**  
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

**PORTARIA N.º 4382/2024**

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 0036/2021, de 01 de janeiro de 2021, publicada no Jornal do Município – Edição nº 2350, de 06 de janeiro de 2021, e consoante à C.I. nº 1139/2024, da Gerência de Perícia Médica e Saúde Ocupacional, resolve **CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, em conformidade com o artigo 8º, da Lei Complementar nº 180, de 17 de dezembro de 2010, aos servidores abaixo relacionados, com seu respectivo cargo e período:

NOME	MATRICULA	CARGO	DIAS	PERÍODO DE AFASTAMENTO
ALESSANDRA JUSTI SOARES	1337809	PROFESSOR	01	06/09/24
CHRISLAYNE EVANGELISTA BRIÃO	1829701	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	01	04/09/24
DANIELA DE VARGAS CARRERA	1801016	PROFESSOR	01	05/09/24
DAYANE PERES	1734902	AGENTE EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	01	04/09/24
FERNANDO PETER SCHEFFER MOREIRA	2403302	PROFESSOR	02	03/09/24 A 04/09/24
MARIA AUGUSTA NASCIMENTO B R DOS SANTOS	2297101	AGENTE DE APOIO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL	01	05/09/24
MARIA SIMONE RODRIGUES DOS S LONZETTI	1573605	AGENTE DE APOIO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL	01	06/09/24
OTÍLIA PEREIRA	1259002	ARTIFICE	04	06/09/24 A 09/09/24
RENATA REGINATTO ROQUE	1389306	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	01	04/09/24
ROSANGELA DE OLIVEIRA	2085801	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	01	06/09/24
ROSIMERI APARECIDA DA ROCHA POLEZA	2170701	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	01	06/09/24
SIMONE VANZUITA	182301	PROFESSOR	01	06/09/24

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**WILSON NELSON DUARTE**  
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

**PORTARIA N.º 4383/2024**

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 0036/2021, de 01 de janeiro de 2021, publicada no Jornal do Município – Edição nº 2350, de 06 de janeiro de 2021, e consoante à C.I. nº 1141/2024, da Gerência de Perícia Médica e Saúde Ocupacional, resolve **CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, em conformidade com o artigo 8º, da Lei Complementar nº 180, de 17 de dezembro de 2010, aos servidores abaixo relacionados, com seu respectivo cargo e período:

NOME	MATRICULA	CARGO	DIAS	PERÍODO DE AFASTAMENTO
ANA JULIA MORAIS GUERREIRO	2175801	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	05	29/08/24 E 01/09/24 A 04/09/24
ANA PAULA DOGNINI	1289108	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	01	11/09/24
CARLOS EDUARDO DO AMARAL	2540401	GUARDA MUNICIPAL 3ª CLASSE	01	10/09/24
CLAUDIA MARIA DA SILVA REBELO	919803	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	01	10/09/24
ELIANE ALVES	1111601	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	03	11/09/24 A 13/09/24
FLAVIA CITTADIN MARCOS	1811005	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	01	10/09/24
JOSIANE ASSINI	2226701	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	01	10/09/24
JOYCE BEATRIZ LAUREANO CAETANO	1089804	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	02	10/09/24 A 11/09/24
ROSANA CRISTINA MOURA BONFIM	2286801	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	02	11/09/24 A 12/09/24
SILVESTRE SILVIO SEVERINO	685409	PROFESSOR	01	10/09/24
THAINA GONÇALVES DANTAS GODINHO	2149406	PROFESSOR	02	10/09/24 A 11/09/24
ZILCA DOLORES DE MATTOS	1679302	AGENTE DE APOIO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL	01	11/09/24

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**WILSON NELSON DUARTE**  
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

**PORTARIA N.º 4384/2024**

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 0036/2021, de 01 de janeiro de 2021, publicada no Jornal do Município – Edição nº 2350, de 06 de janeiro de 2021, e consoante à C.I. nº 1140/2024, da Gerência de Perícia Médica e Saúde Ocupacional, resolve **CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, em conformidade com o artigo 8º, da Lei Complementar nº 180, de 17 de dezembro de 2010, aos servidores abaixo relacionados, com seu respectivo cargo e período:

NOME	MATRICULA	CARGO	DIAS	PERÍODO DE AFASTAMENTO
DANIELA DUARTE ROSA	1140802	PROFESSOR	01	10/09/24
ELIANE LILJENBORN MIGUEIS CORDEIRO	1580704	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	04	10/09/24 A 13/09/24
HENRIQUE CABRAL DE GOES	2522301	PROFESSOR	03	11/09/24 A 13/09/24
JONATHAN NICOLAS SCHOIER	2515501	AGENTE EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	01	11/09/24
JUZIANE DE PAULA OLIVEIRA	2212106	PROFESSOR	03	04/09/24 A 06/09/24
LUCELIA SURDI BONATTI	1117305	ENFERMEIRO	02	05/09/24 A 06/09/24
LUCIANA MAIARA DE OLIVEIRA	2457101	AGENTE DE APOIO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL	01	10/09/24
MARCELO DE OLIVEIRA LAZZARONI	1928902	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	01	07/09/24
MIQUELINE KIST	1847001	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	02	11/09/24 A 12/09/24
RAFAELA HOFFMEISTER DOS SANTOS SCAPINI	2409402	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	01	06/09/24
SHIRLEY SOARES PEREIRA DAS NEVES	1718105	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	01	10/09/24
SIMONE APARECIDA MIRANDA SETTI	182101	PROFESSOR	01	11/09/24

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**WILSON NELSON DUARTE**  
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

**PORTARIA N.º 4385/2024**

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria n.º 0036/2021, de 01 de janeiro de 2021, publicada no Jornal do Município – Edição n.º 2350, de 06 de janeiro de 2021, e consoante à C.I. n.º 1128/2024, da Gerência de Perícia Médica e Saúde Ocupacional, resolve **CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA**, em conformidade com o artigo 9º, da Lei Complementar n.º 180, de 17 de dezembro de 2010, aos servidores abaixo relacionados, com seu respectivo cargo e período:

NOME	MATRICULA	CARGO	DIAS	PERÍODO DE AFASTAMENTO
ANA LUIZA REIS VASQUES	1120101	NUTRICIONISTA	01	17/09/24
ANDRE REINERT	2165801	ATENDENTE DE UNIDADE DE SAÚDE	01	16/09/24
BETIANE CAMILA POLHEIN	1500306	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	01	13/09/24
DANIELLE DA SILVA SOUZA	1552807	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	02	17/09/24 A 18/09/24
ELEDIANE MOREIRA DA SILVA CORDEIRO	2036501	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	01	12/09/24
FERNANDA CAROLINA DOS SANTOS	2515801	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	01	18/09/24
FLAVILA KETINE SOUSA	1618502	ATENDENTE DE UNIDADE DE SAÚDE	02	16/09/24 A 17/09/24
GREYCIANE DIAS PEIRÃO	614602	PROFESSOR	02	02/09/24 A 03/09/24
MARIA HELENA ANFLOR GRASSI	1587001	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	01	17/09/24
NATASCHÉ RIBEIRO PESSOA	1796702	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	01	13/09/24
SABRINA FERNANDES DOS SANTOS	2433401	AGENTE DE APOIO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL	02	05/09/24 A 06/09/24
SABRINA VALE SOARES	1835102	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	01	17/09/24

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**WILSON NELSON DUARTE**  
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

**PORTARIA N.º 4386/2024**

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria n.º 0036/2021, de 01 de janeiro de 2021, publicada no Jornal do Município – Edição n.º 2350, de 06 de janeiro de 2021, e consoante à C.I. n.º 1129/2024, da Gerência de Perícia Médica e Saúde Ocupacional, resolve **CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA**, em conformidade com o artigo 9º, da Lei Complementar n.º 180, de 17 de dezembro de 2010, às servidoras abaixo relacionadas, com seu respectivo cargo e período:

NOME	MATRICULA	CARGO	DIAS	PERÍODO DE AFASTAMENTO
ANNELIZE SABEL	1250604	ENFERMEIRO	01	16/09/24
EVELYN HELEN FELIZARDO	1750603	AGENTE DE APOIO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL	01	17/09/24
FRANCINY DE LIMA CAMPOS	2133503	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	01	12/09/24
IARA PRIMITIVO	2163501	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	01	13/09/24
INGRYD GUIMARAES DE SOUZA B DE A BRITO	2164701	ATENDENTE DE UNIDADE DE SAÚDE	01	10/09/24
JANETE FERREIRA DA CRUZ	1535101	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	01	13/09/24
LAISSA FERNANDA DA SILVA	2382505	AGENTE DE APOIO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL	05	26/08/24 A 30/08/24
LUCIANA MARTINS	1399002	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	01	28/08/24
RENATA APARECIDA DA SILVA	772106	SUPERVISOR ESCOLAR	02	16/09/24 A 17/09/24
ROSANA BUENO DE OLIVEIRA	1727105	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	01	16/09/24
TAMARA DA ROCHA SAMUEL	2454101	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	01	10/09/24
TANIA MARIA DE SOUZA	1862605	PROFESSOR	05	16/09/24 A 20/09/24

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**WILSON NELSON DUARTE**  
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

**PORTARIA N.º 4387/2024**

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria n.º 0036/2021, de 01 de janeiro de 2021, publicada no Jornal do Município – Edição n.º 2350, de 06 de janeiro de 2021, e consoante à C.I. n.º 1131/2024, da Gerência de Perícia Médica e Saúde Ocupacional, resolve **CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA**, em conformidade com o artigo 9º, da Lei Complementar n.º 180, de 17 de dezembro de 2010, aos servidores abaixo relacionados, com seu respectivo cargo e período:

NOME	MATRICULA	CARGO	DIAS	PERÍODO DE AFASTAMENTO
BRUNA MARTINS VICENTIN	1936102	AGENTE DE APOIO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL	02	12/09/24 A 13/09/24
CLEDINEIA PASQUALI PIVATTO	1517901	PSICÓLOGO	09	26/09/24 A 04/10/24
CLEUSA MARIA BOFF	2396101	SUPERVISOR ESCOLAR	12	17/09/24 A 28/09/24
JULIANA ASSUMPTÃO BARSKI	1568102	TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL	02	19/09/24 A 20/09/24
MIRTES CRISTIANE SILVA	229201	PSICÓLOGO	01	30/08/24
ROMULO MAFRA	363202	MOTORISTA	15	23/09/24 A 07/10/24

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**WILSON NELSON DUARTE**  
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

**PORTARIA N.º 4388/2024**

O Prefeito Municipal de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, consoante ao requerimento do servidor, resolve **EXONERAR A PEDIDO**, nos termos do artigo 38, inciso I, da Lei n.º 2.960, de 03 de abril de 1995, **BRUNO OTAVIO DA CRUZ GOMES**, matrícula n.º 2283603, ocupante do cargo de provimento em comissão de **ASSESSOR EXECUTIVO**, da **PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**, a contar de 21 de outubro de 2024.

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**VOLNEI JOSÉ MORASTONI**  
Prefeito Municipal de Itajaí

**PORTARIA N.º 4389/2024**

O Prefeito Municipal de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso V, da Lei Orgânica do Município, resolve **EXONERAR**, nos termos do artigo 38, inciso II, letra a, da Lei n.º 2.960, de 03 de abril de 1995, **DANYEL PERÃO**, matrícula n.º 2442001, ocupante do cargo de provimento em comissão de **ASSESSOR I**, do **GABINETE DO PREFEITO**, a contar de 21 outubro de 2024.

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**VOLNEI JOSÉ MORASTONI**  
Prefeito Municipal de Itajaí





MUNICÍPIO DE  
**ITAJAÍ**



MUNICÍPIO DE  
**ITAJAÍ**

**PORTARIA N.º 4393/2024**

**PORTARIA N.º 4390/2024**

O Prefeito Municipal de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso V, da Lei Orgânica do Município, resolve **EXONERAR**, nos termos do artigo 38, inciso II, letra a, da Lei nº 2.960, de 03 de abril de 1995, **ANDRÉ LUIZ SIQUEIRA REGIS**, matrícula nº 2506701, ocupante do cargo de provimento em comissão de **ASSESSOR II**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, a contar de 21 outubro de 2024.

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**VOLNEI JOSÉ MORASTONI**  
Prefeito Municipal de Itajaí



MUNICÍPIO DE  
**ITAJAÍ**

**PORTARIA N.º 4391/2024**

O Prefeito Municipal de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso V, da Lei Orgânica do Município, e considerando a Lei Complementar nº 337, de 20 de dezembro de 2018, resolve **NOMEAR**, nos termos do artigo 11, inciso I, da Lei nº 2.960, de 03 de abril de 1995, **ANDRÉ LUIZ SIQUEIRA REGIS**, para exercer o cargo de provimento em comissão de **ASSESSOR I**, do **GABINETE DO PREFEITO**.

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**VOLNEI JOSÉ MORASTONI**  
Prefeito Municipal de Itajaí



MUNICÍPIO DE  
**ITAJAÍ**

**PORTARIA N.º 4392/2024**

O Prefeito Municipal de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso V, da Lei Orgânica do Município, e considerando a Lei Complementar nº 337, de 20 de dezembro de 2018, resolve **NOMEAR**, nos termos do artigo 11, inciso I, da Lei nº 2.960, de 03 de abril de 1995, **CAROLINE LAURENCIO SILVA**, para exercer o cargo de provimento em comissão de **ASSESSOR EXECUTIVO**, da **PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**.

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**VOLNEI JOSÉ MORASTONI**  
Prefeito Municipal de Itajaí

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 0036/2021, de 01 de janeiro de 2021, publicada no Jornal do Município – Edição nº 2350, de 06 de janeiro de 2021, consoante à C.I. nº 1027/2024 – SIPE nº 308974/2024-e e ao requerimento do servidor **RICARDO ROGER SANCHES**, matrícula nº **2197702**, ocupante do cargo de provimento efetivo de **PSICÓLOGO**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, resolve:

Art. 1º - **CONCEDER LICENÇA-PATERNIDADE**, em conformidade com o artigo 89, da Lei nº 2960, de 03 de abril de 1995, **pelo período de 14 de outubro de 2024 a 18 de outubro de 2024**.

Art. 2º - **CONCEDER PRORROGAÇÃO DA LICENÇA-PATERNIDADE**, em conformidade com o § 1º, do artigo 89, da Lei nº 2960, de 03 de abril de 1995, redação acrescida pela Lei nº 6809, de 06 de novembro de 2017, **pelo período de 19 de outubro de 2024 a 02 de novembro de 2024**.

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**WILSON NELSON DUARTE**  
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas



MUNICÍPIO DE  
**ITAJAÍ**

**PORTARIA N.º 4394/2024**

O Prefeito Municipal de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, consoante à C.I. nº 2333/2024 – SIPE nº 307390/2024-e, da Secretaria Municipal de Educação e requerimento da servidora, resolve **EXONERAR A PEDIDO**, nos termos do artigo 38, inciso I, da Lei nº 2.960, de 03 de abril de 1995, **VANESSA DA SILVA CAMARA**, matrícula nº 2260101, da Função de Confiança de **DIRETOR DE UNIDADE DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, do CEI Mariana Graciola, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, a contar de 16 de outubro de 2024.

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**VOLNEI JOSÉ MORASTONI**  
Prefeito Municipal de Itajaí



**PORTARIA N.º 4395/2024**

O Prefeito Municipal de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, consoante à CI nº 2339/2024/DGP/SME ao SIPE nº 307811/2024-e, e ao requerimento da servidora, resolve **EXONERAR A PEDIDO**, nos termos do artigo 38, inciso I, da Lei nº 2.960, de 03 de abril de 1995, à servidora abaixo relacionada do cargo de provimento efetivo, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**:

MATRÍCULA	NOME	CARGO	CH	A CONTAR DE:
2306001	Ana Claudia Cavasini	Agente em Atividades de Educação	40h	14/10/2024

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**VOLNEI JOSÉ MORASTONI**  
Prefeito Municipal de Itajaí



**PORTARIA N.º 4396/2024**

O Prefeito Municipal de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, considerando o que consta nos autos do Processo nº 4682/2024 e do Ofício nº 383/2024, do Instituto de Previdência de Itajaí – IPI, resolve **CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA** à servidora **ANA CRISTINA REISER**, matrícula nº 715501, ocupante do cargo de provimento efetivo de **ASSISTENTE SOCIAL**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, a contar de 02 de outubro de 2024.

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**VOLNEI JOSÉ MORASTONI**  
Prefeito Municipal de Itajaí



**PORTARIA N.º 4397/2024**

O Prefeito Municipal de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, considerando o que consta nos autos do Processo nº 6976/2024 e do Ofício nº 394/2024, do Instituto de Previdência de Itajaí – IPI, resolve **CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA** à servidora **FERNANDA PICCOLO**, matrícula nº 835401, ocupante do cargo de provimento efetivo de **ENFERMEIRA**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, a contar de 18 de março de 2023.

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**VOLNEI JOSÉ MORASTONI**  
Prefeito Municipal de Itajaí



**PORTARIA N.º 4398/2024**

O Prefeito Municipal de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso V, da Lei Orgânica do Município, e considerando a Lei Complementar nº 337, de 20 de dezembro de 2018, resolve **NOMEAR**, nos termos do artigo 11, inciso I, da Lei nº 2.960, de 03 de abril de 1995, **ROSIARA FELISBERTO CUSTODIO**, para exercer o cargo de provimento em comissão de **ASSESSOR II**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**.

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**VOLNEI JOSÉ MORASTONI**  
Prefeito Municipal de Itajaí



**PORTARIA N.º 4399/2024**

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 0036/2021, de 01 de janeiro de 2021, publicada no Jornal do Município – Edição nº 2350, de 06 de janeiro de 2021, resolve **TORNAR SEM EFEITO** a portaria **4082/2024** de 02 de outubro de 2024, publicada no Jornal do Município - Edição nº 2857, de 02 de outubro de 2024, que **CONCEDEU LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR**, nos termos do artigo 94, da Lei nº 2.960, de 03 de abril de 1995, à servidora **PRISCILA RODRIGUES DA CUNHA**, matrícula nº 2054002, ocupante do cargo de provimento efetivo de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**.

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**WILSON NELSON DUARTE**  
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas



**PORTARIA N.º 4400/2024**

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 0036/2021, de 01 de janeiro de 2021, publicada no Jornal do Município – Edição nº 2350, de 06 de janeiro de 2021, resolve **TORNAR SEM EFEITO** a portaria **4083/2024** de 02 de outubro de 2024, publicada no Jornal do Município - Edição nº 2857, de 02 de outubro de 2024, que **CONCEDEU LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR**, nos termos do artigo 94, da Lei nº 2.960, de 03 de abril de 1995, à servidora **FRANCIELLY BEGNOSSI**, matrícula nº 1539402, ocupante do cargo de provimento efetivo de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM**, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**.

Itajaí, 16 de outubro de 2024.

**WILSON NELSON DUARTE**  
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas